

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGGEO**

DILSON GOMES NASCIMENTO

**ENTRE A TERRA E A ÁGUA: MODO DE VIDA CAMPONÊS NO
MÉDIO RIO AMAZONAS, PARINTINS-AM**

MANAUS-AM

2016

DILSON GOMES NASCIMENTO

**ENTRE A TERRA E A ÁGUA: MODO DE VIDA CAMPONÊS NO
MÉDIO RIO AMAZONAS, PARINTINS-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

MANAUS-AM

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N244e Nascimento, Dilson Gomes
Entre a terra e a água : modo de vida camponês no médio rio Amazonas, Parintins-AM / Dilson Gomes Nascimento. 2016
187 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Comunidades ribeirinhas. 2. dinâmicas sócio-espaciais. 3. atividades econômicas da várzea. 4. territorialidade. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título



Poder Executivo

Ministério da Educação

Universidade Federal do Amazonas

ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95 Credenciado pela CAPES em set/2000

Reconhecido através da Portaria Nº 1.077-MEC, de 31 de agosto de 2012

PORTARIA Nº 020/ 2016

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/, usando de suas atribuições estatutárias, e

CONSIDERANDO o documento oficializado junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no que concerne à composição de Banca Examinadora de Defesa Pública de Mestrado,

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 10 Resolução Nº 033/2014-CONSEPE, de 30 de setembro de 2014,

R E S O L V E:

CONSTITUIR com os professores doutores abaixo nominados, Banca Examinadora de Defesa Pública de Mestrado do(a) discente **DILSON GOMES DO NASCIMENTO** do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual ocorrerá no dia **05 de agosto de 2016, às 14h30, na Sala de Vídeo Conferência do Centro de Educação à Distância:**

Presidente:

- Professor Doutor MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
PPGEOG/UFAM

Membros Titulares:

- Prof. Dr. ANTONIO CARLOS WITKOSKI
PPG-CASA/UFAM
- Prof. Dr. JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
PPGEOG/UFAM

Membros Suplentes:

- Profa. Dra. AMÉLIA REGINA BATISTA NOGUEIRA
PPGEOG/UFAM
- Profa. Dra. ANA PAULINA AGUIAR SOARES
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Dê-se ciência e cumpra-se.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, em Manaus/AM, 13 de julho de

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Coordenador do Programa

DEDICO este trabalho àqueles que incansavelmente com o suor e o labor de seus dias constroem suas vidas, que alimentando seus sonhos levam o alimento às nossas mesas. Em nome dos meus pais Manoel Simas Nascimento e Maria do Carmo Gomes, dedico este a todos os camponeses-ribeirinhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sabedoria e pela força nos momentos de desânimo, a ele toda glória, pois em todos os momentos foi quem me possibilitou a vida;

Ao Professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz que aceitou a proposta de orientar esta pesquisa, mais que orientador, sabe na sua infinita paciência, Ser Humano;

Ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM, e ao Governo do Estado do Amazonas pelos 21 meses de bolsa concedidos no âmbito do Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas-Rh-Interiorização, sem este apoio esta dissertação não seria realizada;

Aos professores do mestrado pelo conhecimento socializado, ao professor Dr. José Alberto Lima de Carvalho pelas conversas e por ter disponibilizado, sem hesitar, parte de sua biblioteca na reta final da pesquisa;

À Maria das Graças Luzeiro, secretária do curso de mestrado, cuja função burocrática que exerce não a torna menos humana;

Ao professor Dr. José Aldemir de Oliveira pelas orientações, pelas palavras de incentivo durante todo o curso de mestrado e por suas contribuições durante o exame de qualificação;

Ao professor Dr. Antonio Carlos Witkoski pelas contribuições dadas no exame de qualificação;

A todos os comunitários das comunidades Santa Rita do Boto e São Sebastião do Boto pelas informações fornecidas e pela acolhida durante os campos. Aos camponeses-ribeirinhos na companhia dos quais naveguei/cavalguei, de canoa ou a cavalo, que permitiram acompanhar suas atividades e àqueles que me convidaram mas, que não pude acompanhá-los, deixo meu pedido de desculpa;

Ao jovem artista Ronildo de Souza Bentes com quem encontrei durante trabalho de campo e que se dispôs a me auxiliar com as ilustrações;

Aos meus pais Manoel Simas Nascimento e Maria do Carmo Gomes que incentivaram e investiram na minha formação acadêmica;

À Rochelly Oliveira da Silva pelo carinho e apoio indispensáveis nesta caminhada;

À Michely Oliveira da Silva (e família) pela hospedagem e dedicação concedida à minha família em Manaus para a realização desta dissertação;

À minha filha Ágata Vitória da Silva Nascimento pelo seu carinho, seu abraço, por tentar entender minha ausência, no auge de seus sete anos, perguntando: “pai, o senhor nunca para de estudar?”

À toda minha família, sem citar nomes para não cometer o erro de esquecer de alguém, deixo meu muito obrigado, minha eterna gratidão;

Aos meus amigos geógrafos da graduação e hoje mestrandos, do grupo *Ray Toró*, Luís Fernando Belém da Costa, Kelton Klinger Queiroz Pinto, Arenilton Monteiro Serrão e Rildo Oliveira Marques, parceiros nos estudos sobre a Amazônia.

Aos colegas do curso de mestrado, em especial à Moisés Barbosa da Silva pelo apoio em inscrições em eventos e concursos, além da compra de passagens para participar de congressos, enfim, a todos os colegas de curso com quem dividi a alegria de construir esta dissertação;

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja no âmbito acadêmico ou fora dele, a todos que tornaram possível o trilhar/navegar pelos meandro da pesquisa geográfica e/ou pelos caminhos empoeirados ou pelos charcos da várzea: a vocês meu muito obrigado!

RESUMO

O camponês do qual trata este trabalho tem sua formação a partir de interesses tanto locais, quanto exógenos à Amazônia, diante a expansão capitalista. Esse camponês é entendido enquanto uma contradição do capital, pois, ao se reproduzir, também reproduz formas não capitalistas de produção. Ao partir dessa prerrogativa, acredita-se que a formação social dos camponeses-ribeirinhos, no Médio rio Amazonas, em Parintins-AM, tenha sido influenciada tanto por questões internas quanto externas ao mundo vivido de seus sujeitos. Este trabalho pretende, por meio de seu objetivo geral, compreender o modo de vida e a organização social da produção agrícola familiar nas comunidades Santa Rita do Boto e São Sebastião do Boto, Médio rio Amazonas, Parintins-AM. Estas localidades possuem um histórico de ocupação antigo, que remonta ao século XIX. Por meio da periodização procurou-se identificar os diferentes momentos históricos que concorrem de modo significativo para a formação/consolidação do camponês no Médio rio Amazonas. Também, ao se entender o camponês enquanto um modo de vida, buscou-se conhecer como os camponeses-ribeirinhos têm se reproduzido e, quais transformações sócio-espaciais ocorreram no Médio rio Amazonas e como impactaram as territorialidades camponesas no ambiente de várzea. Observou-se que as transformações socioeconômicas ocorridas com a desvalorização econômica dos produtos extrativos e da juta, por volta do terceiro quartel do século XX, impulsionaram modificações importantes na várzea como a maior pressão sobre os recursos ictiofaunísticos, além da expansão da pecuária sobre a restinga alta da várzea e sobre a terra firme, acompanhada da agricultura de ciclo curto. Observou-se que tanto a pesca quanto a pecuária apresentaram mudanças significativas com a afirmação de antigas e/ou com o surgimento de novas territorialidades. Mesmo diante das transformações econômicas os camponeses-ribeirinhos têm mantido uma intensa relação não apenas com a terra, mas também com a água para a obtenção de renda e de alimentos, característica importante que ao longo de todos os períodos analisados contribuíram para a permanência camponesa no campo. Por fim, verificou-se que o modo de vida camponês tem sido mantido não apenas em sua relação com a terra-água, suas práticas econômicas, mas também, por meio de suas práticas culturais, a solidariedade, a sociabilidade, a religiosidade, seja por meio da intervenção da Igreja Católica com a organização das comunidades e os festejos dos santos padroeiros, seja por meio da manutenção de antigas práticas que possibilitam a resistência e a permanência camponesa no campo.

Palavras-chave: Comunidades ribeirinhas, dinâmicas sócio-espaciais, atividades econômicas da várzea, territorialidade.

ABSTRACT

The peasant, which is this work, has its formation from both local interests, as exogenous to the Amazon, on capitalist expansion. This peasant is understood as long as a contradiction of capital, as it, to the reproduce of itself, also plays non-capitalist forms of production. From this prerogative, it is believed that the social formation of the “camponeses-ribeirinhos” in the Middle Amazon River in Parintins - AM, has been influenced by both internal and external issues to the world lived their subjects. This work aims, through its general objective, understand the way of life and social organization of family agricultural production in the communities of Santa Rita do Boto and São Sebastião do Boto, Middle Amazon River, Parintins - AM. These locations have a history of ancient occupation, dating back to the nineteenth century. Through periodization, we tried to identify the different historical moments that contribute significantly to the formation/consolidation of the peasant in the Middle Amazon River. Also, to the riparian understand the peasant as long as a way of life, sought it to know how the “camponeses-ribeirinhos” have reproduced itself and which socio-spatial transformations occurred in the Middle Amazon River and how impacted the peasant territoriality in floodplain environment. It was observed that the socio-economic transformations in the economic devaluation of forest products and jute, by the third quarter of the twentieth century, led to important changes in the floodplain as greater pressure on ichthyofaunal resources, and the cattle farming on the sandbank High floodplain and on the dry land accompanied by short-cycle agriculture. It was observed that both fisheries as cattle farming showed significant changes to the old affirmation and/or the emergence of new territoriality. Even before the economic transformations “camponeses-ribeirinhos” have maintained a an intense relationship with not only the land but also with water to obtain income and food, an important characteristic that throughout all periods analyzed contributed to the peasant stay in field. Lastly, it appeared that the way of peasant life has been maintained not only in its relationship with the land-water, their economic practices, but also, through their cultural practices, solidarity, and sociability. The religion it is also important, either through the intervention of the Catholic Church with the organization of communities and the celebration of the patron saints, either through maintaining old practices that enable resistance and peasant stay in the field.

Keywords: Riverside community, socio-spatial dynamics, economic activities of the floodplain, territoriality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das comunidades São Sebastião e Santa Rita do Boto	14
Figura 2: Fluxograma da comercialização dos produtos extrativos, final do século XIX e meados do século XX no Médio rio Amazonas	42
Figura 3: Fluxograma da comercialização do gado em Parintins	48
Figura 4: Antiga residência de Benjamim Portal	50
Figura 5: Ruínas da antiga residência de Benjamim Portal	51
Figura 6: Fluxograma da comercialização da juta – Parintins-AM, meados do século XX	54
Figura 7: Tendal em ruínas	68
Figura 8: Oratório de São Sebastião na casa do promesseiro	87
Figura 9: “Porto” da comunidade Santa Rita durante os festejos	91
Figura 10: Torneio de futebol masculino durante os festejos de Santa Rita	92
Figura 11: Puxirum de limpeza da igreja após a enchente/cheia do rio Amazonas	94
Figura 12: Apresentação do Boi melancia	95
Figura 13: Laço com montaria	97
Figura 14: Laço da Cabeça Seca	99
Figura 15: Interior da igreja de São Sebastião durante a enchente/cheia do rio	100
Figura 16: Casa construída acima do nível de transbordamento do rio	102
Figura 17: Maromba construída sobre o assoalho da casa de moradia inundada	102
Figura 18: Entrada (boca) do igarapé do Boto durante a enchente/cheia	103
Figura 19: Entrada (boca) do igarapé do Boto durante a vazante/seca	104
Figura 20: Classificação geomorfológica da área de estudo	107
Figura 21: Perfil transversal do rio Amazonas à jusante da boca do Boto	108
Figura 22: Principais pontos de perdas de terra em função das terras caídas	109
Figura 23: Localização das comunidades estudadas na APA/Nhamundá	115
Figura 24: Pesca no Médio rio Amazonas – década de 1990	128
Figura 25: Pesca no Médio rio Amazonas – década de 2000	129
Figura 26: Ativação do lanço: pescadores no sistema de espera da vez	132
Figura 27: Desativação do lanço de pesca	132
Figura 28: Debaixo para cima, apapá branco e apapá amarelo	133
Figura 29: Casa flutuante na Costa do Amazonas	137
Figura 30: Arpoeira (linha de pirarucu) adaptada para a pesca da piraíba	139
Figura 31: Pescadores profissionais em bajaranos no lanço do meio do rio	142
Figura 32: Camponês-ribeirinho em canoa no lanço junto à margem do rio	143
Figura 33: Uso do espinhel para a captura do tambaqui e da pirapitinga	149
Figura 34: Plantas silvestres consumidas pelos peixes e utilizadas como isca	150
Figura 35: Limpeza da estrada realizada durante a vazante/seca	152
Figura 36: Cultivos em canteiros suspensos durante a enchente/cheia	163
Figura 37: Aplicação do herbicida Glifosato no cultivo de melancia	167
Figura 38: Conservação das sementes crioulas	168
Figura 39: Pagamento realizado pelos marreteiros dentro do roçado	171
Figura 40: Transporte de melancia pelo igarapé do Caburi	172
Figura 41: Fluxograma da comercialização da melancia em Parintins-AM	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de criadores em relação à quantidade de cabeças de gado no município de Parintins em 1923	47
Tabela 2: Caracterização da produção de cacau na década de 1920 no município de Parintins-AM	63
Tabela 3: Evolução populacional do município de Parintins-AM	72
Tabela 4: Distribuição da população de Parintins por sub-regiões (2010)	73
Tabela 5: Classificação e preço do pescado estabelecidos pela casa flutuante	133
Tabela 6: Aparelhos utilizados pelos camponeses-ribeirinhos na captura do pescado considerando a dieta alimentar das principais espécies	149
Tabela 7: Tipos de redes de emalhe e suas territorialidades	153
Tabela 8: Principais espécies cultivadas na várzea, formas de cultivo e destino da produção	159
Tabela 9: Discriminação dos custos dos insumos/hectare utilizados no plantio de melancia	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Elementos que caracterizam a produção camponesa	24
Quadro 2: Fatores de influência sobre a formação/consolidação do campesinato no médio rio Amazonas	31
Quadro 3: Periodização e espacialização da chegada das primeiras famílias nordestinas Teixeira, Lobato e Barbosa ao Médio rio Amazonas	33
Quadro 4: Preços médios pagos aos produtores de cacau da Amazônia, Bahia e cotação na bolsa de Nova Iorque/EUA	67
Quadro 5: Regras definidas no Acordo de Pesca para uso dos lagos em parte da APA Nhamundá	117
Quadro 6: Práticas relacionadas à pesca predatória do tambaqui e do pirarucu nos lagos Aningal e Botinho	119
Quadro 7: Calendário das principais atividades produtivas das comunidades estudadas	162

LISTA DE SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas

APA Nhamundá – Área de Proteção Ambiental Nhamundá

ASBOTO – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Sebastião do Boto

BASA – Banco da Amazônia S. A.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOPAPIN-ME – Cooperativa dos Produtores em Agropecuária e Extrativismo do Município de Parintins

CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais

EPI's – Equipamento de Proteção Individual

FABRILJUTA – Companhia Fabril de Juta Parintins

GTA – Guia de Trânsito Animal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

MEB – Movimentos Eclesial de Base

NPK – Nitrogênio, Fósforo, Potássio

PIME – Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: A VIDA PRETÉRITA DO CAMPONÊS-RIBEIRINHO DO MÉDIO RIO AMAZONAS	20
1.1 O conceito de camponês.....	20
1.2 A formação do camponês no Médio rio Amazonas	25
1.3 O Camponês-ribeirinho do médio rio Amazonas e as transformações sócio-espaciais	38
1.3.1 A produção extrativa vegetal e animal	38
1.3.2 A criação extensiva de gado bovino	46
1.3.3 A produção de juta/malva	51
1.3.4 A produção de cacau	58
CAPÍTULO 2: AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E O MODO DE VIDA NAS COMUNIDADES SÃO SEBASTIÃO DO BOTO E SANTA RITA DO BOTO	74
2.1 As localidades e as comunidades rurais	74
2.2 O culto dos santos e os elementos do catolicismo rústico	83
2.2.1 As festas particulares dos santos	86
2.3 Os festejos dos santos padroeiros nas e das comunidades rurais	88
2.4 As formas de sociabilidade	93
2.4.1 Dos puxiruns nos roçados aos trabalhos da comunidade	93
2.4.2 O Boi Melancia	94
2.4.3 Das ferras e castrações nos retiros às provas de laço	96
3 Os camponeses-ribeirinhos e a sazonalidade das águas	99
4 As terras caídas e a redução dos antigos sítios	104
CAPÍTULO 3: AS FORMAS DE USO DA TERRA-ÁGUA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS SÃO SEBASTIÃO E SANTA RITA DO BOTO	112
3.1 Territorialidades e as dinâmicas socioambientais	112
3.2 A pesca no ambiente de rio	125
3.2.1 As transformações na pesca (1970-80)	134
3.2.2 As territorialidades nas florestas da várzea e nos lagos	144
3.3 Os camponeses-ribeirinhos e o gado de metade na sociedade pecuária	154
3.4 A produção agrícola: os cultivos de verão e de inverno	158
3.5 O manejo do solo da várzea na agricultura camponesa	164
3.6 escoamento e comercialização da produção camponesa	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

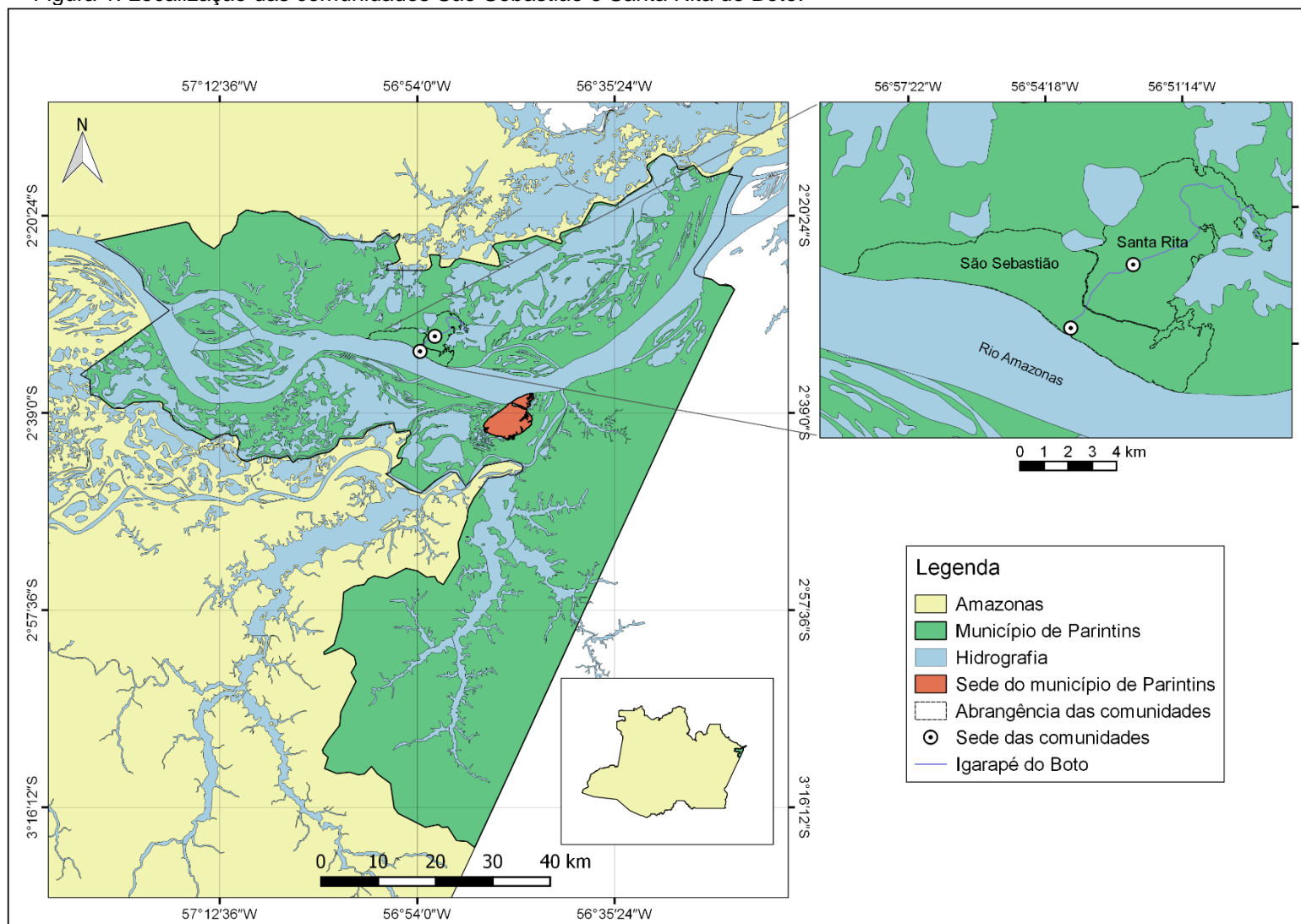
O camponês do qual trata este trabalho, o camponês-ribeirinho, tem sua formação histórica na Amazônia a partir de diferentes períodos de ocupação da região com vista ao processo de reprodução do capital. Esses camponeses ao se constituírem uma contradição do capital reproduzem seu modo vida como uma forma de resistência, de permanência no campo.

A presente pesquisa intentou compreender o modo de vida e a organização social da produção agrícola familiar nas comunidades Santa Rita do Boto e São Sebastião do Boto, Médio rio Amazonas, Parintins-AM. Estas comunidades localizam-se cerca de 20 km a montante da sede do município de Parintins-AM (Figura 1), a 2 horas em barco com potência de 114 HP ou 35 minutos em lancha rápida de 180 HP. Enquanto a comunidade São Sebastião encontra-se na margem do rio Amazonas, Santa Rita não apresenta conexão direta com o rio ligando-se a este por meio do igarapé do Boto, possuindo intensa relação com a água durante todo o ano por meio dos diversos lagos que a cercam.

Nestas comunidades o modo de vida tem se apresentado como uma das principais formas de resistência camponesa. Mesmo apresentando transformações, o modo de vida possibilita a (re)produção camponesa, no interior do capitalismo, por meio de suas tradições e costumes, sua forma de lidar com a terra e com a água entendidos enquanto local de trabalho, moradia, ou de práticas culturais.

É preciso pontuar que as localidades pesquisadas possuem um histórico de ocupação antigo que remonta ao século XIX e, que em função disso, o estudo atual dessas comunidades não pode negligenciar tal característica. São Sebastião e Santa Rita correspondem aos nomes dos santos padroeiros das comunidades estudadas na presente pesquisa, organizadas pela Igreja Católica no Médio rio Amazonas na segunda metade do século XX.

Figura 1: Localização das comunidades São Sebastião e Santa Rita do Boto.



Fonte das Bases Cartográficas: IBAMA, 2010.
Organizadores: Marques e Nascimento, 2015.

A ocupação, ou mesmo, o adensamento populacional dessas localidades ocorreu aproximadamente durante a transição do século XIX para o século XX, tendo passado por diversos períodos ao longo da história do município. Dessa forma, lançamos os seguintes questionamentos: Quais foram os fatores que influenciaram a formação sócio-espacial do camponês no Médio rio Amazonas? Quais transformações ocorreram no modo de vida camponês no Médio rio Amazonas, sobretudo em suas relações com o capital? Quais as formas de uso da terra-água praticadas pelos camponeses nas comunidades ribeirinhas do Médio rio Amazonas, em Parintins-AM? Tais questionamentos foram considerados para a realização da pesquisa, originando os três capítulos nos quais esta dissertação encontra-se dividida.

Ao se considerar a constituição social das comunidades ribeirinhas como parte do processo de formação do campesinato na Amazônia, abre-se a possibilidade de análise das relações que permeiam a vida desses moradores da várzea por meio do uso do conceito de camponês. Para tanto, entender as especificidades do campesinato existentes no interior das comunidades estudadas é de fundamental importância, constituindo-se num dos pontos essenciais da presente pesquisa.

Na transição do século XIX para o século XX, as localidades estudadas ainda contavam com relativa disponibilidade de recursos naturais como: a) as árvores frutíferas e extrativas a exemplo dos antigos cacauais e da seringa; b) da piscosidade dos lagos e do rio Amazonas, os quais forneciam o pescado para a alimentação dos camponeses-ribeirinhos, bem como o pirarucu e o peixe de couro/liso (salgados em manta), o jacaré e a capivara dos quais se extraíam o couro para comercialização, entre outros, utilizados como produtos de exportação. Somam-se ainda a fertilidade do solo de várzea e a disponibilidade de terras e de mão de obra, fundamentais para o desenvolvimento de atividades como a pecuária bovina e a agricultura camponesa (cacau, cana-de-açúcar, tabaco, milho, etc.).

Estas localidades com povoamentos já consolidados foram organizadas pela Igreja Católica a partir da década de 1950. Esta década torna-se marcante para as comunidades rurais. Em 12 de julho de 1955 o Papa Pio XII criou a Prelazia de Parintins, incluindo além do Município de Parintins-AM, Barreirinha-AM e Maués-AM, sendo instalada em 8 de novembro do mesmo ano (CERQUA, 2009). O referido autor destaca que por ocasião da criação da prelazia havia poucas capelas, fora da sede dos municípios, sendo que Parintins possuía apenas a capela de São Francisco Xavier na Vila Amazônia, fundada em 4 de fevereiro de 1951. Ressalte-se que no

mesmo documento que criava a prelazia, o Papa também recomendava a criação de um seminário para a formação de padres em Parintins.

Por esse período os padres que atuaram no município eram de origem estrangeira e em números insuficientes para atender a todos os fiéis que viriam a ser conquistados pela Igreja, sobretudo dos camponeses-ribeirinhos dispersos ao longo de rios, lagos, furos, paranás, etc. Nas décadas seguintes novos empreendimentos da Igreja passaram a contribuir com sua atuação pastoral junto aos camponeses-ribeirinhos, a exemplo da Rádio Alvorada, cuja função principal era conduzir os ensinamentos bíblicos aos mais distantes lugares, além dos novos padres já formados pelo PIME (Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras) local. Logo após a instalação da prelazia, foi fundada a Federação Mariana, em 1957, a qual também está intrinsicamente ligada a organização das comunidades, as quais segundo Cerqua (2009), nos primeiros anos nasceram como Congregações Marianas.

Neste contexto são organizadas pela Igreja as comunidades Santa Rita do Boto, em 1960 e São Sebastião do Boto, em 1967 (CERQUA, 2009). O histórico de ocupação das duas comunidades se confunde. Na própria história oral, recontada pelos moradores, vê-se que ambas, até pela contiguidade das terras e pela relação com o rio Amazonas e com os lagos, experimentaram simultaneamente os mesmos períodos da economia extrativa e da jiticultura, por exemplo, tendo se diferenciado apenas em alguns aspectos a partir do terceiro quartel do século XX como no uso da terra, no adensamento populacional e na organização social, motivados sobretudo pelo enfraquecimento das atividades econômicas do extrativismo e da juta.

Os primeiros trabalhos de campo realizados em 2014 permitiram o contato com os moradores mais antigos das comunidades estudadas, privilegiando os mais velhos ou aqueles que na ocasião ocupavam, ou já haviam ocupados cargos de lideranças comunitárias como os coordenadores de comunidades, os Agentes Comunitários de Saúde, os Agentes Ambientais Voluntários, etc., esses moradores contribuíram tanto por meio de suas experiências de vida relatadas, quanto por meio das indicações de pessoas que foram entrevistadas/acompanhadas nas fases seguintes do trabalho de campo.

A entrevista semiestruturada foi realizada com um roteiro previamente estruturado de perguntas enfatizando sobretudo, as transformações sócio-espaciais ocorridas nas comunidades pesquisadas, nesta etapa da pesquisa o foco foi os moradores mais antigos e/ou as lideranças comunitárias durante o ano de 2014 e

início de 2015. Outra parte das entrevistas realizada em 2015, enfatizou as territorialidades e os conflitos decorrentes do uso da terra-água entre os camponeses-ribeirinhos, onde foram entrevistados os moradores maiores de dezoito anos de idade, os quais posteriormente, entre o fim de 2015 e início de 2016, foram acompanhados no trabalho de campo em algumas de suas atividades como nas pescarias, no trato com os animais de criação, nas atividades agrícolas, na comercialização dos seus produtos da agricultura ou da pesca e nos festejos dos santos padroeiros.

Por meio da observação direta buscou-se tanto recuperar as “vozes” dos sujeitos pesquisados que não foram capturadas nas situações mais formais criadas pelas entrevistas, quanto capturar as imagens ou mesmo perceber a ação dos sujeitos em distintas situações podendo mesmo confrontar com suas próprias falas. Junto aos camponeses-ribeirinhos foi possível acompanhá-los em suas tarefas diárias como as pescarias, o pastoreio do gado, a ida à cidade, os cultos dominicais, ou os festejos de seus santos padroeiros etc., momentos distintos que tiveram as informações registradas com o auxílio do caderno de anotações, do gravador de voz e da máquina fotográfica.

Organizou-se ainda um mapa a partir da sobreposição de imagens de satélite para verificar as perdas de terras, ocorridas no trecho da margem esquerda do rio Amazonas onde se localizam as comunidades pesquisadas, em função das “terras caídas”. Para a elaboração do mapa foram obtidas junto à Direção de Geração de Imagens (DGI) disponível no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), imagens com resolução espacial de 30 metros, do satélite LANDSAT 5, dos anos de 1985 e 2010, nas bandas espectrais 3, 4, e 5 para fins de composição colorida e sobreposição vetorial. As imagens foram selecionadas com a mínima cobertura de nuvens no trecho próximo à comunidade São Sebastião do Boto e com sua geração coincidente com o período de vazante/seca do rio Amazonas (mês de agosto).

Embora georreferenciadas foi necessário realizar a correção geométrica das imagens para que se tivesse maior precisão. A data de aquisição das mesmas foi combinada com os respectivos níveis diários do rio Amazonas. Dessa forma, a diferença mínima de cota encontrada entre a imagem de 1985 e a de 2010 foi de apenas 10 cm. Os dados da variação diária do nível do rio Amazonas foram fornecidos pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), através do site da Agência Nacional de Águas (ANA).

A partir dessas imagens, que possuem intervalo de 25 anos, foi realizada a sobreposição vetorial dos contornos fluviais das margens do rio Amazonas. A vetorização das imagens foi realizada no software Quantum GIS 2.14 a partir do procedimento automático que posteriormente foi corrigido manualmente na escala de 1:30.000.

Para realização do perfil batimétrico do rio Amazonas na área pesquisada, com vista à análise da influência da morfologia do canal na erosão lateral do rio, a medição batimétrica transversal do rio foi realizada no dia 31.03.2015, quando o nível do rio atingia a cota de 7,52 metros. O perfil foi construído no programa da Microsoft Office Excel 2013, a partir dos dados de um ecobatímetro digital da marca Garmin, modelo *fishfinder* 80. Para a realização da medição batimétrica foi utilizada uma embarcação de médio porte (barco de transporte microrregional), em cuja lateral instalou-se uma vara de madeira na posição vertical para que o sensor do aparelho fosse posto a uma profundidade de aproximadamente setenta centímetros. A velocidade da embarcação foi entre 5 a 6 km/h e a cada 10 segundos registrava-se numa caderneta de campo um dado do visor do aparelho.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No capítulo 1 intitulado: “A vida pretérita do camponês-ribeirinho do Médio rio Amazonas”, objetivando entender o processo de formação do camponês no Médio rio Amazonas, apresenta-se uma contextualização do processo de formação/consolidação/transformação do camponês-ribeirinho nesta sub-região por meio da periodização. Primeiro, apresenta uma breve exposição acerca do conceito de camponês utilizado na análise da realidade vivida pelos ribeirinhos no interior das comunidades pesquisadas, a partir de autores que discorrem de forma mais abrangente sobre o camponês e suas relações com o capital como Chayanov (1974), Shanin (1980), ou sobre a realidade brasileira como Queiroz (1973), Paulino (2006), Oliveira (2007), bem como de autores que tematizam de modo particular o camponês na várzea amazônica, como Harris (2006), Cruz (2007), Witkoski (2010). Posteriormente, expõem-se as transformações pelas quais passaram os camponeses-ribeirinhos no Médio rio Amazonas, principalmente em suas relações com o capital e com os aspectos ambientais da várzea.

No capítulo 2 intitulado: “As transformações sócio-espaciais e o modo de vida nas comunidades São Sebastião do Boto e Santa Rita do Boto”, expõem-se as transformações sócio-espaciais ocorridas na várzea no Médio rio Amazonas e como

o modo de vida camponês tem se apresentado diante das peculiaridades desse ambiente. Discute o contexto em que diversas localidades no meio rural foram organizadas pela Igreja Católica em meados do século XX, como se organiza o campo antes e depois desse período, sobretudo no que concerne à mobilização social e política camponesa. Apresenta as mudanças e permanências relacionadas ao catolicismo rústico e ao catolicismo oficial após a organização das comunidades pela Igreja Católica, além de discorrer sobre as práticas camponesas referentes à sociabilidade no interior das comunidades pesquisadas. Discute a relação homem-terra-água por meio da erosão lateral do rio, as “terras caídas”, enfatizando as perdas sofridas pelos camponeses-ribeirinhos.

No capítulo 3 intitulado: “As formas de uso da terra-água nas comunidades ribeirinhas São Sebastião e Santa Rita do Boto”, apresenta-se as formas de uso da terra-água entre os camponeses-ribeirinhos nas comunidades pesquisadas enfatizando as territorialidades existentes no uso dos recursos naturais da várzea como as pastagens e os recursos ictiofaunísticos. Expõe as transformações sócio-espaciais ocorridas várzea e como estas impactaram a vida camponesa. A partir das transformações ocorridas na economia da várzea, por exemplo, buscou-se compreender as territorialidades que surgem e/ou que se mantêm na pesca diante da maior pressão sobre os recursos ictiofaunísticos, ou sobre o uso das pastagens naturais de uso comum e apropriação individual/familiar no caso da pecuária. Apresenta aspectos referentes à economia camponesa como na agricultura, pesca e pecuária, enfatizando como estas atividades estão organizadas e como contribuem para a permanência camponesa no campo.

CAPÍTULO 1

A VIDA PRETÉRITA DO CAMPONÊS-RIBEIRINHO DO MÉDIO RIO AMAZONAS

1.1 O conceito de camponês

O conceito de camponês orienta a análise da realidade vivida pelos sujeitos sociais estudados, permitindo o entendimento das particularidades que marcam seu modo de vida, considerando suas relações internas e suas interações com não camponeses, tal como afirma Shanin (1980):

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de ser social... (p. 49).

A partir da ideia apresentada por Shanin não se pode tratar o camponês como isolado e alheio ao contexto social em que vive. Deve-se considerar o camponês por meio do caráter parcial de seu ser social, como esclarece o referido autor, não podendo tratar o camponês como autárquico, autossuficiente, mas, considerá-los em suas relações mais amplas, inclusive com os não camponeses.

Para Shanin (1980), o camponês pode manifestar-se de forma tão diversa em diferentes contextos históricos, não existindo num sentido imediato e estritamente específico, podendo haver um camponês em qualquer parte do mundo.

Queiroz (1973) ressalta que economicamente procura-se definir o camponês como aquele que visa plantar para consumir, não excluindo a possibilidade de vender o excedente e, sociologicamente como uma camada subordinada (política, econômica e social) de uma sociedade global. Para a autora, o camponês de modo geral, é aquele que necessariamente usufrui a terra, podendo ser um proprietário, posseiro, parceiro ou arrendatário, exercendo domínio sobre a produção e empregando primordialmente a força de trabalho familiar e o trabalho assalariado quando necessário.

Em se tratando da especificidade camponesa, a relação com o mercado ou a dedicação temporária dos camponeses a outras atividades não agrícolas, é fundamental para a reprodução das famílias camponesas, pois estas visam satisfazer

suas necessidades de acordo com o gasto da força de trabalho e não visam à manutenção de uma taxa de lucro, mas à sua subsistência (CHAYANOV, 1974):

De hecho, la composición familiar define ante todo los límites máximos y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de exploración doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia (p. 47).

Em relação aos limites da exploração da unidade doméstica camponesa o autor acrescenta

Cualquier unidad doméstica de exploración agraria tiene así un límite natural para su producción, el cual está determinado por las proporciones entre la intensidad del trabajo anual de la familia y o grado de satisfacción de sus necesidades (CHAYANOV, 1974, p. 85).

Essas características apontadas por Chayanov distinguem fundamentalmente a lógica da economia camponesa da lógica capitalista, pois

[...] enquanto o capitalista investe nos setores mais lucrativos visando ao máximo de retorno possível, a família camponesa cessa imediatamente o sobretrabalho ao alcançar o equilíbrio trabalho-consumo, já que seu objetivo é reproduzir-se como unidade de produção econômica camponesa (ALMEIDA, 2006, p. 74).

Diante da questão envolvendo o entendimento do que possa caracterizar o campesinato e, principalmente como analisá-lo em suas relações internas e externas, Shanin (1980) assinala algumas características básicas que foram elencadas para o reconhecimento de suas especificidades:

a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (p. 4-5).

De modo particular esta pesquisa entende o campesinato enquanto um modo de vida, sobretudo quando considera a historicidade dos camponeses-ribeirinhos, como estes sujeitos têm se reproduzidos frente as transformações impostas pelo capitalismo, e ao mesmo tempo, como estes conseguem reproduzir seu modo de vida, suas tradições e costumes os quais também pontuam como formas de expressões da resistência camponesa.

Cruz (2007) faz uso do termo camponês-ribeirinho para designar os ribeirinhos da Amazônia que se (re)produzem historicamente por meio do modo de vida camponês estabelecendo relações com o capital. Sob esse ponto de vista, os ribeirinhos estão inseridos numa lógica interna e externa, sendo que suas ligações com o capital manifestam-se sem que ocorra sua desterritorialização. O autor aborda as transformações ocorridas no modo de vida e na produção agrícola familiar camponesa – nas suas territorialidades: agropastoris, aquáticas e florestais – ao longo das transformações pelas quais passou a Amazônia, principalmente a partir dos projetos desenvolvimentistas para a região.

Para compreender os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, na qual o capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra (CRUZ, 2007, p. 2).

O ribeirinho do qual tratamos nesta pesquisa, comporta literalmente a designação daqueles que moram às margens do rio, no entanto, “ser ribeirinho, para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica - morar às margens do rio” (CRUZ, 2007, p. 8). Para o camponês-ribeirinho há uma relação proximal não somente com a terra, na qual projeta sua casa, o trabalho de sua família, mas também com a água (os rios, os lagos, os furos, os igarapés, os paranás, compreendidos na terminologia amazônica¹), posto que dela dependa grande parte de sua dieta alimentar e uma parte significativa de sua economia originária da comercialização do pescado excedente, a fertilidade do solo, seus deslocamentos para a maioria dos lugares, o escoamento de sua produção, etc.

A análise particular realizada nesta pesquisa, sobre o modo de vida camponês-ribeirinho nas comunidades ribeirinhas de várzea do município de Parintins-AM, ao mesmo tempo em que considera as prerrogativas gerais sobre o campesinato, também penetra nas suas particularidades, nas relações internas que permitem a sua

¹ Na terminologia amazônica os termos *furo* significa um braço d'água que se conecta de um curso d'água a outro e que nem sempre é possível se navegar por seu canal; *paraná* significa o próprio rio ou um braço deste, formando por conseguinte, uma ilha; *igarapé* nome dado aos pequenos rios na Amazônia, sendo um termo indígena que significa “caminho de canoa” (derivado de *igara* – canoa e *pé* – trilha, caminho) (GUERRA & GUERRA, 2011).

reprodução na Amazônia. Pretende-se também o seu entendimento no contexto das trocas que estabelece com a sociedade mais geral, sobretudo na sua “dependência” em relação ao mercado. Pois como afirma Witkoski (2010), se tem algo que parece melhor caracterizar o modo de vida camponês na Amazônia é a relativa autossuficiência que possui, principalmente ao que se refere à sua dieta alimentar, pois os seus ingredientes básicos podem estar disponíveis em maior ou menor quantidade dependendo do resultado do trabalho familiar na pesca, na caça e/ou na agricultura. Por sua vez, o que não se produz na unidade camponesa (alimentos, ferramentas de trabalho e outros utensílios), é complementado (adquirido no mercado) por meio da renda gerada com a comercialização de sua produção excedente.

O Quadro 1, expõe os elementos estruturais que, uma vez articulados, caracterizam a produção camponesa. Os nove elementos foram extraídos da obra Oliveira (2007), tendo sido originalmente apresentados por Tavares dos Santos (1985), aos quais se acrescentou um décimo presente na obra Paulino (2006). Tais elementos nos ajudarão na caracterização do campesinato no Médio rio Amazonas, possibilitando compreender, sobretudo a organização da produção e o modo de vida camponês-ribeirinho.

QUADRO 1: ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A PRODUÇÃO CAMPONESA

Elementos	Características
Força de trabalho familiar	é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo
Ajuda mútua entre os camponeses	é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados
Parceria	é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; [...] a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas
Trabalho acessório	é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa
Jornada de trabalho assalariada	aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada
Socialização do camponês	é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos
Propriedade da terra	é, na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês-proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)
Propriedade dos meios de produção	exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas
Jornada de trabalho	é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho)
Variedade de cultivos	A variedade de cultivos é um fator positivo para o camponês, pois há maior possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente (PAULINO, 2006, p.112)

Fonte: Oliveira (2007) e Paulino (2006).

Organização: Dilson Nascimento, 2015.

1.2 A formação do camponês no Médio rio Amazonas

A constituição dos assentamentos humanos na Amazônia, particularmente das comunidades camponesas, guardam estreita relação com diversos períodos históricos de “ocupação” (despovoamento², aculturação, etc.) da região, quase sempre impregnados por diversos interesses econômicos nacionais ou internacionais. Desde o período colonial, notadamente a partir do século XVII, quando esta porção do ocidente passou a ser objeto de interesse de comerciantes espanhóis, ingleses, holandeses e mais fortemente dos portugueses, tem-se uma série de medidas com vistas ao atendimento das exigências do mercado internacional criado pelas chamadas “drogas do sertão”. É nesse contexto que surgem as principais características dos camponeses que vivem às margens dos rios³, os camponeses-ribeirinhos. Durante o período de ocupação mais recente da região, empreendido a partir do século XIX para a exploração econômica da borracha, também houve diversas modificações sócio-espaciais nos locais que se mantiveram sob influência desta atividade econômica na região, quando a grande massa de retirantes nordestinos (cerca de 500.000 refugiados das secas ou atraídos pela riqueza da borracha) entrou em contato com os já estabelecidos camponeses-ribeirinhos (CRUZ, 2007).

A esse respeito é preciso reconhecer que a formação/consolidação do campesinato no Médio rio Amazonas dá-se em meio a estes diferentes períodos, nos quais os assentamentos humanos localizados nas margens do rio Amazonas experimentaram várias mudanças *sócio-espaciais*, onde “[...] o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais...” (SOUZA, 2013, p. 16, grifos no original).

² Para Porro (1995), o entendimento do brutal despovoamento na várzea deve considerar, de início, que mesmo antes da atuação das tropas de regate, as moléstias contra as quais os organismos não tinham resistência, como a varíola que assolou os Omágua, já havia produzido grande impacto sobre a redução dos povoados na várzea.

³ Segundo Harris (2006), a *flexibilidade* e a *resiliência* (capacidade de adaptação ambiental e acomodação às demandas econômicas externas) apresentam-se como as principais características do campesinato amazônico. Tais características, entretanto, foram forjadas em meio às pressões externas impostas, sobretudo sobre as sociedades indígenas, as quais foram destruídas com a colonização europeia do vale amazônico, desde o início do século XVII. O campesinato amazônico, assim entendido, não é uma nova sociedade fruto “das pessoas que a viveram, mas das condições externas que a geraram” (p. 88).

Sobre a imposição da força militar e da ação religiosa, Portugal inscreveu seu domínio e estabeleceu o controle territorial, obtendo o direito de exploração dos recursos naturais. Por meio do estabelecimento dos fortes ou do regime de missões, terras e homens foram subordinados à Coroa Portuguesa. Sob essas estratégias grande parte das populações indígenas do período do contato na Amazônia foi extinta ou teve seu modo de vida transformado.

De acordo com Porro (1995), a maioria dos povos indígenas que ocupavam as margens do rio Amazonas durante a chegada dos europeus, há mais de dois séculos já está extinta ou destruída. Na mesma obra afirma o autor:

No século XVIII boa parte das tribos ribeirinhas havia sido dizimada e incorporada como mão-de-obra servil nas vilas e fazendas portuguesas, e seus remanescentes haviam se refugiado pela terra firme, longe dos rios frequentados pelos colonos. Ao mesmo tempo, missões e povoados eram fundados ao longo do Amazonas com índios *descidos* pelas tropas de resgate e pelos missionários; disto resultou uma sociedade ainda essencialmente indígena, embora fortemente marcada pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica... (p. 73, grifo no original).

Entre os alvos principais dos conquistadores estavam os indígenas que conheciam bem os usos das especiarias locais e dominavam sua forma de extração ao longo das florestas. “Nessa economia extrativa, o índio, desde o início, desempenhou importante papel. Era o índio que sabia onde se encontravam as fontes de suprimento e as técnicas de coleta e beneficiamento...” (OBERG, 2009, p. 187). Não obstante, o índio também foi além de “guia”, a própria mão de obra empregada na extração das drogas do sertão. Porém, o modo de trabalho ao qual foi submetido fez do índio um fugitivo, motivo pelo qual foi posteriormente aldeado e catequisado por diferentes ordens religiosas como os carmelitas, jesuítas e outros.

A busca pela mão de obra indígena foi uma das causas principais das modificações ocorridas na cultura e na sociedade Amazônica dos séculos XVII e XVIII, sua procura era motivada principalmente pela falta do colono ou do escravo negro na região (OLIVEIRA, 1988).

As ações das ordens religiosas empreendidas na Amazônia a partir do século XVII foram imprescindíveis para modificar, sobretudo, o modo de vida e despertar o interesse e o apego indígena pelo trabalho, e pela fixação à terra, sendo intensificadas com as medidas adotadas no século XVIII durante o período pombalino (1750-1777), as quais entre outras coisas, objetivavam estimular o trabalho familiar em oposição à

vida em aldeias, motivo pelo qual se incentivou o casamento entre brancos e índios. Assim entendido, os camponeses-ribeirinhos que habitam as várzeas amazônicas teriam sua formação consolidada entre os séculos XVIII e XIX (CRUZ, 2007), por meio da mistura entre os brancos (principalmente os portugueses) e os índios que mantinham estreita relação com a água.

Nesse contexto de trocas culturais entre brancos e índios, é que o campesinato amazônico tem suas origens, ou seja, nas ações externas promovidas pela colonização europeia no vale amazônico (HARRIS, 2006; CRUZ, 2007).

O campesinato amazônico, especificamente o camponês-ribeirinho, deve sua ascendência – quanto às suas práticas culturais – aos conhecimentos acumulados sobre o ambiente de várzea (uso da terra, da água e da floresta) pelos povos ameríndios, somados aos seus “novos” usos advindos do contato com a cultura do colonizador europeu. Assim, para Witkoski (2010)

[...] A riqueza dos conhecimentos práticos acumulados secularmente, articulados com um poderoso capital simbólico influirá, de modo decisivo, no resultado da interação dos conquistadores brancos com os ameríndios, formando, no fluxo desse contato interétnico, os caboclos/ribeirinhos – os camponeses amazônicos (p. 463).

A origem do caboclo amazônico encontra-se atrelada à fricção interétnica entre os conquistadores europeus (brancos) e os povos indígenas. Contudo, o resultado dessa interação que concorrerá para o surgimento do camponês-ribeirinho guarda estreita relação com o conhecimento e as práticas culturais dos povos indígenas que já habitavam a várzea mesmo antes da chegada dos europeus.

Entre os principais elementos que caracterizam o modo de vida camponês-ribeirinho desenvolvido historicamente na Amazônia estão: a) o *trabalho familiar*: constitui a principal força de trabalho nas unidades domésticas camponesas, desempenhado ao longo de diversos períodos históricos permitindo a (re)produção desses camponeses; b) *propriedade dos meios de produção*: a existência de famílias que trabalham livremente suas terras, estas com disponibilidade para atividades agrícolas e extrativas; c) a *religiosidade* – seja baseada na cultura cristã europeia, seja baseada na cultura indígena local – em torno da organização promovida pela Igreja nas comunidades rurais, também se encontra atrelada grande parte da vida social do ribeirinho; d) a *vida em comunidade*: a qual se vincula também às relações de

parentesco⁴, sendo fundamentais para garantir o acesso e o controle sobre os recursos naturais usufruídos pelos camponeses que vivem às margens dos rios, lagos, furos, paranás, igarapés, etc.; e) *relação com a sociedade mais ampla*: a exemplo de sua relação com o mercado, uma das formas de estabelecimento de trocas, da qual deriva parte de sua subordinação.

Quando se considera a forma peculiar de usufruir a terra, como destaca Witkoski (2010), o camponês amazônico

[...] possui singularidades no contexto do campesinato brasileiro, pois trabalha simultaneamente com os elementos terra, floresta e água. Neste sentido, o camponês amazônico emerge como um sujeito social que realiza, e tem que realizar, um conjunto múltiplo de atividades no mundo do trabalho: com relação à *terra*, é agricultor e criador que *depende* necessariamente do conhecimento dos ciclos naturais das águas dos rios Solimões/Amazonas (enchente, cheia, vazante e seca) para realizar seus plantios e colheitas; com relação à *floresta*, exerce durante a vazante as atividades de extrator [...] a atividade da *caça*, uma das formas de extrativismo animal, no entanto, é praticada de modo relativamente mais intenso no período em que o rio inunda a várzea e, com isso, “cercam” em espaços bem delimitados os animais apreciados como alimento – o que facilita o ato de caçar; finalmente, esse camponês precisa ser, desde sua infância, um notável *pescador* – outra forma de exercer o extrativismo animal. Como tal, necessita envolver-se por inteiro com o meio ambiente água nos períodos da enchente, cheia, vazante e seca. Desse envolvimento, dependem a sua vida e a da sua família (p. 462, grifos do autor).

Outros elementos também podem distinguir o campesinato amazônico do existente noutros contextos no Brasil. No caso particular da várzea da Amazônia, onde o campesinato constitui-se uma contradição do modo de produção capitalista, não houve o predomínio da grande propriedade monocultora de exportação como fruto do processo histórico, portanto, não havendo a transformação do camponês-ribeirinho via expropriação da terra. Muito embora persista ainda na região problemas referentes à questão fundiária, que tem afetado sobremaneira grande parte dos camponeses-ribeirinhos, estes usufruem a terra, reproduzem-se por meio da parceria, do arrendamento da terra ou da água (ver CRUZ, 2007, p. 226 sobre o arrendamento dos lanços de pesca em Manacapuru-AM) ou da posse da terra (às vezes o ribeirinho não é mero ocupante, é dono da terra, porém, sem titulação no caso das terras inundáveis de várzea) onde trabalham independentemente com suas famílias. Esses camponeses-ribeirinhos não estão inseridos numa *estrutura de estratificação social*

⁴ Harris (2006), destaca o parentesco entre os camponeses que vivem às margens dos rios (ribeirinhos, caboclos) como sendo menos “a força de laços familiares e mais sobre uma rede de potencialidades de acesso aos recursos materiais e ao apoio moral” (p. 82).

rural (QUEIROZ, 1976), ou seja, no interior das comunidades não estão subordinados a grupos de grandes fazendeiros, por exemplo, algo que possa supor qualquer hierarquia do ponto de vista social, uma vez que, neste entendimento não se tem o camponês enquanto uma classe. Suas relações internas são entre “iguais”. Sua subordinação é fortemente marcada pela relação com o mercado, com a cidade, com a qual comercializa o produto excedente de seu trabalho e adquire outros bens por eles não produzidos.

Não obstante, tratar sobre a formação/transformação do campesinato no Médio rio Amazonas implica conhecer como estes assentamentos humanos passaram a ter, na sua base, a forma camponesa de produção e organização social, ou seja, como são formadas as características desse campesinato, o desenvolvimento da produção agrícola tendo como fundamento o trabalho familiar, a vida em comunidade e, como são tecidas as relações com a sociedade mais geral da qual faz parte, como proposto por Shanin (1980). Também se torna imprescindível o conhecimento dos fatores que influenciaram a formação/consolidação dos diversos assentamentos humanos ao longo do Médio rio Amazonas.

Para compreender a formação/transformação do campesinato no Médio rio Amazonas, questionamos como se constitui a vida dos camponeses-ribeirinhos ao longo dos diferentes períodos aos quais esse campesinato encontra-se atrelado? Como proceder ao reconhecimento das transformações ocorridas nesse campesinato, sobretudo em sua relação com o capital? Uma alternativa é procedermos à periodização para que possamos dar suporte à resolução de nossos questionamentos.

Porém, nos questionamos ainda sobre, o que precisamos considerar em nossa periodização? Um passo importante é termos em mente que a orientação para nossa periodização deva ser, não uma retomada pura e simples da história, mas dos fatos que uma vez materializados no espaço, contribuíram para a formação/transformação do campesinato no Médio rio Amazonas, não por meio de uma visão linear da história, mas concebendo-a como processo em que se constroem o mundo e a própria vida dos camponeses-ribeirinhos. Tomando por base que a tentativa de proceder a uma periodização como afirma Milton Santos (2006) deva considerar que

[...] o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o

tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições (p. 33).

Nossa pretensão é, antes, partir do presente para compreender as transformações ocorridas ao longo da história. Portanto, partimos de um espaço-tempo presente, mas, portador de momentos distintos de construção, o qual para Santos (1978), caracteriza-se por meio da desigual distribuição das técnicas ao longo do tempo.

Para Santos (2006), o espaço em si já é portador de uma concretude, assim, para realizarmos a periodização também devemos “empiricizar” o tempo, tornando-o material

[...] e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A técnica entra aqui como um traço de união, historicamente e epistemologicamente. As técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizadas (p. 33).

Compreendendo o espaço enquanto um sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 2006) mediatizado por meio das técnicas, as quais não se distribuem de modo uniforme e simultaneamente nos lugares, podemos distinguir diferentes espaços e tempos da sociedade que pretendemos estudar. Ainda para Santos (2006), o espaço, diferencia-se por meio das técnicas utilizadas, as quais se materializam no espaço por meio do trabalho, sendo a técnica “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo, cria espaço... (p. 16).” De igual modo, para o referido autor, a técnica também é parte da constituição e da transformação do território. Logo, periodizar permite-nos, não trabalhar as rupturas abruptas dos diferentes tempos que marcaram o espaço e a vida dos camponeses-ribeirinhos, mas buscar compreender os fatos, que de modo articulado, adquirem certa relevância em cada momento histórico, suas continuidades e descontinuidades que permitiram a reprodução do modo de vida camponês-ribeirinho no Médio rio Amazonas.

O Quadro 2, sintetiza os diversos períodos e fatores que influenciaram na ocupação e, portanto, no desenvolvimento das características atuais do camponês-ribeirinho no Médio rio Amazonas, seguindo a metodologia utilizada por Oliveira

(2014). Para a melhor compreensão das transformações que envolveram os camponeses-ribeirinhos no Médio rio Amazonas, as informações contidas no quadro a seguir serão pormenorizadas e apresentadas ao longo dos três capítulos da dissertação.

QUADRO 2: FATORES DE INFLUÊNCIA SOBRE A FORMAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO CAMPESINATO NO MÉDIO RIO AMAZONAS

Período	Fatores condicionantes	Influência de ocupação formação/consolidação do campesinato
1851 a 1891	Grande seca de 1888 no nordeste brasileiro. Início da exploração da borracha e a chegada dos primeiros imigrantes nordestinos.	Exploração econômica da borracha e cacau. Chegada das famílias cearenses Barbosa e Teixeira. Formação/consolidação de diversos povoados ao longo do rio Amazonas. Influência dos nordestinos sobre a diversificação da produção e adensamento da população rural/camponesa.
1892 a 1912	Apogeu da borracha e chegada da segunda leva de imigrantes nordestinos.	Desenvolvimento da agricultura e pequena criação no Médio rio Amazonas.
1913 a 1949	Declínio da borracha e a busca de novas opções de exploração econômica (ex.: juta/malva). Última leva de imigrantes nordestinos. Emigração japonesa e a aclimação da juta.	Chegada da família cearense Lobato. Início da exploração econômica da juta na várzea Amazônica.
1950 a 1980	Ocorrência de grandes enchentes/cheias. Ação dos Movimentos Eclesial de Base (MEB). Ápice da economia da juta/malva em Parintins.	Redução dos antigos sítios. Extinção das “Casas de Comércio”. Difusão da juta na várzea Amazônica. Criação (organização) das comunidades rurais pela Igreja Católica. Maior organização social e política dos camponeses.
1981 a 2015	Declínio da economia da juta.	Dedicação das famílias camponesas à agricultura (culturas temporárias), pecuária e maior pressão sobre os recursos pesqueiros. Intensificação da migração campo-cidade e a inversão populacional do município de Parintins.

Fonte: Informações baseadas no levantamento sócio-espacial do Médio rio Amazonas. Organização: Nascimento, 2016, adaptado de Oliveira (2014).

A “ocupação” recente da Amazônia, a partir de meados do século XIX para a exploração da borracha, sobretudo com a imigração nordestina, também contribuiu sobremaneira para a formação/consolidação dos assentamentos humanos ao longo do Médio rio Amazonas. Cabe assinalar, que a chegada dos nordestinos (“trazidos” para lavrar a terra) ao Baixo e Médio rio Amazonas foi motivada principalmente pelas áreas “desocupadas” do território e pelo “desabastecimento” de alimentos que tanto a Província do Pará, quanto a do Amazonas enfrentavam diante da concentração dos trabalhadores (extratores/coletores de látex) principalmente nos altos rios da Amazônia.

Oliveira Filho (1979) faz uma distinção entre a migração nordestina ocorrida para o *seringal modelo caboclo* e para o *seringal modelo do apogeu*. Segundo o referido autor, no *seringal modelo caboclo*, predominou a exploração da borracha por famílias camponesas, pois sua exploração dava-se nos limites da fronteira econômica, sendo, portanto baseado numa mão de obra local, pluralidade funcional (com destaque às atividades de subsistência), o seringal é marcado por uma pequena produtividade do trabalhador. Neste caso, a migração dos retirantes nordestinos dos anos de 1877 e 1888, não resultou na figura do seringueiro, mas do retirante, embora este último trabalhasse nos seringais com suas famílias. No *seringal modelo do apogeu*, a exploração excedeu os limites das fronteiras de mercado, sendo necessária a importação quase que integral de mão de obra, a manutenção do trabalhador isolado, a especialização com o abandono da agricultura, produtividade do trabalhador bem mais elevada.

A distinção primordial entre os dois modelos apontada pelo referido autor é que no *seringal modelo caboclo* a migração foi “espontânea” (ressalvando que muitos dos retirantes ficavam abrigados em locais cedidos pelo governo e posteriormente eram enviados às colônias agrícolas em formação) e no *seringal modelo do apogeu* a migração foi dirigida (induzido e organizado), prevalecendo, neste último caso, o interesse das casas aviadoras na expansão dos seringais explorados para o aumento da produção. Uma segunda distinção apontada entre os dois modelos é que o seringueiro ao chegar à Amazônia, diferentemente do retirante, já se encontrava endividado com o *agenciador* (recrutador de mão de obra no Nordeste) e com o seringalista (dono do seringal ao qual o seringueiro teria que pagar todas as despesas realizadas por ele).

Esse – e não o retirante – é que será o seringueiro nordestino, que migra sem a família e que tem como objetivo voltar para a sua terra depois de formar algum pecúlio, aquele que se destina unicamente à extração de seringa e que se dirige para as regiões de maior rentabilidade (*os altos*). Uma mão de obra dependente e que se enquadra melhor na organização do seringal que foi acima caracterizado como o *modelo do apogeu* (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 135, grifo do autor).

Os primeiros nordestinos que ocuparam o Médio rio Amazonas chegaram, aproximadamente, entre as décadas de 1870 e 1920, conforme a sistematização apresentada no Quadro 3, realizada a partir da obra de Teixeira (2007).

QUADRO 3: PERIODIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA CHEGADA DAS PRIMEIRAS FAMÍLIAS NORDESTINAS TEIXEIRA, LOBATO E BARBOSA AO MÉDIO RIO AMAZONAS

Ano	Família	Nomes	Origem	Destino/Fixação
*	Barbosa	Joana Barbosa, irmã de Victalina Maria Teixeira, citada a baixo.	*	Igarapé do Boto, margem esquerda do rio Amazonas, a montante da cidade de Parintins-AM.
1879	Teixeira	Manoel Francisco Teixeira, acompanhado da esposa Victalina Maria Teixeira e dos filhos Manoel do Nascimento, Antônio Rufino, Maria, João, Leocádio, Raimundo Simplício e Izabel.	Crato-CE, região do Cariri cearense.	Sítio São João, localizado nas Lajes, margem direita do rio Amazonas, a jusante da Vila Amazônia, Parintins-AM.
**	Lobato	Pedro Lobato de Castro (com sua família), enteado de Quitéria, citada a seguir. Pedro era filho do primeiro casamento de João Lobato de Castro, citado a seguir, com Dona Ana Correia de Castro.	Quixeramobim-CE	Lago do Aduacá, atualmente pertencente ao município de Nhamundá-AM.
		Raimundo Gomes Ferreira e José Gomes Ferreira, também irmãos de Quitéria, citada a seguir.		Sítio Bom Futuro e sítio Barra Nova, localizados na várzea alta denominada Terra Grande, margem esquerda do rio Amazonas, a montante da cidade de Parintins-AM.
1911		Ana (Santana) Ferreira de Souza (com o esposo Francisco Pereira de Souza e os sete filhos do casal), irmã de Quitéria, citada a seguir.		Sítio São José, localizado na cabeceira do Lago do Aduacá, atualmente pertencente ao município de Nhamundá-AM.
1920		João Lobato de Castro e Quitéria Ferreira Lobato, acompanhados dos oito filhos do casal.		Lago do Aduacá, atualmente pertencente ao município de Nhamundá-AM.

Fonte: Elaborado a partir das informações contidas em Teixeira (2007).

Organizador: Nascimento, 2015.

Na obra de Teixeira (2007), o autor não conseguiu identificar (por meio de documentos passados em cartórios) o ano da chegada, nem a origem exata da família Barbosa, as únicas fontes são orais, mas ao que se sabe estes chegaram antes da família Teixeira ao Amazonas. De igual modo, não foi possível identificar o ano em que chegaram os primeiros membros da família Lobato, porém se sabe que por volta de 1911 já estavam estabelecidos no Amazonas.

Estes pioneiros não ficaram imunes a problemas como as péssimas condições nas quais foram transportados nos navios para a Amazônia, às enfermidades e

doenças como a malária, além é claro da falta de incentivo para lavrar a terra. Aos poucos estes foram adaptando-se às peculiaridades regionais, sendo também incorporados à sociedade amazônica nas diversas posições sociais, “[...] Se não na primeira, com certeza na segunda e terceira gerações de seus filhos e netos” (BENCHIMOL, 2009, p. 156-157).

Na área da pesquisa, registrou-se, por meio do levantamento bibliográfico (Quadro 3), que houve, num primeiro momento, anterior ao ano de 1879, a presença da primeira geração de famílias nordestinas chegadas ao Médio rio Amazonas, as quais se dedicaram mais intensamente à agricultura (plantação de cacau, cana-de-açúcar, tabaco) e à pequena criação, e, num segundo momento, no decorrer do século XX, os descendentes das primeiras gerações, não citadas no Quadro 3, que entre outras funções destacaram-se como criadores de gado, donos de grandes plantações de cacau e como comerciantes, sendo por isso, conhecidos como “coronéis-de-barranco”.

As atividades desenvolvidas pelos seringalistas no período áureo da borracha extrapolavam as tarefas peculiares de administração do seringal, sendo estes incumbidos também pela manutenção da ordem e por grande parte da vida social em torno dos seringais, que no dizer de Samuel Benchimol (2009) consistia numa “comunidade humana, econômica e social de trabalho”. Em função das atribuições “extras”, o seringalista foi adquirindo *status*, sendo a ele concedida (quando não comprada) a patente de coronel pela Guarda Nacional. Com o passar do tempo, mesmo àqueles desprovidos de patentes oficiais, também se passou a empregar-lhes indistintamente, o título de coronel-de-barranco. Por esse motivo os nordestinos (comerciantes, donos de grandes plantações de cacau e criadores de gado) eram chamados de coronéis-de-barranco em Parintins, mesmo sem patente alguma, mas em função de suas posses.

Desse modo, eles [os seringalistas] passaram a ser conhecidos por coronéis antes dos prenomes e nomes de família. O título impunha respeito e conferia autoridade ao seu titular e, destarte, o interior da Amazônia foi sendo dominado por coronéis, a princípio com legítimas patentes da Guarda Nacional, e depois, mesmo sem título, tornou-se costumeiro agregar ao nome dos proprietários dos barracões esse atributo e honraria. Por isso, talvez, o povo começou a chamar indistintamente de coronel-de-barranco a todos eles, independente da existência ou não de patentes. Assim como os aviadores portugueses passaram a ser comendadores, mesmo sem comenda oficial, os seringalistas passaram a ser coronéis, em respeito ao seu poder e riqueza (BENCHIMOL, 2009, p. 162).

A vinda dos nordestinos para a Amazônia foi incentivada (financiada) tanto pela Província do Amazonas, quanto pela Província do Ceará, além do Governo Federal. Entre os principais motivos estavam as secas que assolavam o nordeste brasileiro nos anos de 1877 a 1889. Teixeira (2007) assinala que cada nordestino embarcado nos navios para a Amazônia, custava para o Governo Federal, 27\$000 (vinte e sete mil réis). O autor afirma que as famílias ficavam por certo período em Belém, depois, ao chegarem a Manaus eram abrigadas numa hospedaria cedida pelo governo para os retirantes nordestinos, no local onde atualmente funciona o Instituto Benjamim Constant, e, em Parintins, as famílias abrigavam-se na repartição da então Mesa de Rendas do Estado, onde se localiza atualmente a Praça Digital.

Vale destacar que a imigração nordestina para a Amazônia, ou para a Província do Amazonas, não se limita de modo algum à forte estiagem nordestina de 1877-1889, embora ela possa ser responsável por parcela significativa de retirantes, em momento anterior e, mesmo posterior a ela, registrou-se a entrada de nordestinos no Amazonas. Não só a seca nordestina, mas também a própria situação da estrutura fundiária do Nordeste expulsou um grande contingente populacional, enquanto no âmbito local, a atração que a exploração da borracha causava aos retirantes também pode ser destacada entre os fatores que contribuíram para tal movimento.

Benchimol (2009) detalha como os imigrantes eram trazidos para a Amazônia e quais eram suas perspectivas na nova terra:

Eles eram recrutados nos campos de flagelados das secas, nas vilas e povoados do sertão nordestino, embarcados nos porões dos navios do Lloyd, amontoados nas improvisadas hospedarias e imigrantes e depois mandados, com suas redes de dormir, nos porões dos *vaticanos*, *chatas* e *gaiolas*, rio acima, para trabalhar nos seringais dos baixos e altos rios. Começavam a trabalhar, já endividados, conforme Euclides da Cunha: *O seringueiro trabalhava para escravizar-se*. Começavam como *brabos* até que, com a ajuda dos companheiros mais velhos e experimentados – os seringueiros *mansos*, já domesticados, aprendiam o ofício do corte, sangria, coleta e defumação. Quando não eram vítimas da violência, das flechadas dos índios, picadas de cobras, das emboscadas e conflitos de sangue nas festas e nos negócios, morriam aos milhares de doenças como beribéri, pelagra, malária, maleita e ferida braba (p. 159, grifo do autor).

Cabe destacar ainda, ao contrário do que ocorreu nos seringais dos altos rios e seus afluentes, os nordestinos que chegaram ao Médio rio Amazonas, trouxeram consigo suas famílias, que entre outras coisas, dedicaram-se principalmente à agricultura e à pecuária nos anos que se seguiram, tendo influenciado de forma

significativa estas atividades no município de Parintins. Entre os exemplos, destacamos as peculiaridades que envolveram a vinda da família Teixeira em 1879, para o Estado do Amazonas. Teixeira (2007) relata sobre o patriarca da família Manoel Francisco Teixeira:

A sua vinda para cá pode significar que, embora rurícola, Manoel Francisco sempre foi dono do que possuía e certamente não estava acostumado ou não gostava de trabalhar para os outros. Ademais, trouxe consigo a família – mulher e filhos – e não desejava vê-los expostos aos riscos dos seringais. Também, sua atividade era outra, voltada para a agricultura e a pecuária, com a criação de gado bovino e caprino... (p. 74).

Os nordestinos que chegaram com suas famílias puderam desenvolver as principais atividades que já praticavam no Nordeste, a agricultura e a pecuária, e isto principalmente os motivou a trabalhar a terra no Médio rio Amazonas, ao invés de seguirem aos seringais dos altos rios, dadas às peculiaridades que estes últimos possuíam.

É bem possível, também, que nosso patriarca [Manoel Francisco] já fosse sabedor de que o sonho de muitos dos seus conterrâneos que se aventuraram nos seringais transformou-se no pesadelo da semi-escravidão e na morte pela malária. Além disso, as notícias que corriam na época relatavam casos terríveis acontecidos nos seringais. Diziam que os seringalistas não eram donos apenas dos seringais, mas também dos seringueiros que passavam a ser sua propriedade (TEIXEIRA, p. 74-75).

Também as informações dão conta de que parentes da esposa de Manoel Francisco já moravam no igarapé do Boto, onde cultivavam cacau, e isso teria influenciado na fixação de sua família no Médio rio Amazonas. Além da família Teixeira, outras também vindas do Nordeste como a Barbosa e a Lobato, ocuparam as áreas rurais do município de Parintins e contribuíram para consolidação do campesinato nestas áreas como exposto anteriormente no Quadro 3.

Entre os descendentes da primeira geração estava o Coronel Antônio Rufino Teixeira (Quadro 3), que chegou ao Amazonas com seu pai Manoel Francisco, com aproximadamente doze anos de idade. Rufino teve treze filhos. Foi proprietário de diversos imóveis, os quais totalizavam, no ano de sua morte em 1931, quatorze propriedades distribuídas entre os municípios de Parintins-AM e Nhamundá-AM (TEIXEIRA, 2007), tendo escolhido o sítio São João, na atual comunidade São

Sebastião, como sede de administração de suas fazendas, onde também desenvolveu as atividades de comerciante.

Suas atividades não se limitavam à criação e compra e venda do gado, mas também à comercialização de todo e qualquer produto extrativo regional, assim como do pirarucu e outros peixes salgados, do couro e carne de jacaré e da capivara, castanha, cacau, etc. São João era ponto de parada quase obrigatória das embarcações que subiam ou desciam o canal daquela margem do Amazonas. Ali paravam para vender, para comprar ou, simplesmente, para abastecer-se de alimentos ou lenha para as fornalhas de suas caldeiras (TEIXEIRA, 2007, p. 195).

Cabe salientar que a acumulação/concentração da terra foi possível porque no período da economia extrativa só quem podia comprar as pequenas ou mesmo as grandes propriedades de várzea eram os comerciantes das casas de comércio, ou os grandes criadores. Antonio Rufino além de criador, também era comerciante.

Pequenos proprietários de terra necessitados de vendê-las recorriam com frequência aos seus vizinhos extremantes, criadores de gado (como ainda ocorre hoje) que se interessavam na terra para pastagem e/ou, onde havia cacau, para explorar sua produção. Isto acontecia porque estes eram os únicos, entre os camponeses-ribeirinhos, que dispunham de dinheiro, o criador o dispunha pela venda do gado aos marchantes e, o comerciante, por suas transações com os navios a vapor “representantes” das casas aviadoras. Os camponeses-ribeirinhos quase não tinham acesso ao dinheiro já que trabalhavam no sistema de aviamento. Para os criadores de gado do “Boto”, a terra e o gado sempre foi sinônimo de riqueza, sendo estas as formas mais comuns de aplicação da renda da terra.

Atualmente, a localidade São João continua sendo conhecida pelo mesmo nome, porém, grande parte em propriedade/posse dos herdeiros da família Teixeira, ou em posse de outras famílias que compraram uma porção de terra no local, não se constituindo, portanto, uma “única” propriedade como era entre o século XIX e início do século XX, estendendo-se da várzea, na margem esquerda do rio Amazonas, em Parintins, até a terra firme, no município de Nhamundá. A partilha/fracionamento das terras da fazenda São João entre os herdeiros começou em meados do século XX, com a morte da matriarca da família Teixeira na localidade, o patriarca Antônio Rufino Teixeira já havia falecido em 1931, como assinalado anteriormente. A respeito da partilha das terras da fazenda São João um dos herdeiros comenta:

Eu guardo o documento do papai do São João... Eu tenho também o formal de partilha dele, da herança da mãe dele. [...] Ali no inventário tem tudinho o que foi deixado pelo falecido, como o da finada vovó, até rádio, até utensílio de cozinha, **propriedades, gado que ficou [com] muitos sócios, nome dos sócios, quantas reses em cada sócio que foi, propriedade que tinha, o gado que tinha lá...** Como tinha muito herdeiro... Os herdeiros da finada vovó: papai, tio Paulo (pai do Teixeirão), tio Ivo que já era morto, tio Onofre, tio Longo, tio Lauro, tia Iracilda, tia Olendina, tia Iracema e tia Cristina. Isso aí saiu pra eles... Tio Lauro já era falecido, então pra quem ficou: ele deixou três filhos, Zé Teixeira, Laura Estela e Peta, então o patrimônio do finado Lauro vai ser dividido entre os três filhos. O tio Ivo deixou uma filha, então o patrimônio dele tocou todo pra essa filha... Já tio Longo ele deixou uma “pancada” de filho, aí foi mais dose! A parte do finado Longo tiveram que dividir pra essa quantidade de filho. Aí outros já compraram isso aí... O tio Jorge comprou um bocado dessas partes, de herdeiros pequenos. Então isso aí é complicado quando tem uma família grande assim... O cacual do Boto tocou pro Chicota da tia Cristina, aí ele vendeu esse cacual. Era cacual, nossa avó morava aí... Foram vendendo... (E. S. T. 72 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

Ao ser partilhada entre os numerosos herdeiros a terra anteriormente concentrada, permitiu a reprodução de outras tantas famílias, mas também novos usos, diferentes aos praticados por seus antigos donos, a exemplo do que ocorreu com o cacau, paulatinamente sucedido por outras culturas e/ou pela pecuária. Economicamente a substituição do cacau deu-se tanto por motivações internas (grandes enchentes/cheias), quanto externas (desvalorização econômica), como exposto no final desse capítulo. Outra questão destacada foi a presença da *sociedade pecuária* já no começo do século XX, a qual se fazia representar inclusive nos formais de partilha dos bens dos camponeses-ribeirinhos daquela época. A *sociedade pecuária* e suas particularidades são apresentadas no terceiro capítulo da dissertação.

1.3 O Camponês-ribeirinho do médio rio Amazonas e as transformações sócio-espaciais

1.3.1 A produção extrativa vegetal e animal

Desde o final do século XIX até meados do século XX as principais atividades econômicas do município de Parintins encontravam-se relacionadas ao campo, onde também se concentrava a maior parte da população, posto que sua inversão populacional tenha ocorrido apenas a partir de 1980. Ao contrário do que ocorreu nos altos rios da Amazônia (Purus, Juruá, Madeira, Solimões, Javari) e seus afluentes, no município de Parintins a atividade extrativa do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), teve menor expressão.

Dito de outra forma, tal atividade da maneira como era praticada pelos caboclos, em termos de *organização da produção*, no período anterior ao seu apogeu, não representava riscos à coexistência das demais atividades, pois todas se encontravam dentro da mesma *rede de financiamento e comercialização* (OLIVEIRA FILHO, 1979). O autor sustenta tal argumento afirmando que outros produtos tiveram grande importância no período que antecedeu o ápice da economia gomífera, como o pirarucu que liderava as exportações.

Poder-se-ia dizer que até certo ponto essa forma de organização da produção tenha se mantido na região do Médio rio Amazonas, principalmente se considerarmos o ambiente de várzea que consiste em nosso objeto de estudo, onde não há relatos de escassez de alimentos e, que, portanto, não se tenha atingido o grau de especialização que houve nos altos rios no ambiente de terra firme. Outra característica importante da organização sócio-espacial era o fato de que o seringal dessas áreas de várzea constituía-se propriedade/posse das famílias que nelas habitavam e não sendo, portanto, propriedade privada dos seringalistas ou dos aviadores, como o era nos altos rios.

Em Parintins, por exemplo, o pescado e as peles de animais tiveram grande destaque entre os produtos de exportação do município, conforme apresentado por Antônio C. R. Bittencourt (2001[1924]). O comércio de pirarucu não só foi praticado durante o século XIX, como ainda se estendeu com grande destaque até as primeiras décadas do século XX como produto de exportação em Parintins, o que nos ajuda a compreender a não especialização dos camponeses-ribeirinhos do município em extratores de látex. Embora tenha havido a extração da borracha no Médio rio Amazonas, esta não deixou de ser realizada combinando outras atividades como o cultivo de cacau e tabaco, a caça, a pesca.

Sobre a pesca e a salga do pirarucu (*Arapaima gigas*), o cônego Francisco Bernardino de Souza (1873), escreveu:

É uma das cousas mais curiosas do Amasonas a *salga do pirarucú*.
É feita annualmente nos lagos e dura pouco mais ou menos tres mezes.
Começa quasi sempre em setembro, quando já tem baixado os lagos, deixando á descoberto as margens.
Principia então a emigração. Os filhos do Amasonas, que habitam o povoado, retiram-se para os sitios em que é costume fazer-se a salga e levam consigo não só os petrechos de pesca, como tudo quanto em casa possuem.
As montarias cortam as aguas dos rios; é uma verdadeira emigração de familias inteiras, que deixam a casa completamente abandonada. Depois de haverem escolhido um sitio asado, levantam uma pequena barraca de palha

e ali passam os tres mezes de salga, a que chamam de fatura, pescando, pirarucú, salgando-o e secando-o, para vederem-n'ó aos negociantes, que lá mesmo o vão buscar.

É assim pois que despovoam-se por esse tempo as vilas e sitios á margem do Amasonas, ficando semeados de barracas, á que dão o nome de feitorias, os lagos de salga, como *Parú* e o *Lago Grande* no distrito de Obidos e o *Muriacá* e *Mucuricanan*, no de Faro.

Ali, fumando o seu cigarro de *tauary*, que dura o dia inteiro e ás vezes mais de um dia, vê-se o pescador correndo o lago, sentado á proa de uma canôa, que leva na pôpa um remo amarrado para aguental-a, e remando de quando em vez, mas muito de manso; lá espera que o peixe boie.

[...]

A salga do pirarucú dá-se em todo o Amasonas, sendo o distrito de Villa-Bella [Parintins] o que fornece a maior quantidade do peixe seco (*pirahém*), que abastece as duas provincias do Pará e Amasonas (p. 72-74, grifos do autor).

Isso demonstra o quanto a combinação de atividades era importante para a manutenção das famílias sem tornarem-se exclusivamente extratoras de látex.

Segundo Oliveira Filho (1979), nem todos os seringais foram explorados da mesma forma, ou seja, nas redondezas das ilhas do Marajó, no Pará, os seringais eram explorados por famílias que também cultivam a terra. Isto posto, poderíamos afirmar que tal atividade ocorrera com alguma similitude na várzea do Médio rio Amazonas, na hinterlândia de Parintins, onde o que se tinha eram as moradias dos ribeirinhos e as casas de comércio, não havendo a organização espacial articulada a partir dos barracões (dos seringalistas) e tapiris (dos seringueiros) que se fez presente nos seringais dos altos rios como descrito por Gonçalves (2010). Vale ressaltar que os seringais dos terrenos de várzea em Parintins, eram consorciados com outras espécies como o cacau, conforme descrito anteriormente, o que também impossibilitava a especialização do camponês-ribeirinho em extrator/coletor de látex.

Dadas as preocupações, ao longo do século XIX, principalmente a partir da década de 1870, com o relativo “abandono da agricultura” as autoridades amazonenses passaram a incentivar também a imigração nordestina⁵ (mas não somente) e a colonização para “povoar” as áreas “abandonadas” para a prática da agricultura (OLIVEIRA, 1988). Vale lembrar que preocupação semelhante foi percebida no Estado do Pará com o desabastecimento da cidade de Belém, tendo a

⁵ A vinda dos nordestinos foi tanto subsidiada pela a Província do Amazonas quanto pela Província do Ceará em face da grande seca de 1888 que assolou sua população. Como afirma Sternberg (1998) “Em 1º de dezembro de 1888, vendo balados seus esforços, esgotados seus meios de ação para manter os habitantes em seus domicílios, o presidente da Província [do Ceará], havendo obtido passagens gratuitas por conta do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, baixava instruções reguladoras do “serviço do embarque de famílias que, em consequência da seca, emigram do Ceará para outras províncias” (p. 129 – grifo do autor).

partir de então sido estimulada a colonização da região bragantina por nordestinos, objetivando a produção de base familiar (GONÇALVES, 2010). Com isso, uma parcela dos nordestinos, principalmente, que chegaram à Amazônia, ou no caso particular ao Amazonas, no período do apogeu da borracha teve também como opção trabalhar a terra para “sanar” o problema do desabastecimento de alimentos da província. Estes argumentos, somados ao fato de que muitos nordestinos já conheciam o que de fato os seringais representavam, fizeram com que uma parcela dos imigrantes chegados entre o fim do século XIX e começo do século XX, preferissem fixar-se à terra a se embrenhar nos seringais (TEIXEIRA, 2007).

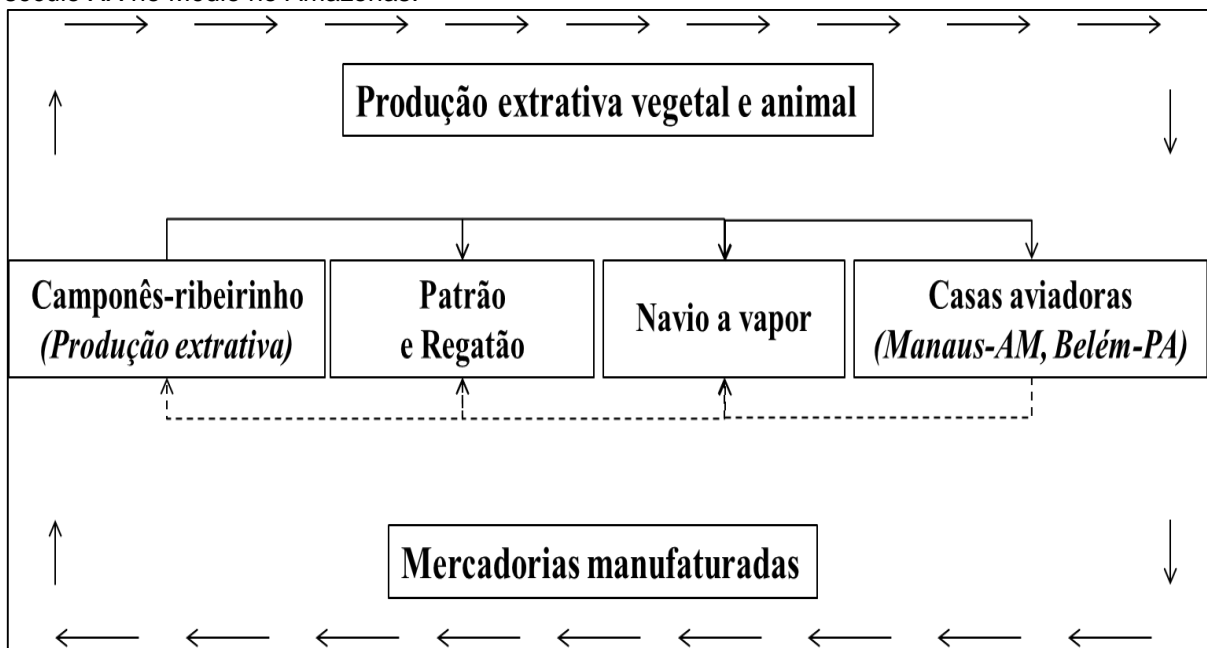
Esta última decisão foi de grande relevo para a formação social dos assentamentos humanos ocorrido durante a transição do século XIX para o século XX, nas áreas rurais, do município de Parintins, principalmente nas comunidades São Sebastião do Boto e Santa Rita do Boto, onde três troncos de origem nordestina se fizeram presentes no período em questão (sendo ainda bastante visíveis atualmente): os descendentes da família Teixeira, oriunda da região do Crato, Ceará; os descendentes da família Lobato, de Quixeramobim, Ceará; além dos descendentes dos Barbosa, cuja origem se supõe ser nordestina. A família Barbosa, por exemplo, de acordo com os relatos dos moradores mais antigos, teve grande participação na vida econômica e social das comunidades estudadas, foram donos de cacauais e de casas de comércio, principalmente ao longo do igarapé do Boto, onde estavam estabelecidos.

Embora a presença nordestina possa ser observada em diversos pontos da Amazônia, esta não se apresenta com as mesmas características. Neste caso, a diferença não reside apenas na forma como a mão de obra nordestina foi utilizada para atender aos interesses regionais, mas também na forma como as famílias (no caso daqueles que vieram trabalhar na agricultura) foram introduzidas. Em Parintins, por exemplo, não se identificou a presença de colônias de nordestinos, como observado por Sternberg (1998) na várzea do município do Careiro, próximo à cidade de Manaus, em seu estudo clássico realizado entre as décadas de 1940-50.

É importante considerar que a produção extrativa (borracha, peles de animais, peixe seco, etc.) e agrícola (cacau, tabaco, etc.) era comercializada diretamente com os regatões e navios a vapor que aportavam nos pontos de comercialização existentes

ao longo das margens do rio Amazonas, nos portos de lenha⁶. Nesses locais o comerciante comumente também exercia a função de patrão, e além de comprar a produção dos ribeirinhos e vender-lhes mercadorias manufaturadas, também se destacava como aviador, fornecendo-lhes mercadorias para serem pagas futuramente com a produção (Figura 2).

Figura 2: Fluxograma da comercialização dos produtos extrativos, final do século XIX e meados do século XX no Médio rio Amazonas.



Organização: Nascimento, 2016. Pesquisa de campo, 2014-2015.

No plano superior da figura 2 está representado o destino da produção extrativa vegetal e animal, no município de Parintins, ao passo que na parte inferior, mostra-se o circuito das mercadorias manufaturadas oriundas das capitais Manaus-AM e Belém-PA, entre o fim do século XIX e começo do século XX. Por meio deste movimento articulando *casa aviadora/navio a vapor/patrão/camponês-ribeirinho*, era possível a reprodução do sistema de aviação no Médio rio Amazonas.

Note-se que a presença do comerciante/patrão nesse período assegurava a comercialização direta com os navios a vapor, além do regatão que mantinha relações diretas com os camponeses-ribeirinhos “desviando” parte da produção que deveria ser entregue ao patrão. Essa comercialização realizada no porto da localidade

⁶ Ao mesmo tempo em que os navios a vapor entregavam mercadorias para abastecer as casas de comércio e eram abastecidos com os produtos extrativos e agrícolas, também embarcavam a lenha utilizada em suas caldeiras.

representava certa “autonomia” do campo em relação à cidade de Parintins. O *porto de lenha* no interior da Amazônia, durante o período da economia extrativa, assegurava a circulação das mercadorias fornecendo a energia (lenha) à navegação a vapor a partir de 1853. Excetuando as capitais Manaus e Belém, que eram centros regionais onde se localizavam as casas aviadoras, a economia extrativa, sobretudo apoiada na produção do látex, não exigia grande participação urbana

[...] Se eliminarmos os proprietários do capital em sua forma dinheiro (que tecia uma rede entre o mercado internacional, casas aviadoras/exportadoras e patrão), restam somente o barracão e os seringueiros, com seus poucos instrumentos de trabalho, na sua imensa solidão do labor na floresta. É do trabalho e do sobretalho do seringueiro, portanto, da mais-valia absoluta, que se acumula todo o fausto da era extrativista. Na extração do látex, juntamente com o sangue do trabalho vivo dos seringueiros, edifica-se a riqueza das elites locais de Manaus e Belém, que ficam com parte significativa dessa mais-valia. Composto de capital em sua forma dinheiro e da mais-valia absoluta, a composição orgânica do capital (por natureza assimétrica), centrada numa atividade essencialmente rural e avessa à aglomeração de capital constante, faz com que a vida urbana pouco se desenvolva e, quando isso acontece, ocorre tendo a dinâmica imanente, o consumo improdutivo e obras suntuosas... (WITKOSKI, 2010, p. 101-102).

Oliveira (2000), afirma que no período da borracha (meados do século XIX até o final da primeira década do século XX), as relações sociais predominantes na Amazônia foram impostas a partir de interesses exógenos à região, atendendo aos interesses dos países centrais como Inglaterra e Estados Unidos.

[...] As relações sociais de produção que vigoraram na Amazônia no período da borracha não podem a rigor ser classificadas como relações capitalistas, embora a lei mais geral de reprodução fosse calcada no mercado e atendesse às exigências que o capital mercantil impunha para a comercialização de matérias-primas. O uso do dinheiro como moeda era restrito, sendo as relações de troca baseadas no escambo. O capital do seringalista era fictício, pois na maioria das vezes era emprestado e creditado à casa aviadora que por seu turno dependia de crédito dos grandes exportadores. Além disso, praticamente inexistia o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2000, p. 148-149).

Porém, para o referido autor, é preciso considerar que o capital não se restringe às determinações do lugar. Se por um lado as relações sociais de produção da borracha apoiaram-se em práticas locais como o aviamento, por outro, a existência de determinações concretas, que extrapolam o lugar, também apoiaram tal sistema de produção.

[...] foram criadas as condições que possibilitaram a internalização das atividades econômicas nos lugares mais centrais da Amazônia ocidental por meio da introdução da navegação a vapor em 1853 e da abertura do rio Amazonas à navegação internacional em 1867, representando determinações exógenas... (OLIVEIRA, 2000, p. 149).

Por meio dessa estratégia, os navios a vapor passaram a abastecer com mantimentos os seringais (e as casas de comércio consideradas nesta pesquisa), e ao mesmo tempo, transportavam a produção regional de borracha e outros produtos até as capitais Manaus-AM e Belém-PA.

No Médio rio Amazonas no período em questão as relações sociais de produção, embora não fossem caracterizadas aos moldes dos típicos seringais dos altos rios amazônicos, marcados por uma hierarquia de poder num vínculo exclusivo do seringueiro com o barracão (OLIVEIRA, 2000), manteve-se integrada à mesma determinação do capital. A casa de comércio, de propriedade do patrão, embora diferenciasse das relações sociais de produção dos seringais dos altos rios, era parte desse mesmo movimento de circulação e de integração do espaço amazônico pelo capital.

Com o patrão se pegava tudo: do rancho [cesta básica] a fazenda [tecido para fabricação de roupas]. Pegava-se de um ano para pagar no outro. A mercadoria vinha de navio. Tudo era comprado de saco... de café, de sal, de açúcar. O patrão comprava capivara, jacaré, tudo. Esses produtos eram exportados. No Boto tinha muita borracha, cacau, tabaco. O navio vinha e levava tudo. Na região do igarapé do Boto tudo era seringa e cacau, chegava até no igarapé do lago. Tudo era entregue aqui. (M.S.N. 63 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Agosto de 2014.).

De acordo com a fala acima pode-se compreender a relativa autonomia que os camponeses-ribeirinhos guardavam com a cidade, pois tudo (em termos de produção) era “entregue” no porto da localidade aos navios pelas casas de comércio, a exemplo do comércio estrategicamente localizado na boca (entrada) do igarapé do Boto. Eram os próprios navios que abasteciam o comércio local.

Se por um lado mantinha-se certa autonomia em relação à cidade de Parintins, o mesmo não se pode dizer do patrão. Os camponeses-ribeirinhos ficavam reféns do patrão, pois eram aviados por ele. Por mais que um camponês-ribeirinho não conseguisse quitar suas dívidas com o patrão, num determinado ano agrícola ou safra, mesmo assim, ele continuava recebendo o aviamento. O mesmo não era possível caso o camponês-ribeirinho ficasse devendo para a instituição bancária, ou seja, caso

não pagasse a dívida não era possível tomar novos empréstimos junto ao banco. Por meio deste mecanismo era mais fácil a reprodução do sistema de aviação, pois se mantinha o camponês-ribeirinho sempre subordinado ao patrão. O mesmo mecanismo favoreceu a reprodução do capital comercial e industrial na região durante a economia extrativa e, posteriormente, com a jaticultura.

O capital comercial, enquanto promotor da circulação das mercadorias num esquema definido pela apropriação dos excedentes gerados pela força de trabalho dos produtores de juta/malva é o responsável pela apropriação dos excedentes gerados pela sua posição em relação ao capital industrial e o comércio na região, de maneira que o movimento de acumulação e concentração do primeiro promove a do segundo, para que continue a participar da reprodução do primeiro... (NODA, 1985, p. 8 *apud* FERREIRA, 2014, p. 191).

O patrão aqui exposto não se refere àquele que emprega o trabalhador assalariado, mas ao aviador comerciante que residia no próprio local de produção (às vezes era um descendente de imigrantes portugueses, libaneses, judeus, ou filho dum morador local), este também aparece a um só tempo, como um dos agentes da comercialização e como um financiador das famílias camponesas. Vale ressaltar que nesta pesquisa tratou-se apenas do patrão que residia nas localidades pesquisadas, na várzea do município de Parintins, não se referindo aos eventuais patrões existentes, no mesmo período, na cidade de Parintins.

Muitas vezes era o patrão quem socorria os camponeses-ribeirinhos em momentos difíceis extrapolando a esfera econômica (FERREIRA, 2014).

[...] esses sujeitos sociais são revestidos de 'autoridade' suficiente para resolver pequenas questões, para atender seus compadres e fregueses em momentos difíceis de doenças, por exemplo, ou na quitação de uma dívida com um vizinho ou um banco (PINTO, 1982, p. 115 *apud* FERREIRA, 2014, p. 190-191).

No entanto, não se deve naturalizar a presença e/ou a relação do patrão com os camponeses-ribeirinhos.

Quer se trate de relações com os homens, com territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle e da gestão dos seres e das coisas. Essa eficácia pode ser um meio de aumentar a autonomia do grupo, mas também pode não passar de um meio de aumentar a autonomia dos subconjuntos desse grupo. A partir daí, há o aparecimento de fenômenos de dominação que são tidos como necessários à sobrevivência do grupo. Na maioria dos casos, não se trata disso, mas de uma forma de naturalizar, por processo metonímico, o

empreendimento desta ou daquela organização... (RAFFESTIN, 1993, p. 268).

Os camponeses-ribeirinhos impedidos de comercializar seus produtos diretamente com os navios, que fundeavam no porto das casas de comércio, ficavam a mercê do patrão que tinha a preferência na compra dos produtos, pelo fato de ter anteriormente aviado o produtor. Isso fazia com que o patrão ditasse o preço dos produtos e, quando o camponês-ribeirinho entregava a produção, mal pagava a dívida contraída. Nessa relação predominava a troca de mercadoria por mercadoria (M-M), uma forma de escambo, o que pressupõe uma “economia natural” como destaca Witkoski (2010).

Vale ressaltar, porém, que nem todos os produtos enquadravam-se nesta primeira relação (M-M), a saber, os couros e peles de animais. Segundo os camponeses-ribeirinhos esses eram os únicos produtos dos quais “se via dinheiro”, pois eram mais valorizados no mercado. Quando se comercializavam esses produtos era possível pagar a mercadoria devida ao patrão e “voltar pra casa com dinheiro”. Essa última representava outra relação baseada na troca mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), esta relação será mais acentuada a partir do maior relacionamento com a cidade, durante as décadas de 1970-80, quando os regatões começam a ser substituídos pelos barcos de recreio e os patrões⁷ cedem espaço para novos intermediários: os marreteiros citadinos.

1.3.2 A criação extensiva de gado bovino

De acordo com Bittencourt (2001[1924]) o efetivo bovino do município de Parintins no começo da década de 1920 era de 12.650 reses, ressaltando que esse número poderia ser maior caso a várzea não sofresse com as inundações periódicas. O referido autor apresenta uma lista com os nomes de cem criadores de gado à época e a quantidade de cabeças que cada um possuía, enfatizando que além desses,

⁷ O patrão ou mesmo o regatão não são *agentes econômicos* extintos no Médio rio Amazonas, apresentam-se, porém, de modo diferente de como o eram no período áureo da borracha (WITKOSKI, 2010). Em sua pesquisa realizada entre 1992-93, o referido autor identificou a presença desses agentes na rede de comercialização entre os camponeses atuando ao lado de outros agentes como o *marreteiro* (proprietário de barcos com motores a diesel), o *marreteiro-da-feira* (pode ser oriundo da comunidade, dispondo de certo capital e de uma embarcação própria), além do *próprio camponês* que conseguia produzir e vender ele próprio seus produtos.

teriam ainda cento e cinquenta criadores com média de quinze cabeças cada um. Embora houvesse criadores possuindo entre 350 a 1.500 cabeças de gado, que somados representam 9% do total de criadores, as classes com maior destaque individual estão 180 a 200 cabeças com 11%, 120 a 150 cabeças com 8%, 80 a 100 cabeças com 20%, 60 a 70 cabeças com 15%, 30 a 50 cabeças com 25%, 20 cabeças com 12% dos criadores (Tabela 1).

TABELA 1: PERCENTUAL DE CRIADORES EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS EM 1923

Percentual de criadores em relação ao número de cabeças de gado		
Quantidade de cabeças	Número de produtores	Percentual de produtores
1.000 a 1.500	2	2,00
600 a 650	2	2,00
400	2	2,00
250 a 350	3	3,00
180 a 200	11	11,00
120 a 150	8	8,00
80 a 100	20	20,00
60 a 70	15	15,00
30 a 50	25	25,00
20	12	12,00
	100	100%

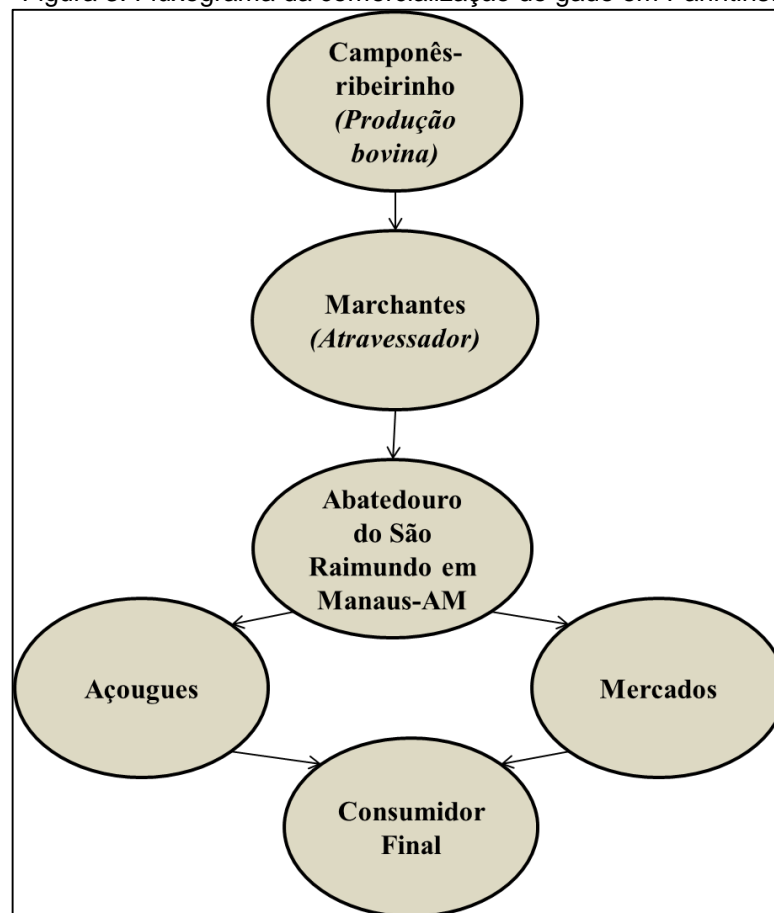
Fonte: BITTENCOURT, 2001, p. 180-183.
Organização: Nascimento, 2016.

Segundo os moradores mais antigos, até meados do século XX, o gado criado na várzea era comercializado com a cidade de Manaus-AM, não havendo comercialização com a cidade de Parintins, uma vez que também se criavam animais no próprio sítio urbano, não havendo a necessidade de compra dos bois criados nas várzeas.

A comercialização do gado era mantida com os marchantes (comerciantes portugueses e de outras nacionalidades que compravam o gado para vender ao abatedouro em Manaus) (Figura 3). Em função da grande quantidade de oferta de gado bovino, no período assinalado, os marchantes compravam apenas os animais com peso superior a 150 kg (cento e cinquenta quilos), constituindo-se um comércio restrito para poucos produtores, quase sempre apenas as famílias “Teixeira” e

“Quintino” conseguiam vender seus animais, posto que estes possuísem maior relação/articulação com os compradores. O restante dos animais permanecia no campo representando uma forma de poupança para os camponeses-ribeirinhos diante de situações de dificuldade das famílias. Não raro, os animais eram utilizados na alimentação das famílias e, com mais frequência, durante a atividade do *puxirum* realizado para a ferra (marcação), apartação (divisão da produção entre os sócios na sociedade pecuária) e contagem dos rebanhos. Outra forma de uso frequente dos animais era nas trocas (escambo) por mercadorias com comerciantes locais e/ou regatões.

Figura 3: Fluxograma da comercialização do gado em Parintins.



Organização: Nascimento, 2015. Pesquisa de campo, 2014.

Os primeiros marchantes eram portugueses que exerciam a atividade a bordo dos navios a vapor⁸. Entre os navios estavam o “Onça” e o “Diana”, os quais teriam

⁸ Os primeiros marchantes ainda trabalhavam em navios a vapor, os quais eram empregados no reboque do batelão (barco de madeira sem máquina, o que permitia o aproveitamento de todo seu compartimento interno para o transporte dos animais). Posteriormente, os navios a vapor foram substituídos pelos boieiros (barco de madeira com um motor a diesel instalado na parte traseira da

mantido suas atividades de compra de gado até por volta da década de 1950, quando foram sucedidos pelos motores movidos à explosão, os denominados “boieiros”, por novos comerciantes não-portugueses. Segundo Benchimol (2009), a presença portuguesa na Amazônia não se restringiu em importância apenas ao período colonial. Os portugueses atuaram fortemente como comerciantes nas casas aviadoras durante o período áureo da borracha entre o fim do século XIX e início do século XX, tendo atuado também durante e depois da crise da borracha como comerciantes no interior da Amazônia, como também nas cidades de Belém e Manaus.

A produção bovina tanto do Médio, quanto do Baixo Amazonas, propiciou durante a transição do século XIX para o século XX, o surgimento duma indústria rural de produção de charque no município de Parintins. A Charqueada, como a chamavam, foi construída num terreno de várzea, na Costa do Amazonas, margem esquerda do rio Amazonas, por iniciativa dum ex-seringalista, o português Benjamim Portal. O empreendimento localizava-se na confluência do rio com o furo do São José, à jusante da boca do Caburi.

A fábrica foi à falência em 1945, de acordo com o camponês-ribeirinho “Z.T.”, 81 anos. Ele (aos 12 anos de idade) ainda presenciou parte do trabalho realizado por Benjamim Portal – além do que soube a respeito com seu padraсто, que foi funcionário da fábrica.

O principal destino da produção de charque seria o abastecimento de seringais durante a segunda fase de exploração da borracha, que contou com a efetiva participação dos Estados Unidos por meio do Acordo de Washington para a produção da borracha brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, assim, findo a guerra e a segunda fase de exploração extrativa da *Hevea brasiliensis*, também finda a atuação da fábrica de charque no Médio rio Amazonas.

A indústria tinha capacidade para abater cerca de sessenta animais por dia, sendo que se realizava um abate a cada três dias e empregava diretamente entre trinta a quarenta funcionários. A fábrica comprava o gado local, principalmente os animais criados no *retiro* conhecido como Sapucaia, além de realizar a compra do gado oriundo do Baixo Amazonas, do vizinho Estado do Pará.

embarcação, deixando disponível para o transporte dos animais o espaço entre a sala de máquinas e a sala de comando).

Retiro é o nome dado localmente para as áreas de pastagens naturais formadas às margens dos lagos, utilizadas no período das águas baixas para a engorda do gado. A localidade Sapucaia, à época, era local de criação de gado bovino e residência de várias famílias, consistia num subdistrito de Ilha das Cotias (SAUNIER, 2003).

O nível tecnológico da empresa não era elevado, a exemplo das prensas utilizadas que consistiam em caixotes de madeira, nas quais, por meio de um mecanismo manual denominado sarilho, era realizada a prensagem da carne após ser retirada dos tanques em salmoura, cada prensa com capacidade para cerca de sessenta quilos de carne.

Seu baixo nível tecnológico, somados a outros fatores de ordem econômica pode ter impedido o seu crescimento e/ou sua modernização, contribuindo para o fim desta atividade.

Por se tratar dum terreno de várzea, Benjamin solicitou que se escavasse o solo para a realização do alicerce onde foram postas pranchas de itaúba (*Mezilaurus itauba*), sobre as quais a obra foi construída, em alvenaria (Figura 4). A obra apresenta-se quase em sua totalidade destruída, principalmente pela erosão lateral do rio. Ainda foi possível encontrar, em ruína, parte da sala de jantar e da cozinha da antiga residência de Benjamin Portal (Figuras 5).

Figura 4: Antiga residência de Benjamin Portal.



Fonte: Autor desconhecido, s/d.

Figura 5: Ruínas da antiga residência de Benjamim Portal.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 2.01.2015.

Segundo os moradores mais antigos, havia ainda um calçamento de concreto que se estendia da casa de moradia até a margem do rio, no final do calçamento havia um dique com estacas margeando o barranco.

1.3.3 A produção de juta/malva

A juta (*Corchorus capsularis*) marcou também a produção agrícola das áreas de várzea da Amazônia, sobretudo no município de Parintins, local de introdução dessa cultura pelos colonos japoneses. Diferente do que ocorria com a venda do gado, descrito anteriormente, no caso da juta, a comercialização paulatinamente passou a ser realizada com a cidade de Parintins, sobretudo em função das empresas instaladas como Martins Melo S.A. Indústria e Comércio, Sobral Santos S.A. Comércio e Indústria, Exportadora de Juta Parintins Ltda., Companhia de Aniagem Caçapava (PINTO, 1966 *apud* FERREIRA, 2014), além da Cia. Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta.

Iniciada por volta da década de 1930 (com a aclimação da espécie trazida da Índia por colonos japoneses), o período de maior destaque econômico da jiticultura foi registrado entre as décadas de 1960 e 1970 no município de Parintins, vindo a enfrentar o declínio após a década de 1980 quando as indústrias instaladas na cidade são fechadas, principalmente em função do substitutivo da fibra natural: o fio sintético, entre outros fatores que inviabilizaram a produção em grande escala nos solos da várzea.

No Brasil, as experiências com o cultivo da juta começaram por volta de 1902 no Estado de São Paulo (HOMMA, 2003), por iniciativa dos japoneses⁹. No Estado do Amazonas ocorreram em 1931, porém sem obter sucesso, pois as plantas não atingiram o tamanho desejável.

Somente em 1933 o colono japonês Ryota Oyama começou o plantio das sementes que deram origem em 1934 a dois pés de juta, porém apenas uma única planta resistiu à enchente/cheia daquele ano, sendo possível retirar dez sementes. As sementes foram plantadas ainda em 1934, no dia 20 de outubro e, no ano seguinte, deram origem a duzentos gramas de semente (HOMMA & FERREIRA, 2011), a partir das quais foram realizados novos plantios objetivando a produção de mais sementes necessárias para a consolidação dessa variedade denominada juta branca (CRUZ, 2007).

As duas primeiras safras em 1937-38 foram realizadas pelos colonos japoneses. As safras seguintes foram incorporando cada vez mais a mão de obra dos camponeses brasileiros contratados pelos japoneses na condição de assalariados temporários.

Posteriormente, os camponeses-ribeirinhos com suas famílias assimilaram rapidamente todo o processo de cultivo da juta e passaram a produzi-la de forma independente:

A grande quantidade de terras livres e férteis existentes nas áreas de várzeas talvez tenha sido o fator decisivo para a incorporação da produção familiar camponesa à agricultura da juta. Assim, a cultura da juta, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, começou paulatinamente a ser cultivada ao longo do rio Solimões-Amazonas pelos camponeses-ribeirinhos que assimilaram rapidamente o seu cultivo... (CRUZ, 2007, p. 82-83).

Segundo Pinto (2010), diversas estratégias foram empreendidas para a permanência e resistência camponesa no campo, de modo a impedir o fracionamento, a terra como mercadoria e a expropriação camponesa. O autor destaca: a) a preservação do espaço camponês por meio do fortalecimento de relações como a ajuda mútua, do fortalecimento das redes de vizinhança e de parentesco, da

⁹ “A partir da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, em 1895, começaram as negociações com vistas à imigração japonesa no Brasil. A primeira leva de imigrantes para o Brasil aconteceu em 1908, para São Paulo e, a partir de 1915, começaram os estudos e negociações para a imigração japonesa na Amazônia. Isso foi concretizado em 1929, com a chegada dos primeiros 189 imigrantes japoneses em Tomé-Açu, PA, e em Maués, AM” (HOMMA, 2003, p. 86).

manutenção da terra em posse das famílias evitando-se sua fragmentação; b) evitava-se o fracionamento da terra, deixando-as por herança ao filho “mais experiente” no trato com a agricultura; c) a resistência e fuga às de dependência econômica com o patrão e com os bancos; criar um “gadinho” era forma de investimento camponês e a manutenção duma poupança viva, uma reserva de valor, por fim, o trabalho acessório, vender sua força de trabalho como diaristas aos vizinhos ou mesmo a incorporação periódica ao mercado urbano-industrial, ambas como formas de resistência à proletarização.

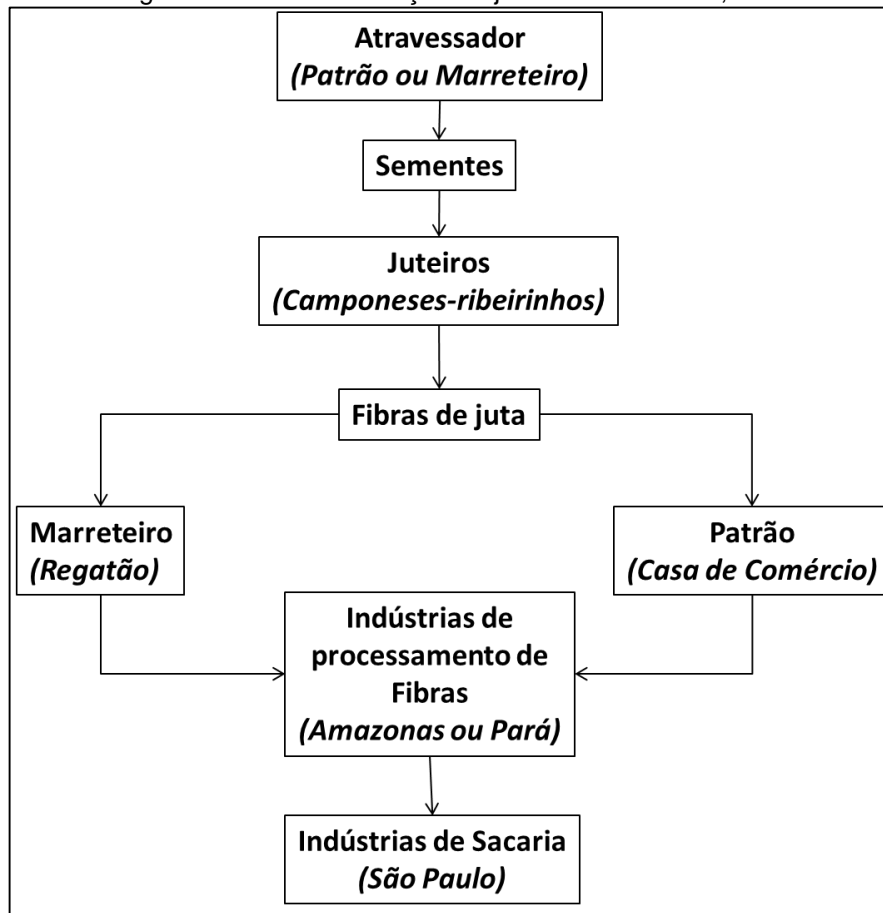
Segundo os camponeses-ribeirinhos, a juta passou a ser cultivada na área da pesquisa a partir de 1950, sendo que as primeiras sementes foram compradas pelos patrões diretamente de Ryota Oyama.

Durante a enchente/cheia histórica de 1953 a juta já havia sido difundida entre as famílias ribeirinhas as quais tiveram muitos prejuízos, os roçados de juta foram inundados rapidamente impedindo a colheita da fibra.

No ano seguinte, com medo que ocorresse uma nova enchente/cheia os camponeses-ribeirinhos fizeram seus roçados nas áreas mais altas da restinga da várzea, porém, diferente de 1953, o nível do rio Amazonas não se elevou o suficiente para inundar as áreas plantadas levando-os novamente a ter prejuízos.

Por esse período o município ainda não contava com as indústrias de beneficiamento que se instalaram na cidade e, grande parte da fibra que não era exportada direto de Parintins para o Estado de São Paulo, seguia para o Estado do Pará por meio dos regatões que comercializavam com os camponeses-ribeirinhos (Figura 6).

Figura 6: Fluxograma da comercialização da juta – Parintins-AM, meados do século XX.



Organização: Nascimento, 2016. Pesquisa de campo, 2015.

Durante a produção da juta, poucos produtores contavam com o financiamento via instituição bancária, a maioria recebia aviação com o patrão.

Não era tarefa fácil a aquisição de financiamento bancário pelas famílias que trabalhavam com a juta. O senhor Z. R.¹⁰, afirma que ainda jovem trabalhou na jiticultura e, ao constituir matrimônio, decidiu trabalhar por conta própria, sem depender do patrão. Ao procurar a Agência do Banco do Brasil em Parintins, foi-lhe negado o financiamento pelo fato do mesmo não dispor do “documento da terra”. Na ocasião a saída encontrada foi a elaboração de duas “Cartas de Anuência” exigidas pelo Banco e concedidas pelos patrões que comercializavam a juta na Costa do Amazonas: o comerciante Bertoldo, na boca do igarapé do Boto e Cláudio Brandão, na Fazenda Santo Agostinho. As Cartas foram redigidas a punho pelos patrões e

¹⁰ O senhor Z. R., aposentado, é ex-morador da comunidade São Sebastião do Boto. Reside atualmente em “Vila Amazônia”, onde cria gado bovino. Foi jiticultor e, mais tarde, criador de gado em São Sebastião, onde também ajudou a reorganizar por volta da década de 1960 o atual time de futebol denominado “São Raimundo”, que à época, por influência dos patrões/comerciantes, denominava-se “Comerciário” (Entrevista realizada na Lagoa da Francesa, na cidade de Parintins, em julho de 2015).

atestavam que o senhor Z. R. era morador local e produtor de juta. Com o financiamento Z. R. comprou toda a mercadoria que precisava para realizar o roçado e a colheita da juta, passando a aviar diversos camponeses-ribeirinhos para trabalharem com ele. Como não havia sido aviado por nenhum patrão, ele escolheu para quem vender sua produção. Com o saldo dessa única safra de juta, Z. R. pagou a dívida contraída com o Banco e investiu o dinheiro restante na compra de gado, dedicando-se a partir de então à pecuária.

Em função da falta de recursos financeiros das famílias, o uso da ajuda mútua teve grande importância na atividade de produção da juta, pois era comum as famílias dos camponeses-ribeirinhos recorrerem ao *mutirão* ou *puxirum* para a realização dos trabalhos.

As famílias camponesas que se encontravam de algum modo impossibilitadas de tomar financiamentos bancários tinham que recorrer ao patrão. Ferreira (2014), ressalta que o termo patrão encontra-se em contraposição ao termo freguês, pois o patrão era quem financiava/fornecia os gêneros de primeira necessidade às famílias camponesas, além da própria semente de juta/malva, tendo como pagamento a esses adiantamentos, a produção *in natura*, ou parte dela. Assim, pode-se compreender a manutenção do sistema de aviamento na produção de fibra da juta/malva, pois nem sempre era possível para a família camponesa obter bons rendimentos com a juta/malva, por isso, não se podia realizar financiamentos bancários. Enquanto o banco cessava imediatamente o financiamento àqueles que não saldavam suas dívidas, o patrão continuava realizando os adiantamentos aos camponeses-ribeirinhos mesmo quando estes não produziam o suficiente para saldar as dívidas contraídas. Em função dessa pouca disponibilidade de recursos das famílias camponesas e, principalmente da penosidade do trabalho da juta/malva, recorria-se sempre ao *mutirão* nos trabalhos dessa cultura.

Segundo Candido (2010), o *mutirão* comparece entre as sociedades camponesas como uma forma de solidariedade, caracterizado pelo trabalho coletivo, consistindo na reunião de vizinhos convocados por um deles para ajudá-lo, geralmente no final do trabalho o beneficiário que fez o convite oferece o alimento e uma festa, não havendo remuneração direta de forma alguma, apenas fica o beneficiário moralmente obrigado a atender ao convite dos vizinhos que lhe ajudaram. Para Oliveira (2007), a ajuda mútua visa completar o trabalho que a família não

consegue realizar, além de suprir a falta de capital para pagar trabalhadores continuamente.

Entre os camponeses-ribeirinhos, recorre-se a essa prática quando as famílias enfrentam momentos de dificuldades durante o período de produção, de colheita, ou durante uma enchente inesperada, como destacado por Cruz (2007). Segundo o autor, essa prática tem sido reduzida em detrimento da contratação de diaristas para suprir a falta de força de trabalho no interior das famílias, porém tem permanecido nas atividades que dizem respeito à coletividade a exemplo da limpeza da “área central da comunidade” onde está assentada a igreja, a escola, o campo de futebol etc., ou na limpeza/desobstrução dos cursos d’água que servem para a locomoção dos camponeses-ribeirinhos, como furos e igarapés.

Eram realizados grandes roçados e quando as enchentes/cheias do rio eram pequenas (quando não inundavam suficientemente os roçados de juta) era comum os camponeses-ribeirinhos terem prejuízos, pois segundo eles “dava pouca água e muito prejuízo”. Não só o solo de várzea, mas a própria água sempre foi um elemento essencial na produção das fibras de juta na Amazônia. Os terrenos escolhidos pelos camponeses-ribeirinhos para o plantio eram localizados o mais próximo possível de corpos d’água como lagos, furos ou igarapés, pois no processo de maceração é necessário que após o corte da planta os talos sejam submersos na água para a liberação da fibra. Isso explica o porquê dos prejuízos nos anos em que as águas não inundavam os roçados, pois não havia água suficiente para “afogar a juta”, quando isso ocorria a penosidade do trabalho camponês-ribeirinho aumentava, já que para a realização do processo de maceração, era preciso caminhar com a juta (trabalho braçal) até um curso d’água.

Tais peculiaridades do processo de produção da juta conferiu grande importância às terras e as águas da Costa do Amazonas e do igarapé do Boto, onde era “afogada” tanto parte da juta produzida nas comunidades São Sebastião do e Santa Rita, quanto a juta vinda (comprada) de outras comunidades.

Tinha gente que comprava juta na [Comunidade da] Águia, para levar pra afogar no igarapé do Boto e beiras de paranás nas terras firmes, era muito sacrificoso. Cortavam e deixavam no roçado para secar e cair a folha para carregar e enchia de inseto, cobras, pra poder ficar leve para carregar para outros locais. (Senhor M.S.N. 63 anos. Agosto de 2014).

A juta/malva deixou de ser cultivada pelos camponeses-ribeirinhos nas duas comunidades estudadas, sendo substituída por outras atividades como a pecuária e a agricultura (produção de alimentos).

Mesmo durante a atividade da juta, por volta da segunda metade do século XX, os camponeses-ribeirinhos dedicavam-se ao cultivo de outras culturas como o milho e em menor quantidade o arroz, além das árvores frutíferas citadas anteriormente e da plantação de banana cultivada em consórcio com o cacau. Nesse período, as enchentes/cheias não eram elevadas o suficiente para inundar completamente as terras de várzea e/ou não mantinham essas terras por muito tempo submersas. Em 2014, a área de estudo manteve-se inundada por aproximadamente seis meses, do mês de março a agosto do mesmo ano. Já em 2016, as terras da várzea do Médio rio Amazonas não foram inundadas, exemplificando os dois casos extremos.

O milho era cultivado pelos camponeses-ribeirinhos, mas “era só pra manter a criação de porco, galinha... Cada um plantava um pedacinho” (Senhor C. P. 81 anos. Março de 2015). Posteriormente, com a comercialização do excedente da produção de milho com a cidade de Parintins, a comunidade São Sebastião, recebeu destaque e repercussão nacional na década de 1980, durante a ditadura militar no Brasil. Dado a esse destaque, o camponês-ribeirinho E. S. T., “São Bibi” como é conhecido na comunidade, foi a Brasília receber um prêmio de “Produtor Modelo”, concedido pelo Governo Federal. Destacamos que naquele período havia diversos camponeses-ribeirinhos que plantavam milho, arroz e outros cultivares, portanto, o prêmio recebido pelo Senhor “Bibi”, é antes, um reconhecimento do trabalho realizado por todos esses camponeses que não se limitaram apenas à produção da juta na várzea do município Parintins.

Bibi foi a Brasília [em 1981], onde recebeu o troféu das mãos do então presidente da República, General João Batista de Figueiredo [...] O destaque do Amazonas nessa época foi visto como de grande importância para a região, porque significou a diversificação da atividade rural amazonense que, antes, vivia presa à monocultura da juta (TEIXEIRA, 2007, p. 247).

Contraditoriamente, o Estado que premiou os camponeses-ribeirinhos com honra ao mérito na década de 1980, não lhes assegurou nas décadas seguintes a continuidade do apoio necessário para o desenvolvimento da agricultura de várzea, a exemplo da assistência técnica e extensão rural que se tornaram deficitárias com a sucessão da EMATER-AM pelo IDAM, entre outros.

Eu tive um acompanhamento aqui através da EMATER. Quando eu fui receber aquele título de “produtor modelo” eles me acompanharam muito. Eu aprendi muito com eles, eles estavam constantemente aqui. Tinha um agrônomo que gostava muito de horta, eu corri muito atrás dessa gente e aprendi muita coisa. Não sei se por falta de recursos, não sei, mas depois que passou pro IDAM eles não vieram mais, até na EMATER eles vinham (E. S. T. 72 anos. Camponês-ribeirinho. Dezembro de 2015).

Por meio dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integral-PDRI, foram disponibilizados à comunidade São Sebastião uma escola, um posto de saúde, uma linha telefônica e uma máquina para beneficiar arroz. Destes, o posto de saúde funcionou aproximadamente até a década de 1990 e a máquina de beneficiar arroz nem chegou a ser utilizada.

1.3.4 A produção de cacau

Entre as transformações ocorridas nas comunidades estudadas estão a redução dos sítios¹¹ e as diversas plantas neles cultivadas pelos camponeses-ribeirinhos. Os cacauzeiros, por exemplo, foram desaparecendo gradativamente por conta das grandes enchentes/cheias entre as décadas de 1920 e 1990, até sua completa extinção como pode ser observado na fala do Senhor M. S. N. “Chegamos pra cá em 1982, e ainda tinham grandes cacauais como os do “São” Ademar, e do “São” Humberto. Muitos [cacauzeiros] morreram com as cheias de 1989 e 1991...” (Camponês-ribeirinho, 63 anos. Março de 2015). Os donos de cacauais foram vendendo suas terras para os homens de posses, em geral, criadores de gado, com isso, no lugar dos antigos sítios surgiram as pastagens para o gado. Os camponeses-ribeirinhos que mantiveram seus sítios passaram a enriquecê-los com novas culturas mais rentáveis como a manga, a graviola, a banana, a bacabinha, o mamão, e o caju.

O cacau é originário das florestas pluviais da América Tropical e ainda pode ser encontrado em estado silvestre do Peru até o México (CEPLAC, s/d). A partir das cabeceiras do rio Amazonas o cacau teria se difundido em duas direções, por meio de dois grupos principais: o “Crioulo” que se espalhou em direção ao norte e o “Forasteiro” que se propagou pela bacia amazônica abaixo e em direção às Guianas.

¹¹ Como adverte Cruz (2007) a noção de sítio na várzea amazônica difere da forma empregada em outras regiões do Brasil. Para este autor, o sítio na várzea amazônica como descrito por seus moradores, refere-se ao local/entorno da casa de moradia onde se cultivava tanto componentes arbóreos (destacando-se as árvores frutíferas) quanto semi-arbóreos.

“Oficialmente, o cultivo do cacau começou no Brasil em 1679, através da Carta Régia que autorizava, os colonizadores a plantá-lo em suas terras” (CEPLAC, s/d).

Alguns relatos sobre os antigos cacauais das várzeas amazônicas podem encontrados na literatura dos viajantes. As inundações do rio Amazonas somadas a outros fatores podem contribuído sobremaneira para a redução daqueles antigos cacauais identificados nas várzeas pelos navegantes.

Acuña (1994[1639]), jesuíta relator da viagem de Pedro Teixeira de Quito ao Pará, durante a união das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640), ao referir-se às riquezas que abundavam as margens dos rios as quais se acreditavam ser promissoras, o cronista descreveu as madeiras, o cacau, o tabaco e a cana-de-açúcar. Sobre a presença dos cacauais nas margens dos rios escreveu:

[...] o cacau, de que estão suas margens tão cheias, que, algumas vezes, as madeiras cortadas para o alojamento de toda a tropa não eram outras senão as das árvores que produzem esse fruto bastante apreciado na Nova Espanha ou em outro lugar qualquer, onde se saiba o que é o chocolate. Beneficiado, ele se torna de tanto proveito, que cada cacauero pode render, anualmente, oito reais de prata, livres de quaisquer despesas. E bem se pode ver com quão pouco trabalho se cultivam tais plantas neste rio, pois, sem nenhum artifício, a natureza sozinha as enche de abundantes frutos... (p. 89-91).

No relato de viagem do cientista francês La Condamine (1992[1735-1745]), descendo o rio Amazonas, ao deparar-se com o comércio da missão portuguesa de São Paulo de Olivença compara seu progresso frente às missões espanholas em Quito, separadas do Pará pelos Andes. A referida missão portuguesa realizava o comércio do cacau colhido nas margens do rio com o Pará, motivo pelo qual possuía diversos artigos não fabricados no local, entre eles móveis europeus, que os índios iam “[...] buscar todos os anos no Pará, em viagens que fazem para levar até lá o cacau que colhem sem cultura nas margens do rio...” (p. 71-72). Na mesma obra de La Condamine há a seguinte descrição sobre o cacau:

[...] Há numerosas espécies de cacau; algumas, como o cacau selvagem, não precisam ser cultivadas. Segundo Le Coite, já se contavam mais de 700 mil cacaueros em plantações regulares, ao longo das margens do Amazonas; os missionários jesuítas possuíam uma plantação de 40 mil pés, plantados em meados do século XVIII, perto de Óbidos, rio abaixo. O cacau era cultivado sobretudo no sudeste do México, na América Central e no Equador... (p. 46, nota nº 35).

Bates (1979[1848]), ao referir-se aos cacauais da várzea em seu percurso de subida do rio Amazonas no trecho entre Óbidos-PA e Vila Nova (Parintins-AM) descreveu parte da organização dos trabalhos das famílias à época:

[...] Desmata-se um trecho da floresta para o plantio, sendo os pés de cacau dispostos em fileiras. Os pequenos plantadores são todos muito pobres. A mão-de-obra é escassa; as famílias geralmente cuidam de suas próprias plantações, compostas de 10 a 15.000 árvores, mas na época da colheita os vizinhos ajudam uns aos outros. [...] Ao prepararem o cacau, eles ainda não descobriram uma forma de separar totalmente as sementes da polpa, ou secá-lo de maneira uniforme. O resultado é que, embora de boa qualidade, o cacau produzido por eles mofa antes de chegar aos armazéns, não alcançando nem a metade do preço do produto oriundo de outras partes da Amazônia tropical. [...] O seu cultivo parece ser feito de forma bastante precária, pois pouco ou nenhum cuidado é dispensado às árvores; as plantações são geralmente muito antigas e feitas nas terras baixas à beira do rio, o que as torna sujeitas a inundações quando as águas sobem alguns centímetros acima do normal... (p. 110-111).

Marcy (2001[1847]), descendo os rios, do Peru até Belém-PA, também fez referências aos cacauais próximos à Parintins:

Depois de passar por Vila Nova, agora chamada Vila Bela, apareceram nas duas margens do Amazonas, a cada dez ou quinze léguas, umas plantações de cacau [...] A sede de cada plantação (cacaual) é uma casa caiada, coberta de palha ou de telhas conforme os recursos ou o gosto do proprietário. Essas plantações, que começam em Vila Nova, estendem-se pelas duas margens do rio até Monte Alegre. Abaixo desse lugar elas só aparecem na margem direita e prosseguem até Cametá, no rio Tocantins (p. 212-213).

Baena, na década de 1830, ao descrever a agricultura da missão de Vila Nova da Rainha (Parintins), destaca que seus moradores cultivavam “[...] mandioca, café, cacau, guaraná, tabaco e algodão. No ano de 1829 as roças de 89 lavradores continham 114.400 pés de café, 58.000 cacauzeiros, e 1.090 pés de algodão” (BAENA, 2004, p. 340).

Segundo Afonso (1979, p. 4) “No Estado do Amazonas, o município de Parintins foi o pioneiro da cacauicultura, cabendo a José Pedro Cordovil, ainda no período colonial, ser o grande incentivador da cultura...”. A atuação de Cordovil na virada do século XVIII para o século XIX foi marcada pela exploração do trabalho escravo dos nativos de Tupinambarana (REIS, 1967).

Ainda de acordo com Afonso (1979) “As plantações de Parintins eram todas elas feitas nos aluviões dos rios amazônicos, em terras férteis, porém sujeitas às grandes enchentes” (p. 4). O autor destaca que embora Portugal tenha estimulado a

produção de cacau, a escassez de mão de obra para o cultivo e de embarcações para a exportação do produto para a metrópole forçaram a permanência da atividade extrativa do cacau na Amazônia em detrimento de cacauais cultivados, mesmo o cacau tendo se mantido por cerca de um século a partir de 1730 como o produto de exportação mais importante da Amazônia.

Se considerarmos que a Coroa Portuguesa por meio de Cartas Régias repudiava a postura de Cordovil¹² diante da exploração dos nativos (REIS, 1967), pode-se compreender a forma como o capital logrou êxito entre as populações nativas e posteriormente entre os camponeses-ribeirinhos no Médio rio Amazonas. Incapacitado de explorar a produção da terra sobre relações puramente capitalistas, o capital passa a investir no controle da circulação de mercadorias, função que o sistema de aviação se encarregou de realizar na Amazônia durante toda a fase da produção extrativa, a princípio baseada na troca com os nativos e, posteriormente, com os camponeses-ribeirinhos.

Durante a exploração dos cacauais nativos, em meados do século XVIII, quando se consolidava o campesinato na Amazônia, as famílias precisavam produzir para alimentar um mercado de trocas na região, a troca deveria ser motivada pelas *necessidades* de consumo *criadas* com o surgimento da nova sociedade (REIS, 1967), a criação de tais necessidades de consumo precisavam ser incentivadas pela Coroa, uma vez que as sociedades indígenas eram autossuficientes.

Entre os séculos XVIII e XIX o cacau obteve grande destaque na economia da Amazônia, sobretudo no período anterior ao destaque econômico da borracha. Costa (2012) destaca que na “produção tradicional dos caboclos” em meados do século XIX, o cacau era um dos produtos mais importantes.

Já no século XX, com o enfraquecimento da economia extrativa, os sítios onde se mantinham de forma consorciada o cacau e a seringa¹³ não foram renovados pelos camponeses-ribeirinhos, sobretudo em função da desvalorização econômica dessas espécies por volta de 1970, como observado por Cruz (2007). Nos sítios localizados

¹² Ao capitão de milícias José Pedro Cordovil, está relacionada a organização da vila de Tupinambarana em 1796, ano que ele teria agrupado os índios Maués e Sapupés, aos quais se juntaram em 1798 os Paravianas e Uapixanas, para o trabalho na vila (CERQUA, 2009).

¹³ De acordo com o levantamento da CEPLAC realizado no Médio Amazonas, entre fev./1996 a fev./1997, na várzea dos municípios de Itacoatiara-AM, Urucurituba-AM, Silves-AM e Parintins-AM, em 67% dos 344 sítios onde se cultivava cacau, também era possível encontrar a seringueira nativa, com média de 184 seringueiras/imóvel, as quais não eram exploradas economicamente desde a década de 1980 (BRITO, *et al.*, 2002).

nas margens do igarapé do Boto, porém, ainda se podem encontrar, distribuídas de forma esparsa e, em número ínfimo, bacabeiras, seringueiras (não exploradas), o cacau encontra-se em extinção nesta porção da várzea Amazônica.

Fatores naturais como as enchentes/cheias mais elevadas (nas décadas de 1920, 1950 e 1970) também contribuíram para a redução dos sítios e para a introdução das culturas de ciclo curto na várzea do município de Parintins, além da erosão lateral do rio (terras caídas) responsável pela perda de grandes extensões de terras onde os camponeses-ribeirinhos ainda mantinham uma variedade de plantas extrativas e frutíferas. Algumas espécies como o cacau praticamente desapareceram nas propriedades localizadas à margem do rio Amazonas. Tais observações sustentam os prognósticos realizados por Brito *et al.*, (2002, p. 28):

Os fenômenos naturais das cheias do rio Amazonas e das "terras caídas", juntamente com a ação antrópica buscando segmentos produtivos mais lucrativos, são fatores que têm contribuído para a erosão genética das populações cacaueiras localizadas às margens do rio Amazonas. Se nenhuma ação de natureza estratégica for implementada prevê-se o desaparecimento dessas populações ribeirinhas nas próximas décadas (p. 28, grifos no original).

Brito *et al.*, (2002) identificaram ainda como grandes empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico das famílias a existência do sistema de aviação na comercialização do cacau tendo como agentes os “comerciantes da comunidade”, “regatões” e os “intermediários da indústria chocolateira”. Segundo os autores, o desenvolvimento de cooperativas a partir da organização dos ribeirinhos já existentes em torno das comunidades poderiam representar melhores ganhos aos produtores de cacau, o que não foi identificado pela presente pesquisa.

Não se identificou a derrubada de cacauais para a realização de pastagens para o gado¹⁴ ou mesmo para a produção da juta/malva. Como assinalado acima, foi após às perdas ocorridas principalmente com as enchentes/cheias que os terrenos onde se cultivava o cacau foram vendidos aos criadores de gado e, no caso da juta/malva, as áreas escolhidas para o plantio dessas espécies não era sobre a restinga alta da várzea onde estavam localizados os cacauais, mas as terras mais

¹⁴ Segundo os moradores mais antigos, nos sítios onde se cultivava o cacau não havia criação de gado, nem tampouco se permitia a circulação dos animais no interior dos cacauais. A criação de gado bovino encontrava-se restrita às áreas mais distantes dos sítios: nas margens dos lagos.

baixas da restinga, nas mata de igapó, próximas aos lagos, dada a proximidade com as águas e à maior fertilidade do solo nestes locais.

TABELA 2: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CACAU NA DÉCADA DE 1920 NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

Percentual de produtores em relação ao número de cacauzeiros cultivados		
Quantidade de pés de cacau	Número de produtores	Percentual de produtores
30.000	1	0,99
15.000	2	1,98
10.000	6	5,94
8.000	4	3,96
6.000	7	6,93
5.000	8	7,92
3.500 até 4.000	18	17,82
2.001 até 3.000	20	19,80
1.500 até 2.000	19	18,81
1.000	8	7,92
500	8	7,92
	101	100%

Fonte: BITTENCOURT, 2001, p. 177-179.
Organizador: Nascimento, 2016.

As perdas dos cultivos de cacau, principalmente ao que se refere à produção no ambiente de várzea, do município de Parintins, obedecem ao menos dois fatores principais: aos fatores naturais como as grandes enchentes/cheias e a erosão lateral do rio (terras caídas) e a desvalorização econômica da espécie na região amazônica, estes fatores impediram a renovação ou a criação de novos cacauais na várzea.

A tabela 2 apresenta uma síntese da produção de cacau na década de 1920 em Parintins. Nessa década, a várzea vivenciou um dos primeiros “choques” do século XX ao sofrer uma redução significativa dos cacauais e da produção de cacau. De acordo com Bittencourt (2001[1924]), as plantações de cacau eram realizadas nas terras de várzea, margeando o rio Amazonas desde a Serra de Parintins, no limite com o Estado do Pará, até o limite com o município de Uruará-AM, no sentido Leste-Oeste, respectivamente. O autor lista cerca de cem produtores de cacau e a respectiva quantidade de pés plantados que cada um possuía segundo o censo realizado em 1920 no município de Parintins-AM.

A esse período (década de 1920) a produção “racional” de cacau no Estado da Bahia já se apresentava como uma alternativa à produção “extrativa” da Amazônia, local de origem botânica da espécie. Mais tarde em 1970 a Bahia atingiu a hegemonia da produção nacional com 95% da produção brasileira, frente aos 1,5% da cacauicultura de base “tradicional e empírica” do Pará e Amazonas (AFONSO, 1979).

A produção de cacau representou durante o período colonial mais de 90% das exportações do Grão-Pará e Maranhão. O ciclo do cacau perdurou desde a fundação da cidade de Belém, em 1616, até a época da Independência do Brasil. É bom lembrar que o cacauero foi levado para a Bahia em 1746 e depois disso este produto tipicamente amazônico acabou perdendo importância na região... (HOMMA, 2011, p. 25-26).

Na década de 1970, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), apoiada pela política do Programa de Integração Nacional (PIN), excluiu das “Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional, 1976/1985 (PROCACAU)”, as áreas de várzea, concentrando os investimentos em partes de solos mais férteis de terra firme, onde os investimentos em calagem e fertilização do solo não onerassem a produção do cacau.

Com o advento do PROCACAU - Diretrizes para Expansão da Cacauicultura Nacional (1976 - 1985) coube ao estado do Amazonas implantar 10 mil hectares de cacau na área do Distrito Agropecuário da SUFRAMA, considerando as facilidades de infra-estrutura, de aquisição de insumos, de crédito e assistência técnica e proximidade do porto de exportação (CEPLAC, 1977). O convênio com a EMATERAM estendeu-se até 1980 quando foi relatado o alcance de implantação de 2.072 ha de cacauais, em terra firme, envolvendo 339 agricultores (Brito *et al.*, 2002, p. 9).

Foram recomendações da CEPLAC nesse período:

- a) não incentivar os novos plantios de cacau nas várzeas, pela grande incerteza e insegurança causadas pelas enchentes dos grandes rios amazônicos. Ademais o ciclo de produção nestas áreas seria encurtado pelo efeito do hidroperiodismo, resultando menor o seu potencial de produção;
- b) concentrar os novos plantios em áreas de "terra firme" de fertilidade natural alta, que possibilita uma implantação de cacauais mais barata, dispensando o uso de pesadas calagens e fertilizações; [...] (AFONSO, 1979, p. 15-16).

Esse posicionamento da CEPLAC teve implicações diretas sobre o estímulo estatal à cultura do cacau de várzea e à economia gerada por ele, com isso, “[...] desconsideraram-se os aspectos sócio-econômicos (sic) e culturais das populações ribeirinhas e a existência há séculos na região de uma estrutura produtiva de cacau”

(Brito *et al.*, 2002, p. 9). A partir de então o investimento no cacau de várzea foi tratado como um “jogo de azar” (AFONSO, 1979). “Por último, os estudiosos da Amazônia encaram a utilização das várzeas como vocacionadas para a produção de vegetação de ciclo curto (alimentos e fibras)...” (LIMA, 1956 *apud* AFONSO, 1979, p. 11).

Essa predileção da CEPLAC pela terra firme em detrimento da várzea tiveram ainda outras motivações:

As dificuldades da atuação nas áreas dos aluviões, resultam de: a) estrutura fundiária indefinida, sendo em grande parte pequenos lotes e sem o domínio definido, o que impossibilita a introdução de novas tecnologias, por falta de recursos de capital; b) tradicionalismo dos produtores, apegados a práticas rotineiras; c) as grandes enchentes do rio Amazonas, que comprometem os trabalhos realizados (AFONSO, 1979, p. 7).

Apesar de não ter recebido o mesmo tratamento por parte do estado, o cacau amazônico não deixou de ser alvo de inúmeras expedições com fito de levantar informações sobre diversidade genética, criação de bancos de germoplasma, etc., que alimentaram uma vasta literatura e também propiciaram o desenvolvimento da cultura, principalmente fora da sua região de origem. O conhecimento sobre sua diversidade genética contribuiu para a criação de clones mais resistentes à pragas e de maior produtividade.

Já mantendo 115 clones atualmente [década de 1970], pretende-se manter e ampliar o banco de germoplasma cacau, de forma a dotá-lo de maior variabilidade genética, principalmente no que se refere às características de adaptabilidade, precocidade, tamanho de semente de frutos, relação peso de semente/peso de frutos, produtividade e resistência a enfermidades, para utilização nos projetos de melhoramento da cultura (AFONSO, 1979, p. 24).

Entendendo que o controle da informação constitui-se num dos elementos necessários ao controle do território (RAFFESTIN, 1993), pode-se dizer que tal informação a respeito do conhecimento científico sobre o cacau serviu menos para a produção amazônica na várzea que viu sua economia enfraquecida diante a extinção de suas populações de cacau.

Os cacauicultores parintinenses, em meados do século XX, não tiveram como se manter na atividade e, portanto, não conseguiriam daí em diante, manter a posse de suas terras, nos mesmos usos e concentrações, ao menos que estes redirecionassem sua renda para novas atividades no ambiente de várzea, o que não aconteceu, ou aconteceu parcialmente com a pecuária. Por característica a economia

extrativa na Amazônia teve seu aporte no capital comercial, com foco apenas na comercialização, sem investimentos na produção.

Os cacauais remanescentes mantinham baixa produtividade de 265,8 kg de cacau seco/ha (NASCIMENTO *et al.*, 1973 *apud* BRITO *et al.*, 2002), enquanto que, segundo os autores, seria possível atingir cerca de 600 kg de cacau seco/ha na Amazônia, culminando no desinteresse até mesmo do capital comercial, o que pode ser confirmado pela queda nos preços do quilo das amêndoas secas do cacau na Amazônia.

Neste contexto, as atenções do estado e do capital voltam-se para a cacauicultura baiana de melhor produtividade/área e melhores preços no mercado, superando inclusive os preços do cacau na Amazônia como um todo e não somente do cacau de várzea, como pode ser observado no Quadro 4 apresentado a seguir, com os preços praticados ao longo das décadas de 1980-90. No referido quadro pode-se observar que em nenhum momento as médias anuais dos preços pagos pelo cacau na Amazônia, superam os preços pagos pelo cacau da Bahia, não por acaso o estado e o capital voltam-se para a cacauicultura baiana onde a atividade mostrou-se mais rentável.

Nas últimas duas décadas de 2000 e 2010 os camponeses-ribeirinhos têm tentado, sem sucesso, reflorestar os sítios com espécies como manga, graviola, goiaba, limão, bacabinha, cacau, entre outras, porém, as plantas não passam do primeiro ano de vida devido à inundação da várzea durante as enchentes/cheias do rio Amazonas. “A gente tem que plantar, não se sabe quando terá uma cheia grande” (M. M. S. 73 anos. Camponês-ribeirinho. Dezembro de 2015).

QUADRO 4: PREÇOS MÉDIOS PAGOS AOS PRODUTORES DE CACAU DA AMAZÔNIA, BAHIA E COTAÇÃO NA BOLSA DE NOVA IORQUE/EUA

Área produtora	Ano	Médias anuais		
		TX. CAMBIO em relação ao Dólar (US\$)	BOLSA NY/US\$/t	Preço/Kg
Amazônia	1982	-	Cr\$ 1.662,83	Cr\$ 133,74
Bahia				Cr\$ 184,32
Amazônia	1983	Cr\$ 591,82	Cr\$ 2.040,00	Cr\$ 579,57
Bahia				Cr\$ 810,11
Amazônia	1984	Cr\$ 1.859,33	Cr\$ 2.325,50	Cr\$ 2.387,86
Bahia				Cr\$ 3.276,50
Amazônia	1985	Cr\$ 6.175,12	Cr\$ 2.174,08	Cr\$ 7.821,79
Bahia				Cr\$ 9.228,17
Amazônia	1986	Cz\$ 13,59	Cz\$ 1.919,67	Cz\$ 16,60
Bahia				Cz\$ 18,43
Amazônia	1987	Cz\$ 39,06	Cz\$ 1.890,75	Cz\$ 40,14
Bahia				Cz\$ 51,56
Amazônia	1988	Cz\$ 261,02	Cz\$ 1.511,83	Cz\$ 183,54
Bahia				Cz\$ 318,94
Amazônia	1989	NCz\$ 2,83	NCz\$ 1.223,92	NCz\$ 1,26
Bahia				NCz\$ 2,30
Amazônia	1990	Cr\$ 68,32	Cr\$ 1.178,83	Cr\$ 34,32
Bahia				Cr\$ 57,09
Amazônia	1991	Cr\$ 402,49	Cr\$ 1.100,33	Cr\$ 196,71
Bahia				Cr\$ 355,50
Amazônia	1992	Cr\$ 4.472,09	Cr\$ 994,17	Cr\$ 2.031,27
Bahia				Cr\$ 3.502,06
Amazônia	1993	Cr\$ 87,98	Cr\$ 1.001,67	Cr\$ 49,46
Bahia				Cr\$ 76,81
Amazônia	1994	R\$ 0,63	R\$ 1.274,50	R\$ 0,51
Bahia				R\$ 0,64
Amazônia	1995	R\$ 0,91	R\$ 1.327,75	R\$ 0,82
Bahia				R\$ 1,03
Amazônia	1996	R\$ 1,00	R\$ 1.344,42	R\$ 0,82
Bahia				R\$ 1,09
Amazônia	1997	R\$ 1,07	R\$ 1.499,25	R\$ 1,08
Bahia				R\$ 1,45
Amazônia	1998	R\$ 1,15	R\$ 1.564,00	R\$ 1,25
Bahia				R\$ 1,62
Amazônia	1999	R\$ 1,81	R\$ 1.042,17	R\$ 1,46
Bahia				R\$ 1,79

Fonte: MAPA/CEPLAC/SUEPA/SEREX, s/d.
Organizador: Nascimento, 2016.

Além das ações individuais dos camponeses-ribeirinhos, pode-se destacar as ações do ProVárzea na comunidade São Sebastiao, que atuando em parceria com a Associação dos Produtores Rurais do Boto-ASBOTO, implantou na comunidade um programa piloto para o reflorestamento de florestas de várzea. Dessa iniciativa do ProVárzea apenas as instalações para água encanada (caixa d'água e tubulações),

além dos *kits* para cerca elétrica (painel solar e fios galvanizados) podem ser encontrados nas propriedades dos camponeses-ribeirinhos. A criação de abelhas sem ferrão que também fazia parte do programa não prosperou. Os cultivos arbóreos do projeto também pereceram diante das inundações periódicas da várzea.

Durante trabalho de campo ainda foi possível encontrar um único tendal em ruína (Figura 7), dos que existiam nas duas comunidades pesquisadas, onde os camponeses-ribeirinhos secavam as sementes de cacau para a comercialização. O tendal possuía uma base fixa: o assoalho construído com tábuas de madeira de lei sobre estacas, onde ficam as sementes de cacau, além de uma cobertura móvel: encaixada artesanalmente à base, construída semelhante à cobertura de uma casa, com caibros de madeira e telhas de zinco. Durante o dia, na ocorrência de luz solar, a cobertura é deslizada manualmente para a parte de trás deixando a base exposta, na ocorrência de chuva ou durante a noite a cobertura retorna novamente, alternado o processo diversas vezes até que se atinja o “ponto ideal” de controle de umidade das sementes. Esta é uma das poucas marcas do período da economia extrativa, que persistem no tempo e aos poucos sucumbem com as alterações naturais e/ou antrópicas no espaço da várzea do Médio rio Amazonas.

Figura 7: Tendal em ruínas.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, março de 2015.

Brito *et al.*, (2002) consideraram insignificante a quantidade de tendal existente no Médio Amazonas na década de 1990

É insignificante o número de propriedades que apresentam instalações para a fermentação de cacau, haja vista o ribeirinho ter por hábito entregar sua produção na condição de "cacau verde" ou "cacau mole" para o comerciante residente na sede da comunidade. Contudo, cerca de 10,6% possuem tendal para a secagem das amêndoas, que é um tipo de secador de madeira, conhecido há décadas na região, com cobertura móvel, um lastro fixo e gavetas móveis que correm sobre rodas e suportes de madeira, com dimensões de 3,0 x 5,0 m ou de 4,0 x 6,0 m. Outros (3,2%) utilizam lona para o processo de secagem (p. 21, grifos no original).

Diante do contexto de desvalorização dos produtos extrativos, e em face do declínio da jucicultura foram extintas as casas de comércio existentes na área rural do município de Parintins. A comercialização direta com a cidade, sem a figura do patrão, passa a ser crucial para a manutenção econômica das famílias. Isto porque, grande parte da economia doméstica camponesa baseava-se na venda de peles de animais e da carne do pirarucu, com a proibição da captura de ambos, a agricultura afirma-se como uma das atividades mais importantes, ao lado da pecuária e da pesca.

Na década de 70 do século passado, em decorrência da intensa exploração, a população de pirarucus entrou em declínio levando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a estabelecer em 1989, um tamanho mínimo de captura (150 cm) e, em 1990, o período de defeso reprodutivo (1° de dezembro a 31 de maio). Devido a grande extensão geográfica da Amazônia e à ineficiência da fiscalização, essas medidas surtiram pouco efeito prático, e em 1996, qualquer tipo de captura e venda de pirarucu foi proibida no Amazonas (Portaria IBAMA 8/96), sendo permitida apenas em áreas manejadas ou provenientes de cultivo, o que afetou inúmeras famílias que residem em áreas de várzea (GONÇALVES, 2013, p. 267).

Agora, o maior mercado consumidor dos produtos do campo passa a ser a cidade de Parintins. Chama-se atenção para o fato de que os camponeses-ribeirinhos no Médio rio Amazonas mantiveram-se subordinados ao patrão nos períodos correspondentes tanto à economia extrativa animal e vegetal (meados do século XIX até o terceiro quartel do século XX), quanto ao período da jucicultura (meados do século XX até a década de 1980). A partir de 1980/90 a subordinação camponesa passa a ser em relação à cidade, onde comercializam seus produtos e adquirem as mercadorias não produzidas nas unidades familiares.

No plano geral da economia, cabe salientar que na virada do século XIX para o XX, as transformações empreendidas pelo capital monopolista nos países industrializados, culminaram com a separação entre a agricultura e a indústria, levando esses países a se interessarem apenas pela importação de matéria-prima, subordinando o trabalho camponês e capitalizando a renda da terra.

Já no final do século XIX e início do século XX o capital monopolista começava estruturar-se. Ampliava e redefinia o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Estabelecia as bases para a transformação desta em renda capitalizada, tornando-se seu proprietário, sem, contudo expropriar a terra do camponês. Foi nesse processo dialético que o próprio capital se incumbiu de estabelecer novamente a supressão do divórcio entre a agricultura e a indústria, divórcio esse que ele teve que estabelecer para se apropriar de ambas (OLIVEIRA, 2007, p. 30).

O imperialismo compareceu como uma resposta a essa contradição do capital, assim, nos países imperialistas, o desequilíbrio entre a agricultura e a indústria foi transposto para o “plano internacional como sendo o comércio de produtos primários contra produtos manufaturados” (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Dessa forma, esse movimento contraditório gera não só a subordinação de relações pré-capitalistas, como também relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas, como afirma Martins. Para ele, o capital, incorporando áreas e populações às relações comerciais, desenvolve, numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão. Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Assim, houve a desvalorização contínua dos produtos agrícolas e ascensão dos preços das manufaturas, isso criou as condições favoráveis para o estabelecimento do capital monopolista, que se interessava apenas pela matéria-prima produzida no campo, adquirindo-as sempre por preços baixos, sendo ela produzida ou não por relações tipicamente capitalistas.

A respeito dos problemas que envolvem as atividades extrativas e dos limites que tais atividades apresentam do ponto de vista social e econômico na Amazônia, Homma (2012) afirmar que

A dispersão dos recursos extrativos na floresta faz que a produtividade da mão de obra e da terra seja muito baixa, fazendo que essa atividade seja viável pela inexistência de opções econômicas, de plantios domesticados ou de substitutos sintéticos. Na medida em que alternativas são criadas e conquistas sociais elevem o valor do salário mínimo, por ser uma atividade com baixa produtividade da terra e da mão de obra, torna-se inviável a sua permanência. Um dos erros dos defensores da opção extrativa para a Amazônia é considerar esse setor como isolado dos demais segmentos da economia (HOMMA, 2012, não paginado).

Assim, parte-se do pressuposto de que a partir de meados da década de 1980, marco do declínio da economia da juta em Parintins, tendo igualmente sido enfraquecida a economia dos produtos extrativos, as “condições ideais” para o estabelecimento de novas relações entre o campo e a cidade consolidavam-se.

[...] Ao mesmo tempo em que ocorre a integração do território, possibilitando a circulação de pessoas e objetos, há a desarticulação de fluxos pretéritos e o surgimento de outros. Como esta desarticulação de fluxos não é circunscrita a si mesma, não apenas os eixos desaparecem, mas desarticulam-se atividades e daí modos de vidas a eles ligados. Quase sempre os padrões de circulação impostos pela modernização determinam o desaparecimento de algumas atividades e o surgimento de outras, bem como estabelecem impactos. No entanto, parte dos núcleos urbanos localizados às margens dos rios perde importância como dinâmica econômica, em decorrência da crise do extrativismo, mas mantém certa importância local como suporte de serviços à população... (OLIVEIRA, 2004, p. 4-5).

A cidade ao vivenciar um período de “estagnação” econômica e, de tal modo, ter reduzido suas relações com cidades regionais, ou mesmo nacionais para as quais se exportavam os produtos extrativos ou a fibra da juta e seus derivados, passa a construir uma relação maior, tanto intra, quanto interurbana com as cidades do entorno e com o seu “interior” (as comunidades rurais). Tais aspectos colaboraram para a expansão do comércio e do setor de serviços na cidade.

[...] Depois da queda da borracha, a região entrou num período de “estagnação”, em termos de suas exportações e das receitas geradas. Essa história econômica do início do século XIX pode ser justaposta a outra, que autores como Nugent (1993) e McGrath (1989) desenvolveram. Essa visão sustenta que o retraimento da competição por recursos amazônicos permitiu a reconstrução ou a reorganização das formações sociais amazônicas locais. Essa reorganização priorizou as necessidades locais, ao invés das externas. Em outras palavras, os sistemas locais fortalecem-se quando há ligações mais fracas com os mercados externos (HARRIS, 2006, p. 90, grifos no original).

A partir desse período a maior concentração da população na cidade levou ao maior consumo de produtos oriundos do campo, principalmente a partir da década de 1980 quando o município atingiu a inversão populacional (Tabela 3). A produção ribeirinha de várzea que antes era majoritariamente destinada à exportação passa a partir de então a destinar-se ao abastecimento da cidade, que agora demandava por alimentos, principalmente os produtos oriundos da agricultura familiar camponesa, incluindo uma fração dos seus produtos excedentes da pesca.

TABELA 3: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM

ANO	TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
1960	27.225	8.934	32	18.590	68
1970	38.801	16.747	44	21.334	56
1980	51.381	29.504	57	21.877	43
1991	58.783	41.591	71	17.192	29
2000	92.118	58.125	63	33.993	37
2010	102.033	69.890	68	32.143	32

Fonte: IBGE, 2010. Censo Demográfico 1950-2010.

Não se pretende dizer que o campo não produza mais nenhuma matéria-prima para exportação em Parintins, mas queremos enfatizar, sobretudo as transformações ocorridas. Atualmente a pesca no ambiente de lago no município objetiva principalmente o mercado interno da cidade, ao passo que a pesca no ambiente de rio tem se intensificado cada vez mais visando a captura dos bagres migradores, os quais se destinam principalmente à exportação. A comercialização de bagres no Estado do Amazonas, tem articulado diversas cidades não somente no âmbito regional ou nacional, mas também internacional (MORAES, 2012).

A rede de comercialização dos bagres colabora para a formação duma rede de cidades na Amazônia, como explicitado por Moraes (2012), por meio da interação entre os fixos (os frigoríficos, etc.) e os fluxos (os serviços de transportes, informações, etc.). Estes fixos e fluxos compõem um “conjunto de arranjos institucionais” que, quando analisados em conjunto, contribuem para o estudo da participação das cidades na rede urbana no Amazonas (SCHOR & OLIVEIRA, 2011).

A respeito do crescimento populacional e da expansão urbana do município de Parintins, Souza (2011) assevera que entre as décadas de 1940 e 1960, o município apresentou um aumento significativo da sua população urbana, porém sem ter ultrapassado, em números, a população residente no campo, havendo, portanto certo equilíbrio.

Segundo os dados censitários do IBGE, a população do Município de Parintins, em 1940, era de 15.100 habitantes e em 1950 a população atinge 25.662 habitantes, tendo um crescimento de 10.562 habitantes. Esse crescimento populacional da ordem de 41% não significou a expansão urbana. Em 1960, a população chega a 27.525 habitantes, registrando um crescimento de 1.863 habitantes em relação à de 1950, o que equivale a 7%. Nesses períodos a população rural sempre foi maior que a urbana em razão da produção de juta, principal produto da economia do município. No período da safra, a zona rural, era uma importante fonte de trabalho (o plantio, o corte,

a lavagem – que durava em média seis meses acompanhando o regime do rio, geralmente começando o plantio assim que a várzea fosse saindo debaixo d'água). Na cidade, o trabalho estava na prensagem da juta para que fosse exportada em fardos para São Paulo (SOUZA, 2011, p. 131).

Em trabalho anterior Souza (1998) afirma que em função da inadequação de políticas agrícolas o campo em Parintins perdeu grande parte de seu contingente populacional e, em contrapartida, houve o aumento da população urbana. É neste contexto que diversos bairros e conjuntos habitacionais são criados na cidade de Parintins a partir de 1980, além das ocupações de terras que geraram os novos bairros a partir da década de 1990. A expansão urbana acompanhou a significativa redução da população rural do município de Parintins nas últimas décadas do século XX.

Embora a várzea constitua cerca de 42% da área do município de Parintins (tabela 4), ela chega ao século XXI representando apenas 4% da população total do município, contrastando com cidade de Parintins que, possuindo apenas cerca de 5% da área total do município, apresenta 67% de sua população e, por fim, com as comunidades rurais localizadas em terras firmes que somam 29% da população total, distribuídas em cerca de 53% da área total do município.

TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE PARINTINS POR SUB-REGIÕES (2010)

Sub Região	População	%	Área (km ²)	%	Densidade (hab/km ²)
Cidade de Parintins e Entorno	67.438	67	303,2	5	222,4
Gleba de Vila Amazônia	11.136	11	500,6	8	22,2
Área de várzea	4.517	4	2.494,6	42	1,8
Mocambo	3.478	3	522,5	9	6,7
Caburi	5.106	5	208	3	24,5
Mamuru	2.497	3	233,6	4	10,7
Tracajá	2.865	3	221,8	4	12,9
Uaicurapá	4.255	4	1.468,8	25	2,9
	101.292	100	5.953,1	100	

Fonte: Azevedo Filho (2013, p. 164), adaptado por Nascimento, 2016.

Diante desse cenário defendemos a tese de que as relações do campo com a cidade intensificam-se. Com isso, no campo, principalmente na área de várzea, passou-se a produzir alimentos para a cidade de Parintins, apresentando um maior cultivo da terra em detrimento do predomínio das atividades extrativas que se mantiveram de modo mais intenso até por volta da década de 1970.

CAPÍTULO 2

AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS E O MODO DE VIDA NAS COMUNIDADES SÃO SEBASTIÃO DO BOTO E SANTA RITA DO BOTO

A Lenda do Boto

Conta a lenda que o boto, peixe encontrado nos rios da Amazônia, à noite se **transforma** em um belo e elegante rapaz, e **sai** das águas à conquista das moças que, não resistindo a sua beleza e simpatia **caem** de amores por ele. O Boto também é considerado protetor das mulheres, pois quando **ocorre** algum naufrágio em uma embarcação em que o boto esteja por perto ele **salva** a vida das mesmas empurrando-as para as margens dos rios.

Suas mulheres são conquistadas às margens dos rios quando vão tomar banho ou mesmo nas festas realizadas nos interiores próximos de rios. Os botos vão aos bailes e **dançam** alegremente com elas que se **envolvem** com seus galanteios e não **desconfiam** de nada. Só que, depois **estão** apaixonadas, a maioria dessas moças **ficam** grávidas deste rapaz. E por esta razão que ao boto é atribuída a paternidade de todos os filhos de mães solteiras.

O Boto **anda** sempre de chapéu, pois **dizem** que de sua cabeça **exala** um forte cheiro de peixe. E quando ele **chega** à festa geralmente é desconhecido de todos os integrantes da mesma, mas logo **consegue** conquistar uma moça bonita e com ela **dança** a noite inteira. Porém, antes que o dia **amanheça** ele **vai** sem que ninguém o veja, pois o seu encanto **termina** assim que o dia **começa** a chegar e ele **precisa** voltar imediatamente para o rio. O Boto – Dom Juan das águas é figura popular do folclore amazônico é o mesmo golfinho da Europa e Ásia (COELHO, 2003, p. 114, grifos no original).

2.1 As localidades e as comunidades rurais

Onde quer que se percorra no meio rural Amazônico sempre se pode encontrar uma forma de representação dos lugares, identidades, espacialidades construídas com base nas experiências vividas por seus habitantes. São diversos os casos desde um antigo seringal, uma antiga fazenda, uma família tronco que originou a ocupação de dado local, que podem emprestar o nome às localidades que hoje conhecemos. Certos acontecimentos também dão origem aos nomes das localidades, alguns relacionados a mitos e lendas como é caso das existentes na localidade do “Boto”.

Entre os moradores da área pesquisada o nome dado às localidades do “Boto”, não se diferencia da fantástica lenda que envolve este cetáceo. Atréadas ao nome boto, tem-se as localidades, Costa do Boto, boca (entrada do igarapé) do Boto, igarapé do Boto, além dos lagos Botinho e Boto Grande, as quais podem ser aglutinadas pelas comunidades São Sebastião do Boto e Santa Rita do Boto. Segundo os moradores mais antigos, a origem do nome Boto deu-se em função das moças

solteiras que apreciam grávidas e, quando interrogadas diziam ter sido encantadas pelo boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), uma forma de fugir de tal embaraço.

O boto-cor-de-rosa não goza de boa aceitação entre os ribeirinhos. Para com este animal guardam grande respeito em função das diversas estórias relacionadas aos encantos por ele causados, evitando-se que as mulheres em período menstrual banhem-se e/ou lavem roupas na beira do rio. Mas às vezes são abatidos, não por retaliação aos seus encantos, mas porque a banha deste animal possui uso medicinal no tratamento de doenças como a gripe, embora seja rara a captura pelos camponeses-ribeirinhos. O boto-cor-de-rosa praticamente só é abatido quando por acidente fica preso às redes dos ribeirinhos utilizadas na captura do pescado. Um agravante que pesa contra o animal é o fato do mesmo retirar os peixes emalhados nas redes de pesca dos ribeirinhos, do que decorre de fato a antipatia dos pescadores pela espécie.

Ao contrário, o outro cetáceo de ocorrência na Amazônia, o boto Tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), possui boa representação e aceitação entre os ribeirinhos, seja porque é tido como um animal amigável, podendo inclusive ajudar aos naufragos, seja, porque não retira os peixes das redes dos pescadores. O abate neste caso é raro, a morte deste animal ocorre mais por acidente, quando estes ficam presos nas redes dos pescadores¹⁵.

Estas localidades entendidas enquanto locais de trabalho e moradia remontam ao período anterior à organização promovida pela Igreja Católica a partir de meados do século XX em torno das comunidades. Uma comunidade pode ser composta por diversas localidades. Como as comunidades foram organizadas a partir de assentamentos humanos já consolidados, que por características possuíam as habitações distantes umas das outras, a organização em torno da comunidade não alterou o padrão de ocupação das localidades. Tal organização difere do que Wagley (1988) estudou na fictícia Itá, no Estado do Pará. O caso estudado por ele remete-nos mais a uma pequena cidade ou vila do ponto de vista espacial, que necessariamente uma comunidade rural aos moldes do que se estuda nesta pesquisa. Itá foi estudada

¹⁵ Em nenhum dos casos, observou-se a utilização da carne destes animais como iscas, a exemplo do que vinha ocorrendo em alguns rios do entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-RDS Mamirauá, em Tefé-AM, para a pesca da piracatinga (*Calophysus macropterus*), um peixe de couro/liso de hábito carniceiro comercializado em Manaus-AM sem identificação da espécie e muito comercializado em Bogotá, na Colômbia, onde se desconhece o hábito carniceiro da piracatinga, bem como não sabem sua forma de captura nos rios amazônicos, além de acreditarem tratar-se duma outra espécie antes abundante na Colômbia (BARRETO, *et al.*, 2010).

a partir dos costumes, das relações de parentesco, mas sua organização espacial, ou seja, sua forma e função parecem distinguir substancialmente, apresentando-se com um povoamento adensado, com ruas e sedes administrativas tipo prefeitura.

Em termos de organização espacial nas comunidades pesquisadas tem-se na área central composta pela capela, escola, centro social para reuniões, bar e cozinha, casa dos professores, palco onde se põem os equipamentos de sonorização durante os festejos dos(as) Santos(as), o campo de futebol. É uma área relativamente pequena, pertencente à Igreja, não havendo habitações dos comunitários, o que entretanto não se constitui numa regra. Em outras palavras, a comunidade à qual se refere este estudo, apenas agregou os fiéis católicos por meio da religiosidade, instituiu um local para encontros dos camponeses-ribeirinhos, a capela, mas os manteve em suas moradias dispersas na margem do rio Amazonas e do igarapé do Boto.

Porém, é preciso distinguir dispersão de isolamento. Frequentemente, encontram-se referências feitas às comunidades rurais como sinônimo de isolamento, quando na verdade o querem dizer, e até dizem, que estas são marcadas pela presença de moradias esparsas ao longo de rios, paranás, igarapés ou mesmo de estradas em alguns casos. Quando as comunidades são nucleadas, ou seja, possuem um núcleo central adensado, suas *terras de trabalho* distam alguns quilômetros de seus locais de moradia, algo comum nos assentamentos de reforma agrária ou de regularização fundiária do governo federal na Amazônia, por exemplo. Ao contrário, quando são não-nucleadas, com as casas de moradias distantes umas das outras, as famílias moram e trabalham no mesmo local. Em ambos os casos não se configura o isolamento. Estas comunidades mantêm uma intensa dinâmica pautada nas relações econômicas, sociais e culturais ao longo do ano que extrapolam seus próprios espaços de vida.

Sobre a organização espacial das comunidades de várzea do Médio Amazonas Pantoja (2005) afirma:

As casas dos moradores pertencentes, ou referidos, a uma mesma comunidade podem estar dispostas numa área geográfica claramente delimitada, ou não. Encontramos comunidades nas quais as casas e seus terrenos estavam todas linearmente dispostas ao longo da margem do rio ou paraná; e outras nas quais as casas estavam dispersas na área de um lago. Em um lago encontramos mais de uma comunidade, estando as casas de uma ou outra comunidade, digamos, misturadas (p. 168).

É preciso considerar como o termo comunidade é introjetado pelo grupo. Geográfica ou administrativamente a comunidade pode existir para todos que nela habitam, ou a ela estejam relacionados, entretanto, viver *a* ou *em* comunidade pode ser mais que simplesmente viver, estar *na* comunidade.

Há ainda uma diferença entre ter uma casa em área reconhecida como de abrangência da comunidade e fazer parte da mesma. “Participar da comunidade” significa estar presente nos cultos, ajudar a organizar atividades comunitárias, participar de mutirões a bem da comunidade, fazer parte de diretorias ou grupos comunitários (como o de catequistas), ou ainda fazer-se presente em atividades de conservação, tais como a fiscalização de lagos ou de tabuleiros. Neste sentido, há casos de pessoas que vivem em área reconhecida como de alcance da comunidade, mas que dela praticamente não “participam” (PANTOJA, 2005, p. 170, grifos no original).

No dizer local dos moradores há diferentes entendimentos sobre o termo comunidade. Comunidade pode significar: a) a área de abrangência onde residem todos os moradores, os comunitários; b) a área ou núcleo central onde se instalam os equipamentos comunitários, igreja, escola, centro social para reuniões, casa dos professores, campo de futebol; ambas apontadas por Pantoja (2005) às quais acrescentou-se uma terceira por meio da observação das atividades sócio religiosas nas comunidades durante os anos de 2014 e 2015: c) a comunidade entendida enquanto o conjunto dos moradores, os comunitários, esta representação ocorre por parte dos líderes locais (religiosos ou não), sendo manifestada quando os mesmos atribuem aos comunitários o poder de decidir sobre algo, quando em assembleia facultam o poder de decisão ao grupo, ou ainda quando na homilia dos cultos dominicais o dirigente do culto conclama os fiéis a viver em comunidade afirmando que a comunidade não é algo exterior ao homem, mas o próprio homem, ou no dizer de uma camponesa: “Comunidade somos todos nós, que lutam por um bem comum. Comunidade não é aquele prédio lá [a igreja]. O prédio é só pra reunir” (M. G. 49 anos. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Para Pantoja (2005) a participação ou adesão dos moradores nas diversas atividades promovidas pela comunidade (por suas lideranças) pode evidenciar o grau de organização e de coesão de uma comunidade. A referida autora entretanto, assinala que a filiação religiosa parece não ser tão clara quando mais de uma denominação religiosa encontram-se numa mesma comunidade, como acontece na área de estudo desta pesquisa.

O plano de afiliação religiosa é ainda hoje o de maior força de pertencimento a uma comunidade. A igreja, as práticas religiosas e atividades afins (festejos, bingos), e o grau de adesão a elas, podem ser tomados como indicativos do grau de coesão e organização de uma comunidade. Mas a filiação comunitária dada pela religião pode não ser tão clara, o que ocorre quando mais de uma denominação religiosa está representada numa mesma comunidade (PANTOJA, 2005, p. 169).

Os camponeses-ribeirinhos destacam que é uma das atribuições dos líderes, dos coordenadores de comunidades, a mobilização dos comunitários, pois caso queiram realizar os trabalhos sozinhos correm o risco de não darem conta. Uma comunidade mais consciente trabalha muito mais em conjunto, podendo lograr maior êxito. “Principalmente no período da festa [do(a) Santo(a)]. Se não reunir a pessoa [o líder] fica só. Tudo aqui é organizado, tem várias equipes que realizam os trabalhos” (M. G. 49 anos. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

A comunidade entendida administrativamente (reconhecida pelo Estado) parece extrapolar os limites iniciais de filiação por denominação religiosa, prevalecendo a abrangência geográfica da comunidade, ou seja, a área que é servida pelos equipamentos comunitários como a escola, por exemplo, ou pelo serviço do Agente Comunitário de Saúde-ACS. Neste caso, comumente as diretorias das comunidades São Sebastião e Santa Rita forneciam – até o ano de 2015 quando as contas de energia elétrica do Programa Luz Para Todos possibilitaram a comprovação de residência no meio rural – declarações de residência aos moradores que frequentavam a Igreja Assembleia de Deus, pelo simples fato dos mesmos encontrarem-se na área de abrangência geográfica das comunidades católicas. Esse era um serviço prestado pelos católicos aos evangélicos, mais por consideração que por obrigação, uma vez que os católicos acham que se os evangélicos não participam da comunidade, não devem ter direito a tal documento.

Eles [os católicos] não gosta porque eles [os evangélicos] não se unem [não participam das atividades da Igreja Católica]. Mas, agora com essa coisa de energia, eu digo que não vai mais ser preciso [a declaração de residência na comunidade]. Então vai deixar de ser pedido da comunidade (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Os camponeses-ribeirinhos não se unem, a princípio, por haver duas denominações religiosas. Católicos não frequentam a igreja evangélica ou dos crentes da Assembleia de Deus, nem tampouco os evangélicos participam das atividades religiosas das igrejas católicas.

Porém, o Estado os une em função dos serviços de educação e saúde, por exemplo, que são disponibilizados às comunidades São Sebastião e Santa Rita, mas que, na prática, não distingue os camponeses-ribeirinhos pelo credo, reconhecendo as comunidades administrativamente.

O SUS [Sistema Único de Saúde] se estende a todos, a escola também. No tempo da água e da seca a ajuda humanitária vem pra todos. As benéficas que a católica ganha a crente também ganha. [...] Em termo religioso elas se separam, mas no social elas agregam. (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Nas comunidades estudadas, até meados do século XX, antes da organização realizada pela Igreja Católica, as localidades estavam organizadas em grupos de famílias, vivendo de forma independente, comercializavam seus produtos extrativos com os padrões existentes no próprio local de produção, não havendo a necessidade de ir até a cidade para comercializá-los. Educavam seus filhos em casa, quando assim era possível. Os puxiruns (nas atividades agropecuárias), as rezas, ladainhas e festas dos(as) Santos(as) no catolicismo rústico respondiam por grande parte da sociabilidade existente no meio rural.

Tratar da organização das comunidades rurais no Médio rio Amazonas requer, entre outros, o entendimento do contexto de atuação da Igreja Católica na difusão do *catolicismo oficial* em detrimento do *catolicismo popular* tão presente no meio rural amazônico.

Na várzea do médio Amazonas, hoje, os assentamentos humanos ou localidades do interior são conhecidos como comunidades. Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da Igreja Católica. Na Prelazia de Itacoatiara e de Parintins, no esforço de criação de comunidades, padres e irmãs viajavam para as localidades do interior para se reunir com os moradores e realizar cultos dominicais. Em muitas destas localidades, já existiam práticas coletivas como o festejo de santos, “brincadeiras de boi”, jogos de futebol e novenas. Algumas localidades, a partir do estímulo dos missionários, chegaram a formar “congregações” (PANTOJA, 2005, p. 168, grifos no original).

A principal característica da Igreja Católica, observada durante e depois da organização das comunidades, junto aos camponeses-ribeirinhos é a sua atuação eclesial. Essa postura pode ser melhor compreendida quando se considera o contexto em que ocorreu a organização das comunidades, sendo marcado pelo interesse da Igreja na sua estruturação (fundação da Prelazia, etc.) e expansão territorial

(conquista de novos lugares e devotos). Para isso a Igreja precisou instituir o *catolicismo oficial* em detrimento do *catolicismo popular* difundido nos lugarejos do interior da Amazônia, como exposto a seguir.

Entre os camponeses-ribeirinhos o interesse acerca da organização das comunidades foi motivado sobretudo pelas dificuldades enfrentadas pelos mesmos, as quais passariam a ser reivindicadas a partir de então pelos representantes dos grupos, pelas lideranças locais.

A idéia (sic) de formação de uma “comunidade” e da necessidade dos “comunitários” tomarem a iniciativa de resolverem eles mesmos, através da sua “organização”, problemas como a falta de escolas e postos de saúde, foi sendo assumida por lideranças locais, muitas vezes líderes de grupos extensos de parentes. Diretorias para as comunidades foram sendo criadas, com cargos de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro... (PANTOJA, 2005, p. 168, grifos no original).

Ao implantar o *catolicismo oficial* nas comunidades rurais do município de Parintins, uma das formas de comunicação de poder da Igreja foi a instituição dos santos padroeiros (das Congregações Marianas) nas comunidades e a criação do local para a concentração dos devotos: a capela. A capela serviu como elemento agregador, junto dela surgiram novos elementos como a escola, o posto de saúde, o campo de futebol, constituindo a área central da comunidade.

Em termos de organização sócio-espacial, até a década de 1950 diversos assentamentos humanos que compunham as áreas rurais dos municípios no Médio rio Amazonas eram conhecidos como “vilas”, ou por outras denominações, às quais geralmente se emprestava o nome de determinadas famílias que as ocupavam ou que lhes dera origem. Outra forma de designar esses locais era por meio de referências geográficas como as fazendas, os rios, paranás, ilhas, furos, igarapés e lagos (PANTOJA, 2005).

Por iniciativa dos Movimentos Eclesial de Base-MEB, da Igreja Católica, diferentes localidades, sobretudo em áreas rurais, passaram a ser organizadas social e politicamente em torno das chamadas comunidades. No município de Parintins foram organizadas, entre as décadas de 1950/70, setenta e três “Comunidades Rurais de Base” (CERQUA, 2009).

As comunidades rurais surgiram a partir da organização em torno da Igreja dos diversos assentamentos humanos já consolidados. Aqui há uma diferença a ser assinalada. Primeiro consolidam-se os assentamentos humanos, os quais

posteriormente são organizados em comunidades com a difusão do *catolicismo oficial* no Médio rio Amazonas, a partir de 1950. Paulatinamente a Igreja fez-se presente junto aos camponeses-ribeirinhos, realizando casamentos e batizados dos mesmos ainda na primeira igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, atual igreja do Sagrado Coração de Jesus, localizada na cidade de Parintins, no período em que o número de padres era insuficiente e a logística dificultava o atendimento dos camponeses-ribeirinhos em suas localidades.

Segundo os camponeses-ribeirinhos, chegaram a ocorrer casamentos das mulheres das localidades do Boto na cidade de Parintins por meio de procuração, já que o acesso à cidade dava-se unicamente por canoas movidas a remo, dificultando a locomoção das mulheres. Junto a esses assentamentos humanos primeiro ocorreram as “Congregações Marianas”.

Um grande número dessas comunidades, particularmente nos primeiros anos, nasceu como Congregações Marianas de homens, com capelas para culto e reuniões formativas. No entanto, em redor de cada capela não demoraram a surgir escola, campo de jogo, cantina comunitária, etc. Tudo em terreno doado ou vendido à Prelazia; e aos Marianos foram se acompanhando outros movimentos e irmandades, como as Senhoras do Apostolado da Oração, a Cruzada Eucarística infantil, Clubes de Jovens, etc.; e foram se organizando as várias atividades comunitárias coordenadas por pessoas responsáveis, qualificadas em cursos administrados pela Prelazia no Centro de Treinamento ou no próprio interior (CERQUA, 2009, p. 154).

A partir da organização das comunidades estas passaram a ser não apenas uma congregação de devotos, de cristãos católicos, uma manifestação do poder da Igreja, mas também uma forma de organização política de representação dos camponeses-ribeirinhos. Diversas conquistas foram alcançadas pelos camponeses-ribeirinhos por meio da luta. A Igreja os organizou, mas as melhorias em áreas como saúde e educação foram adquiridas (embora que precárias e insuficientes) por meio do envolvimento dos homens e mulheres que passaram a reivindicá-las, não para um lugarejo, ou para um único grupo familiar, como se encontrava organizado o campo no Médio rio Amazonas até meados do século XX, mas para um grupo de famílias organizadas e representadas pelas chamadas comunidades.

Até os anos sessenta isso era conhecido como “Costa do Amazonas”. Aí, a partir da década de sessenta com o surgimento das comunidades, surgiu essa daqui do Boto... A organização social trouxe muitas melhorias, a escola em primeiro lugar, a religiosidade mesmo do povo... Através da religião, da criação da igreja, o povo passou a estar mais junto. Porque antes não, era

cada um por si e Deus por todos. Hoje é muito fácil para você num dia de domingo falar com gente que vem lá de cima [sentido montante do rio]. Antes não, a gente só ouvia falar: “lá é o São João”. A gente ouvia falar nas pessoas, mas a gente não via elas. Já com a criação da comunidade, essas pessoas chegaram [se aproximaram], a gente passou a se conhecer mais. Então isso foi uma questão muito positiva, como é até hoje! Hoje em dia se eu quiser falar com alguém, eu nem preciso ir na casa dele, eu vou na capela que ali passou a ser o ponto de encontro quase. Aí veio as melhorias na área da saúde, da educação... A gente depois da criação dessa comunidade sempre se destacou, porque a gente lutava muito, e conseguia muita coisa (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Até esse período uma das principais formas de sociabilidade para os camponeses-ribeirinhos era o puxirum realizado nos roçados de juta ou durante a reunião dos animais criados nos retiros para a marcação (ferra) dos bezeros e castração dos mamotes. A Igreja surge como um importante meio de sociabilidade camponesa reunindo pessoas, encurtando distâncias, aproximando-as.

Antes da organização das comunidades, quando ainda prevalecia a figura dos patrões eram estes agentes que exerciam o domínio sobre os camponeses-ribeirinhos (por meio da subordinação da produção, através do sistema de aviamento). Embora se constituíssem de trabalhadores livres, esses camponeses-ribeirinhos não possuíam representação (organização) própria, por meio da qual pudessem reclamar qualquer benefício em prol do grupo.

As transações eram realizadas entre as casas aviadoras, os vapores e por fim com os patrões/comerciantes. Os camponeses-ribeirinhos não recebiam financiamentos para investir na produção, adquiriam apenas o necessário à subsistência das famílias na troca realizada com o patrão.

Em termos sociais, o principal processo de mudança no período pós-guerra foi a reestruturação da sociedade da várzea, por meio de programas sociais e educacionais da Igreja Católica, dos quais o mais importante foi o MEB. Esse programa organizou os moradores de várzea em comunidades e formou as lideranças comunitárias. A partir daí, a referência dos varzeiros passou do barracão, que dominava o comércio local, para a comunidade com a sua igreja, centro comunitário, clubes sociais, atividades comunitárias, catequistas e outras lideranças comunitárias. Na região de Santarém, essa mudança é evidente na comparação dos antigos croquis da Sucam, com os mapas atuais. Nesses croquis, frequentemente aparecem os nomes de fazendas e não os nomes das comunidades hoje existentes (McGRATH & GAMA, 2005 – Nota de roda pé).

Nesse sentido a organização das comunidades respondeu não somente por um rearranjo espacial das localidades agrupando-as, mas marcou sobretudo a união

dos camponeses-ribeirinhos em torno da Igreja e possibilitou-lhes a construção dum espaço político de reivindicação dos grupos antes não existente.

Ressalte-se que no período anterior à organização das comunidades pela Igreja, essas localidades eram mais adensadas, posteriormente com o enfraquecimento da economia extrativa e da jiticultura, muitos moradores deixaram as comunidades, sobretudo em função da redução dos recursos naturais.

Após esse período muitos moradores abandonaram a comunidade Santa Rita e venderam suas terras principalmente para os criadores de gado local. No caso de São Sebastião a agricultura de ciclo curto e a pecuária bovina tornaram-se, ao lado da pesca extrativa, as principais atividades econômicas da comunidade, o que de certo modo a manteve menos susceptível às mudanças ocorridas com o enfraquecimento da economia extrativa. Atualmente, Santa Rita possui cerca de vinte famílias, enquanto São Sebastião possui cerca de cinquenta.

2.2 O culto dos santos e os elementos do catolicismo rústico

Os festejos atuais dos santos padroeiros nas comunidades ribeirinhas, em certa medida, se distanciam da forma como eram realizados até 1950, quando a Igreja Católica passou a atuar junto a essas comunidades instituindo novos elementos, bem como novas práticas religiosas.

Antes mesmo da atuação da Igreja Católica – que organizou as comunidades ribeirinhas a partir da segunda metade do século XX no Médio rio Amazonas e lhes “elegu” um santo padroeiro – o culto aos Santos já era realizado pelas famílias camponesas. Cada família cultuava seu próprio Santo e dedicava-o um lugar específico dentro da casa, os chamados oratórios. Essa prática religiosa também foi observada nos bairros rurais, no interior do Estado de São Paulo, até por volta de 1950.

Cada bairro [rural] tem seu padroeiro. Cada família, por sua vez, entroniza no oratório doméstico seu santo patrono especial, festejado em casa por meio de novenas e ladainhas. Sua realização é nova ocasião para reuniões, a que comparecem os vizinhos mais próximos e parentes. Os vizinhos acorrem quando a tarde cai, depois de terminado o trabalho. Os parentes que por acaso habitam longe, se instalam na casa do “dono da novena”, ou num rancho erguido às pressas. Benditos e orações são entoados diante do oratório enfeitado de flores e de velas acesas. Um “capelão” requisitado expressamente “tira” as rezas (QUEIROZ, 1976, p. 86, grifos no original).

A forma como os santos eram cultuados pelas famílias ribeirinhas na Amazônia e os elementos presentes nas *festas dos santos* podem ser identificados como parte do catolicismo rústico brasileiro (*catolicismo popular*), aquele condenado pela Igreja (*catolicismo oficial*), pois mistura o profano e o religioso (QUEIROZ, 1976). Segundo a autora o *catolicismo rústico* foi praticado nas maiores cidades do Brasil Colônia até por volta do século XVIII, com a modernização urbana marcada pela transmigração da família real portuguesa em 1808, a *civilização rústica*¹⁶ foi impelida para o interior e, com ela, as práticas religiosas do *catolicismo rústico* que se refugiou nos vilarejos e povoados.

Tocantins (1988) ao pontuar as festas religiosas na Amazônia, de meados do século XX, “Entre a devoção e o folguedo”, mostra como a devoção popular aos santos e padroeiros nas capitais e, mais ainda, nos povoados do interior realizados fora dos templos são evoluídos pelo gozo, pelo recreio.

As festas religiosas, na Amazônia, revestem-se de tal sentido profano que é difícil estabelecer a distinção entre fé, que existe fervorosa no espírito dos fiéis, e a alegria espontânea, palpitante, que assalta o coração do povo, ao celebrar os seus santos e padroeiros. Qualquer ato da religião católica realizado fora do ambiente solene dos templos, nos arraiais, nas procissões, nos círios, nas transladações, revela um interessante pendor para o gozo, o recreio, a explosão de regozijos (p. 204).

No Médio rio Amazonas as famílias ribeirinhas cultuavam um Santo com o qual mais se identificavam. O Santo escolhido por uma família representava a interpenetração do universo terreno a um plano divino, superior. Logo, o Santo cultuado assumia certa identificação com os anseios das famílias, principalmente porque aos santos se recorria para pedir proteção ou ajuda em situações específicas, durante as promessas.

Embora o Santo seja em essência sobrenatural, entre as famílias camponesas admite-se também sua existência natural, como “pessoa”, que sente, se compadece e/ou se zanga com as atitudes tomadas por seus devotos, assim, o Santo pode receber bons tratos quando atende aos pedidos dos devotos, do contrário, pode ser

¹⁶ “[...] O termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele [o rústico] pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contacto com o aborígene” (CÂNDIDO, 2010, p. 25, grifos do original).

castigado, deixado de cabeça para baixo ou exilado em capelas sem importância (QUEIROZ, 1976).

Neste contexto, as famílias ribeirinhas realizavam seus cultos no interior de suas casas ou entre grupos de famílias, quando se rezavam as ladainhas e novenas.

Tomemos por base o caso de São Sebastião da Agrovila do Caburi, para entendermos como ocorreu a escolha do referido Santo como padroeiro dos moradores do lago do Caburi.

[...] no ano de 1926 sobreveio um grande surto de malária no local, onde muitas pessoas morreram [...] essa epidemia dizimou parte da população do local fazendo com que as famílias abandonassem o lugar [...] Aproximadamente 30 famílias que tinha na época, restaram apenas 19 em todo o lago. Com o passar dos anos, a população da região foi aumentando de novo, todavia, uma nova onda da epidemia se abateu neste lugar, e foi aí que a senhora chamada Rosa Carapaní fez uma promessa com São Sebastião para que acabasse com aquela peste e parasse a mortandade de gente na localidade. Ela mandaria confeccionar uma imagem do santo e rezaria a “ladainha” para o mesmo todos os anos. Suas preces foram atendidas e a doença foi parando na localidade e em 1939, Dona Rosa Carapaní mandou confeccionar a imagem de São Sebastião, em Faro (Estado do Pará) e a partir de 1940 o santo começou a ser festejado, com dança, ladainha e almoço para o povo (SILVA, 2009, p. 83).

O Santo passou a ser festejado no lago do Caburi como forma de pagamento de promessa pela graça alcançada e, logo depois, tornou-se o padroeiro da comunidade.

Em 1960, o santo passa a ser festejado de modo diferente, com celebração de novenas, reza de terço, festejo de arraial e outras atividades, pois o santo passa a ser padroeiro da Congregação Mariana, movimento religioso que se estabeleceu no lugar. Esse movimento foi instituído primeiro na cidade de Parintins espalhando-se por quase todas as direções do município principalmente pelo interior. Desta forma, muitos lugarejos que festejavam algum santo como “promeceiro” acabavam tornando-se sedes de Congregações Marianas criadas pela diocese de Parintins, e foi assim que surgiu a comunidade de São Sebastião do Caburi (RODRIGUES, 1993), que mais tarde veio a torna-se Agrovila de São Sebastião do Caburi... (SILVA, 2009, p. 83, grifos no original).

A escolha do exemplo acima também ajuda na compreensão de como São Sebastião passou a ser festejado no igarapé do Boto. Segundo o Camponês-ribeirinho M. M. S. (73 anos. Dezembro de 2015), São Sebastião foi festejado primeiramente no lago do Caburi, influenciando, posteriormente, o festejo no igarapé do Boto, que à época também enfrentou uma “epidemia”.

De início, os rezadores eram trazidos do lago do Caburi, onde São Sebastião já era festejado. O rezador (ou capelão) era o responsável por “tirar” as rezas.

O capelão é o conhecedor de ritos, orações, ladainhas, de práticas enfim que são peculiares ao catolicismo rústico; é o conservador por excelência de grande parte desse acervo, podendo instruir aqueles que o desejarem. Chamam-no também “tirador de reza”, sacristão, etc. A função pode ser exercida por mulheres de certa idade, ou solteironas, ou viúvas (QUEIROZ, p. 86-87, grifos no original).

No igarapé do Boto, São Sebastião era festejado pela família do Senhor “Tote Quintino” e sua esposa “Dona Senhorinha”, que residiam próximo à boca do furo da Santa Rosa.

Como já era festejado localmente e, talvez, pela influência que a família do comerciante Tote Quintino exercia na época, São Sebastião foi escolhido pela Igreja Católica para ser padroeiro da comunidade que seria organizada na localidade.

2.2.1 As festas particulares dos santos

Vale destacar que a presença/manutenção do *catolicismo rústico* brasileiro prevaleceu nos agrupamentos humanos como nos bairros rurais estudados por Candido (2010), ou no interior dos sítios (QUEIROZ, 1976) onde a atuação e o alcance da Igreja Católica eram limitados. Paulatinamente, o alcance da Igreja e a disseminação do *catolicismo oficial* também reduziram as práticas do *catolicismo rústico* entre as comunidades camponesas, em particular no interior da Amazônia.

O alcance do catolicismo oficial nas comunidades ribeirinhas do Médio rio Amazonas, ocorreu a partir da década de 1950 por intermédio dos MEB.

Antes da organização das comunidades era assim, quase todos tinham seus padroeiros em casa, seu oratório com os santos. Cada um fazia sua festinha, sua ladainha. Aí, depois da criação das comunidades que centralizou aí, só ali no centro [área central da comunidade] mesmo os festejos. Mesmo assim, ainda tem muitos que fazem seus festejos particular, ou seja, é uma tradição que vem de lá... O Maxico [morador local] ainda faz uma festa pra São Sebastião, é uma tradição que vem de lá, de muito antes e que muitos ainda vão mantendo (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Agora as festas particulares dos Santos mantêm-se apenas por tradição, para pagar a promessa alcançada (pelo promesseiro) e, não por incentivo da Igreja. A festa particular de São Sebastião ainda é realizada por um promesseiro, mas, de modo

algum, substitui ou rivaliza com o festejo do padroeiro de uma das comunidades que, por coincidência, também é São Sebastião. O Santo festejado pelo promesseiro é mantido por ele em um oratório em sua casa (Figura 8).

Figura 8: Oratório de São Sebastião na casa do promesseiro.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 21.09.2015.

O convite é estendido pelo promesseiro às demais famílias para participarem dum almoço em sua casa. Chegado o dia, as famílias são acolhidas e dá-se início às atividades.

Os rezadores tiram os cantos e as rezas. Diferente de contextos anteriores, os rezadores atuais são os próprios membros da Igreja local, os mesmos que aos domingos participam da equipe litúrgica na igreja de São Sebastião. As rezas e cânticos também são os mesmos que se realizam na Igreja Católica.

Segundo o promesseiro, ele até já tentou trazer os rezadores antigos que ainda existem no lago do Caburi, porém, dadas as dificuldades com transporte, já que se trata de pessoas idosas, ainda não foi possível realizar uma festa “à moda antiga”, com cantos e rezas que só o capelão sabia. Ademais, o promesseiro teme ser motivo de gozação pelos camponeses-ribeirinhos mais jovens que poderiam não compreender sua intenção de trazer o capelão para que eles (os jovens), principalmente, os conhecessem. Isso mostra como parte dessa cultura camponesa do *catolicismo rústico* aos poucos vai se perdendo, por um lado pela ação direta da Igreja, por outro com a renúncia dos mais jovens que, em última análise, também são frutos do *catolicismo oficial* introduzido pela Igreja Católica.

O promesseiro atual ainda participou, quando jovem, de diversas rezas realizadas pelo capelão, porém, como ele próprio destaca, não aprendeu nem os cantos, nem as rezas tiradas por eles, pois eram em latim.

Terminadas as rezas e ladainhas, é servido o almoço aos presentes. Uma rês do promesseiro é abatida para o churrasco. Após o almoço os moradores próximos retornam as suas casas, os mais distantes e os parentes vindos da cidade aguardam até o dia seguinte.

2.3 Os festejos dos santos padroeiros nas e das comunidades rurais

Com a presença efetiva da Igreja Católica nas comunidades ribeirinhas, os Santos deixam de ser patronos apenas das famílias e passam a ser patronos (padroeiros) das comunidades, do grupo social ao qual as famílias passaram a pertencer. Em cada comunidade organizada pela Igreja passou a ter um Santo padroeiro.

Porém, era preciso mais que simplesmente instituir o padroeiro da comunidade, era necessário dar-lhes um local de destaque onde as famílias pudessem se reunir e onde os cultos passariam a seguir, não mais os ritos do catolicismo popular adotados pelas famílias, mas, os admitidos e recomendados pela Igreja.

Eu acredito que foi São Sebastião o padroeiro da comunidade, porque o Tote Quintino ele, tinha uma casa grande [no igarapé do Boto], tinha comércio, gado, era um dos ricos da época, naquele tempo quem tinha um pouco mais que os outros era rico. **Ele já festejava São Sebastião lá. Eu acredito que por isso a comunidade ficou São Sebastião, inclusive aquela primeira imagem que ainda tá lá, um santo que sempre sai no andor, era esse santo que ele festejava lá, ele doou aí pra igreja. Aí ele deixou de fazer lá.** Aquele santo grande, nós mandamos pedir de São Paulo quando nós construímos essa igreja aí (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

A família de “Tote Quintino” que já havia literalmente doado o Santo (a família doou tanto a imagem do santo, como deixou de festejá-lo em sua casa) para ser padroeiro da comunidade, também doou uma porção de terra nas proximidades da boca do furo da Santa Rosa para a construção da capela, porém, dada à distância que o separava do rio Amazonas, o padre católico na época recusou a doação do terreno. Posteriormente, Dona Amada Martins, mãe de Solônidas (primeiro presidente

da comunidade) doou o terreno à margem do rio Amazonas, na boca do igarapé do Boto, onde até hoje a igreja de São Sebastião está assentada.

De acordo com senhor Sebastião Solônidas Martins, a partir daí foi eleita a primeira diretoria que iria dirigir a comunidade, sendo eleitos o senhor Anibal Martins como presidente, Alcides Ferreira Pontes (tesoureiro) e Zenilson Reis Carneiro (secretário). Nesse mesmo tempo, surgiu um questionamento sobre o local em que seria construída a igreja. Então, o senhor Antônio Quintino, morador que cedia a imagem de São Sebastião para as celebrações, sugeriu que fosse em sua propriedade na Boca da Santa Rosa do Igarapé do Bôto, entretanto, o padre não concordou, pois era de opinião que fosse na margem do rio. Diante disso, o casal Anibal e Amanda Martins doou um terreno da frente da comunidade de 50 metros. O terreno dos fundos foi comprado posteriormente com recursos da festa do padroeiro (PIRES, p. 54).

Percebe-se que os Santos “eleitos” para padroeiros das comunidades pela Igreja, já eram cultuados como padroeiros das famílias anteriormente à década de 1950, quando a Igreja Católica passou a organizar as localidades em torno da religião. Isso confere certa identificação do Santo com a comunidade.

Os festejos atuais dos Santos, duram entre três e sete dias. Compõem-se de círio (procissão de início), novenas ou noitadas nas primeiras noites e, no último dia, jogo amistoso com comunidades convidadas, torneio de futebol, corrida de rabetá, procissão de encerramento e o leilão.

A procissão do círio parte da residência dum ribeirinho diferente a cada ano. O cortejo que leva o andor dos(as) Santos(as) é acompanhado pelas famílias em orações e cânticos de louvor e de pedidos de interseção aos Santos junto a Deus. O círio pode ser realizado em caminhada a pé até a igreja ou em cortejo fluvial realizado nas embarcações dos camponeses-ribeirinhos devotos.

As novenas ou noitadas sempre ficam por conta de um ou mais segmentos sociais das comunidades, como escola, associação de produtores, esporte, pescadores, marianos, apostolado de oração, aposentados, donos de embarcação, criadores, etc. Estes são incumbidos de organizar tanto a parte social (coleta dos donativos para os bingos ou das ofertas para o leilão), quanto religiosa dos festejos (escolha das orações e cânticos para a celebração das novenas, ornamentação da igreja e do andor). Em diversos momentos observa-se a inter-relação dos demais seguimentos sociais com o seguimento religioso nas comunidades.

A cada ano destaca-se uma equipe de camponeses-ribeirinhos, composta principalmente por mulheres, a equipe de donativos, encarregada de arrecadar doações principalmente em víveres (galinhas, patos) nas comunidades vizinhas para

serem comercializadas durante as noitadas, ou para compor a mesa do leilão na última noite dos festejos.

Eles [da diretoria] escolhem duas pessoas ou três. Faz parceria com as mães de boneca também, aí divide o que for arrecadado. As doações em dinheiro vão pra boneca e o que for de cozinha ficava pra comunidade. As equipes percorrem as comunidades vizinhas, sempre pra área de baixo, paraná de Cima, de Baixo e do Meio, as vezes até na comunidade da Brasília. Eles recebem bem porque eles fazem a parceria. Eles [as demais comunidades] contribuem bem porque eles gostam de ir lá no Boto. Eles mesmo gostam de vim, todo ano eles vem lá [da comunidade] do Divino. Dinheiro, o que tem, feijão, arroz, tudo que puder contribuir. Se for um brinde como um perfume ou uma camisa vai pro bingo. Ainda tem os doadores daqui da comunidade mesmo que todo ano ou um ano sim, ano não, doam um mamote para o Santo (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Os víveres ofertados são comercializados na última noitada. Um camponês-ribeirinho experiente colabora com o(a) Santo(a) “cantando o leilão”, ou seja, percorre o arraial com a oferta nas mãos espalmadas para o alto gritando o valor e o tipo de oferta que está sendo leiloada. O objetivo do “cantador do leilão” é convencer os devotos da importância de sua colaboração com o festejo do(a) Santo(a). Bolos, patos e galinhas têm valor de partida da mesa do leilão entre vinte e cinco a trinta reais e são arrematados por, no máximo, cinquenta reais, valores referentes a 2014 e 2015.

Tá morrendo isso aí. Os leiloeiros estão morrendo, os pregadores de leilão. Tá deixando de existir. Isso fazia parte do arraial, eles forçavam as pessoas a darem o lance. Hoje, em certos lugares onde a gente vai as pessoas já põem o preço ao redor do leilão. Aqui não. Aqui o leilão ainda é pregado pelo leiloeiro. Na festa de Nossa Senhora do Carmo, na cidade, esse trabalho é feito por um radialista (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Os festejos dos santos é um grande evento para os camponeses-ribeirinhos, uma vez que se extrapola a própria questão religiosa, incluindo outras atividades responsáveis por momentos de sociabilidade como as disputas entre clubes (o torneio de futebol) entre diversas comunidades; a festa dançante; a corrida de rabetá, entre outros. O sagrado e o profano se unem.

Por mais que os festejos dos santos padroeiros *nas e das* comunidades ribeirinhas façam parte do calendário litúrgico da Igreja Católica, neles o *catolicismo popular* ainda se manifesta, como destacado por Corrêa (2008) entre as populações ribeirinhas em Humaitá-AM:

A presença das famílias beiradeiras é expressiva nos festejos, como podemos verificar através do fato de que após as cerimônias religiosas (novenas, terços, procissões) permanecem no leilão, na dança, na bebida. Nessas ocasiões, o catolicismo popular ganha vida... (p. 225).

No último dia dos festejos dos(as) Santos(as), a diversidade de atividades é superior às realizadas durante os primeiros dias do novenário, tem-se também a participação mais ampla dos comunitários e das comunidades vizinhas.

Uma ou mais comunidades são convidadas especialmente para participar de jogos amistosos de futebol. As comunidades convidadas trazem seus devotos e seus times de futebol para a confraternização.

Aos convidados é servido gratuitamente pela comunidade anfitriã o café da manhã antes do jogo e, após o jogo, oferta-se o almoço. A comunidade convidada fica moralmente incumbida de retribuir o convite quando da realização do festejo de seu Santo.

Ao longo do dia várias comunidades chegam para participar dos festejos. Pouco a pouco o porto da comunidade vai sendo tomado pelas embarcações (Figura 9) que trazem os devotos e/ou os atletas que almejam participar do torneio de futebol (Figura 10).

Figura 9: “Porto” da comunidade Santa Rita durante os festejos.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 21.05.2016.

Figura 10: Torneio de futebol masculino durante os festejos de Santa Rita.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 21.05.2016.

Além dos camponeses-ribeirinhos das comunidades vizinhas, diversos cidadãos (geralmente parentes ou convidados dos camponeses-ribeirinhos) também prestigiam os festejos. Chegada a noite a procissão do círio com a imagem dos(as) Santos(as) percorre a área central das comunidades, orações e cânticos são entoados pelos devotos que conduzem o andor até a igreja. Após o término da programação religiosa inicia-se a programação social composta por bingos, desfile dos príncipes e princesas (ou boneca viva), danças.

Do valor bruto arrecadado durante os festejos, são destinados 10% (dez por cento) à paróquia (localizada na cidade de Parintins) a qual a comunidade pertença, o valor corresponde ao dízimo anual, uma vez que nas comunidades ribeirinhas comumente os católicos não pagam o dízimo mensal e individualmente.

Os bois arrecadados por meio de doações dos camponeses-ribeirinhos durante os festejos, o chamado *gado do(a) Santo(a)*, são concedidos, por meio da sociedade pecuária, aos criadores da própria comunidade, constituindo-se numa forma de reserva/poupança para a Igreja católica local.

Não raro, a Igreja realiza empréstimos do dinheiro do Santo (arrecadado nos festejos) aos camponeses-ribeirinhos em momentos de dificuldades financeiras, ou seja, o dinheiro é retirado do caixa da Igreja e precisa ser pago posteriormente por quem o tomou emprestado. Outra forma de ajuda prestada pela Igreja às famílias trata-se da realização de promoções (na própria comunidade e/ou em comunidades vizinhas) como os bingos, objetivando a arrecadação de dinheiro para as famílias camponesas em situações difíceis, diante de problemas de saúde. Neste último caso,

como a arrecadação tem um fim específico, o valor arrecadado não precisa ser ressarcido à Igreja por se tratar duma doação e não um empréstimo.

2.4 As formas de sociabilidade

2.4.1 Dos puxiruns nos roçados aos trabalhos da comunidade

Como destacado no primeiro capítulo, as atividades dos puxiruns entre as sociedades camponesas objetivam sobretudo o auxílio às famílias em momentos de dificuldades.

Nas comunidades pesquisadas, durante a economia extrativa e/ou durante a jiticultura, a ocorrência dos puxiruns era comum entre as famílias. Atualmente, os camponeses-ribeirinhos destacam que os puxiruns para realização de roçados ou para as grandes colheitas são cada vez mais raros. Com a maior circulação do dinheiro entre os camponeses-ribeirinhos, a prática do trabalho pago como as diárias e/ou empreitas tornaram-se mais recorrentes.

Entretanto, as atividades de puxirum mantêm-se entre os camponeses-ribeirinhos principalmente nos trabalhos comunitários (CRUZ, 2007), o *trabalho da comunidade*, como destacam os camponeses-ribeirinhos. Estas atividades consistem em prestações de serviços em prol da comunidade como a limpeza do entorno da igreja, do campo de futebol, dos caminhos de acesso à área central da comunidade, da limpeza dos igarapés.

Com o recuo das águas do rio durante a vazante/seca as famílias dos camponeses-ribeirinhos realizam a limpeza dos sedimentos depositados pelo rio sobre o assoalho das casas e, por meio do trabalho coletivo, do puxirum, limpam também a igreja (Figura 11) que permaneceu inundada durante a enchente/cheia do rio.

Figura 11: Puxirum de limpeza da igreja após a enchente/cheia do rio Amazonas.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 3.08.2014.

Durante o pico da vazante quando se expõe o leito do igarapé do Boto, as famílias unem-se para a retirada dos troncos de árvores que obstruem a navegação. Em 2015, por exemplo, verificou-se a união tanto das duas comunidades católicas, São Sebastião e Santa Rita, quanto dos fiéis da Igreja Assembleia de Deus para o puxirum de limpeza do igarapé. O convite neste caso, estendeu-se a todos que utilizam o igarapé, seja para acessar suas casas, seja para acessar os lagos, já que o referido igarapé constitui-se no principal acesso aos lagos.

2.4.2 O Boi Melancia

A festa do Boi Melancia ocorre no mês de novembro, na comunidade São Sebastião, inclui atividades como a apresentação de quadrilhas, concurso da maior melancia, corrida de rabetas, acompanhadas da apresentação do Boi Melancia (Figura 12), com suas rainhas, vaqueiros e alegorias (PIRES, 2015).

Figura 12: Apresentação do Boi Melancia.



Foto: PIRES, 15.11.2014. Fonte: PIRES, 2015.

A festa do Boi Melancia embora vincule-se diretamente à cultura dos camponeses-ribeirinhos, não foi uma criação dos produtores, mas da escola local para arrecadar recursos financeiros para o educandário.

A festa não é mesmo da melancia, é do Boi Melancia. Houve uma intenção de criar uma festa pra melancia, mas nunca foi adiante. Já na época da festa do Boi Melancia é que a gente, pra ajudar, a gente também entra com a melancia, pra disputar, ver qual é a maior, mais pesada... Porque esse ano a [professora] Saúde colocou no convite que era festa da melancia, mas não é, é do Boi Melancia. Muita gente contestou, porque se é uma festa da melancia, tem que ser uma iniciativa dos produtores, se fosse uma festa da melancia teria que reunir os produtores. Nunca amadureceu essa ideia de fazer a festa da melancia porque a safra dá junto com a festa do padroeiro. (Z. R. C. 65 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2014).

Os camponeses-ribeirinhos afirmam que a festa da melancia sempre foi um desejo dos mesmos, porém, como a safra desta cultura ocorre quase no mesmo período em que se realiza os festejos de São Sebastião, o padroeiro da comunidade, nunca foi realizada para não atrapalhar sua festa. Por isso, afirmam se tratar da festa

do Boi Melancia e não da melancia, porque não resultou da iniciativa dos produtores, mas da escola.

2.4.3 Das ferras e castrações nos retiros às provas de laço

Prática muito comum envolvendo os moradores das duas comunidades pesquisadas, além de outras tantas próximas, era a reunião de vaqueiros durante as ferras e castrações do gado bovino nos retiros. Mais que uma atividade rotineira das fazendas essas reuniões eram importantes momentos de sociabilidade camponesa. Ainda hoje marcar (ferrar) os bezerros para evitar os furtos é atividade de rotina em todas as fazendas no Médio rio Amazonas. Porém, a castração dos machos ainda jovens para se tornarem bois de corte está circunscrita a poucas fazendas.

Durante grande parte do século XX a criação do gado bovino no município de Parintins estava mais concentrada no ambiente de várzea. Como algumas fazendas possuíam grandes rebanhos, as ferras e castrações duravam dias e tornavam-se eventos de grande participação dos vaqueiros, principalmente atraídos pelo laço a pé e o laço com montaria para derrubar os animais para ferrar ou castrar. Tudo era realizado em tom festivo, bois eram abatidos para a alimentação dos vaqueiros, o uso de bebida alcoólica era comum.

O laço a pé era realizado do chão, sem montaria, com o vaqueiro posicionado junto à porteira do curral donde os animais (os bezerros) eram soltos. O vaqueiro lançava e, na companhia dum parceiro, derrubava o animal no chão para que um terceiro realizasse a marcação do couro da rês com ferro quente.

O laço com montaria era realizado sobre o cavalo. Os vaqueiros em duplas aguardavam a saída dos mamotes na porteira do curral. Quando soltos, os animais corriam em disparada na beira do lago. A dupla de vaqueiros tinha que laçar, derrubar e castrar o animal.

Com as transformações sócio-espaciais que envolveram a atividade pecuária no Médio rio Amazonas, como o aumento no uso das pastagens de terra firme e sua consequente redução da concentração dos animais na várzea, os grandes criadores deslocaram parte de seu rebanho para a terra firme. Apenas uma parte dos grandes rebanhos permaneceu nas antigas fazendas da várzea, outra parte ficou na responsabilidade dos sócios, na sociedade pecuária, como destacado no terceiro capítulo.

A partir de então, as grandes ferras e castrações foram reduzindo e, com elas, também a sociabilidade presente nestas atividades. Porém, os camponeses-ribeirinhos não demoraram a aderir às competições de laço que são formas substitutivas das antigas ferras e castrações. Para competir os camponeses-ribeirinhos pagam um valor pela inscrição. As provas de laço mais tradicionais, realizadas na cidade de Parintins durante a Exposição Feira Agropecuária de Parintins-EXPOPIN e outras provas particulares no Estado do Pará, possuem premiações que variam de cinco a trinta mil reais para os vencedores. Outras provas menores são chamadas de “bolão”, em que o vencedor fica com cerca de 50% do valor arrecado nas inscrições, estas são mais comuns na área da pesquisa e, no dizer dos camponeses-ribeirinhos, “é um treino para as grandes competições”.

No laço com montaria, o vaqueiro individualmente deve laçar a rês até a faixa, numa pista de cerca de cem metros. Um juiz, numa cabine junto à faixa, marca a pontuação do vaqueiro, laçar os chifres limpos, ou seja, sem envolver a orelha da rês (Figura 13) vale a pontuação máxima de dez pontos. Vence quem somar o maior número de pontos.

Figura 13: Laço com montaria.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 27.12.2015.

No laço a pé, o vaqueiro, sem montaria, individualmente deve laçar a rês na saída de porteira, dentro dum perímetro delimitado. Este tipo de prova tem ganhado mais adeptos em Parintins, pois não requer a presença de cavalo para a montaria. Nas provas de laço todos os animais (reses e cavalos) devem apresentar atestado de saúde do órgão de controle sanitário, a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

do Amazonas-ADAF. Como os exames dos animais são pagos, os camponeses-ribeirinhos têm preferido realizar as provas de laço a pé a realizar as provas de laço com montaria, dadas as exigências de sanidade e à Guia de Trânsito Animal (GTA)¹⁷ de seus cavalos que os cavaleiros devem apresentar na hora das competições aos fiscais.

Os laços com montaria foram realizados com destaque nos últimos dez anos, mas, como destacam os camponeses-ribeirinhos

Pra cá já tá até fracassando por causa desse negócio de exame... Tem que examinar o gado e cavalo. No dia da prova os homens da fiscalização estão aí. O cavalo que vem doutro lugar tem que vim com o GTA, se o exame não estiver em dia e não tiver o GTA, tu pode até entrar, mas sem o teu cavalo e teu cavalo fica preso. Antes não, não tinha isso [exigências sanitárias]. Tinham as provas de laço grandes e tinha as nossas aqui, o bolão como a gente chama. Nos grandes só iam os mais feras, os mais fracos ficam por aqui treinando pra poder aparecer nesses grandes. [...] O cavalo tem que ser bem tratado. Por isso que a turma parou mais, porque o exame só dura três meses e às vezes ainda chega atrasado, é caro que só... tu tem que pagar pro veterinário tirar o sangue ou fretar barco pra levar o animal pra cidade, que eles [os veterinários] não querem vim aqui tirar os exames... acho que tá saindo mais de trezentos pau todos, antes era só anemia, agora é anemia, mormo, mais um outro... se o cara fizesse um exame que desse pra roda de um ano ou de seis em seis meses, tudo bem, mas só é dois, três meses, já foi... (G. S. B. 41 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Janeiro de 2016).

Os camponeses-ribeirinhos além de expor os motivos que levam ao desinteresse pelas provas de laço com montaria, também assinalam que no município de Parintins não se encontram outros tipos de provas existentes noutros municípios, como vaquejada, prova do tambor, o que está atrelado principalmente ao caráter histórico da relação dos vaqueiros parintinenses com o laço realizado nos retiros.

Por aí de tudo tem [diversos tipos de prova]. Aqui a turma nunca se dedicou a isso, pra cá é só quase o laço. Aí pra baixo [Estado do Pará] dá de tudo, quem monta em boi monta, quem monta cavalo vai... pra tudo tem uma atração ali e um prêmio (G. S. B. 41 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Janeiro de 2016).

¹⁷ A Guia de Trânsito Animal-GTA é um documento oficial para transporte de animal no Brasil, o documento contém as informações relacionadas ao destino e às condições sanitárias, além da finalidade do transporte animal. No Amazonas a fiscalização é realizada pela ADAF, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Produção Rural-SEPROR, representante da autoridade estadual de sanidade agropecuária, ela fiscaliza o trânsito de animais entre propriedades; na transumância várzea-terra firme; na condução do gado para abate no matadouro frigorífico municipal, cuja função principal é a vigilância epidemiológica por parte do Estado, impedindo a transmissão de doenças entre fazendas, etc., (LEI N.º 3.801, DE 29 DE AGOSTO DE 2012). Para a emissão do documento é necessário que o criador comprove que seu rebanho está devidamente imunizado.

As exigências quanto à comprovação da sanidade de todos os animais (bois e cavalos) busca evitar a transmissão de doenças entre fazendas locais ou mesmo entre os Estados da Federação. Como alternativa os camponeses-ribeirinhos também têm realizado as provas de laço da cabeça seca – o laço numa cabeça (descarnada) duma rês com chifres (Figura 14). Trata-se de uma forma de conservar as provas de laço entre as práticas de sociabilidade camponesa no Médio rio Amazonas. O vaqueiro laça a cabeça seca a uma distância previamente estipulada, vence quem somar o maior número de pontos laçando apenas os chifres da carcaça.

Figura 14: Laço da Cabeça Seca.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 26.12.2015.

3 Os camponeses-ribeirinhos e a sazonalidade das águas

A transumância dos ribeirinhos entre várzea e terra firme é motivada tanto pela necessidade de proteção da família, que não raro fica desalojada pela água que lhe inunda a casa de moradia, quanto pela necessidade de proteger seus bens e a pequena criação. Apresenta-se também como uma necessidade de manter as atividades agrícolas na terra firme, de modo a garantir a manutenção econômica da família. A ida da família camponesa para a terra firme é antecedida pelo preparo do roçado pelo pai. Comumente, as atividades são realizadas por meio da parceria¹⁸, pois

¹⁸ A família de várzea estabelece parcerias principalmente com as famílias de terra firme que dispõem de terras para cultivo e que tenham a possibilidade de ceder-lhes parte de sua casa de moradia para o

nem sempre as famílias da várzea possuem terrenos em terra firme. O pai é quem sai para realizar os trabalhos de limpeza e plantio dos roçados, os demais membros da família só se mudam para a terra firme quando a várzea está completamente submersa.

A família de várzea não migra sozinha, leva consigo seus animais como o gado, o galináceo, entre outros. Leva também seus utensílios de trabalho e objetos de valor como as redes de pesca, canoas, máquinas e equipamentos agrícolas que porventura disponha, quase nada se deixa. Até mesmo os Santos, a quem comumente se pede proteção, precisam ser protegidos das águas (Figura 15). Durante a inundação da igreja pelas águas do rio, os Santos são retirados e levados para a casa dos camponeses-ribeirinhos onde ficam protegidos durante a enchente/cheia do rio e retornam apenas após o recuo das águas.

Figura 15: Interior da igreja de São Sebastião durante a enchente/cheia do rio.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 3.08.2014.

Até pouco tempo, os camponeses-ribeirinhos do Médio rio Amazonas, tinham como opções, para se refugiar das águas do rio, apenas a construção de marombas ou o deslocamento da família para a terra firme. Em meados do século XX, apenas as casas de comércio dos patrões tinham assoalhos e paredes em tábuas de madeira de lei e cobertura com telha de barro¹⁹. Estas casas eram inacessíveis para a maioria

abrigo temporário, caso contrário, a família de várzea tem que erguer um abrigo improvisado (um barraco) para se estabelecer na terra firme enquanto durar a inundação da várzea.

¹⁹Nesse período tanto a madeira beneficiada (em serrarias) quanto as telhas eram adquiridas no Estado do Pará. A cidade de Parintins só teve sua primeira olaria após a iniciativa da Igreja Católica para a

dos ribeirinhos à época, desprovidos de condições financeiras para tal, pois no período assinalado os camponeses-ribeirinhos estavam subordinados ao patrão, com quem mantinham uma relação de troca M-M.

Somente após a década de 1980, com o enfraquecimento da jiticultura, esses camponeses-ribeirinhos adquirem certa autonomia em relação ao patrão e passam a trabalhar para sua própria família possibilitando a esta sua subsistência e a obtenção de excedentes suficientes para construir uma casa de moradia ou adquirir outros bens.

A juta seria um retrocesso. Ela tinha um objetivo de manter as pessoas pobres e enriquecer o patrão. Hoje em dia se observa que houve uma mudança pra melhor. Naquele tempo o consumo era pouco, era só pra beber e comer, vestir, não se tinha um rádio, um fogão a gás... Depois que saiu da juta foi pra pesca, pecuária e agricultura, para a produção de alimentos! Naquele tempo as enchentes vinham de surpresa [nem todos os anos a restinga alta da várzea era inundada], agora a gente já fica na expectativa sempre de uma cheia grande. Com as últimas enchentes, muitas famílias acabaram tendo que melhorar sua casa, hoje praticamente todo mudo tem uma casa alta, de madeira (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

As casas eram forradas de tabua e cobertas de palha. Foi mudar já na década de [19]80, [19]85. [Na década de 1990] Já eram de assolho e varanda, mas não com as quatro varandas. Era muito caro, os recursos era bem pouquinhos. As madeiras eram tiradas com machado. Não era pra qualquer um. [...] No caso da nossa casa, a madeira foi encomendada da terra firme. Já era dinheiro de melancia, de agricultura, porque de pescaria não tinha como, era bem pouquinho. Agora, a partir da enchente grande de 2009, as pessoas começaram a fazer casa alta. [...] Em 2009 ficou bem pouquinho [morador durante a enchente/cheia]. Eles não tavam preparados. Foram obrigados a deixar as casas, só quando a água baixou voltaram. Quando enche muito, isola, os barcos não passam mais lá [na margem esquerda do rio Amazonas], se quiser vim na cidade tem que vim de canoa (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Entrevista realizada na cidade de Parintins. Pesquisa de campo. Abril de 2016).

Eu acho que nós estamos mais nos preparando pra ficar aqui [na várzea durante a enchente/cheia], porque todo mundo já tá fazendo sua casa alta. A gente também pode levantar uma cultura que sabe que vai dar naquele tempo. Todo mundo tá se preparando pra ficar aqui, suspendendo canteiro (E. S. T. 72 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

A mudança das moradias de taipa, para as casas tipo palafitas, foi gradual considerando não só o poder aquisitivo, mas também o próprio conhecimento dos ribeirinhos. De acordo com um dos carpinteiros das comunidades, o senhor M. M. S.

fabricação dos tijolos utilizados na construção da igreja de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Parintins, na segunda metade do século XX.

73 anos, logo no início, por volta de 1970-80, ninguém sabia ao certo com eram realizadas as coberturas com telhas e foram aos poucos aprendendo com os carpinteiros citadinos. As construções davam muito trabalho, pois a madeira, tirada a machado nas matas de terra firme, precisava ser aplainada por meio do trabalho manual do carpinteiro.

As enchentes/cheias do rio também contribuíram para que os ribeirinhos construíssem suas casas mais elevadas, com assoalho erguido aproximadamente a dois metros de altura acima do solo (Figura 16).

Figura 16: Casa construída acima do nível de transbordamento do rio.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 28.03.2015.

Figura 17: Maromba construída sobre o assoalho da casa de moradia inundada.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 1.07.2015.

As casas que ainda estão abaixo do nível de transbordamento do rio, precisam ser adaptadas para acomodar a família ribeirinha. Com a destreza de quem já passou pela mesma situação tantas vezes, o ribeirinho ergue sobre o assoalho principal da casa de moradia, outro provisório: a maromba (Figura 17), a qual acomoda a família durante a enchente/cheia do rio.

Durante a enchente/cheia é quando se tem mais facilmente acesso, por via fluvial, pelo igarapé do Boto (Figura 18), à comunidade Santa Rita, facilitando a entrada dos barcos de recreio e das balsas para transporte do gado durante sua transumância para a terra firme. Durante a vazante/seca, o igarapé do Boto fica reduzido a um filete d'água (Figura 19) impossibilitando a navegação mesmo das canoas dos camponeses-ribeirinhos, além disso, a água torna-se imprópria ao consumo humano.

Figura 18: Entrada (boca) do igarapé do Boto durante a enchente/cheia.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 1.07.2015.

Figura 19: Entrada (boca) do igarapé do Boto durante a durante a vazante/seca.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 26.11.2015.

A sazonalidade das águas entretanto, não tem impactos apenas sobre a acessibilidade aos transportes, mas também ao acesso à própria água de consumo das famílias assentadas nas margens do igarapé do Boto, principalmente dos moradores da comunidade de Santa Rita que não dispõem de água encanada e estão geograficamente mais distantes do rio Amazonas. Uma das saídas encontradas pelos camponeses-ribeirinhos tem sido a escavação de cacimbas (poços) em meio a vegetação das áreas pantanosas, nos chavascais, porém a água daí proveniente possui um forte aroma e sabor, cor de chá, em função de suas características químicas.

4 As terras caídas e a redução dos antigos sítios

Outro aspecto importante da relação homem-terra-água na várzea amazônica é sua relação com o regionalmente conhecido fenômeno das “terras caídas”. O estudo sobre os fatores de influência para a ocorrência das terras caídas, bem como suas implicações sobre a vida ribeirinha nas várzeas amazônicas tem sido apresentado em trabalhos de autores clássicos como Sternberg (1998 [1956]) e recentes como Carvalho (2006; 2012). Este último autor tem direcionado seus estudos à erosão de margem dos rios de água branca que drenam os depósitos fluviais holocênicos, fenômeno regionalmente denominados de terras caídas.

Na região amazônica a erosão de margem é denominada de “terras caídas”. Trata-se de uma terminologia regional amazônica utilizada para designar de forma indistinta os desbarrancamentos que ocorrem nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca, particularmente nos trechos em que os mesmos são margeados pelos depósitos fluviais holocênicos que formam a atual planície de inundação. É um processo natural complexo, multicausal que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro acontece de forma catastrófica, afetando em muitos casos extensões quilométricas da margem (CARVALHO, 2012, p. 18).

Embora o termo terras caídas, genericamente, exponha apenas a perda de terras pela erosão lateral do rio, também se inter-relaciona a outros processos inerentes à dinâmica dos rios:

A erosão, transporte e deposição são processos que não podem ser separados. Eles são interdependentes dentro de relações constantemente mutáveis do fluxo e da carga existente. Não se pode considera-los separadamente. Eles alteram-se com o decorrer do tempo de acordo com a velocidade do fluxo da água (SUGUIO & BIGARELLA, 1990, p. 27).

Cruz (2009) destaca que diante das constantes perdas (erosão) e ganhos (deposição) de terras, os camponeses-ribeirinhos têm criado estratégias para permanecer na planícies de inundação, utilizando as terras surgidas na frente ou atrás das propriedades, ou ainda construindo suas casas flutuantes nos casos em houve a perda total das terras.

Convivendo com um ambiente que permanece submerso por quatro a cinco meses durante o ano, com um ambiente de ganhos de terras, de perdas e ganhos de terras simultaneamente, de perdas totais de terras, os camponeses-ribeirinhos têm mantido estratégias para permanência na planície de inundação, conhecida regionalmente como várzea. A primeira é a apropriação individual/familiar e a utilização das terras surgidas na frente da propriedade/posse, nas quais estão instaladas a casa de moradia e outras dependências utilitárias. A segunda é a apropriação individual/familiar e a utilização das terras surgidas atrás da propriedade/posse, nas quais são formadas as novas terras de cultivos, as terras de pastagens e as novas terras que servirão para o recuo da casa de moradia para o interior da restinga. Finalmente, a estratégia de permanência de alguns camponeses-ribeirinhos em casas de moradias flutuantes em trechos da várzea em que houve perdas totais de terras (CRUZ, 2009, p. 168-169).

Na área pesquisada tem-se observado a erosão lateral do rio com a consequente perda das terras onde se localizavam os antigos sítios, com as árvores frutíferas além da casa de moradia dos camponeses-ribeirinhos. Não raro, as perdas decorrentes desse processo ganham dimensões catastróficas (CARVALHO, 2012), além das extensões de terras perdidas, objetos como embarcações, redes de pesca,

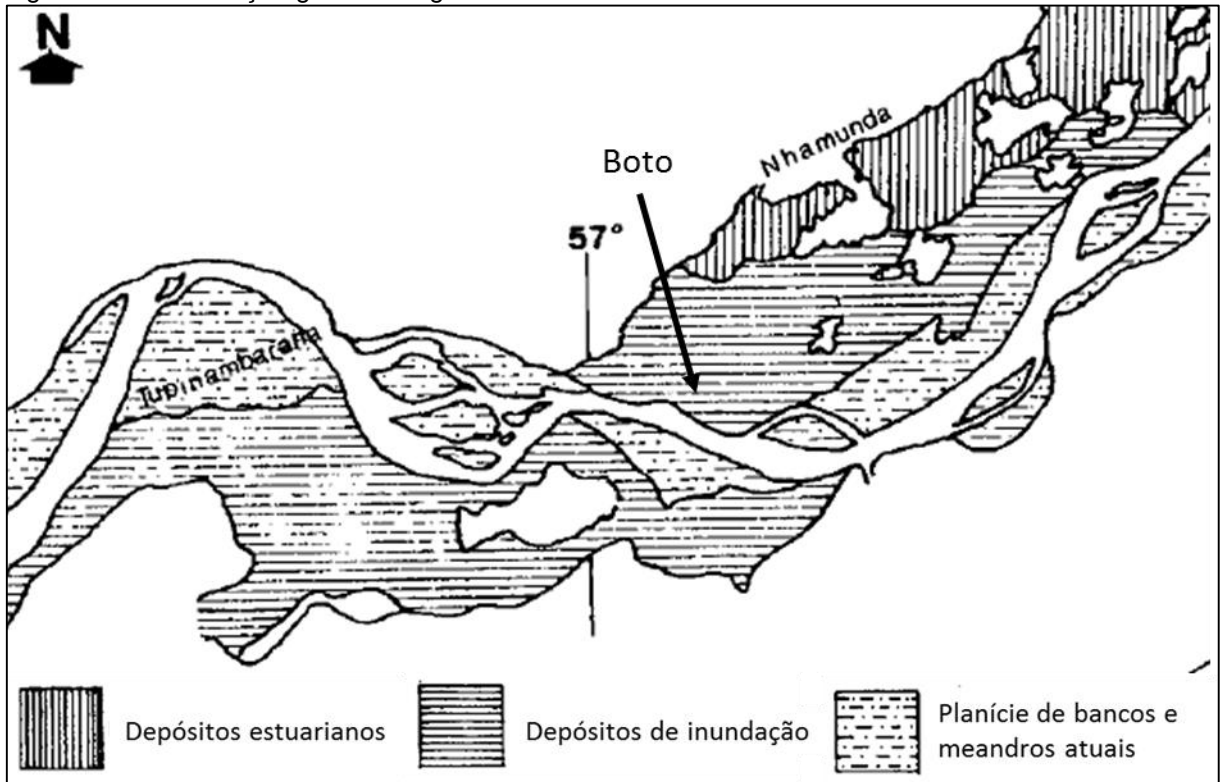
casas de moradias, plantações, são atingidos com os desbarrancamentos das margens do rio Amazonas.

Dada a complexidade que envolve o processo de erosão das margem dos rios de água branca (CARVALHO, 2006; 2012), sua análise precisa considerar a combinação de múltiplos fatores. Com base nos trabalhos do referido autor, realizou-se uma caracterização breve da área estudada, analisando o processo de erosão lateral do rio considerando detalhes como a) a geometria transversal do canal por meio do perfil batimétrico do rio; b) da morfologia da margem do rio; c) da pressão hidrostática causada pelo acúmulo das águas no pacote sedimentar decorrente das enchentes/cheias do rio e da infiltração das águas retidas nos lagos em direção ao rio desagregando os materiais por meio da força de gravidade.

Além das características aqui apresentadas, a erosão das margens dos rios de água branca devem considerar que os solos da várzea apresentam-se compostos por materiais inconsolidados como areia fina, silte, argila, com baixa resistência ao processo erosivo do rio, bem como a ação antrópica, as contribuições climáticas, a pressão hidráulica causada pelo rio junto à margem do rio etc., (CARVALHO, 2006; 2012).

A geomorfologia da área pesquisada, de acordo com a descrição de Iriondo (1982), caracteriza-se por uma unidade antiga, os depósitos de inundações (Figura 20).

Figura 20: Classificação geomorfológica da área de estudo.



Fonte: Iriondo (1982). Organização: Nascimento, 2016.

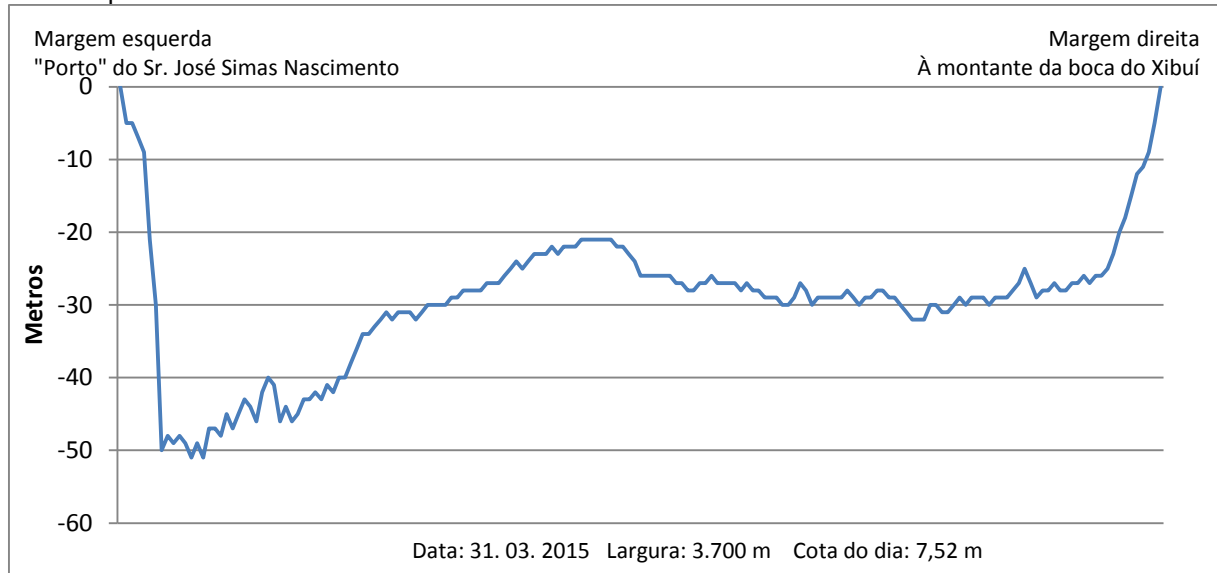
De modo geral, de acordo com o critério adotado por Iriondo (1982), “[...] a planície amazônica compreende a várzea ou planície propriamente dita, que é a faixa deprimida dentro do qual corre o rio, constituída por seus depósitos de canal e de inundação...” (p. 324). Ainda para o mesmo autor, os depósitos de inundação são caracterizados por

[...] áreas planas e homogêneas, às vezes completamente monótonas, mas geralmente com lagos de formas e tamanhos diversos e canais irregulares muito pequenos, de algumas dezenas de metros de largura e frequentemente colmatados. Em geral, não existe conexão entre os lagos e os canais. Esta unidade foi originada por processos de colmatção que ocorreram durante as enchentes, com predomínio da sedimentação fina em ambientes tranquilos, fora da influência direta do canal. Os depósitos de inundação estão frequentemente a altura maior que a planície de bancos, em algumas partes formando verdadeiros terraços e em outras formando áreas deprimidas, semeadas de grandes lagos, provavelmente afundadas por fenômenos neotectônicos. Eles são encontrados ao longo de todo o percurso da planície (p. 337).

De acordo com o perfil transversal (Figura 21), observou-se que o talvegue do rio está encaixado junto à margem esquerda, num trecho de margem côncava, onde o processo erosivo tende a ser mais intenso (SUGUIO & BIGARELLA, 1990), seja pela simples remoção dos materiais das margens em decorrência da ação hidráulica

(erosão de superfície), seja pelo solapamento (erosão de fundo) e o consequente desbarrancamento do pacote sedimentar.

Figura 21: Perfil transversal do rio Amazonas à jusante da boca do Boto. Batimetria realizada da boca do Boto para a boca do Xibuí.

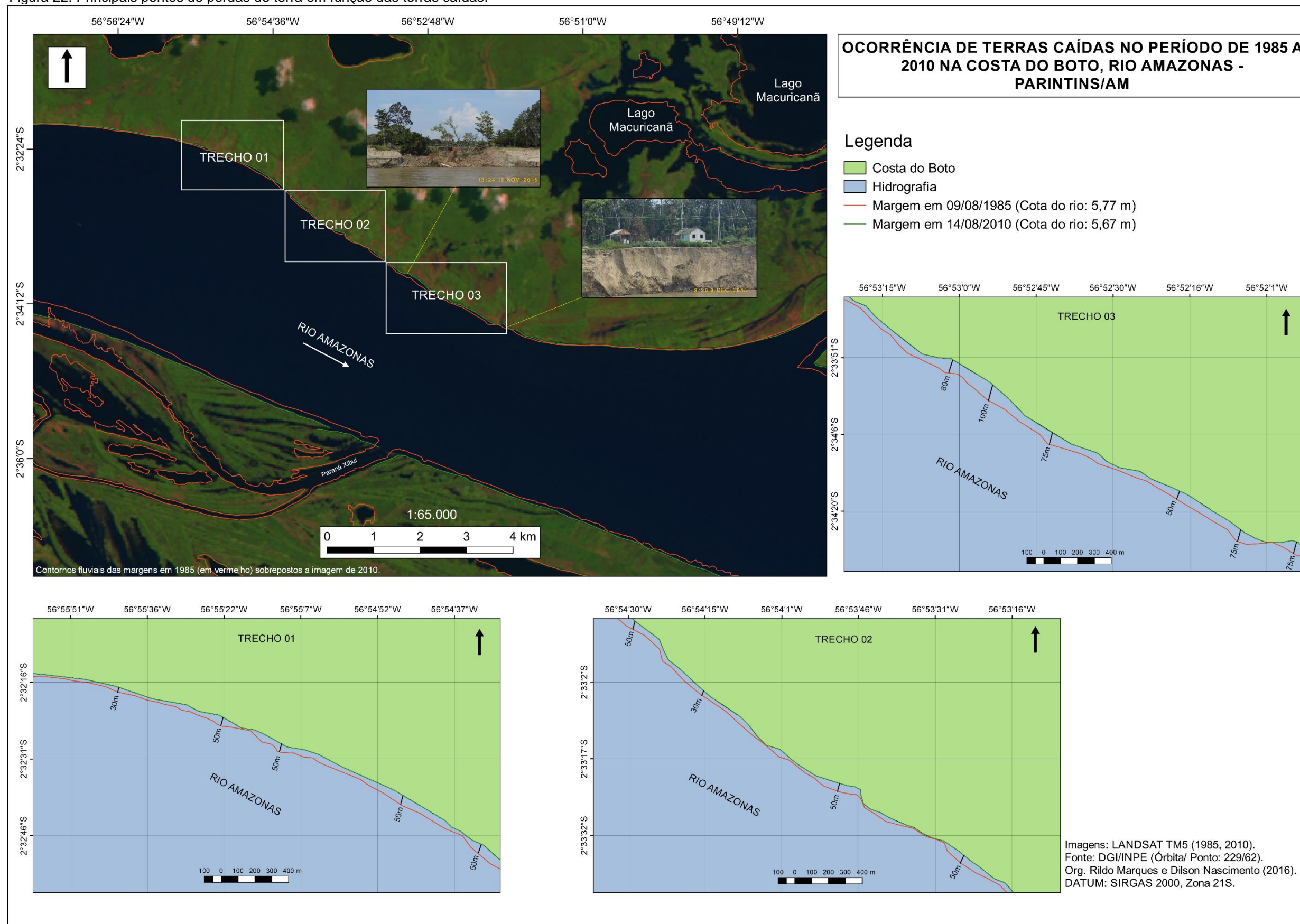


Fonte: Trabalho de campo, 31.03.2015. Organizadores: Nascimento e Marques, 2016.

Neste ponto em que foi realizado o perfil transversal (entre os Trechos 2 e 3 da Figura 22), os moradores destacam que os casos de desbarrancamentos são mais antigos, as perdas de terras neste ponto passaram a ser mais intensas (considerando a memória dos moradores) entre as décadas de 1980-90.

Na figura 22 destacou-se os principais pontos de perdas de terras por meio da compartimentação em três trechos da margem do rio Amazonas correspondentes à área da pesquisa. Entre os anos de 1985-2010, a ocorrência foi menor corresponde às proximidades da localidade Santa Tereza (Trecho 1), com perdas entre 30 m a 50 m de margem e, ao entorno da boca do Boto (Trecho 2), com os mesmos valores. Entre o "Remansinho" e o "Remanso do Santo Agostinho" (Trecho 3), onde as perdas variaram entre 50 m a 100 m de margem.

Figura 22: Principais pontos de perdas de terra em função das terras caídas.



Fonte das Imagens: LANDSAT TM5 (1985, 2010). Fonte: DGI/INPE (Órbita/Ponto: 229/62). Organizadores: Marques e Nascimento, 2016.

O Trecho 1, localizado num trecho convexo da margem caracteriza-se por uma profundidade baixa do rio junto à margem. A margem neste ponto é plana, não apresentando desbarrancamentos.

O Trecho 2, localizado num trecho côncavo da margem corresponde à porção da margem onde começa a erosão lateral com desbarrancamentos. O Trecho 3, localizado também num trecho côncavo da margem representa o ponto de maior intensidade das erosões; este ponto está entre dois locais de grande turbulência do rio (o “Remansinho” e o “Remanso do Santo Agostinho”), o que pode acelerar o processo de erosão.

Além destas características, destaca-se fatores como a ação hidrostática causada pela saturação do pacote sedimentar em decorrência das enchentes/cheias e das águas dos diversos lagos localizados na parte setentrional da restinga que infiltram no solo e vertem em direção ao rio, contribuindo para a desagregação dos materiais das margens. Isso ocorre porque no processo de vazante/seca o nível da água do rio baixa numa velocidade maior que as águas que ficam retidas no pacote sedimentar (CARVALHO, 2006; 2012).

Conforme destacado, no Trecho 3, o processo de erosão lateral tem sido mais acentuado. Neste ponto, grande parte dos antigos sítios que se estendiam da boca do Boto até a primeira comunidade à jusante já foram erodidos. O impacto não se restringe entretanto à redução dos sítios onde localizavam-se os cacauais, seringais, etc. A erosão também tem causado perdas das terras onde os camponeses-ribeirinhos têm assentado sua casa de moradia, suas pastagens, suas plantações de ciclo curto, etc.

Durante trabalho de campo, observou-se a ocorrência dum desbarrancamento na localidade “Remansinho” (Trecho 3) em novembro de 2015, onde uma família perdeu cerca de cem melancias que foram deixadas junto ao barranco do rio enquanto se aguardava o barco de recreio²⁰ para o embarque. O caso não foi mais trágico porque a família não estava no local na hora do ocorrido: “**Ela deu sinal, mas não foi lá.** Caiu de seis para sete horas [da manhã]. A gente arriou a melancia [de madrugada] e depois foi dormir. Em [19]91 também quase leva a canoa com tudo...” (M. C. G. 49 anos. Camponesa-ribeirinha. Abril de 2016).

²⁰ Barco de recreio é denominação regional para as embarcações que atuam no transporte regular de passageiros das comunidades rurais até as cidades.

O destaque na fala acima revela que os camponeses-ribeirinhos já conhecem empiricamente este processo e, por meio de suas observações, procuram lidar com ele. A camponesa, ao afirmar que a terra deu sinal de que ia cair num lugar, mas caiu em outro, revela entretanto a complexidade deste processo, e mesmo diante do convívio com ele, por vezes os camponeses-ribeirinhos são surpreendidos.

Ao ser questionado sobre os prejuízos causados pelas terras caídas, um camponês-ribeirinho, em cuja propriedade/posse uma grande porção foi erodida, afirmou: “Até que aqui não tem prejudicado tanto, só caiu uma vez, mas também foi pra valer” (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Março de 2015). Neste último caso, o camponês-ribeirinho precisou socorrer parte de seus bens no meio da noite, os quais estavam num barracão que foi levado pela erosão. Mesmo diante deste incidente, o mesmo afirma que as terras caídas não têm lhe prejudicado tanto, o que em última análise pode indicar, em relação aos antigos sítios, que a erosão lateral do rio ocorreu de modo mais acentuado, neste trecho do rio Amazonas, a partir das décadas de 1980-90, quando as enchentes/cheias do rio já tinham ocasionado a perda de parte dos cacauais por exemplo, e quando a economia extrativa já havia enfraquecido e as espécies vegetais presentes nos antigos sítios paulatinamente deixavam de ser cultivadas. Motivos pelos quais o camponês-ribeirinho parece não se “importar” com a perda de parte de seu sítio em decorrência das erosões.

Outra questão importante, porém não aprofundada nesta pesquisa, refere-se ao fato de que os camponeses-ribeirinhos têm, à medida que a erosão lhes “rouba” parte das terras na frente da propriedade/posse, estendido a propriedade (privada) sobre às terras de acesso livre e uso comum existentes por trás da restinga alta, como uma forma de compensar as perdas de suas terras. Fato semelhante também foi descrito por Sternberg (1998) na várzea do Careiro, na ocasião o autor identificou perdas significativas de terras pelo mesmo processo erosivo e que os terrenos dos camponeses-ribeirinhos já não possuíam mais as mesmas mediadas descritas nos documentos da terra.

CAPÍTULO 3

AS FORMAS DE USO DA TERRA-ÁGUA NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS SÃO SEBASTIÃO E SANTA RITA DO BOTO

3.1 Territorialidades e as dinâmicas socioambientais

As transformações sócio-espaciais na várzea no Médio rio Amazonas, notadamente no período posterior à década de 1970-80, tiveram diversas implicações sobre o modo de vida dos camponeses-ribeirinhos, sobretudo no que se refere às territorialidades criadas. Cruz (2007) analisou a criação das territorialidades da pesca dos peixes de couro/liso no ambiente de rio a partir do controle de porção das águas pelos camponeses-ribeirinhos por meio do uso comum dos espaços livres do rio. Segundo o autor, a pesca dos grandes bagres nos rios amazônicos pelos camponeses-ribeirinhos intensifica-se a partir da década de 1970 diante do quadro em que se encontrava a economia da várzea: desvalorização da economia extrativa do cacau e da borracha, e da fibra da juta; instalação dos frigoríficos que possibilitaram a comercialização do pescado congelado; somados às grandes enchentes/cheias ocorridas neste período e às terras caídas que reduziram ou até extinguiram antigos sítios, gerando no dizer do autor uma “crise” na várzea, tomando por base o caso por ele estudado em Manacapuru-AM. Estes mesmos elementos são aqui estendidos ao município de Parintins-AM para se entender a criação das territorialidades da pesca no ambiente de rio.

Sobre o advento das territorialidades da pesca dos peixes de couro/liso nas águas de acesso livre e de uso comum na várzea de Manacapuru Cruz e Pereira destacam:

É importante ressaltar que essa atividade da pesca [de lanço] no rio surge como uma alternativa econômica, pois esse período coincide com uma crise generalizada na várzea de Manacapuru. Crise esta ocasionada por fatores naturais e econômicos. Do ponto de vista natural, a década de 70 do século 20 foi completamente atípica. Todos os anos dessa década foram de grandes e excepcionais enchentes/cheias, ou seja, a quota registrada ficou acima de 28 e 29 m respectivamente do nível do mar. Ambas ocasionaram problemas sérios para os moradores desse ambiente, uma vez que as restingas sendo transbordadas por sucessivas enchentes/cheias anuais, ocasionaram desgastes irreparáveis para o plantio tanto das culturas de ciclo curto quanto das culturas perenes... (2009, p. 253).

Esta ideia também é enfatizada por Pantoja (2005):

A crise da juta trouxe também um aumento expressivo da pressão sobre a fauna aquática, notadamente peixes. A pesca comercial conheceu grande expansão nesse período. Geleiras e pescadores de fora das comunidades passaram a freqüentar as águas dos rios, paranás e lagos, comprometendo os estoques e potencializando conflitos com moradores locais com quem disputavam o acesso ao peixe (p. 161).

Se as territorialidades dos lanços de pesca, no ambiente de rio, passam a ser construídas a partir da década de 1970-80, como entendê-las diante das transformações gerais não somente da economia, mas também da redução dos recursos ictiofaunísticos em contexto local?

Para Raffestin (1993):

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema... (p. 160-161).

Das relações dos homens com a natureza, o meio físico, motivadas por suas necessidades naturais decorrem as estratégias para assegurar os meios de vida dos grupos, como destacado por Candido (2010), de tal modo que, mesmo sendo motivadas por necessidades naturais, “impulso orgânicos”, estas são atendidas por meio de iniciativas humanas,

[...] **que vão se complicando cada vez mais, e dependem do grupo para se configurar.** Daí as próprias necessidades se complicarem e perderem em parte seu caráter estritamente natural, para se tornarem produtos da sociedade. De tal modo a podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 2010, p. 28, grifo nosso).

As territorialidades da pesca, mais que uma necessidade de assegurar um recurso natural, constituem-se numa necessidade social dos grupos de camponeses-ribeirinhos, das turmas de pescadores, já que a territorialidade só se efetiva mediante as relações entre os sujeitos. As territorialidades da pesca na área pesquisada têm se manifestado tanto individual, quanto socialmente em defesa dos territórios camponeses, inclusive com ações intercomunitárias por meio das discussões do

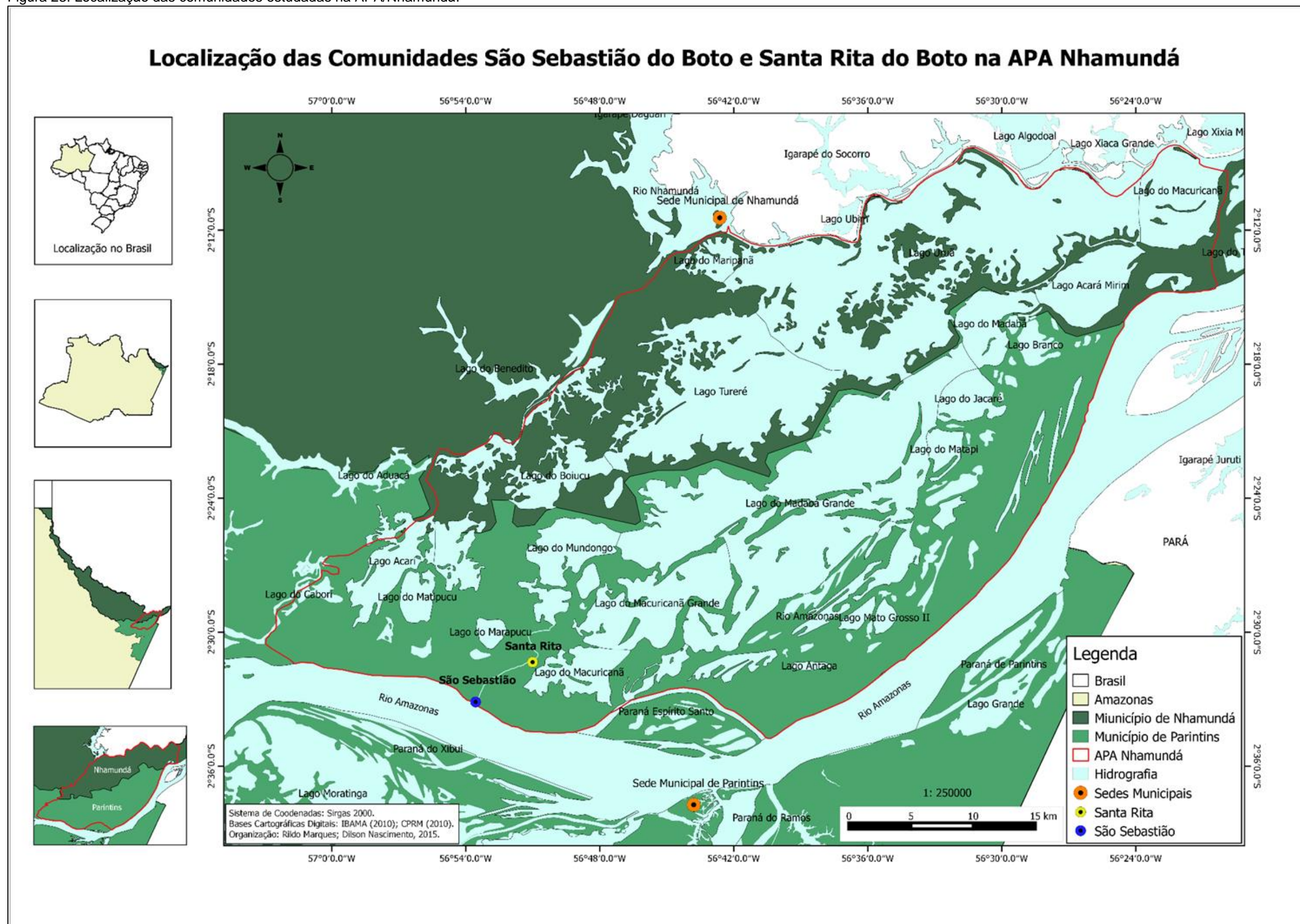
Acordo de Pesca na APA Nhamundá, relacionadas às territorialidades da pesca no ambiente de lago, como destacado por Pires (2015). De acordo com a referida autora “[...] Com a estagnação do Acordo, os pescadores artesanais estão territorializando os espaços aquáticos, individualmente ou com os “parceiros”, buscando salvaguardar os pontos de pesca dos pescadores externos, emergindo os conflitos socioambientais” (p. 87, grifos no original).

De acordo com McGrath e Gama (2005) a partir da década de 1980, quando a juta entrou em decadência intensificou-se e expandiu a pesca comercial. Como há conflitos de interesse entre a pesca tradicional e a pesca comercial, os camponeses-ribeirinhos criaram estratégias de defesa dos recursos pesqueiros por meio do controle sobre os locais de pesca.

Na base desse movimento está uma nova concepção de territorialidade. A partir desse momento, as comunidades começaram a reivindicar direitos territoriais sobre os lagos e recursos naturais que tradicionalmente exploravam. Em geral, o reconhecimento de um território comunitário estava ligado ao conceito de propriedade privada pelo fato de os lagos nos fundos das propriedades serem considerados como parte da comunidade. Em alguns casos, esse direito é justificado não pela posse da terra ao redor dos lagos, mas pelo uso tradicional de lagos, próximos à comunidade. Um ponto importante a ser considerado é que esta é a mesma lógica utilizada por grandes proprietários que reivindicam a posse de lagos, por estes estarem dentro de suas propriedades. Assim, eles justificam a expulsão de pescadores de fora e a exploração exclusiva dos seus recursos pesqueiros. Do outro lado, esse conceito de posse dos lagos de várzea não é compartilhado pelo Estado, que defende a livre navegação e o livre acesso aos recursos pesqueiros dos lagos, admitindo apenas o direito das comunidades de definir regras para a sua exploração, a exemplo das recentes portarias editadas pelo Ibama [...] (McGRATH & GAMA, 2005, p. 40).

Nesse contexto de disputa pelos recursos pesqueiros o Estado criou em 1990 a área de Proteção Ambiental Nhamundá – APA Nhamundá (Figura 23) e publicou a Instrução Normativa nº 113 (IN nº 113), de 23 de agosto de 2006, definindo regras de uso para parte da APA Nhamundá, nas quais as comunidades pesquisadas estão inseridas.

Figura 23: Localização das comunidades estudadas na APA/Nhamundá.



Fonte das Bases Cartográficas: IBAMA (2010), CPRM (2010). Organizadores: Marques e Nascimento, 2015.

A APA Nhamundá criada pelo decreto N. 12.836/1990; possui uma área de 195.900 ha; abrange partes dos municípios de Parintins-AM e Nhamundá-AM; abrange cerca de trinta e quatro comunidades das quais cinco fazem parte do Acordo de Pesca, incluindo as comunidades pesquisadas; possui cerca de 1.350 famílias e 5.700 moradores; totaliza cerca de 300 lagos (daí decorre a denominação de Complexo Macuricanã) dos quais 94 estão inseridos também no Acordo de Pesca, sendo 25 destinados ao uso comercial, 45 à manutenção das famílias e 24 à procriação das espécies ictiofaunísticas²¹.

Estudos específicos sobre gestão, conflitos, pesca artesanal e política de seguro defeso na APA Nhamundá, foram realizados Cardoso (2014), e por Pires (2015).

O objetivo aqui foi tecer algumas considerações sobre o contexto de criação da APA Nhamundá, entendendo-a no bojo das transformações sócio-espaciais na várzea no Médio rio Amazonas, enfocando a atuação do Estado para sua criação e fixação de suas regras de uso e, principalmente, como tais regras foram assimiladas pelos camponeses-ribeirinhos. Antes porém, cabe destacar que a referida Unidade de Uso Sustentável foi criada numa área com um histórico de uso e ocupação antigo, o que por sua natureza já lhe impõe grandes desafios para a sua efetiva implementação. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (2000)

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (p. 25).

A criação da APA Nhamundá não produziu grandes impactos às comunidades que passaram a integrá-la. Do ponto de vista dos conflitos, como destacado acima por Pires (2015), a experiência mais marcante para os camponeses-ribeirinhos relacionada à APA foi a IN nº 113, a qual definiu três categorias de manejo para o uso dos lagos em parte da APA Nhamundá (Quadro 5) onde as comunidades pesquisadas estão inseridas: *Áreas de procriação*: destinadas unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado. *Áreas de manutenção*:

²¹ Informações organizadas por Cristiano Gonçalves. s/d. Disponível em: http://www.google.com.br/search?client=ms-opera-mini&channel=new&gws_rd=cr&hl=pt-BR&ie=UTF-8&q=total+de+lago+na+apa+nhamunda. Acesso em: junho de 2016.

destinada à subsistência das famílias, com a venda do excedente dentro das próprias comunidades. *Áreas de uso comercial*: destinado à pesca de subsistência e à pesca comercial.

QUADRO 5: REGRAS DEFINIDAS NO ACORDO DE PESCA PARA USO DOS LAGOS EM PARTE DA APA NHAMUNDÁ

Categorias de manejo	Quantidade de pescado e tipos de embarcações permitidos	Aparelhos (arreios) e métodos de pesca proibidos
<i>Áreas de procriação</i>	Destinada à procriação das espécies	Pesca proibida
<i>Áreas de manutenção</i>	De 1º de agosto a 30 de março, com 01 (um) isopor de 70 litros/embarcação/semana.	Aplicáveis às categorias das áreas de manutenção e de uso comercial.
	De 1º de abril a 30 de julho 02 (dois) isopores de 170 litros/embarcação/semana. Embarcações permitidas: casco, canoa, rabeta e bajara. Sendo que as rabetas e bajaranas só serão permitidas nos leitos dos lagos para o transporte ou se estiverem com motor desligado.	De 1º de agosto a 31 de março (verão), malhadeira de mica de qualquer tamanho. De 1º de abril a 31 de julho, malhadeiras de mica de 100 metros de comprimento.
<i>Áreas de uso comercial</i>	Pesca permitida durante todo o ano com 03 (três) isopores de 170 litros/embarcação/semana (equivalente a 1.200 kg/mês). Embarcações permitidas: casco, canoas, rabetas e bajaranas com até 10 (dez) metros, com motores desligados e malhadeiras paradas. Pescadores profissionais e embarcações deverão estar identificados, conforme legislação vigente.	Arrastadeira, rede de lance, malhadeira de linha (nylon) acima do nº 18, cacuri. Arrastão, timbó, tirada de capim, batijão, cerco, lanterna de carbureto e bomba.

Organizador: Nascimento, 2015, texto extraído da IN nº 113, de 23 de agosto de 2006.

As regras do Acordo de Pesca visam a conservação dos recursos ictiofaunísticos, o que em última análise poderia beneficiar os camponeses-ribeirinhos mesmo nas áreas de pesca comercial, pois impede a pesca com barcos e arreios tipo *rede de cerco*., característicos da pesca comercial predatória. Embora o Acordo de Pesca tenha sido discutido pelas comunidades²², diversos conflitos ocorreram em função das proibições nele contidas, pois afetou práticas antigas de pesca dos ribeirinhos. Segundo Cardoso (2014)

Os pescadores artesanais ressaltaram a importância da conservação dos recursos naturais através dos quais obtêm alimento e renda. Entretanto, destacam que existem pescadores que concordam com a gestão do recurso pesqueiro através do acordo de pesca vigente no Macuricanã e outros que

²² Participaram do acordo de pesca as comunidades “Santa Rita do Boto, São Sebastião do Boto, São José do Paraná do Espírito Santo de Cima, Divino Espírito Santo do Paraná do Espírito Santo do Meio, São Francisco do Paraná do Espírito Santo de Baixo, Brasília e Catespera” (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 113, DE 23 DE AGOSTO DE 2006).

não concordam com tal gestão. Identificou-se que os que concordam acreditam que as restrições e proibições quanto a períodos, instrumentos, e métodos de pesca permitirão que os peixes se renovem, se multipliquem. Os que não concordam acreditam que as normas os cerceiam na utilização de seus recursos naturais (p. 99).

Segundo o relato dos Ex-Agentes Ambientais Voluntários-AAV²³, durante as discussões para a criação do acordo de pesca na APA Nhamundá, os ribeirinhos lutaram para proteger os recursos pesqueiros, sobretudo dos pescadores profissionais embarcados que predavam os lagos, porém, as regras criadas para coibir a presença do *pescador profissional* afetou diretamente os camponeses-ribeirinhos à medida que a quantidade capturada por família passou a ser controlada, motivo pelo qual o referido acordo de pesca tornou-se a experiência mais marcante para os mesmos no que diz respeito às suas relações com a APA:

Referente à criação da APA/Nhamundá, os pescadores artesanais, mesmo os moradores mais antigos das comunidades, afirmam desconhecer o momento em que o território passou a ser uma Unidade de Conservação, e tampouco acompanharam o processo de criação da APA no ano de 1990. O significado dos termos Unidade de Conservação e Área de Proteção Ambiental é desconhecido pela maioria, sendo relacionado com frequência ao Acordo de Pesca, que se tornou a experiência mais marcante na vida dos pescadores... (PIRES, 2015, p. 33).

É preciso considerar que embora o Acordo vise disciplinar o uso dos lagos, os camponeses-ribeirinhos têm certa dificuldade de pô-lo em prática. Observou-se que os camponeses-ribeirinhos possuem o costume de ir aos lagos sempre que julgam necessário, não havendo uma quantidade exata de pescarias preestabelecida, com isso o volume de pescado capturado não segue, *a priori*, um volume específico. Seja qual for o volume capturado, dentro de suas possibilidades de captura e de transporte, o pescador leva-o para sua casa, retira para a subsistência da família e comercializa o excedente. Seu retorno ao lago para nova pescaria dar-se-á quando as necessidades da família o motivar. Desse modo, vê-se a dificuldade que o camponês-ribeirinho tem de adequar-se às regras que disciplinam a quantidade de pescado/família/semana, disto decorrem os principais conflitos entre a fiscalização do Estado e os camponeses-ribeirinhos no que diz respeito ao referido Acordo.

²³ Criado para capacitar membros das comunidades para atuar no trabalho voluntário junto ao IBAMA com base na lei Nº 9.608 de 18 de Fevereiro de 1998, que dispõe sobre o trabalho voluntário.

Observou-se ainda a existência de métodos de pesca proibidos no interior de alguns lagos (Quadro 6) como o *corte e retirada do capim*²⁴, *batição*, entre outros, de cunho altamente predatórios que contam com a participação dos próprios camponeses-ribeirinhos que têm recorrido a tais práticas em função da redução da quantidade de pescado nos lagos, em desacordo com a legislação vigente, a exemplo das regras estabelecidas na IN nº 113. As práticas, por sua natureza predatórias, não são realizadas por todos os camponeses-ribeirinhos, sendo inclusive condenadas pela identidade coletiva, sobretudo pelos mais velhos que viveram em tempos de fartura e que não desejam que seus descendentes tenham que conviver com a falta desses recursos.

QUADRO 6: PRÁTICAS RELACIONADAS À PESCA PREDATÓRIA DO TAMBAQUI E DO PIRARUCU NOS LAGOS ANINGAL E BOTINHO

Lagos	Práticas relacionadas
Aningal	Corte e retirada do capim: consiste na abertura de caminhos (rasgos) entre a vegetação (macrófitas) da beira do lago, local onde os peixes refugiam-se durante a pescaria nas áreas abertas (livres de vegetação) no interior do lago. Nos caminhos abertos em meio à vegetação distendem-se as redes. Os caminhos paralelos entre si permitem distender a rede formando um cerco. A vegetação que ficou ao centro do cerco é aos poucos cortada e removida, ao passo que a cada retirada do capim, também se fecha ainda mais o cerco, até que a vegetação seja removida por completo e os peixes, sem proteção, emalhem-se nas redes. Para o cerco utilizam-se várias redes, as quais dispostas lado a lado, impedem que os peixes a rompam e saiam do cerco.
Botinho	Corte do capim e batição: consiste na abertura (rasgo) na vegetação como descrito acima, porém, a pescaria diferencia-se quanto aos demais aspectos. Uma vez formado o cerco, os pescadores realizam a “batição” dentro do mesmo para espantar os peixes e emilhá-los nas redes. A batição consiste no ato de fazer barulho, batendo com uma vara sobre a vegetação aquática. Disposição das redes sob o capim: com o auxílio dum “varejão” (galho de árvore com uma bifurcação nas extremidades), os pescadores distendem (empurram) as redes por debaixo da vegetação aquática. Comparada com as demais descritas acima, esta prática causa menor dano, posto que não suprime a vegetação e não aprisiona os peixes nos cercos. Ao ser deixada sob a vegetação, a rede emalha os peixes que buscam abrigar-se nestes locais. Todas essas práticas são realizadas durante o período do “verão” entre outubro e janeiro, a partir do mês de fevereiro, de acordo com os camponeses o volume das águas nos lagos aumenta e o peixe se espalha nas áreas próximas como no igapó, etc.

Fonte: Informações fornecidas pelos camponeses-ribeirinhos. Trabalho de campo, março de 2014. Organização: Nascimento, 2016.

²⁴ Pires (2015) também relatou a partição (corte) do capim membeca (*Paspalum fasciculatum* Willd) para a inserção de redes de pesca no lago Baixa Grande, também na APA Nhamundá. Segundo a autora a prática é realizada por pescadores profissionais de municípios paraenses e do município de Parintins, que no período das águas altas entram nos lagos.

O acordo de pesca foi motivo de diversos conflitos envolvendo os camponeses-ribeirinhos e órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, até conflitos diretos com a Polícia Militar durante uma das diligências efetuadas nas comunidades. Os AAVs por serem a representação do Estado mais próxima, já que se tratavam de moradores das próprias comunidades, por inúmeras vezes ficaram no centro dos conflitos, tendo sido alvos de represálias por parte dos seus vizinhos pescadores. Realidade semelhante envolvendo o trabalho dos AAVs também foi identificada em Santarém-PA:

[...] O trabalho voluntário que realizam depende de recursos da comunidade ribeirinha ou deles próprios, sem que os órgãos públicos disponibilizem os meios necessários para o cumprimento da tarefa. Desse modo, após se dedicarem ao exercício do controle e vigilância, arcando com todos os gastos necessários em locomoção, e até de se indisporerem pessoalmente com os infratores durante a fiscalização, infelizmente, quando entregam o auto de constatação às autoridades em Santarém, o processo acaba engavetado e ninguém é punido, o que os desautoriza também diante das comunidades. Por conta disso, consideram que, apesar da maior organização e institucionalização do processo de controle e manejo dos recursos naturais renováveis na região do Lago Grande do Curuai, o resultado não corresponde ao esforço de organização e participação dos ribeirinhos... (O'DWYER, p. 257).

Aos poucos o trabalho dos AAVs foi enfraquecendo, caindo em descrédito. As abordagens aos pescadores infratores embora foi reconhecida como legítima, acabava por colocar os Agentes em situação complicada diante de seus próprios vizinhos. Por ser um trabalho voluntário oferecendo até risco de morte (as ameaças e os confrontos diretos foram recorrentes), os próprios Agentes foram abandonando o trabalho.

É no contexto de “crise”, anteriormente mencionado, na economia da várzea, que os camponeses-ribeirinhos precisaram instituir regras de uso para os antigos espaços livres do rio, criando territorialidades que pudessem lhes assegurar o acesso aos já escassos recursos pesqueiros. “O equilíbrio social depende em grande parte da correlação entre as necessidades e sua satisfação. E sob este ponto de vista, as situações de crise aparecem como dificuldade, ou impossibilidade de correlacioná-las” (CANDIDO, 2010, p. 28).

As enchentes/cheias do rio Amazonas na década de 1960-70, ajudaram a aguçar o problema da desvalorização econômica do extrativismo, à medida que impedia a renovação dos antigos sítios dos camponeses-ribeirinhos. Nas décadas seguintes foi impossível manter na várzea os cultivos perenes remanescentes como

o cacau e a bacabinha (*Oenocarpus minor* Mart.), além de impedirem o desenvolvimento das novas espécies introduzidas a partir das décadas de 1970-80 como manga, caju, graviola, limão, goiaba.

As enchentes/cheias impactaram também a pecuária bovina do município de Parintins, que até meados do século XX, era mantida majoritariamente nas pastagens naturais da várzea, com pouco uso dos campos plantados de terra firme. A grande enchente/cheia ocorrida em 1953 foi um dos marcos nesse sentido.

Não resta dúvida de que a década de 1950 torna-se um divisor de águas no que se refere ao aproveitamento maior da várzea em detrimento da terra firme para a pecuária na região. Sternberg (1998[1956]) descreveu não somente as diversas marombas construídas especialmente para acomodar os animais, como também a precariedade em que se encontravam os animais que foram deslocados da várzea do Careiro para as terras firmes durante a enchente/cheia de 1953:

[...] o fato é que os fazendeiros do Careiro sempre preferiram conservar seu gado na várzea, colocando-o em marombas apropriadas, quando necessário. Vimos, entretanto, em 1953, as águas atingirem níveis que escapavam às previsões e que jamais haviam sido alcançadas no período abarcado pela memória dos mais velhos. As marombas então existentes mostraram-se inadequadas. Sobre o primeiro assoalho, já tomado pelas águas, construiu-se um segundo e, às vezes, um terceiro estrado para abrigar o gado. Se as mais sólidas construções, feitas sem precipitação, tantas vezes se mostraram inadequadas diante da magnitude dessa enchente, que dizer de marombas improvisadas sem maiores cuidados? Viam-se, aluídas ou submersas. Nessa emergência, a fim de enfrentar o elevado nível das águas, mais de uma residência foi transformada em estábulo. Mas isto não bastou. Pela primeira vez, houve uma saída maciça de gado da região do Careiro, em busca de sítios mais elevados, a cavaleiro das águas. Tivemos o ensejo de observar esta verdadeira “transumância” da várzea para terra firme... (p. 207-210, grifos no original).

O autor prossegue afirmando que as pastagens ralas de terra firme para onde foram conduzidas algumas reses não suportaram a quantidade de animais, os quais aos pouco foram morrendo de fome. Os animais que permaneceram em terrenos de terra firme mais próximos à água branca onde havia canarana passaram a ser alimentados por essa planta, por meio do trabalho de colheita e transporte dos capineiros. O trabalho dos capineiros foi fundamental não somente para alimentar os animais que se encontravam na terra firme, mas principalmente para os animais que permaneceram nas marombas. Como os animais naquele ano chegaram às terras firmes já bastante debilitados, após terem permanecidos dentro d'água e, tendo a terra firme não suportado alimentar os animais, Sternberg cunhou a terra firme na ocasião

como uma “grande maromba natural” que serviu apenas para acomodar os animais, uma vez que estes foram alimentados pela canarana colhida nos rios. Ao todo, segundo Sternberg, cerca de 4.000 animais da região do Careiro foram abrigados em terra firme durante a enchente/cheia de 1953, a perda neste ano foi estimada em cerca de 40 a 60% do gado careirense.

Há diversos relatos dos mais velhos, no município de Parintins, sobre a verdadeira calamidade em que se encontrou o gado no ano de 1953. Teixeira (2007) afirma que até no sítio urbano de Parintins foi autorizado pelo prefeito municipal acomodar o gado refugiado das águas, o gado, andarilho pelas ruas comia tudo o que encontrava pela frente.

Segundo os camponeses-ribeirinhos, na área pesquisada, diferente do caso do Careiro, não havia a construção de marombas para acomodar o gado. Com isso, o gado foi posto inutilmente sobre marombas improvisadas sobre toras de árvores, forradas com bagaço de juta. O gado que não pereceu nestas condições, não escapou entretanto, às péssimas condições em que foram deixados nas terras firmes. Os campos em terra firme eram poucos. O gado quando chegou à terra firme embrenhou-se nas matas à procura de alimentos, de modo que muitos morreram ou tornaram-se arredios, selvagens. Isto forçou os criadores a partir daquele momento a investirem na criação de pastagens em áreas de terra firme.

A necessidade do uso anual da terra firme para abrigo dos animais durante o período de inundações da várzea, corroborou para o aumento dos custos e do tempo de produção e, paulatinamente, reduziu o interesse camponês-ribeirinho pela pecuária tendo em vista a baixa renda gerada pela atividade²⁵ que, de forma muito precária, não paga sequer os custos da produção. Embora os camponeses-ribeirinhos tomem nota de algumas despesas, nem tudo o que se gasta na atividade é registrado “nem anoto, se eu anotar eu corro do pau” (G. S. B. 41 anos. Camponês-ribeirinho. Janeiro de 2016).

Cabe destacar que a pecuária bovina embora se mantenha entre as atividades principais na várzea, na presente pesquisa identificou-se que os camponeses-ribeirinhos mantêm um reduzido número de cabeças de gado bovino, explorando mais

²⁵ A respeito das despesas geradas pela criação do gado bovino um camponês-ribeirinho assevera: “Isso aí tá caro, é isso que não tá compensando. Você tá vendo como tá o gado, tem que diminuir e fazer outras coisas” (E. S. T. 72 anos. Dezembro de 2015).

a fabricação artesanal do queijo para a comercialização e a venda dos machos jovens (mamotes), já que na área pesquisada não se pratica a venda de leite.

Diante desse contexto de transformações sócio-espaciais na várzea amazônica realizou-se a análise de suas principais atividades econômicas no Médio rio Amazonas: agricultura-pesca-pecuária. Noda *et al.*, (2007, p. 43), observam que esses “componentes” mantêm-se presentes ao longo da calha do Solimões/Amazonas ao lado de diversos outros “componentes”, os quais respondem por estratégias dos moradores das várzeas às “[...] incertezas resultantes das condições de mercado (preço e demanda) bem como das variações sofridas na produção em função das condições ambientais (enchente, seca, problemas fitossanitários...) [...]”. Os autores acrescentam que

De um modo geral, pode-se observar a tendência de retorno ao sistema diversificado daqueles produtores que, principalmente por estímulo do governo, se especializaram em determinadas atividades produtivas, com destaque ao extrativismo vegetal e animal. A especialização levou, na maioria das vezes, a uma redução do estoque do recurso e a uma redução do nível de auto-sustentabilidade do produtor (NODA *et al.*, 2007, p. 44).

Por mais que a pesca extrativa seja uma das principais fontes de recursos dos camponeses-ribeirinhos, levando-os em alguns casos a se dedicarem mais a esta atividade, é preciso entendê-la também enquanto uma atividade com a possibilidade de retorno de investimento mais rápido frente às demais atividades por eles realizadas, considerando principalmente a “[...] disponibilidade do recurso e a existência de uma rede de comercialização estruturada” (NODA *et al.*, 2007, p. 44).

Como destaca Brito (2010), o tempo de produção (captura) do pescado quando comparado ao da agricultura é menor – considerando apenas a captura e não a reprodução, já que a reprodução natural das espécies ictiofaunísticas é mais lenta que a produção da agricultura, sobretudo das espécies de ciclo curto. Para se obter a renda da pesca trabalha-se cerca dois a três dias, enquanto que a na agricultura (mesmo de ciclo curto) trabalha-se em torno de noventa dias para se obter a renda desta atividade. De todo modo não se deve desconsiderar esta diferença entre o tempo gasto no trabalho da pesca e o que se gasta na agricultura quando se analisa a preferência de muitas famílias camponesas à pesca em detrimento da agricultura na várzea amazônica.

Ana Paulina Aguiar Soares (2009), em pesquisa realizada enfocando os conflitos entre pescadores e agricultores, no lago Janauacá, localizado entre os municípios amazonenses de Careiro-Castanho e Manaquiri, afirma que

O clima de conflito persiste, seja nas menções feitas nas entrevistas, seja nas ações: agricultores minimizam o trabalho dos pescadores designando essa atividade extrativa intensiva como um “não trabalho”, identificando-os como responsáveis pelo esgotamento dos cardumes, pelo tamanho cada vez menor dos peixes capturados e porque algumas espécies têm ficado mais raras para aqueles que pescam apenas como recurso complementar à atividade agrícola (p. 128, grifos no original).

A autora acrescenta

A representação que fazem os agricultores de que pescaria é “coisa de preguiçoso” pode supor um entendimento de que o trabalho pressupõe a transformação da natureza na produção social de bens. E constrói uma identidade ante o outro, o pescador, cuja prática aparece como simples usufruto da natureza pela extração e transformação imediata do peixe em mercadoria... (SOARES, 2009, p. 138, grifos no original).

O entendimento desses conflitos pode ser realizado à luz do que propõe Klaas Woortmann (1990, p. 23-24) a partir da *indissociabilidade* das categorias *terra* (e por extensão a *água*), *família* e *trabalho*, pois nas “[...] culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família...”. É preciso compreender as territorialidades da pesca não apenas como uma forma de acessar ou proteger um recurso natural para comercialização imediata ou futura, mas como uma racionalidade voltada para atender o sustento das famílias, a curto e longo prazo.

Não se deve negligenciar ainda, que o destaque da pesca extrativa sobre as demais atividades econômicas na várzea, também foi favorecido pelas transformações técnicas ocorridas no setor e pelo acesso ao dinheiro, possibilitando ao camponês-ribeirinho adquirir (barcos, canoas, motor rabeta, caixas de isopor, gelo, redes de pesca, etc.) e/ou produzir seus próprios meios de produção como os seus apetrechos (*arreios*), a partir do surgimento dos fios sintéticos, etc. “A maneira pela qual os homens produzem os seus meios de subsistência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e que necessitam reproduzir” (MARX, 1937-1947 *apud* CANDIDO, 2010, p. 29).

O entendimento das transformações sócio-espaciais na várzea consideram as relações sociedade-espaco-tempo como proposto por Raffestin (1993), ou no dizer de Santos (2006) de que “[...] A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada” (p. 34-35).

Quando consideradas em conjunto, agricultura-pesca-pecuária têm grande importância para a manutenção econômica das famílias camponesas na várzea, porém, é preciso destacar as peculiaridades que as envolvem e, principalmente, quando se pretende entender como estas, enquanto “meios de vida”, contribuem para o “equilíbrio” da vida camponesa (CANDIDO, 2010). Isto nos permite entender, no caso da pesca, como foram instituídas as regras de uso dos lagos em parte da APA Nhamundá e como ocorreu o estabelecimento de territorialidades nos espaços de acesso livre do rio Amazonas, entre outras questões envolvendo as territorialidades camponesas.

3.2 A pesca no ambiente de rio

Considerando o ambiente de rio como um espaço de acesso livre é possível afirmar que até a década de 1990 quando a pesca no rio objetivava a captura de “peixes de superfície”, qualquer pessoa, a qualquer momento, podia utilizar-se dos espaços do rio para a pesca. A partir da década de 2000, quando a procura pelos “peixes de fundo” (siluriformes) como o surubim e o caparari aumentou, os camponeses-ribeirinhos por meio do trabalho coletivo passaram a limpar o leito do rio para a pesca de lança e reivindicaram para si o uso dessas porções do rio por meio duma territorialidade.

Essas territorialidades da pesca foram criadas diante dum contexto de maior pressão sobre a pesca em função de novas tecnologias, maiores investimentos no setor, maior demanda por pescado nas cidades e, contraditoriamente, da menor disponibilidade do pescado.

Até aproximadamente a década de [19]40, a pesca na Amazônia era realizada por uma frota muito primitiva, formada por embarcações pequenas, exclusivamente de madeira e com propulsão a remo ou vela. Nos anos [19]60, a liberação de incentivos fiscais para a região e a abertura da economia a grandes empresas, que vieram de outras regiões do Brasil, favoreceu o rápido desenvolvimento tecnológico da pesca. As embarcações ganharam motores e artes de pesca mais resistentes (redes de náilon) e mais

eficientes na captura de peixes e crustáceos (BATISTA; ISAAC & VIANA, 2004, p. 70).

As transformações regionais em consonância com as políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro também colaboraram para as transformações em âmbito local.

Na década de [19]60, três eventos são marcantes para os novos rumos da atividade pesqueira na região. O primeiro foi a introdução e a popularização do polietileno ou isopor como isolante térmico, permitindo a conservação e a acumulação do pescado por mais tempo, viabilizando ampliar o raio de ação da frota. O segundo foi a criação da Zona Franca de Manaus, que causou um rápido crescimento da população urbana da cidade, via imigração de ribeirinhos. Estes tinham como hábito a captura e o consumo diário do pescado (MESCHKAT, 1961; SMITH, 1979), como ainda segue ocorrendo na zona rural (CERDEIRA *et al.*, 1997; BATISTA *et al.*, 1998). Nas cidades, eles causaram um aumento na demanda por pescado, incrementando a pressão consumidora e assim estabelecendo um importante mercado urbano. Adicionalmente, ocorreu imigração para Manaus de pessoas vinculadas ao pólo industrial, atraídas pela perspectiva de emprego na região. Em terceiro lugar, temos a introdução de linhas sintéticas, as quais popularizaram as redes de arrasto e de espera, facilitando o aumento do esforço de pesca e conseqüentemente da produção (BATISTA; ISAAC & VIANA, 2004, p. 66).

No caso estudado por Cruz (2007, p. 214) o lanço de pesca realizado “[...] pelos camponeses-ribeirinhos consiste na preparação da terra no período de águas baixas (vazante/seca) para a prática pesqueira durante o período das águas altas (enchente/cheia) nos lagos e rios [...]”. Segundo o referido autor, diante da impossibilidade dos camponeses-ribeirinhos tornarem-se donos de porções da água, é o trabalho camponês-ribeirinho contido no preparo dos lanços para a pesca que permite ao dono da terra apropriar-se de determinada porção da água em frente sua propriedade, reclamando *para si* o direito de uso, no caso dos lanços nos lagos e, *para o grupo*, no caso dos lanços no rio.

No caso aqui estudado sobre as territorialidades da pesca no ambiente de rio, a lógica de apropriação desses espaços d’água para a pesca equivalem-se às descritas a cima, porém, o processo de limpeza do leito do rio Amazonas, como constatado na pesquisa, foi gradual, não ocorrendo de um ano para o outro como ocorre na limpeza dos lanços de pesca no ambiente de lago (CRUZ, 2007). O preparo dos lanços de pesca no Médio rio Amazonas ocorreu por meio trabalho coletivo. Os camponeses-ribeirinhos retiravam os troncos de árvores (*paus*) que ficavam expostos no leito do rio durante a vazante/seca com uso de ferramentas como machado e terçado (facão).

A limpeza do rio começou quando começou a secar esse beiradão [leito menor do rio], a gente topava aqueles paus pela beira e cortava. Nessa área aí de baixo [lanço Santo Agostinho] já era limpa, aqui pra cima [lanço da Boca do Boto] que a gente ainda cortava os paus. Ninguém pescava nesse meio da Boca do Boto pra baixo, tinha muito pau aí... (R. O. S. 49 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Os troncos submersos, de acordo com os camponeses-ribeirinhos eram retirados com o auxílio de redes de pesca, lançadas sucessivamente para remover os troncos de árvores do leito do rio: “jogavam uma, duas, três malhadeiras até limpar o fundo do rio”. Esse trabalho de preparo dos lanços de pesca no Médio rio Amazonas também foi complementado com a participação de barcos de pesca interessados na comercialização do pescado, os quais utilizando cabos de aço, auxiliavam na retirada dos troncos de árvores do leito do rio, conforme observado por Cruz (2007) no Baixo rio Manacapuru.

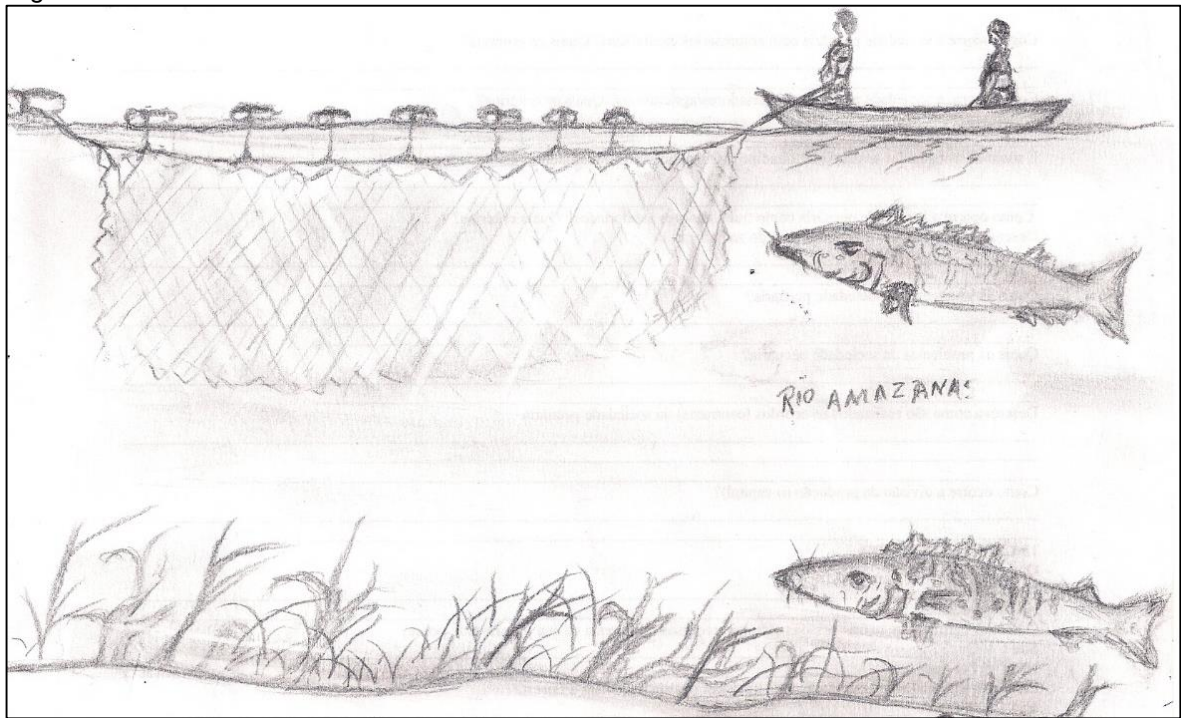
Antes do preparo dos lanços de pesca no Médio rio Amazonas, os camponeses-ribeirinhos pescavam a dourada no ambiente de rio com as mesmas malhadeiras utilizadas para a pesca do tambaqui no ambiente de lago. Aos poucos foram criando novas malhadeiras apropriadas para a captura dos grandes bagres no rio. Vale ressaltar que, localmente, a confecção das malhadeiras próprias para a pesca no rio só foi possível porque os camponeses-ribeirinhos prepararam também o ambiente, o espaço, para esse tipo de pesca, por meio da limpeza coletiva dos lanços de pesca. Caso o leito do rio permanecesse “sujo”, a introdução das redes de arrasto seria inviável.

Naquele tempo [década de 1970] pescava só de arpão, de linha... Uma noite uns “arigó” que compraram um terreno lá, pegaram uma malhadeirota [malhadeira pequena] de pescar tambaqui e inventou de dá uma bubuiada [lançar a rede à deriva no rio]... Aí, veio enrolada de dourado. Era só bubuiando mesmo, e ainda era só metido boia de aninga. [...] **Naquele tempo não se fazia essa pescaria** [de bubuia e rede de arrasto no rio] **porque tinha muito peixe**. Essa pescaria de bubuia veio dali de baixo [Estado do Pará]. Então eles [os introdutores da bubuia] faziam altas as malhadeiras deles. Agora, de todas as malhadeiras que nós usa aqui é difícil tu ver uma malhadeira alta, com mais de vinte e cinco malhas de altura, trinta malhas é o máximo. Antigamente não, era trinta e cinco malhas de altura a mais baixa... Tinha uns com quarenta malhas. Abordo do barco [de recreio] era só um comentário: “fulano tem uma malhadeira de quarenta malhas!” Mas era um entralho por cima d’água, num [não] botavam chicote, agora que a gente coloca. É vinte e cinco malhas, trinta malhas, mas coloca chicote, conforme a fundura. Só pesca arrastando. [...] Aí bota quatro, cinco braços de chicote, na beira! Conforme a fundura. Esses lugar daqui, por exemplo, no pino da cheia, pode pegar uma malhadeira e colocar cinco braços de chicote e soltar

lá. Até essas aí do “meio do rio” é vinte e cinco malhas, só aumenta o comprimento (M. S. N. 63 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

Somente a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) era capturada, outros peixes de fundo como o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) escapavam por baixo das redes, protegidos pelo leito “sujo” do rio (Figura 24) até a década de 1990.

Figura 24: Pesca no Médio rio Amazonas – década de 1990.

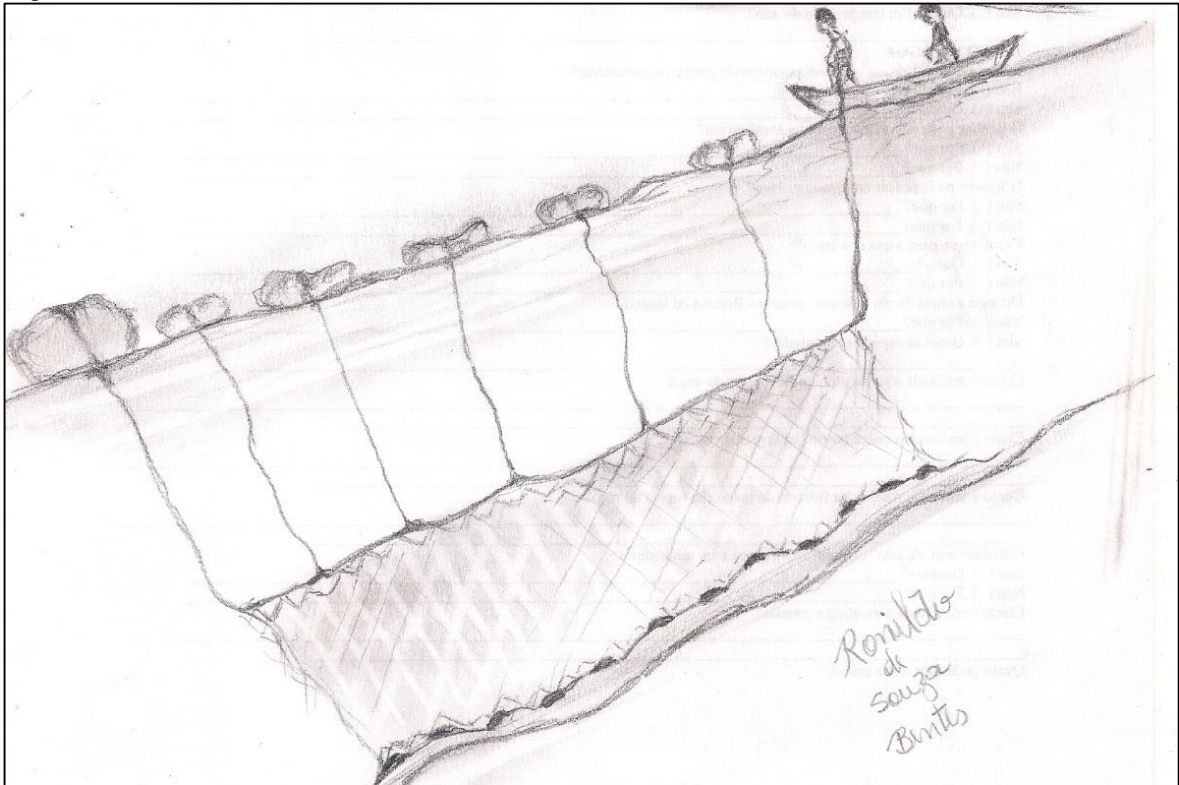


Desenho: Ronildo de Souza Bentes, 2015.

Organizador: Nascimento, 2015. Trabalho de campo, 2014-2015.

A partir da década de 2000 a pesca no ambiente de rio passou a ser realizada pelas turmas de pescadores nos lanços de pesca (Figura 25). Foram realizadas a confecção de redes de emalhar adaptadas para esse tipo de pesca, além da limpeza do leito do rio indispensáveis para a construção dos territórios da pesca camponeses. Por sua vez, para o uso e a manutenção dos territórios da pesca foram instituídas regras pelos camponeses-ribeirinhos baseadas no “sistema de espera da vez”.

Figura 25: Pesca no Médio rio Amazonas – década de 2000.



Desenho: Ronildo de Souza Bentes, 2015.

Organizador: Nascimento, 2015. Trabalho de campo, 2014-2015.

O lanço comunica uma territorialidade, aqui interpretada de acordo com Claude Raffestin (1993[1980]) na obra *Por uma geografia do poder*, e Robert David Sack (1986) na obra *Human Territoriality, its theory and history*, conforme proposto por Cruz (2007). Antes é preciso considerar que o lanço de pesca só existe enquanto representação. Fora do plano subjetivo (na prática) o lanço é apenas uma porção do espaço, do rio, preparado para um fim específico, por isso, por si só é incapaz de comunicar a territorialidade. Porque o espaço em si não é portador de regras, de territorialidades, as regras se dão mediante as relações de poder, ou seja, entre as pessoas, no território. “[...] A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162, grifos no original).

É importante que haja a demarcação do lanço pelos camponeses-ribeirinhos e, mais que isso, a criação de regras para que se distinga este dos demais espaços do rio. Entende-se que a territorialidade só existe mediante a representação dos sujeitos e por meio da elaboração de regras para o uso do espaço. As regras de uso intencionam a manutenção, não mais do espaço em si, mas do espaço (produzido)

apropriado pelo grupo, o território. Somente a territorialidade pode comunicar o controle do território da pesca, pois ela (a territorialidade) está inserida no campo das relações. A territorialidade só se manifesta nas relações entre os sujeitos (RAFFESTIN, 1993).

O lanço tem ao mesmo tempo existência objetiva, enquanto uma porção do rio, e subjetiva, enquanto uma representação, uma abstração do espaço (do rio) a partir duma utilidade imediata, uma porção do espaço preparado/apropriado para a pesca. Assim, só os camponeses-ribeirinhos sabem quando o lanço deve ser utilizado, o período do ano em que determinadas espécies podem ser capturadas e quais os apetrechos apropriados, pois estas informações não são comunicadas doutra forma a não ser pela socialização *por e para* as turmas de pescadores.

Sendo o rio um espaço de acesso livre, como explicar a territorialidade neste caso? Talvez esta seja a melhor maneira de compreensão. Digamos que o rio seja um espaço como outro qualquer. Mas, os lanços são “construções” humanas no interior do rio. Pelo fato do lanço conter trabalho humano (dos camponeses-ribeirinhos) na limpeza do leito do rio para a retirada dos troncos de árvores (paus), esta porção do rio passa a conter simbolicamente o direito ao acesso apenas àqueles que prepararam o lanço, ou a terceiros, mediante o consentimento destes e a devida observação de suas regras de uso. Isso também quer dizer que o lanço pode ser utilizado por pessoas de fora²⁶, de outras comunidades, por exemplo.

O consentimento, neste caso, é expresso pela observação/respeito do sistema de espera da vez, introduzido e fiscalizado pelos camponeses-ribeirinhos, o que não quer dizer ausência de conflitos. Quando um desavisado, ou mesmo quando alguém resolve intencionalmente descumprir o sistema de espera da vez este é imediatamente “punido” pelo grupo. O grupo além de xingar os infratores, também lhes cortam a frente, ou seja, um dos camponeses-ribeirinhos lança sua rede à frente da rede do infrator impedindo-o de prosseguir no lance. Em casos extremos é cortada, com faca, a rede do infrator ou parte dela.

²⁶ “*De dentro* ou *de fora*, expressa entre os ribeirinhos além de uma espacialidade, uma noção de pertencimento. Morar na comunidade (ser de dentro), exprime uma proximidade entre os membros das famílias – seja pelo parentesco ou pela vizinhança – e sua conseqüente aceitação como ‘um igual’. Não pertencer à comunidade (ser de fora), representa não apenas um distanciamento espacial, mas, principalmente, social e afetivo, pois, este é representado como um estranho” (NASCIMENTO, 2015, p. 15, grifos no original).

A construção do lanço de pesca não implica a alteração do espaço, não corresponde a territórios fechados ou cercados. Esses espaços não recebem nenhuma delimitação (fruto da construção humana), algo que possa servir para comunicar essa territorialidade. Rapozo & Witkoski (2010, p. 211) acrescentam que, embora não haja demarcações “[...] de uso específicas ou amparadas por leis, não significa que não há códigos de controle e conduta no uso dos recursos através de um grupo específico de comunidades...”. É preciso entender neste caso como se estabelece o controle dos recursos pesqueiros por meio das territorialidades criadas pelas turmas de pescadores na pesca dos grandes bagres.

Robert Sack (1986) propôs uma interpretação de territorialidade bem próxima à de Gottman, mas aplicável em todas as escalas. Quando você tem crianças, diz ele, você pode impedi-las de abrir uma ou outra gaveta do seu escritório, de brincar com o computador, com o telefone ou o fax, de pegar livros das estantes e de colocá-los em qualquer lugar. **A lista de proibições pode se estender ao infinito, o que diminui o efeito e prejudica sua eficácia. Impedindo pura e simplesmente o acesso das crianças ao escritório, com menos despesas você alcançará o resultado desejado.** O território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social - uma outra maneira de dizer que ela exprime uma soberania. A abordagem de Robert Sack adquire importância por salientar que a ideia de territorialidade se aplica a todas as escalas, desde uma peça num apartamento até a de um Estado (CLAVAL, 1999, p. 8, grifo nosso).

Como os lanços de pesca no rio não correspondem a territórios fechados, o que assegura ao grupo o controle sobre o mesmo é o estabelecimento de suas regras de uso. Considerando as ideias de Sack (1986), de que a territorialidade deve sempre envolver uma classificação por área e não por objetos, sem a necessidade de se enumerar as coisas que se pretendem proteger, pode-se dizer que, mais eficaz do que listar as espécies de pescados que são alvo da pesca camponesa, é impedir por completo o uso dos lanços de pesca por outros pescadores, por meio do estabelecimento das regras de uso, ou seja, o controle é realizado *por área* (por lanços) e não *por objetos* (por espécie de pescado), aumentando a eficácia do controle sobre aquilo que se pretende proteger dentro de determinada área.

Como a construção do lanço não envolve a alteração do espaço, a territorialidade manifesta-se dependendo do nível das águas do rio. Terminado o período da pesca os lanços de pesca são desativados pelos camponeses-ribeirinhos até a próxima enchente/cheia do rio (Figuras 26 e 27).

Figura 26: Ativação do lanço: pescadores no sistema de espera da vez.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 2.08.2014.

Figura 27: Desativação do lanço de pesca.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 02.01.2015.

Para os moradores da comunidade São Sebastião, depois dos peixes de couro/liso, o apapá (*Pellona falvipinis*, *P. castelnaeana*) (Figura 28) é o principal peixe de escama capturada nos lanços de pesca no ambiente de rio.

Figura 28: Debaixo para cima, apapá branco e apapá amarelo.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 2.07.2015.

A seguir, a tabela 5 apresenta os preços das principais espécies de pescado comercializados pelos camponeses-ribeirinhos com a Casa Flutuante.

TABELA 5: CLASSIFICAÇÃO E PREÇO DO PESCADO ESTABELECIDOS PELA CASA FLUTUANTE

Peixes de couro/liso					
1ª Classe (Grande)	Preço/kg R\$	2ª Classe (Médio)	Preço/kg R\$	3ª Classe (Pequeno)	Preço/kg R\$
Surubim <i>Acima de 5kg</i>	6,00	Surubim <i>Igual a 4kg</i>	3,50	Surubim <i>Menor que 4kg</i>	1,50
Filhote <i>Acima de 5kg</i>	4,00	Filhote <i>Igual a 4kg</i>	3,00	Filhote <i>Menor que 4kg</i>	1,50
Dourada <i>Acima de 5kg</i>	4,00	Dourada <i>Igual a 4kg</i>	3,00	Dourada <i>Menor que 4kg</i>	1,50
		Pirarara <i>Acima de 5kg</i>	3,00	Pirarara <i>Menor que 5kg</i>	1,50
		Jaú <i>Acima de 5kg</i>	3,00	Jaú <i>Menor que 5kg</i>	1,50
				Piramutaba <i>Acima de 3kg</i>	1,50
				<i>Barbado ou Babão</i> <i>Acima de 3kg</i>	1,50
Peixes de Escama					
Apapá-Amarelo <i>Acima de 2kg</i>	5,50	Apapá-Amarelo <i>Menor que 2kg</i>	1,00		
		Apapá-Branco <i>Qualquer tamanho</i>	1,00		

Fonte: Informações colhidas junto aos camponeses-ribeirinhos. Trabalho de campo, setembro de 2015. Organização: Nascimento, 2016.

A pesca do apapá estende-se entre os meses de março a setembro. Nesse período a pesca de peixes de escama, no ambiente de rio, objetiva principalmente a captura do apapá-amarelo em função do preço, que varia entre R\$ 6,00 (seis reais) e R\$ 5,00 (cinco reais) por quilo, preços pagos em 2014 e 2015. O pescado é comercializado com a casa flutuante que se estabelece na Costa do Amazonas. “Agora, em março, o “Bode” já está aí com o flutuante dele. Está seis reais o quilo do apapá-amarelo. Ano passado [2014] ficou cinco reais o quilo durante a safra toda” (R. O. S. 49 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Como destacado, essas espécies passaram a ser alvo da pesca camponesa motivando as territorialidades da pesca no ambiente de rio posterior à década de 1970, em substituição à pesca de espécies capturadas até então. Nesse sentido é mister reconhecer como tais mudanças ocorreram e como a pesca camponesa ganhou novos contornos a partir da década de 1980 no Médio rio Amazonas.

3.2.1 As transformações na pesca (1970-80)

No caso da pesca no rio Amazonas onde o acesso é livre, considerando o rio como *usufruto de todos* e, ao mesmo tempo, de uso comum, considerando o *usufruto dos moradores locais*, os camponeses-ribeirinhos criaram suas próprias regras de uso as quais são estabelecidas para a utilização dos chamados lanços de pesca. Até a década de 1980 a pesca nos ambientes de lago ainda eram intensas, sobretudo objetivando a captura do pirarucu (*Arapaima gigas*) que se tornou mais intensa após a exploração do peixe-boi (*Trichechus inunguis*) e da tartaruga (*Podocnemis expansa*) ainda no período colonial e posterior ao declínio da borracha e da juta na Amazônia.

A pesca comercial foi uma das primeiras atividades econômicas da Amazônia colonial (FURTADO, 1981). A exploração era mais intensa sobre as tartarugas, particularmente a tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*), passando para o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), e depois ao pirarucu (*Arapaima gigas*) com a redução da disponibilidade daquele produto, ocorrendo de forma descontrolada, sendo intensificada nos períodos de decadência de outros produtos regionais como a borracha (extraída da seringueira, *Hevea brasiliensis*) e a juta (*Corchorus capsularis*). O grande aumento da demanda de pescado para os centros urbanos, particularmente para a Manaus da Zona Franca em efervescência, gerou o mercado fundamental para a existência da atividade mercantil pesqueira. Esta resposta produtiva foi atendida a partir da solução de problemas-chave, como a conservação do pescado, que foi solucionada com a maior disponibilidade de gelo e de estruturas isotérmicas à base de isopor, madeira e zinco, construída nos porões dos barcos de pesca... (BATISTA; ISAAC & VIANA, 2004, p. 80).

Até meados da década de 1980, a pesca no ambiente de rio, realizada pelos camponeses-ribeirinhos, no Médio rio Amazonas, restringia-se à captura de espécies de couro/liso como a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), o filhote/piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum*), a dourada e o mapará (*Hypophthalmus marginatus*), os quais eram salgados e secos para exportação. O pescado era comercializado na própria localidade. No período da economia extrativa, era o patrão/comerciante quem comprava o pescado, já salgado e seco (desidratado ao sol). Posteriormente, estabeleceram-se novos compradores que, diferentemente do patrão/comerciante, interessavam-se exclusivamente pelo pescado. De início, os compradores “paraenses” forneciam o sal aos pescadores, em seguida compravam o pescado salgado. Posteriormente passaram a comprar o peixe fresco e a salga passou a ser realizada pelos compradores.

O primeiro paraense que veio foi o “Narcinho”, mas ele pescava mapará, só com malhadeira mica, peixe liso eles não pescavam. Pescavam [o mapará] e salgavam. Foi o primeiro comprador de peixe, de mapará. Ele parava [morava] na Fazenda Santo Agostinho. Ele e o pessoal dele, que trabalhavam pra ele moram num barracão aí. Depois que veio o “Chico do Bode”, comprar mapará. Naquele tempo dava muito mapará, agora ainda dá também, mas nós não pesca mais eles. Com o “Narcinho” ele dava o sal pra gente e a gente vendia o peixe salgado pra ele. Pro “Chico do Bode” agente vendia o peixe fresco mesmo, lá ele salgava, ele tinha os pescadores dele e os trabalhadores que tratavam o peixe. Tinha um patrão de Santarém que financiava o sal pra eles e vinha pegar o peixe salgado de barco aí no porto. Tinha vezes que eles passavam o dia inteiro e a noite embarcando peixe salgado. Era muito peixe, tinha um barracão que ficava cheio de peixe salgado. Eram várias toneladas de peixe que ele entregava aí. (R. O. S. 49 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Chegado ao Médio rio Amazonas no início da década de 1980, “Chico do Bode” se estabeleceu na comunidade São Sebastião num terreno conhecido como “Deco”, à jusante da boca do Boto, juntamente com alguns pescadores vindos de Óbidos-PA. No local foi instalada a salgadeira, um barracão onde o peixe salgado era armazenado. Sempre comprou o pescado²⁷ capturado no rio pelos camponeses-ribeirinhos. De início, atuava como comprador, intermediário de uma empresa sediada na cidade de Óbidos. Posteriormente, após a ampliação do número de fábricas de

²⁷ Durante a comercialização do peixe salgado, Chico do Bode, logo que chegou a Parintins, comprava as seguintes espécies: bacu (*Pterodoras lentiginosus*, *Lithodoras dorsalis*); piracatinga (*Calophysus macropterus*); maparás (*Hypophthalmus* spp.); dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*); piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e, eventualmente, caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), antes da criação dos lanços de pesca para o uso das redes de arrasto objetivando a captura de siluriformes.

gelo na cidade de Parintins e da afirmação do comércio regional (Amazonas-Pará principalmente) de peixe de couro/liso refrigerado, passou a comprar o peixe fresco dos camponeses-ribeirinhos. Localizado no próprio local de produção/captura de pescado, Chico sempre teve a preferência na comercialização com os ribeirinhos que vendiam sua produção logo após a captura.

Sobre a chegada de Chico, a instalação da salgadeira e, mais tarde, da fábrica de gelo, o Senhor “R”, 30 anos, afirma:

O gelo era caro [na década de 1980], então eles já usavam o sal. [...] eu acredito que era cinco por cinco, um barracãozinho de nada [a salgadeira]. Antigamente a fatura era boa, tu arriava a malhadeira na beirada pegava muito peixe. Mapará mesmo, eles pegavam na beira do Amazonas, não iam nem pro lago [...] Não existia a pesca do surubim naquele tempo, de dourada não existia, sarda também não existia, que é o apapá, engraçado que foi eles que trouxeram essa pescaria de lá pra cá. Eles trouxeram de Óbidos pra cá, já pescavam [apapá] em Óbidos. Como em Óbidos é a cidade que mais tem pescador [...] ficou pequeno o espaço pra eles, eles resolveram atacar pro [Estado do] Amazonas. Como ele [Chico] viajava sempre pra cá ele conheceu muita gente, conheceu o pessoal do vovô, da família da mamãe e o pessoal deu agasalho pra ele. Aí eles começaram a ensinar o pessoal a pescar o apapá, o mapará que eles [os camponeses-ribeirinhos] não sabiam, aí de lá veio a dourada. O apapá ele começou a trabalhar já de [19]93 pra cá, [19]94 pra cá, que foi já quando eles trouxeram o material pra trabalhar na pescaria do apapá. Pra te ter uma rede [de pesca], tu tinha que ter muito dinheiro naquele tempo. [...] Hoje no Amazonas é mais valorizado o [apapá] amarelo, no Pará é o [apapá] branco, em Óbidos a pesca é só do branco, a gente vê que nem quase amarelo dá lá, já dá pra cá [...] Em 2005 ele [“Chico”] conseguiu construir a fábrica de gelo. No convênio com o Banco da Amazônia nós construímos com o propósito de fornecer [gelo] à população e a nós mesmos aqui. [...] [Hoje] a gente compra [peixe] aqui e manda pra Santarém, de “barco de recreio”. Hoje a gente só comercializa pra Belém quando é tempo de janeiro, que fracassa o peixe, que o peixe congelado que a gente guarda congelado aí e a gente exporta depois. [A produção] Por mês, pra gente fabricar direto, por mês [...] quinhentas toneladas [de gelo] [...] A gente está armazenando geralmente cento e cinquenta toneladas [de pescado] em toda safra [...] peixe de escama, a gente só estoca mesmo o peixe de escama (Entrevista realizada na Fábrica de Gelo, na cidade de Parintins. Pesquisa de campo. Junho de 2016).

O pescado era conduzido da comunidade até o porto da cidade de Parintins, onde era embarcado nos barcos de recreio com destino ao Estado do Pará. Chico mudou-se para a cidade de Parintins no início da década de 1990, onde instalou em meados da década de 2000 seu próprio frigorífico e fábrica de gelo, com investimento adquirido junto ao Banco da Amazônia-BASA. Com sua ida para a cidade permaneceu

na comunidade São Sebastião uma Casa Flutuante (Figura 29), para a compra do pescado²⁸.

Figura 29: Casa flutuante na Costa do Amazonas.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 2.08.2014.

Destaca-se que na década de 1980 o principal pescado comercializado era o mapará. Os grandes bagres como a dourada e o surubim, além dos peixes de escama como o apapá-amarelo²⁹ não eram capturados nos lanços de pesca para a comercialização. A criação dos lanços de pesca foi influenciada pela pesca dos bagres realizadas com o uso de malhadeiras pelos pescadores “paraenses”. No município de Óbidos de onde vieram os pescadores juntamente com Chico, a pesca dos bagres e do apapá já era realizada com o uso de malhadeiras. A experiência destes com a pesca foi fundamental para influenciar a criação dos lanços de pesca no Médio rio Amazonas. Além disso, até meados da década de 1990 não existia a pesca do apapá

²⁸ A Casa Flutuante, nos últimos anos, não matinha mais ligação direta com o frigorífico, pois era gerenciada de forma independente por um irmão de Chico, que podia comercializar o pescado com qualquer frigorífico. Ainda durante a pesquisa, entre 2014 e 2015, a Casa Flutuante deixou a localidade e instalou-se na Lagoa da Francesa, na cidade de Parintins. Entre 2015 e 2016 observou-se entretanto a presença de um outro comprador, num barco, na Costa do Amazonas, que sucedeu a Casa Flutuante.

²⁹ Ressalte-se que diversas espécies de peixe de escama sempre formam capturadas no ambiente de rio, mesmo antes da criação/limpeza dos lanços de pesca, referimo-nos aos chamados peixes de superfície, cuja captura ocorre sem a necessidade do leito do rio encontra-se “limpo”. A pesca específica do apapá-amarelo não existia até a década de 1990, tanto por não haver um comércio da espécie no Médio rio Amazonas, quanto por não haver redes de pesca próprias para capturá-lo, ou seja, os meios técnicos. Mesmo assim, o apapá sempre foi capturado de forma incidental em redes de pesca de outras espécies de pescado, sendo muito apreciado no consumo alimentar dos camponeses-ribeirinhos que também o chamam de “apapai”, em referência aos diversos filhos dos ribeirinhos “criados” à base da dieta alimentar desse peixe.

pelos camponeses-ribeirinhos para a comercialização, o que foi resolvido com o surgimento do comércio das espécies de apapá com o município de Óbidos.

A fixação do comprador de pescado na Costa do Amazonas reduziu a atuação de barcos compradores (que só compravam) e de barcos mistos (que pescavam e compravam) (BATISTA; ISAAC & VIANA, 2004), oriundos do Estado do Pará, estes barcos quando subiam o rio deixavam o sal para os camponeses-ribeirinhos e, na descida do rio paravam para apanhar o pescado já salgado e seco – prática que ocorria simultaneamente à atuação do patrão/comerciante.

Uma parte do pescado não comercializada na localidade atualmente é vendida na cidade de Parintins, transportada em caixas de isopor (de 100 a 170 litros de capacidade) nos barcos de recreio e/ou em canoas e bajaranas pelos camponeses-ribeirinhos, principalmente o pescado capturado nos lagos pelos moradores da comunidade de Santa Rita por sua maior proximidade com esses ambientes lacustres. Ademais, a produção de pescado proveniente do ambiente de lago, excetuando os surubins, não interessa à casa flutuante, o que permite afirmar que a presença da Casa Flutuante está ligada aos recursos ictiofaunísticos do rio Amazonas e não da APA Nhamundá, ou seja, dos lagos.

Antes da fixação dos compradores de pescado, o patrão/comerciante, na casa de comércio, comprava apenas os grandes bagres (piramutaba, o filhote ou piraíba e a dourada), não comprava o mapará. A pesca da dourada inicialmente era realizada com os apetrechos arpão (fisga), linha e anzol. A pesca da dourada era realizada durante a noite, à luz da lua, quando os peixes subiam à superfície e os camponeses-ribeirinhos os capturavam com a fisga. A piramutaba era capturada em cardumes com os apetrechos tarrafa, linha e anzol. A piraíba era capturada com linha e anzol, porém, dado ao tamanho que esta espécie pode atingir, cerca de 2,5 metros e 150 kg, sua captura ocorria de modo diferente. Sua pesca ocorria durante a arribação.

Entre as espécies de peixes capturadas no rio Amazonas no século XVIII, pode-se observar nos escritos do Padre João Daniel entre 1757-1776, a descrição da pesca e consumo de várias espécies, entre as quais a piraíba:

Depois do peixe-boi, ou peixe-mulher, tem o seu lugar o peixe-piraíba, não só pela sua grandeza, mas muito mais pelo gosto; porque na verdade é um dos mais gostosos do rio Amazonas, posto que [o seu nome] o desminta, que é da língua da terra, e quer dizer peixe mau. Há diversas espécies que só diferem, e se distinguem em serem maiores, ou menores. Os da primeira espécie que são tão grandes, que para a carregarem são necessários dois

pescadores dos mais valentes, que a pau, e corda a levam tremendo, e gemendo; e ainda ela arrastando, e limpando o caminho com a cauda. É uma fartura para qualquer grande comunidade se regalar com uma boa ceia. É peixe de pele; só se pescam especialmente as grandes, com anzol; e é peixe universal em todo o Amazonas, e rios colaterais; mas para baixo, e vizinhanças do Pará ordinariamente são as maiores da primeira espécie... (2004, p. 138).

Os camponeses-ribeirinhos utilizavam linhas de náilon 3 milímetros de espessura, com 40 braças de comprimento (cerca de 60m. Uma braça equivale à envergadura de um homem adulto, aproximadamente 1,5 m). Uma das extremidades da linha ficava presa ao barranco do rio, amarrada a uma estaca, noutra extremidade havia dois anzóis justapostos iscados com curimatã, jaraqui (*Semaprochilodus insignis* e *S. taeniurus*) ou com uma cabeça de piramutaba. O pescador, numa canoa, conduzia a linha e a soltava no interior do rio, um peso (um ferro ou uma pedra) junto aos anzóis servia como poita (Figura 30).

Figura 30: *Arpoeira* (linha de pirarucu) adaptada para a pesca da piraíba.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 3.01.2016.

Esta forma de captura permaneceu aproximadamente até a década de 1970, quando foram introduzidos os espinhéis (o *espinhelão*) na captura dos bagres no Médio rio Amazonas. Com esse novo apetrecho a pesca no rio passou a capturar espécies como os surubins, a dourada e a pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), já que nesse período a piraíba tornou-se escassa. Um dos camponeses-ribeirinhos discorre sobre como ocorria a pesca e a comercialização da piraíba:

A gente amarrava a linha numa vara de pitombarana e levava a canoa pra fora, o suficiente para dar o tamanho da linha... Depois a gente ia ver, a vara de pitombarana tava esbarrando na terra, porque a pitombarana não quebra, ela enrola mas não quebra. Aí ia se reunir tudinho pra puxar ela pra terra. Pesar ninguém pesava pra saber o tamanho, mas era de cem quilos pra lá uma piraíba. E depois que pegava o que ia fazer? Tirava só a carne pra salgar, porque a parte de espinhaço, de osso, ninguém botava sal porque apodrecia. [...] Mas era um saco de sal de vinte quilos uma piraíba. [...] Aí ia botar pra secar aquilo, até que secava, aí trazia pro comércio na “Boca do Boto”. [...] Depois de bem seco dava sessenta, sessenta e poucos quilos uma piraíba. [...] Quando trazia, quando vinha com ela praí, já vinha animado porque sabia que ia levar a bolacha, o bombom. Chega cheirava aquele comércio ali de novidade, era açúcar preto... Tudo tinha mesmo aí no comércio. [...] Ainda pesquei umas na década de 1970, peguei uma lá na “Boca da Matinha”, essa que deu sessenta e poucos quilos seca. [...] Na “boca do furo do São José” era só um canaranal direto, aí meu pai ia pra lá. [...] Embarcavam numa canoa, aí metiam a canoa na canarana. Levavam duas, três linhas lá fora e voltavam pra ficar aguardando na canarana. Pescava de dia e de noite, mais era de dia. Nós era curumim, mas nós ia também. [...] Aquilo era rápido, arrancava a canoa da beira mesmo. Não amarrava a canoa, não tinha como amarrar, uma piraíba tinha muita força. [...] Vinha de lá com uma, duas piraíba. [...] Olha, quando passava ou um cardume de piramutaba, ou de curimatá, ou de jaraqui, elas começavam a buiar, o pessoal tinham medo de andar por fora com medo, elas buiavam igual uma baleia. (M. S. N. 63 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

As transformações que ocorreram na pesca no Médio rio Amazonas por volta da década de 1970 se deram de modo gradual, os camponeses-ribeirinhos adaptavam seus apetrechos de pesca para capturar diferentes espécies, em diferentes ambientes (rio e lago). Foi o que permitiu o uso da arpoeira (apetrecho usado para capturar pirarucu no lago) para capturar a piraíba no rio. O mesmo ocorreu com a malhadeira (rede de emalhar) usada, a princípio, para capturar tambaqui no lago e, depois para capturar a dourada no rio, como exposto a seguir. Posteriormente, essas adaptações iniciais possibilitaram aos camponeses-ribeirinhos a construção de apetrechos (*arreios*) próprios para a captura de cada espécie, além da limpeza coletiva dos lanços de pesca no rio, para a captura dos grandes bagres.

[...] Depois disso [da pesca da piraíba] teve a pesca do “espinhelão”. Nesse meio aí do [furo] do São José era da pesca do espinhelão, enchiam a canoa de peixe. [...] Ainda tem aqui. O espinhelão tem cem braços de comprimento e é soltado de rabeta. De quinze a vinte cabresto, anzol. Agora que parou a pesca do espinhelão. Levavam num rabeta funcionando pra fora [meio do rio]... Um jogava e outro ia funcionando o rabeta. Aí quando ia revistar ele, era filhote, era dourado, era pirarara, vários peixes pega... O filhote era a piraíba, já não tinha mais as grandes. Agora parou mesmo. O que matou o espinhelão foi a pesca do meio do rio, essa pesca de arrastar no meio do rio [...] é o ano todo, é no pico da cheia, não tem tempo pra ela, é direto, aí pronto! Esse peixe liso que encostava [que vinha para a margem do rio], não encosta mais, porque **eles** já pegam lá fora. [...] A rede **deles** lá fora é de mil e quinhentos, dois mil metros. O entralho da malhadeira **deles** é cabo, é corda.

Só que não tem esse negócio de engatar em pau não, aí as vezes **eles** puxam tá faltando dez metros, vinte metros, não sabem nem em que ficou, o peso dela é tão grande que vai levando tudo. No entralho **eles** não colocam chumbo, **eles** colocam prego. O entralho de baixo não pode ser um material muito resistente, porque quando [a rede] engata, a cabeça do prego ajuda a quebrar o entralho. O entralho de cima tem que ser melhor, mas o de baixo não... (M. S. N. 63 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

Os grifos na fala a cima, chamam a atenção para o fato de que, ao se referirem à pesca do meio do rio, os camponeses-ribeirinhos por não se incluírem nessa prática, apenas usam os pronomes na terceira pessoa para designar *aqueles* que a realizam. O embate assinalado ocorre em função da observação dos camponeses-ribeirinhos de que os grandes bagres que outrora eram capturados com o uso do apetrecho à base de anzol, denominado “espinhelão”, agora estão mais escassos. Por pescarem nos lanços de pesca localizados junto à margem, os camponeses-ribeirinhos entendem que algumas espécies de bagres como o filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), a pirarara e outros, poderiam refugiar-se no interior do rio, em locais de maior profundidade onde suas redes não os alcançariam. Para os camponeses-ribeirinhos a pesca extrativa intensa no meio do rio pelos pescadores profissionais (cidadinos ou não) colabora para a redução das espécies por ocorrer em local de “refúgio” das mesmas.

Entende-se que, embora o território reclame para si uma porção da superfície terrestre (o espaço) para se efetivar, de modo algum pode ser confundido com ela, porque que o território está inserido no campo das relações, entre os sujeitos e que o espaço precede o território, ou seja, o território é produzido a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993). Então, se considerar que os territórios podem ser geograficamente delimitados, poder-se-á entender que o território da pesca camponês-ribeirinho está delimitado, rio adentro, no sentido transversal, pelo comprimento/alcance das suas redes de arrasto que não ultrapassam 150m (cento e cinquenta metros).

É preciso considerar que a profundidade do rio interfere diretamente na extensão (largura) do lanço de pesca rio adentro. Quanto maior a profundidade ou quanto mais o talvegue do rio estiver encaixado junto à margem, menor será a extensão do lanço rio adentro. Nesse caso o próprio desenho do leito do rio interfere na demarcação do território da pesca camponês-ribeirinho, ou mesmo nos territórios da pesca dos pescadores profissionais. Como no trecho pesquisado o rio está

encaixado junto à margem esquerda, após cerca de 150m da margem, a parte mais ou menos plana do leito finda e, abruptamente, atinge maiores profundidades de cerca de 50m durante a enchente/cheia do rio, quando as águas estão na borda superior do leito menor (barranco do rio).

Enquanto na área pesquisada, no trecho entre a localidade São João e a Fazenda Santo Agostinho, têm-se sete pequenos lanços de pesca dos camponeses-ribeirinhos, há dois lanços do meio do rio. Neste último caso, os pescadores profissionais lançam suas redes a jusante da boca do igarapé do Boto e colhem-nas na primeira comunidade à jusante, São José do Paraná do Espírito Santo de Cima. O que define a extensão (comprimento) dos lanços no sentido longitudinal, ou seja, o percurso rio abaixo que a rede deve fazer, é o desenho do leito do rio (perfil transversal) – o que também define a largura do lanço – e o comportamento do fluxo dentro do canal que conduz a rede à deriva.

Figura 31: Pescadores profissionais em bajaranas no lanço do meio do rio.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 19.12.2015.

Devido ao tamanho das redes de pesca dos bagres que varia de mil a dois mil metros de comprimento (entre 600 e 1000 braças) e, principalmente, da turbulência das águas do rio Amazonas, a pesca do meio do rio não é realizada em canoa, mas sim, em embarcações tipo bajaranas (Figura 31). Impreterivelmente essa pescaria é realizada por dois ou mais pescadores: enquanto um lança a rede, o outro dirige a embarcação, posteriormente, na retirada da rede, os dois pescadores puxam-na pelos entralhos (corda que protege as partes inferior e superior da rede, na parte superior

prendem-se as boia ou cortiças, na parte inferior inserem-se as *chumbadas*) simultaneamente.

Diferentemente, a pesca realizada pelos camponeses-ribeirinhos, nos lanços de pesca localizados próximos à margem do rio, a rede de arrasto mede cerca de cem a cento e cinquenta metros de comprimento (entre 60 e 100 braças). Neste caso o pescador pode lançar e colher a rede sozinho (Figura 32), o motor rabeta é utilizado apenas para o deslocamento do camponês-ribeirinho de sua casa até os lanços de pesca, esta atividade limita-se à captura de grandes bagres apenas no período da piracema (entre agosto e outubro), enquanto que a “pesca do meio do rio” acontece durante todo o ano. Em ambos os casos as redes possuem as mesmas medidas de malhas, medem cerca de cinco metros de altura, com média de tamanho da malha de dezoito centímetros entre nós opostos.

Figura 32: Camponês-ribeirinho em canoa no lanço junto à margem do rio.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 22.09.2015.

Com o fim das casas de comércio na várzea, a partir da década de 1970, durante aproximadamente uma década e meia, a venda de pescado pelos camponeses-ribeirinhos ainda foi realizada na cidade de Parintins, quando os compradores de pescado estabeleceram-se na Costa do Amazonas, passando a comprar também o mapará.

Ainda pesquei muito com meu pai. Vendemos muito peixe salgado. Era dourado, surubim, filhote... Era vendido para os comerciantes na cidade. O peixe era exportado em fardos pro [Estado do] Pará, até 1980. A partir de 1990 começou a salga do “Chico do Bode” aqui. A pescaria era aqui no rio.

Tinha muito peixe liso, dourado então! Era com malhadeira, mas não era como agora, entalhada por baixo, era malhadeira de bubuia, naquele tempo só era entalhada por cima. Depois já que nós inventemos de entalhar por baixo, ninguém pescava assim arrastando na terra como agora já pescam. Surubim passava aí... ninguém pescava surubim naquele tempo. Era só bubuiando, o dourado comia fora d'água. Era três braças uma boia da outra, com um chicote curto, era mesmo que pescar no lago... (R. O. S. 49 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

A introdução do apetrecho malhadeira (de fios sintéticos) possibilitou a captura e a comercialização de novas espécies de pescado, aumentando a quantidade produzida e criando novas estratégias de captura tanto no ambiente de lago, onde predominava o uso dos apetrechos de fisga, quanto no ambiente de rio.

3.2.2 As territorialidades nas florestas da várzea e nos lagos

Se é verdade que as territorialidades da pesca tendem a ser mais fortes quanto maiores forem os conflitos e quanto mais escasso forem os recursos pesqueiros, pode-se estender a mesma análise anteriormente referida ao ambiente de rio agora à pesca realizada no ambiente de lago. Segundo Pires (2015) em pesquisa realizada nas comunidades São Sebastião do Boto e a vizinha São José do Paraná do Espírito Santo de Cima:

Para os pescadores das duas comunidades, o peixe está cada vez mais difícil, comprovado no aumento do tempo e do esforço de pesca: de um dia para os melhores períodos, (agosto a outubro) entrando pelo canal Ressaca ou Igarapé do Bom Sucesso, se deslocando para os lagos Aningal e Mabari, que são os mais próximos, e de dois a três dias quando a necessidade faz o deslocamento ser ainda maior, indo para os lagos mais interiores, como é o Lago Araçá, o mais distante, no sentido norte da APA. Essa prática é mais frequente dos que têm na pesca, o valor primeiro das atividades econômicas, empregando nessa atividade todo seu esforço, ou por não ter outra atividade produtiva, ou por vender sua força de trabalho aos comerciantes da pesca... (p. 114).

Posteriormente à restinga alta, na direção setentrional, tem-se uma faixa de terra de várzea altimetricamente mais baixa, que compõe parte das propriedades/posses dos camponeses-ribeirinhos, mas que nem sempre é cercada em função desta passar grande parte do ano inundada, tendo a forma de uso comum durante o período das águas altas. Nessa faixa encontra-se a floresta de várzea

também utilizada para extração de madeira, para a caça³⁰ e para a pesca, esta última disponível apenas no período em que as terras estão inundadas tornando o acesso “livre”.

[...] Por ser uma área mais baixa do que o topo da restinga, elas estão relativamente preservadas, pois os camponeses-ribeirinhos não têm utilizado essas florestas de igapó para a instalação de seus cultivos e pastos. Na verdade, eles reconhecem a importância dessas áreas de floresta para sua manutenção, principalmente durante o período de enchente/cheia, quando esse ambiente é frequentado por inúmeras espécies de peixes, muitos dos quais se alimentam das flores, frutas e sementes que caem na água (CRUZ, 2007, p. 245).

Contíguas às áreas mais baixas da restinga, o igapó, encontram-se as formações lacustres do Complexo Macuricanã. As terras que margeiam os lagos deste Complexo, dependendo da subida do nível das águas, passam cerca de sete meses submersas entre janeiro a agosto, aflorando apenas por cerca de cinco meses no restante do ano. A pesca e a caça são realizadas por meio do uso comum da terra pelas famílias das comunidades, enquanto o pastoreio acontece entre os diversos proprietários individuais (incluindo não camponeses).

Cabe destacar que nos trabalhos consultados como Sternberg (1998) e Cruz (2007), as relações descritas pelos autores sobre o uso das pastagens naturais que margeiam os lagos ocorrem apenas *entre* e *por* camponeses, ao contrário do observado no Médio rio Amazonas durante a pesquisa. Observou-se o uso comum desses espaços tanto por moradores locais, camponeses-ribeirinhos, quanto por cidadãos, não camponeses (empresários capitalistas, funcionários públicos, etc.) que investem na pecuária e que possuem propriedades/posses de terras (por herança ou adquiridas) para uso das pastagens, não residindo no local. Outra questão importante diz respeito à questão fundiária dessas áreas que, embora não sejam aceitas pelo Estado são tidas como propriedades privadas pelos criadores inclusive com a existência de comércio das mesmas. Há quem seja proprietário, por exemplo, de terrenos localizados completamente nas margens dos lagos, sem a contiguidade dessas porções de terras (propriedade/posse) com as restingas das margens dos rios, etc.

³⁰ Entre os principais animais caçados próximos aos lagos estão o pato-do-mato (*Cairina Moschata*), a capivara (*Hidrochaeris capivara*), o tracajá (*Podocnemis unifilis*) para consumo alimentar e/ou comercialização.

A respeito das pastagens coletivas e das terras de uso comum Campos (2000), destaca que a complexidade inerente ao quadro natural influenciou no aproveitamento das áreas onde houve o uso comum da terra e demais bens naturais. Isso justifica o uso comum de terras e recursos naturais, por exemplo, onde as terras geralmente são menos férteis e portanto pouco valorizadas no mercado impedindo a propriedade privada da terra, nas regiões montanhosas e/ou de florestas fechadas de difícil acesso, pantanosas, arenosas, de vegetação pobre, etc.

No caso em destaque, o retiro onde se apascenta o gado para a engorda no Médio rio Amazonas, localiza-se na maioria dos casos distante e sem conexão (do ponto vista da propriedade/posse da terra) com o terreno existente na restinga alta da várzea onde se estabelecem os cultivos e a casa de moradia dos camponeses-ribeirinhos. No retiro ocorre a propriedade privada da terra apesar das mesmas: a) passarem a maior parte do ano submersas; b) em sua maior extensão não recebam cercamento; c) não possuem uso para a agricultura. Os fatores de maior influência para a ocorrência da propriedade privada neste caso são a piscosidade dos lagos e a fertilidade das terras onde surge a pastagem natural. Porém, mesmo havendo a propriedade privada da terra esta é utilizada de forma comum entre os diferentes proprietários, sendo que esta forma de uso é imemorial, ou seja, os camponeses-ribeirinhos destacam que sempre foi assim, desde o tempo de seus avós.

Cabe citar o caso da localidade denominada “Matipucu” que abriga diversos locais de pesca, sendo muito utilizada também pelos criadores de gado. Esta localidade estava inserida entre as diversas propriedades de Antonio Rufino Teixeira, no início do século XX, como destacado no primeiro capítulo da dissertação. Atualmente, estas terras do Matipucu possuem diversos donos que as usam sobretudo para a criação de gado.

Todo ano nós botava o gado tarde, porque nós não tinha terreno lá [no retiro]. Nós botava no terreno do meu tio, mas nós só podia botar o nosso gado depois que ele botasse o dele. Agora não, agora nós compramos um pedacinho lá (A. S. S. Camponês-ribeirinho. 34 anos. Pesquisa de campo. Agosto de 2014).

Na fala acima, onde o camponês-ribeirinho diz ter comprado “um pedacinho” indica que, embora seja preciso ter a propriedade/posse da terra nas margens dos lagos para usufruir da pastagem comum, esta não precisa ser em grande quantidade, uma grande gleba de terra, pois os animais pastam livremente extrapolando os limites

da propriedade/posse de seus donos. Os animais de vários donos pastam à solta, misturados, sendo distinguidos pelas marcações dos donos (ferro). Cada dono fica responsável pelo trato do seu rebanho. Os diversos pequenos cursos d'água e as florestas densas do entorno formam as principais barreiras geográficas para impedir a fuga dos animais. Na subida das águas, cada criador retira seus animais conduzindo-os para a restinga alta da várzea ou para a terra firme.

As relações com esse tipo ambiente e as formas de uso pelos camponeses-ribeirinhos foram citadas em trabalhos anteriores como Sternberg (1998) no Careiro da Várzea-AM e por Cruz (2007) em Manacapuru-AM:

Essas áreas de “cacais” ou “queimadas” são de uso comum, não ocorrendo portanto, apropriação e uso individual/familiar por meio de cercas. Os camponeses-ribeirinhos começam a utilizar essas pastagens naturais na descida das águas, logo que as primeiras terras começam a aparecer, geralmente em agosto e setembro, haja vista que essas áreas são mais baixas, em média 1,5 m, sendo as primeiras a serem alagadas e as últimas a aparecerem. Os diferentes rebanhos de diferentes donos são levados para apascentar nessas áreas... (CRUZ, 2007, p. 138, grifos no original).

Às margens dos lagos a ocorrência de gramíneas como o arroz-do-mato, o bico-de-pato e o capim navalha, formam uma pastagem natural a qual permite sobretudo a engorda dos animais. Primeiro utiliza-se o pasto natural da restinga alta, logo que o gado retorna da terra firme entre agosto e setembro, depois se aproveita o pasto natural dos retiros para a engorda.

A propriedade privada da terra, por criadores de gado, também tem se projetado sobre a água, ou melhor, os lagos. Apropriados de forma privada, os lagos são motivos de conflitos entre criadores e pescadores. Essas terras não recebem o cercamento, mas como se localizam no fundo das propriedades/posse dos criadores de gado, dos camponeses-ribeirinhos (e dos não camponeses), estes a consideram como suas, por imprecisão dos limites territoriais dos terrenos e/ou simplesmente pelo fato dos lagos (além dos poços, baixas, furos etc., que também são locais de pesca) estarem encravados dentro de áreas de propriedade privada, os próprios lagos entram nessa mesma lógica e, não raro, também têm “donos”, como discutido por McGrath & Gama (2005), o que gera inúmeros conflitos, sobretudo em relação à pesca.

No período das águas baixas, quando o acesso a tais lagos dá-se exclusivamente por via terrestre, a captura de pescado ocorre mediante o consentimento dos criadores de gado “donos” dos lagos ou de seus vaqueiros.

O vaqueiro é um camponês-ribeirinho, morador local ou não, que se estabelece com sua família nas casas de moradias das fazendas ou no barracão do vaqueiro ao lado destas. São camponeses, que por meio do trabalho acessório cuidam do gado. O vaqueiro também pode, simultaneamente, receber o salário e ter uma sociedade pecuária com o empregador, ou ainda, ter apenas a sociedade pecuária com um criador (camponês ou não), sem receber salário para cuidar do gado. Neste último caso seria mais prudente tratá-lo como um parceiro, pois seu maior objetivo não é atuar unicamente como um vendedor de força de trabalho, mas dispor de determinado número de reses ao final do contrato.

O vaqueiro atua como um representante (uma espécie de capataz) do dono da terra em sua ausência e, por isso, às vezes é preciso pedir-lhes permissão para pescar em certos lagos localizados dentro ou aos fundos da propriedade/posse do seu empregador. A participação (direta ou indireta) dos vaqueiros nessas pescarias é fundamental não só pelo consentimento para o acesso ao lago, mas principalmente, pelo cavalo que ele muitas vezes cede para o transporte do pescado capturado, como identificado por Pires (2015). Neste caso, o vaqueiro atua como parceiro na divisão da renda das pescarias, noutros casos, dá-se apenas um agrado ao vaqueiro, como uma pequena cesta básica (o rancho, na denominação local).

As espécies mais procuradas no ambiente de lago, são o tambaqui (*Colossoma macropomum*); a pirapitinga (*Brycon microlepis*); o tucunaré (*Cichla* spp.); o pacú (*Piaractus mesopotamicus*); o pirarucu (*Arapaima gigas*), embora em proibição permanente; o bodó (*Liposarcus pardalis*); o cuiú-cuiu (*Oxydoras niger*); o caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*); o surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*); as branquinhas (*Curimata* sp.); a curimatã (*Prochilodus nigricans*); a aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), ente outros.

Durante a enchente/cheia, a captura do pescado é realizada utilizando apetrechos (arreios) como malhadeira, espinhel (Figura 33), caniço, arco e flecha, zagaia (tridente) e arpão (apetrecho de fisga).

Figura 33: Uso do espinhel para a captura do tambaqui e da pirapitinga.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 2.07.2015.

Considerando que a atividade extrativa da pesca é diferenciada ao longo do ano, quando se muda também o ambiente de pesca (rio ou lago), não somente as espécies capturadas, mas as próprias estratégias de captura também mudam, estas por sua vez implicam o uso de diferentes apetrechos (arreios) adaptados em função da dieta alimentar dos peixes capturados (tabela 6).

TABELA 6: APETRECHOS UTILIZADOS PELOS CAMPONESES-RIBEIRINHOS NA CAPTURA DO PESCADO CONSIDERANDO A DIETA ALIMENTAR DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES

Dieta	Espécies	Apetrechos (arreios)	
		Anzol	Emalhe
Carnívoros	Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>); aruanã (<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>); tucunarés (<i>Cichla</i> spp.); acarás (<i>Astronotus</i> sp.); surubins (<i>Pseudoplatystoma</i> sp.); piramutaba (<i>Brachyplatystoma vailantii</i>); dourada (<i>Brachyplatystoma flavicans</i>)	X	X
Frugívoros	Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>); pirapitinga (<i>Piaractus</i> sp.); pacus (<i>Myleus</i> sp.); sardinha (<i>Triportheus</i> sp.)	X	X
Omnívoros	Aracus (<i>Schizodum</i> sp.); matrinhã (<i>Bricon</i> spp.)	X	X
Planctófagos	Maparás (<i>Hipopthalmus</i> spp.)		X
Detritívoros	Branquinhas (<i>Curimata</i> sp.); curimatã (<i>Prochilodus nigricans</i>)		X
	Jaraquis (<i>Semaprochilodus</i> spp.)	X	X

Organizador: Nascimento, 2016. Adaptado de Barthem & Fabré (2004), com base no trabalho de campo, 2014-2015.

No caso da pesca realizada durante a enchente/cheia com apetrechos como espinhel e/ou caniço utilizam-se como iscas frutos silvestres encontrados no próprio ambiente de várzea (Figura 34).

Figura 34: Plantas silvestres consumidas pelos peixes e utilizadas como isca.



Fotos: Nascimento. Trabalho de campo, 2014-2016.
Organizador: Nascimento, 2016.

Como destaca Pires (2015), os conhecimentos sobre *etnobotânica* e *etinobiologia* são cruciais para a realização da pesca artesanal nos lagos da APA Nhamundá. A pesca nestes locais é realizada considerando o comportamento das espécies vegetais e animais. Por meio do conhecimento dos ribeirinhos é possível identificar os melhores pontos de pesca nos lagos durante o período das águas altas,

por meio da presença ou não das espécies vegetais que servem de alimento para os peixes³¹.

Com a subida das águas, as terras próximas aos lagos são inundadas e abrigam as espécies de pescado que se deslocam (migram) do interior dos lagos para se alimentar. Cruz (2007) e Brito (2010) em pesquisas realizadas sobre a pesca em Manacapuru-AM, fazem referência à pesca realizada no interior das matas de igapó, porém não fazem uso do termo “estrada” – termo local utilizado pelos camponeses-ribeirinhos em Parintins. Brito (2010) generaliza os espaços de pesca tratando-os todos como “lanços”, havendo dois tipos de lanços entre os pescadores de Manacapuru: o lanço praticado em ambientes abertos (no interior do lago) e o lanço em ambientes fechados (no interior das florestas alagadas de igapó).

O lanço é uma prática de pesca relativamente individual e não altera muito o ambiente. Cada lanço representa um ponto de pesca. Esse local geralmente é preparado no período da seca, ocorrendo a limpeza do terreno do lanço, retirando troncos de algumas árvores e galhos retorcidos, galhos emersos no período da seca, denominados localmente como “cacaiais”. O lanço se caracteriza por um corredor ou caminho de terra, cuja largura é suficiente para o deslocamento de uma canoa. A garantia desse espaço e não mais que isso, é importante, pois caso o tamanho exceda o “peixe estranha”. O comprimento deve garantir as possibilidades de distender diversos tamanhos de malhadeiras ou tramalhas para exercer as pescarias (BRITO, 2010, p. 114, grifos no original).

Diferentemente dos lanços utilizados de forma coletiva pelos camponeses-ribeirinhos no ambiente de rio, as estradas apresentam apropriação individual/familiar, sendo espaços de uso exclusivo das famílias que as constroem. Em comparação ao trabalho de Brito (2010), pode-se dizer que a estrada realizada pelos camponeses-ribeirinhos em Parintins-AM (Figura 35) é a mesma prática de lanço de floresta inundada existente em Manacapuru. O uso comum da floresta de igapó para a exploração dos recursos haliêuticos com apropriação de forma individual/familiar também foi observado e descrito na várzea de Manacapuru por Cruz (2007).

³¹ Cada espécie de peixe alimenta-se de uma ou várias espécies vegetais o que aumenta as possibilidades de captura. Os pescadores observam o comportamento dos peixes para identificar as espécies presentes num determinado local. Os ribeirinhos identificam as espécies de pescado em seus movimentos de subida à superfície para respirar “na hora da boiada”, no barulho que fazem quando se alimentam (som das mandíbulas no caso pirarucu), nas frutas que flutuam n’água após serem mordidas pelos peixes, etc.

Figura 35: Limpeza da estrada realizada durante a vazante/seca.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 4.12.2015.

A tabela 7 relaciona tipos de rede de emalhe/forma de uso/ambiente de pesca/territorialidade. Partiu-se das descrições dos tipos de redes de pesca utilizadas na Amazônia realizadas por Batista; Isaac; Viana (2004) às quais foram acrescentadas novas informações levantadas em pesquisa de campo. Como as descrições dos referidos autores não contemplam a abordagem aqui realizada sobre as *territorialidades da pesca*, adaptou-se os diversos tipos de redes de emalhe em função da **forma** e dos **locais de uso** pelos camponeses-ribeirinhos. A *miqueira* por exemplo pode ser *rede de espera* no lago e, no rio, ser tanto *rede de espera*, quanto *bubuia*. Essa adaptação mostrou-se necessária a partir da observação de que um mesmo tipo de rede de emalhar era utilizado nos dois ambientes (rio e lago), porém com diferenças na forma de uso, espécies capturadas, etc.

TABELA 7: TIPOS DE REDES DE EMALHE E SUAS TERRITORIALIDADES

Nome do aparelho	Forma de uso e Ambiente de pesca	Territorialidade
<p>Malhadeira: redes multifilamentos retangulares construídas em náilon com comprimento, altura e tamanho da malha variado, com ou sem chumbo na parte inferior.</p>	<p>Rede de espera (Rio e Lago): Enquanto rede de espera, a malhadeira pode ser usada principalmente na captura de peixes de escama como o tambaqui, e de couro/liso como surubim no ambiente de lago, neste caso o uso de chumbo na parte inferior da rede é opcional, já no rio é obrigatório. Quando utilizada no rio, objetiva a captura de peixe de couro/liso como surubim, dourada, piramutaba, etc. No lago usa-se a rede com as duas extremidades fixas. No rio, uma das extremidades fica presa ao barranco, enquanto a outra fica no fundo do rio presa a uma poita.</p>	<p>Se a pesca for realizada durante o período das águas baixas, no interior do lago a rede poderá ser armada em qualquer lugar onde tenha disponibilidade de espaço, ou seja, onde ainda não tenha outra rede. Caso a pesca ocorra, no período das águas altas, nas proximidades do lago, onde estão localizadas as matas de igapó, além da vegetação herbácea e arbustiva, é necessário cada camponês-ribeirinho ter uma “<i>estrada</i>”, uma espécie de caminho entre a vegetação para se armar a rede. Caso a rede de espera seja armada no rio, ela deve ficar no “porto” do camponês-ribeirinho, em cuja porção d’água se projeta uma noção de pertencimento, ou em áreas de remansos do rio, onde não tenha lanços de pesca com uso de arrastadeira.</p>
	<p>Bubuia (Rio): Enquanto Bubuia é usada nos rios, na captura do peixe de couro/liso principalmente a dourada. O uso de chumbo na parte inferior da rede é obrigatório. A rede é utilizada em meia água. Numa extremidade põe-se uma boia, a outra fica presa numa canoa à deriva no leito do rio.</p>	<p>A Bubuia baseia-se na forma de uso comum dos espaços d’água (do rio), implica numa territorialidade que, possa, sobretudo, permitir/regular o acesso dos camponeses-ribeirinhos a uma área determinada, por meio do “sistema de espera da vez”, e possa restringir ou limitar o acesso de “outros”: camponeses-ribeirinhos ou não.</p>
<p>Miqueira: redes retangulares em linha mica. Com chumbo na parte inferior. Objetiva a captura de peixes de superfície.</p>	<p>Rede de espera (Rio e Lago): Utilizada em locais com ou sem correnteza, principalmente na captura de peixes de escamas como jaraqui, pacu, aracu, etc., ou de couro/liso como o mapará. Em remansos prende-se apenas uma das extremidades da rede ao barranco enquanto a outra fica solta no leito do rio, ou pode-se prender as duas extremidades em estacas.</p>	<p>Embora sofra restrições nos lagos pelo “Acordo de Pesca” (IN nº 113), a miqueira é utilizada pelos camponeses-ribeirinhos. No lago, não raro, possui as mesmas territorialidades das malhadeiras descritas a cima, pois o uso da miqueira pode ser combinado ao da malhadeira. No rio, a miqueira enquanto rede de espera, também implica as mesmas territorialidades descritas a cima no uso das malhadeiras.</p>
	<p>Bubuia (Rio): Além de capturar os mesmos peixes do lago, no rio, seu uso é principalmente destinado à captura do apapá, matrinxã, curimatã, etc. A rede é utilizada em superfície.</p>	<p>Também se baseia na forma de uso comum dos espaços d’água (do rio), e obedece ao “sistema de espera da vez”.</p>
<p>Rede de arrasto: redes em náilon multifilamento, objetiva a captura dos peixes de fundo.</p>	<p>Arrastadeira (Rio): Utilizada em trechos do rio onde a correnteza é forte o suficiente para arrastar a rede junto ao leito do rio. Objetiva principalmente a captura de bagres como surubim, caparari, piramutaba, etc. A rede é utilizada fazendo uma “varredura” no fundo do rio.</p>	<p>Obedece às mesmas regras e estratégias da Bubuia, citada acima. Porém, como o uso desses espaços é comum, a limpeza dos locais de pesca diferencia-se substancialmente da forma como é realizada nos lagos, pois como “todos” os camponeses-ribeirinhos utilizam os lanços de pesca (no rio), logo, “todos” estão incumbidos de limpar o leito do rio, a limpeza pode ser realizada individual ou coletivamente, por meio de mutirão.</p>

Organizador: Nascimento, 2016. Baseado no levantamento de campo e em Batista; Isaac; Viana (2004).

3.3 Os camponeses-ribeirinhos e o gado de metade na sociedade pecuária

O município de Parintins possui atualmente o terceiro maior rebanho bovino do estado do Amazonas com 124.151 cabeças, atrás de Apuí com 145.00 e Lábrea com 339.482 cabeças, respectivamente, segundo e primeiro maior rebanho bovino do estado (IBGE, 2014). A pecuária de Parintins possui diversos aspectos históricos importantes que remontam o início do século XX como o caráter da criação extensiva, o uso das pastagens de várzea e terra firme, a sociedade pecuária, a participação da produção familiar, etc.

A pecuária extensiva que se mantém no município caracteriza-se pelo uso tanto das várzeas, quanto da terra firme, com acentuada participação dos camponeses-ribeirinhos, o que a difere da pecuária praticada nas áreas de fronteira da Amazônia brasileira. Segundo Castro (2012), no Estado do Pará esse “padrão” de criação de várzea está sendo substituído pela pecuária de terra firme, influenciado, sobretudo pela abertura da fronteira econômica; pelo desmatamento provocado por madeiras e pelas políticas que favoreceram o financiamento público que ajudam a manter a produção pecuária no referido Estado entre as principais *commodities*, ao lado da soja e da exploração mineral.

A pecuária no Estado do Pará foi tradicionalmente praticada nas terras baixas da ilha do Marajó e do baixo Amazonas, conhecida como pecuária de várzea, padrão que foi, de longe, ultrapassado pela pecuária de terra firme e nas áreas de fronteira, no corredor das estradas abertas pela colonização e pelas madeiras... (CASTRO, 2012, p. 57).

No caso do Médio rio Amazonas, prevalece ainda o sistema de criação terra firme/várzea, com a transumância dos animais para a terra firme durante a enchente/cheia e seu retorno com a vazante/seca. Embora a pecuária tenha avançado sobre a floresta de terra firme após as grandes enchentes/cheias do século passado (décadas de 1920, 1950, 1960, 1970) ela não abandonou as pastagens naturais da várzea. Outra questão importante é a vulnerabilidade e a insegurança que a dependência dos recursos naturais (as pastagens) representa à criação de gado na pecuária extensiva, sobretudo na várzea em anos de enchentes/cheias prolongadas. Diante disso tem sido mais racional para os grandes criadores (empresários capitalistas, etc.) que investem na pecuária, deixar parte da produção do gado por

conta dos camponeses-ribeirinhos, transferindo a eles os custos e os riscos da produção por meio da sociedade pecuária.

As explicações que se seguem sobre a sociedade pecuária referentes aos termos capital, capitalista, socialista e lucro não guardam qualquer relação com suas acepções acadêmicas. Capital ou casco são termos regionalmente empregados para designar o gado dum proprietário (o capitalista ou sócio capitalista) o qual se concede à outrem em sociedade, devendo ser devolvido a seu dono no fim do contrato. O capital é concedido ao sócio (o socialista ou sócio tratador) que irá criar e cuidar dos animais.

A sociedade pecuária no município de Parintins é praticada desde o início do século XX, quando predominavam ainda as criações do tipo familiar camponesa. Ao final do referido século, já se encontravam utilizando as terras de várzea, além dos camponeses, grandes criadores de gado ligados não somente à pecuária, ou seja, existem diversos grandes criadores empresários capitalistas de diferentes setores da economia.

Apesar das mudanças ocorridas, a sociedade pecuária manteve-se, tendo sofrido apenas algumas mudanças segundo os camponeses-ribeirinhos. Sobre a sociedade pecuária um camponês-ribeirinho explica:

A sociedade é muito antiga... Digamos, se eu for dá uma sociedade para uma pessoa, vamos dizer, trinta reses: quinze vacas, dez novilhas... cinco vitela. Aí [equivale a] um capital de trinta reses fêmea. Aí eu faço um documento do dia que eu entreguei, do ano que eu entreguei, desse gado, dessas trinta reses... O que aumentar desse gado é nosso lucro. Vamos dizer que seja um contrato de três anos, depois pode prorrogar isso. Aí o que aumentar nesses três anos das trinta reses, se for pra cinquenta, aí tem vinte de lucro, aí dez é tua e dez é minha. Eu entro com o capital em gado e você vai entrar com o tratamento e campo... Aí se for um contrato indeterminado não tem prazo pra você me entregar e eu receber. Agora, se for um prazo de três anos você me retorna [o "capital"] ou refaz [o "contrato"]. Anualmente se faz o controle, a ferra. Agora se tiver algum macho, algum mamote, pode retirar. Os machos vai se vendendo. E assim vai embora! Quanto mais for bem tratado o gado, [quanto] mais num mexer muito nas fêmeas [não vender], mais o gado aumenta mais rápido. Foi assim que eu comecei... (E. S. T. 72 anos. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

Aos frutos do contrato, ou seja, as reses produzidas pelo capital, dá-se o nome de lucro. O proprietário cede o gado, enquanto ao tratador compete cuidar e criar, cabendo a este último a responsabilidade pelas despesas totais geradas pelos animais. Ao fim do contrato a divisão do lucro é igualitária, de 50% para ambos. Embora os camponeses-ribeirinhos reconheçam que se ambos, proprietário e sócio,

dividissem também as despesas a sociedade pecuária poderia ser mais vantajosa para ambos, na prática isso não ocorre.

Em relação aos contratos, adverte-se que nem sempre se produz um contrato formal com registro em cartório, sendo muito comum encontrar nas anotações dos camponeses-ribeirinhos apenas uma nota do gado (lista redigida a punho) que discrimina os animais em números e espécimes, mesmo nos casos em que envolvem empresários capitalistas e camponeses não se observou a existência de contratos formais.

Pode fazer assim: “recebi do fulano de tal tantas reses. Tantas vacas, tantas novilhas, tantas vitelas”. Aí faz: “por ser verdade passo...” Vai mais ou menos no verso. Aí a pessoa assina. Vai depender de vocês dois [registrar em cartório], geralmente, não... Alguns fazem no cartório e até que é o certo. Prepara e pode carimbar lá [no cartório]. Mas, se não, fica no caderno. Eu não tenho, só tenho aqui [no caderno]. (E. S. T. 72 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

A sociedade pecuária entendida enquanto uma forma de parceria, interessa antes ao proprietário de modo geral que, ao ceder o gado ao sócio, abstém-se dos possíveis custos decorrentes da criação. A ele, teoricamente, está assegurado ao fim do contrato não somente seu capital, como também o lucro dele decorrente. Quando se trata de um camponês-ribeirinho sem pastagens de várzea e/ou terra firme, dispor seus animais a um sócio possibilita-o ser criador mesmo sem dispor das condições objetivas para tal.

Alguns camponeses-ribeirinhos criadores foram identificados nas comunidades pesquisadas criando e cuidando não apenas os animais de seus vizinhos em sociedade pecuária, mas também os animais de empresários capitalistas. Quando os camponeses-ribeirinhos recorrem aos empresários capitalistas geralmente o fazem para tomar em sociedade certo número de animais que dificilmente um outro camponês-ribeirinho lhe disporia, ou que ele próprio não teria como comprar, entre vinte a cinquenta animais de única vez, aproximadamente.

Na condição de sócio o camponês-ribeirinho tem por motivação maior aumentar seu rebanho ao fim dos contratos. Não há rigidez entre os contratos, sendo possível encontrar casos em que as relações entre os camponeses-ribeirinhos ultrapassam os limites meramente econômicos, quando por exemplo, camponeses-ribeirinhos tornam-se sócios motivados por suas relações de parentesco, vizinhança ou compadrio, uma forma de ajudar um vizinho a criar seus animais.

Como adverte Teixeira (2007), há casos em que uma pessoa torna-se proprietária de gado mesmo sem dispor de terras para pastagens. Um camponês-ribeirinho em cuja terra a exploração restringe-se apenas à agricultura e à criação de animais de médio e pequeno porte, ao comprar um ou mais animais de grande porte (bovinos, bubalinos e equinos) os concede em sociedade a outros camponeses-ribeirinhos que criam e dispõem de áreas de pastagens. Neste caso a sociedade interessa a ambos à medida que permite ser proprietário de gado mesmo sem dispor de terras com pastagens e, do outro lado, permite aos já criadores aumentarem seus rebanhos.

Ao contrário, quando a sociedade pecuária ocorre entre camponeses-ribeirinhos e empresários capitalistas, as motivações econômicas ficam mais evidentes. Interessante neste caso é destacar os objetivos que os unem em torno da sociedade pecuária. Enquanto os animais estão em posse da empresa capitalista os custos de produção são de sua responsabilidade. Quando os animais da empresa capitalista estão em sociedade, os custos totais de produção passam a ser dos sócios: dos camponeses-ribeirinhos. Neste último caso, a produção é dividida igualmente.

A administração das fazendas dos empresários capitalistas está sediada na cidade de Parintins. Pelo escritório das empresas passam todas as decisões do empreendimento, como admissão de vaqueiros, compra e venda de animais, etc. É no escritório também que se realizam os contratos de sociedade pecuária com os camponeses-ribeirinhos. Os empresários são tanto donos de gado quanto proprietários de terra (várzea e terra firme), enquanto que os camponeses-ribeirinhos muitas vezes possuem apenas a terra/pastagem e querem se tornar criadores e por isso recorrem à sociedade pecuária. Noutros casos os camponeses-ribeirinhos já possuem um pequeno rebanho de dez a trinta reses, aproximadamente, e querem aumentar sua criação.

Quando eu quero entrar no ramo e não tenho condição de comprar vinte reses, aí é vantajoso a sociedade. Se vinte reses produzir por ano dez reses, cinco é meu e cinco é teu. No fim do contrato de quatro ou cinco anos, quantas reses eu vou ter? (M. M. S. 73 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

As empresas concedem as reses em sociedade nas quantidades que os camponeses-ribeirinhos julgam-se capazes de criar e cuidar. Para tanto, os

empresários procedem a uma consulta breve acerca da capacidade de criação (ter campos de várzea e terra firme) e da idoneidade dos camponeses-ribeirinhos interessados. A consulta é realizada entre os próprios camponeses-ribeirinhos, sendo que uma indicação de seus próprios vizinhos criadores, por vezes basta para que se ateste sua capacidade.

Ao fim do contrato divide-se em partes iguais o lucro, enquanto o capital precisa retornar integralmente à empresa que o passará novamente a outro camponês-ribeirinho. Mas, nem sempre se tem o lucro esperado ao final do contrato, às vezes em situações de perdas naturais e/ou descuido dos camponeses-ribeirinhos sequer se consegue devolver o capital ao seu dono em mesmo número e espécimes.

Toda rês que morria eu anotava o dia, o local e o horário pra prestar conta com os homens. Como a maior parte dos contratos é por meio da amizade, se o dono do “capital” vai me cobrar, ou não, as reses perdidas, vai depender da consciência dele. Se o contrato for por cartório, ele vai pra justiça e eu sou obrigado a pagar. Se eu tiver como pagar, eu pago, se não, a dívida fica, até eu ou ele morrer. (M. M. S. 73 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015).

Não há distinção nas regras que regem a sociedade pecuária. Ou seja, o que se aplica aos contratos com as empresas capitalistas também se aplica aos contratos entre camponeses-ribeirinhos.

3.4 A produção agrícola: os cultivos de verão e de inverno

Considera-se cultivo de verão as plantas cultivadas entre os meses de agosto a novembro, regionalmente conhecidos como verão amazônico, período de menor precipitação, que equivale à vazante/seca do rio, e os cultivos de inverno as espécies cultivadas entre dezembro a julho, período de maior precipitação, marcado também pela enchente/cheia do rio. Essa distinção é importante para se compreender como se dividem as atividades camponesas ao longo do ano agrícola, em função das peculiaridades ambientais da várzea, porém, não marca uma divisão precisa entre as espécies cultivadas entre os dois períodos do ano, já que algumas espécies podem ser cultivadas durante todo o ano (tabela 8).

TABELA 8: PRINCIPAIS ESPÉCIES CULTIVADAS NA VÁRZEA, FORMAS DE CULTIVO E DESTINO DA PRODUÇÃO

Culturas	Período e local de cultivo		Destino da produção	
	Direto no solo	Em canteiro suspenso	Consumo	Venda
Melancia	Ago/Nov	Ausente	X	X
Melão	Ago/Nov	Ausente	X	X
Jerimum	Ago/Dez	Ausente	X	X
Maxixe	Ago/Set	Jan/Jul	X	X
Macaxeira	Ago/Abr	Ausente	X	X
Maracujá	Ago/Abr	Ausente	X	X
Tomate	Ago/Fev	Mar/Jul	X	X
Banana	Ago/Abr	Ausente	X	X
Feijão	Ago/Set	Ausente	X	X
Cebolinha	Ago/Dez	Jan/Jul	X	X
Coentro	Ago/Dez	Jan/Jul	X	X
Chicória	Ago/Dez	Jan/Jul	X	X
Quiabo	Ago/Dez	Ausente	X	X
Pimenta de Cheiro	Ago/Dez	Ausente	X	X
Pimenta Murupi	Ago/Dez	Jan/Jul	X	X
Milho	Dez/Mar	Ausente	X	X
	100%	37,5%	100%	100%

Organizador: Nascimento, 2015. Pesquisa de campo 2014-2015.

De acordo com a tabela 8, pode-se observar que todas as dezesseis espécies indicadas pelos camponeses-ribeirinhos, ou seja, 100%, podem ser cultivadas diretamente no solo. Desse total, seis, equivalente a 37,5%, podem ser cultivadas também em canteiro suspenso, sobretudo para assegurar o cultivo dessas espécies durante o inverno e/ou para proteger as plantas ao longo da enchente/cheia do rio Amazonas, assegurando o consumo interno e a renda familiar. Outra característica importante das unidades familiares é que 100% das espécies cultivadas visam tanto o consumo, quanto a comercialização, sendo um indicador de que as famílias comercializam a produção excedente e não trabalham com espécies exclusivamente exigidas/determinadas pelo mercado.

Economicamente as culturas de verão são mais representativas que as culturas de inverno. A comercialização da produção excedente das culturas de verão como o melão caipira e a melancia, em função da quantidade produzida e dos seus preços pagos pelo mercado, possibilitam aos camponeses-ribeirinhos maiores rendimentos, podendo até a família guardar parte da renda para uso posterior, seja em forma de dinheiro ou em mercadoria (*rancho*, etc.). Também é quando a família dispende de certo capital decide construir ou reparar suas casas tipo palafitas ou adquirir bens como canoa, máquinas (motor rabeta, motor bomba, etc.) malhadeiras, entre outros.

Ao contrário, as culturas de inverno, embora ocorram em maior variedade que as de verão, são comercializadas em menor quantidade e a menores preços. Neste

caso, para os camponeses-ribeirinhos o resultado da comercialização do excedente das culturas de inverno entra no consumo imediato das famílias, sobretudo dos alimentos não produzidos por elas, não permitindo, como no caso anterior, guardar para uso posterior ou realizar outros investimentos. Por essas características assinaladas é que os camponeses-ribeirinhos têm empreendido maiores esforços no cultivo das plantas de verão.

Como a presente pesquisa analisa as transformações ocorridas, é preciso destacar como a economia camponesa outrora baseada na economia extrativa e na jiticultura, todos produtos de exportação, passou a produzir alimentos sobretudo para o comércio local e regional. No primeiro capítulo destacou-se que, mesmo durante o período da economia extrativa e da jiticultura, os camponeses-ribeirinhos sempre praticaram a agricultura de subsistência (no caso da melancia, do milho, da macaxeira, etc.) ou mesmo de exportação no caso do tabaco e do cacau.

O tabaco e o cacau desapareceram dos cultivos dos camponeses-ribeirinhos e, no caso da melancia, sucessivas adaptações foram realizadas. A espécie de melancia que se cultivava anteriormente não é a mesma que se cultiva hoje. Sua substituição foi necessária, sobretudo por exigência do mercado. As primeiras sementes eram de melancia comum, “[...] uma rajada que não tem mais, era fraca, dava muito, mas se fosse exportar ela não aguentava, estragava...” (M. S. N. 63 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Abril de 2015). As sementes eram guardadas e trocadas entre as famílias. As novas espécies são adquiridas no mercado e representam grandes marcas de empresas nacionais como a Feltrin Sementes, sediada em Farroupilha-RS. As mudanças não dizem respeito apenas à substituição de uma determinada espécie, mas também a uma série de atividades que a busca pela ampliação da produção passa a exigir como irrigação, controle de insetos com uso de inseticidas, controle das ervas daninhas com a utilização de herbicidas, etc.

Culturas como repolho, maxixe, tomate, pimentão, maracujá, melão caipira, melancia, etc., foram paulatinamente substituindo as culturas perenes dos antigos sítios, de modo particular na comunidade São Sebastião, enquanto que na comunidade Santa Rita, devido à dificuldade de escoamento da produção no verão quando o igarapé do Boto está seco, permaneceu uma economia mais voltada à pecuária extensiva e à pesca extrativa nos diversos lagos que a circundam.

Para desenvolverem as técnicas de cultivo das novas espécies em seus sítios, os camponeses-ribeirinhos realizaram cursos teóricos na década de 1990 aplicados

pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado do Amazonas -EMATER-AM. Soma-se ainda o conhecimento ribeirinho adquirido na prática pela família, após anos de trabalho. Não há, por exemplo, um consenso sobre a melhor data para se iniciar determinado cultivo entre as famílias, a exemplo da melancia, o que denota que cada família, a seu modo, mediante suas observações sobre seu meio ecológico envolvente, decide por conta própria o melhor momento para “pôr a planta na terra”. Além de dominarem as técnicas de cultivo específicas para cada cultura os camponeses-ribeirinhos precisam ainda lidar com as peculiaridades dos solos da várzea.

Como observou Sternberg (1998[1956]) a água tem influência tanto indireta quanto direta sobre a vida dos habitantes da várzea na Amazônia. O solo criado pela água constitui numa destas influências diretas, pois segundo o autor, interfere na própria ocupação/aproveitamento do solo:

[...] Na medida em que satura, submerge ou deixa enxutos os terrenos, influi não apenas sobre a extensão dos solos utilizáveis, mas sobre a duração do período em que os mesmos aproveitam ao homem e ainda sobre a modalidade desse aproveitamento (1998, p. 15).

O próprio calendário agrícola na várzea do Médio rio Amazonas (Quadro 7) está adaptado a essa característica morfológica do solo, influenciando na extensão das terras agriculturáveis, no tipo de cultura adequado para cada período e, por conseguinte, no trabalho humano neste ambiente.

[...] Aqui pra nós tá começando em agosto e vai até agora em abril [o calendário agrícola]. [...] Esse tempo [mês de março] a gente já tá em fase de acabamento, na expectativa da enchente, ninguém mais, daqui pra frente, vai investir nesse negócio de agricultura, um ou dois mês atrás já deixou de investir. Esse tempo é só já ajeitar uma cerca pro gado do vizinho bater [limpar] pra quando sair do fundo tá melhor pra plantar. [...] É a preparação pro ano seguinte (Z. R. C. 66 anos. Camponês-ribeirinho. Pesquisa de campo. Março de 2015).

QUADRO 7: CALENDÁRIO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS COMUNIDADES ESTUDADAS

Agosto a Novembro <i>Verão</i>				Dezembro a Abril <i>Inverno</i>					Maio a Julho <i>Inundação da várzea</i>		
Cotas fluviométricas (médias mensais) (m)				Cotas fluviométricas (médias mensais) (m)					Cotas fluviométricas (médias mensais) (m)		
Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
7,51	5,75	3,04	2,08	3,09	3,66	5,38	7,09	8,28	8,96	9,04	8,56
Precipitação (médias mensais) (mm)				Precipitação (médias mensais) (mm)					Precipitação (médias mensais) (mm)		
Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
0,88	1,43	0,04	1,09	0,81	8,34	2,29	10,66	2,95	2,68	2,26	3,73
Temperatura (médias mensais) (°C)				Temperatura (médias mensais) (°C)					Temperatura (médias mensais) (°C)		
Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
28,45	28,00	29,00	27,50	29,00	27,00	28,00	28,50	27,00	28,00	28,00	27,25
Agricultura											
Plantio das espécies que serão colhidas no mesmo período e/ou no período subsequente, preferencialmente os cultivos direto no solo; Preparo dos canteiros suspensos para o período subsequente;				Plantio de novas espécies no solo ou no canteiro suspenso; trato das espécies plantadas no período anterior; Preparo da área para plantio após a enchente/cheia: limpeza do terreno, adubação do solo, coleta de esterco bovino nas fazendas; Preparo das áreas e plantio nas áreas de terra firme;					Trato e colheita dos cultivos em canteiros suspensos; Preparo das mudas para o plantio no período subsequente; Cultivo das plantas de ciclo curto e/ou perene na terra firme;		
Pesca											
Pesca do peixe de couro/liso e de peixes de escama durante a piracema/arribação no rio; Pesca dos peixes escama nos lagos;				Pesca dos peixes de escama no rio e nos lagos; Preparo das "estradas" nas florestas de igapó para a pesca durante a inundação da várzea;					Pesca dos peixes de escama no rio, lagos e nas florestas de igapó inundadas;		
Pecuária											
Retorno dos rebanhos da terra firme; Transferência de parte dos rebanhos para as pastagens naturais de uso comum, os "retiros";				Permanência dos rebanhos nas pastagens naturais de uso comum; Retorno dos rebanhos para a restinga alta da várzea; Transferência dos rebanhos para a terra firme;					Permanência dos rebanhos na terra firme;		

Organizador: Nascimento, 2016. Fonte: CPRM, INMET, 2013-2014, além das informações da pesquisa de campo, 2014.

O tempo do ribeirinho não é linear, mas cíclico, acompanhando a dinâmica do ambiente da várzea e a própria experiência dos camponeses-ribeirinhos com estes espaços:

[...] Impossibilitado de viver sob o domínio do calendário gregoriano (que possui uma cronologia típica do *Homo faber*), o tempo ecológico educa-o, tal como acontece com o *Animal laborans* (ARENDR, 1993), que toma a natureza como a grande provedora de todas as boas coisas e com ela se mistura, no labor e no consumo. Esse conceito de tempo ecológico vivido pelos camponeses não deixa de ser influenciado pela dinâmica do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, não deixa de ser uma resposta adaptativa ativa, mediada por um conjunto de valores historicamente construídos, na criação de arranjos sociais particulares para viverem nesse espaço (WITKOSKI, 2010, p. 294-295, grifos do autor).

A partir do mês de novembro quando finda a safra do melão caipira, do maxixe e da melancia, os roçados são limpos para novos plantios, como pimentão, pepino, tomate, repolho, pimenta de cheiro, milho, etc. Durante o inverno a produção em canteiro suspenso também contribui para a manutenção econômica das famílias. O período chuvoso é a melhor época para essa prática, pois não requer muitos cuidados com a irrigação.

Figura 36: Cultivos em canteiros suspensos durante a enchente/cheia.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 1.07.2015.

O canteiro suspenso é uma espécie de caixote construído pelos camponeses-ribeirinhos com madeira retirada na mata de várzea ou adquiridas no mercado. Na sua construção evita-se o uso de pregos e sua consequente perda por oxidação. As peças de madeira são encaixadas umas às outras e amarradas com barbante, que é

mais resistente à água que o prego. São erguidos sobre estacas. O canteiro deve ficar cerca de dois metros acima do solo, pois também é utilizado durante a enchente/cheia do rio (Figura 36).

Geralmente, os homens providenciam as madeiras, constroem o canteiro e coletam o esterco bovino. O trabalho de plantio e tratamentos culturais do cheiro verde (cebolinha, coentro e chicória), por exemplo, é feminino, seja porque o canteiro localiza-se ao lado das casas de moradia, seja porque na maioria dos casos não é tido como parte das principais atividades econômicas das famílias.

[...] O cheiro verde pode produzir o ano inteiro, depende do trato que você dar a ele. O cheiro verde pra gente é uma coisa extra, não é assim uma coisa contínua, temos mais porque a mulher gosta de plantar essas coisas. Não existe, vamos dizer assim, um investimento mesmo em cheiro verde, é só mesmo “pra quebrar um galho” (Z. R. C. 66 anos. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Não raro, culturas como o maxixe que no verão são cultivadas no solo, no inverno passam a ser cultivadas em canteiro suspenso. A produção que mais se destaca nos canteiros suspensos é do cheiro verde. Durante a inundação das terras entre abril e julho, as famílias que permanecem na várzea praticam a pesca e o cultivo de hortaliças em canteiros suspensos como atividades econômicas principais.

3.5 O manejo do solo da várzea na agricultura camponesa

Ao ser inundado o solo da várzea é constantemente renovado pelos minerais depositados pelas águas durante o período das águas altas (abril a julho). Quando o solo da várzea emerge a partir do mês de julho, os camponeses-ribeirinhos observam empiricamente e decidem o melhor momento para se iniciar o uso do solo. No caso da pecuária, o gado bovino só retorna da terra firme quando o solo da várzea está enxuto o suficiente para evitar que os animais morram atolados, geralmente os ribeirinhos aguardam cerca de um mês para iniciar o uso do solo para a atividade pecuária após o período de inundação.

No caso da agricultura o tempo de espera é menor, aproximadamente quinze dias. Os ribeirinhos iniciam as semeaduras ou o plantio de mudas utilizando as porções de terra que emergiram primeiro, em decorrência do processo de deposição de sedimentos pelo rio que culminam na elevação dos terrenos. O cultivo sobre essas porções de terra tem apresentado sérias dificuldades aos camponeses-ribeirinhos

após as enchentes/cheias nos últimos anos devido sua baixa fertilidade, dada a presença de sedimentos arenosos de granulação grosseira que se deposita, os quais apresentam baixa fertilidade.

Durantes as grandes enchentes/cheias a várzea recebe um grande volume d'água que permanece sobre o solo cerca de cinco meses. Durante esse período, sobre o dique marginal, pela sua maior proximidade com o rio, depositam-se os sedimentos com granulação mais grossa, pois nessa parte da várzea as águas são mais turbulentas e dificultam a decantação dos minerais de granulação mais fina, mais férteis. Os minerais mais finos decantam onde as águas são mais calmas (SUGUIO & BIGARELLA, 1990), no caso estudado, a decantação é mais propensa nas margens dos lagos, na parte setentrional do dique marginal, onde as menores partículas em suspensão entram em repouso. Todo esse processo está diretamente vinculado às características/capacidade de transporte do rio, etc.

Uma vez iniciada a movimentação de uma partícula, o comportamento subsequente desta, é, em grande parte, função de sua velocidade de precipitação (decantação). Por exemplo, são necessárias maiores forças para colocar em suspensão as argilas encontradas no fundo do que os sedimentos arenosos. Estes por sua vez depositam-se mais rapidamente, enquanto que as argilas permanecem em suspensão em virtude de sua menor velocidade de decantação (SUGUIO & BIGARELLA, 1990, p. 29).

Esse processo tem tornado parte dos solos da várzea alta menos férteis, pois o material arenoso que se deposita sobre ela é pobre em nutrientes. Como os camponeses-ribeirinhos plantam sobre estas áreas logo após a deposição, não há tempo para que seja acrescida matéria orgânica à sua composição.

Durante uma pequena enchente/cheia, com uma lâmina d'água suficiente apenas para cobrir levemente a várzea alta, a menor turbulência da água, em função da menor corrente do rio, facilita a deposição de minerais mais finos e, ao invés de retirar a matéria orgânica vegetal com a correnteza do rio, apenas ajuda na sua decomposição ampliando o potencial de nutrientes do solo.

Em 2015, houve casos em que famílias iniciaram o plantio da melancia ainda no mês de julho, quando o solo ainda estava saturado pelo das águas do rio, outras, porém, realizaram seu plantio no mês de setembro, quando o solo, na observação dos ribeirinhos, estaria "mais seco", reduzindo neste caso as perdas decorrentes da saturação do solo pelas águas acumuladas durante a enchente/cheia e pela ação das chuvas após o plantio.

O aproveitamento do solo da várzea pelos camponeses-ribeirinhos nesse caso exige muita observação do tempo ecológico. Plantar mais cedo, antes do recuo total das águas, é um risco que se assume diante das condições ecológicas da várzea. A maior motivação neste caso é o próprio mercado – quem planta primeiro, colhe primeiro, podendo auferir maior renda com o preço do seu produto ainda em alta.

Ano passado [2013] foi plantado [a melancia] dia 15 de julho, mas aí não é muito boa. Ainda há uma coisa, como houve, muita chuva [...] é mais difícil... Foi no fundo, a terra ainda tá muito mole, e ainda há um prejuízo, como houve, muita chuva, a terra ainda tá molhada, não tá seca [...] a planta fica lá quietinha, ela incroa [não se desenvolve], falta oxigênio, não é como quando a terra tá seca. Porque também a gente se apressa muito... Quando seca muito a gente não tem como irrigar, porque na [produção] familiar a gente não tem toda essa estrutura. A gente tem essa deficiência, quando sai do fundo tá muito molhado, quando vem o verão já seca muito, a gente não trabalha com processo de irrigação, só mesmo da natureza (M. C. G. 49 anos. Pesquisa de campo. Abril de 2014).

Observou-se que as famílias camponesas tendem a certa competição interna por mercado. Sua economia, baseada num comércio local com os marreteiros citadinos, colabora para que cada família trabalhe de forma independente sua porção de terra, reduzindo práticas como a ajuda mútua na produção em contexto atual. No período da juta, por exemplo, a realização de puxiruns era muito intensa e, neste caso, destacamos que a competição interna por mercado da juta era praticamente inexistente, pois além da política de preços mínimos estabelecida pelo Estado (PINTO, 2010), existia uma grande demanda do produto motivada pelo fortalecimento do setor urbano industrial, o que por sua vez possibilitava a existência de diversos compradores de juta que a compravam na maioria das vezes no próprio local de produção dos camponeses-ribeirinhos. No contexto atual, verifica-se que não só a socialização do trabalho, mas do próprio conhecimento, das experiências vividas, são reduzidas. Muitas famílias trabalham apenas com o uso de adubo orgânico (esterco bovino), uma minoria recorre a fertilizantes, a exemplo dos nitrogenados como a ureia utilizada como adubo foliar e/ou aplicada em sulcos no solo, além do NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio).

Durante as atividades de campo, observou-se que diante da visita de um vizinho, por exemplo, as famílias omitem umas às outras os insumos e os tratos culturais que utilizam. Ao ser questionada uma camponesa respondeu: “a gente não pode nem ajudar o vizinho, porque se der errado e a planta dele morrer, a culpa vai ser nossa” (M. C. G. 49 anos. Pesquisa de campo. Julho de 2015).

A falta de acompanhamento técnico ou mesmo as condições precárias de trabalho de muitos camponeses-ribeirinhos tem levado a situação de completa insalubridade do trabalho no campo³². O uso de inseticidas e herbicidas no cultivo das plantas de ciclo curto não obedece às mínimas condições de segurança exigidas, contraditoriamente, durante as aplicações dos agrotóxicos, protegem-se as plantas com sacas de fibra, cuias, roupas usadas, mas se expõe o corpo humano ao contato direto com os agrotóxicos, sem o uso dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI's (Figura 37).

Figura 37: Aplicação do herbicida *Glifosato* no cultivo de melancia.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 17.09.2015.

TABELA 9: DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS DOS INSUMOS/HECTARE UTILIZADOS NO PLANTIO DE MELANCIA.

Grupo	Nome	Valor Unitário (R\$)	Total/hectare (R\$)	% do investimento
Herbicida	Glifosato	40,00/L	400,00	52
Fertilizantes	Ureia	4,00/Kg	240,00	31
	NPK			
Sementes	Melancia	30,00/100gm	90,00	12
Inseticida	Decis 25 EC	35,00/150ml	35,00	5
			R\$ 765,00	100%

Organizador: Nascimento, 2016. Pesquisa de campo, abril de 2014.

Além dos agrotóxicos, algumas sementes, a exemplo da melancia, quando adquiridas no mercado, também drenam parte da renda camponesa (tabela 9).

³² Observou-se a participação tanto dos chefes das famílias, os pais, como de mulheres e crianças, que participam da socialização do trabalho, na aplicação dos agrotóxicos, principalmente o glifosato.

Nem todas as sementes são adquiridas no mercado. Diversas famílias selecionam suas próprias sementes na sua unidade de produção (Figura 38), como melão caipira, melancia, maxixe, quiabo, jerimum, tomate, pimenta de cheiro, pimenta murupi, maracujá, etc., ou em rama/maniva como a macaxeira.

Figura 38: Conservação das sementes crioulas.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 27.03.2015.

A introdução dos agrotóxicos na comunidade São Sebastião, seguiram recomendações dos próprios técnicos agrícolas das instituições de apoio técnico e extensão rural do Estado e, no caso dos herbicidas, começou com a experiência realizada, na década de 1990, por “um filho da comunidade” que estudou na Escola Agrotécnica de Manaus.

Em meados da década de 1970, quando ainda vivíamos o período desenvolvimentista sob o estado de exceção (regime militar), o governo instalou o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, condicionando o crédito rural ao uso obrigatório de agrotóxicos. Tão forte foi essa medida, que rapidamente a maioria dos produtores rurais passou a só produzir com base nesses venenos. Também a academia, especialmente as escolas de formação de agronomia adotaram hegemonicamente esse modelo no ensino e na pesquisa... (ABRASCO, 2012, p. 43).

Entre os camponeses-ribeirinhos os herbicidas são aplicados no combate à grama (*Cynodon dactylon*) e o murim (*Paspalum fasciculatum*). Conforme descrito acima na tabela 9, os herbicidas são responsáveis por 52% do custo para cada hectare plantado de melancia, os gastos com produtos exógenos às unidades de produção, se somados, podem elevar para 88% esse valor, deduzido o valor das

sementes de 12%, as quais podem ser encontradas no interior das unidades de produção.

O uso de herbicida entre os camponeses-ribeirinhos é maior nos casos em que não se pratica com frequência o pousio. Não se pode esquecer o histórico uso dessas terras pelos camponeses-ribeirinhos, as famílias trabalham em anos consecutivos em suas pequenas propriedades e, que mesmo se tratando de solos de várzea, necessitariam de descanso para ajudar na recomposição da sua matéria orgânica. Em locais de uso constante pela agricultura e/ou pecuária, as espécies *C. dactylon* e *P. fasciculatum* infestam o solo rapidamente, motivo pelo qual se recorre ao uso do herbicida glifosato (o glifosato produzido pela Empresa Monsanto é utilizado no Brasil para o controle de ervas entre plantas geneticamente modificadas e resistentes ao herbicida, a exemplo da soja). Por outro lado, quando se derruba uma capoeira ou uma floresta, observa-se que as espécies de capim que nascem entre as plantações são outras, podendo ser mais facilmente removidas com as ferramentas usadas pelo camponês-ribeirinho nas capinas: o terçado (facão) e a enxada.

3.6 Escoamento e comercialização da produção camponesa

O escoamento da produção tem sido outra barreira enfrentada pelos camponeses-ribeirinhos das comunidades São Sebastião e Santa Rita. No caso particular desta última a situação é ainda mais complicada em função de seu isolamento durante o período em que o igarapé do Boto permanece seco impossibilitando a entrada de embarcações.

Estas comunidades não contam com um barco de recreio da própria localidade. Desde a década de 1970 (quando se popularizaram os motores a diesel) houve nessas comunidades famílias que possuíam barcos de recreio. Porém, com o aumento das exigências e das fiscalizações constantes da Capitania dos Portos para a adequação às normas de segurança na navegação, estas famílias não conseguiram capital suficiente para adequar suas embarcações e mantê-las em atividade. A falta de uma produção regularmente distribuída ao longo do ano também prejudicou a manutenção de um barco de recreio, pois a várzea tem sua maior produção entre os meses de julho a dezembro. Nos demais meses os donos dos barcos alegam prejuízos com as viagens, já que a produção camponesa diminui, diminuindo também o número de idas dos camponeses-ribeirinhos até a cidade.

Entre os anos de 2014 e 2016, o transporte das comunidades São Sebastião e Santa Rita foi realizado apenas nos meses de maior produção na várzea, entre julho e dezembro, em um barco alugado. Nos demais meses, os camponeses-ribeirinhos deslocam-se para a cidade de Parintins utilizando as lanchas rápidas³³ e os barcos de recreios que realizam as linhas das localidades Mocambo e Caburi e de comunidades pertencentes ao município de Nhamundá, que durante seus trajetos passam em frente à comunidade São Sebastião. O problema neste caso, é que esses barcos recusam-se a transportar os produtos dos moradores da várzea, além do que viajam durante o dia e o camponês-ribeirinho tem por costume ir à cidade pela madrugada (por ser o período do dia “mais frio” facilitando a acomodação, sobretudo de suas hortaliças), para comercializar seus produtos e retornar no início da tarde.

[...] A gente tinha aquele costume de viajar só de madrugada, levar a produção, vender e voltar 11:00 horas. Depois que parou de ter barco daqui ficou muito difícil, tem dias que tem só quase os barcos do Caburi e nem todas as vezes eles paravam, uns já estavam lotados, uns não gostavam de parar. [...] Nós aqui de perto, de dois em dois dias temos que levar produto na cidade. Mas, acredito que faltou transporte daqui porque faltou produção. São bem poucas as pessoas que ainda tão nessa atividade trabalhando, a maioria é só mesmo de verão, a melancia, acabou a melancia, acabou, pronto! São poucos os que mantêm ainda uma agricultura até esse tempo [mês de marco] quando começa a enchente. A gente planta o que pode colher até agora. [...] No tempo da melancia mais é frete já. Logo no início os comprador ainda vêm comprar aqui, eles transportam por conta deles. Aí depois que ela cai de preço, pra gente transportar ela é só já por frete, só fretando motor. Porque a melancia como tu sabe, duzentas melancias, trezentas, já é carga pra frete, não dá quase pra ir de passagem [no barco de recreio]. Eu pagava aqui [para o dono dumajara] numa faixa de cento e cinquenta [reais] pra levar trezentas melancias. [...] Geralmente toda comunidade tinha seu transporte e sua produção, com essas enchente que deu prejudicou muito, principalmente esse negócio de fruta que se acabou, cacau, goiaba, manga, árvore frutífera acabou tudo. Hoje se você não plantar um jerimum, uma melancia, essas plantas de verão, não tem nada. Aqui em casa toda fruta que você quer, independente dessas que eu falei, tem que vim da cidade, banana essas coisas, tudo vem da cidade, porque por aqui não tem. Aqui tem essas bananeiras aí, mas “a água já está olhando pra elas”. Então a várzea ficou pobre de fruta nesse sentido... (Z. R. C. 66 anos. Pesquisa de campo. Março de 2015).

Quando os camponeses-ribeirinhos realizam as primeiras colheitas da melancia e os preços ainda estão em alta, os marreteiros da cidade de Parintins vão até à comunidade São Sebastião e compram o produto dentro do roçado (Figura 39) e assumem os custos com o transporte até a cidade.

³³ Lanchas rápidas é a denominação das embarcações de casco de alumínio e motor com potência a partir de 180 HP, portanto mais rápidas que os barcos de recreio.

Figura 39: Pagamento realizado pelos marreteiros dentro do roçado.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 13.10.2015.

Porém, quando assim o fazem, os marreteiros pagam um valor inferior ao pago ao produtor no porto da cidade de Parintins. Quando o valor pago no porto da cidade gira entre sete ou oito reais/unidade de melancia, os marreteiros pagam apenas cinco reais dentro dos roçados.

À medida que os preços caem e aumenta a disponibilidade do produto no mercado são os camponeses-ribeirinhos que passam a procurar os marreteiros. Quem não consegue levar as melancias no barco de recreio, cuja capacidade é de cerca de seiscentas unidades por viagem, tem que fretar outros barcos, ou se arriscam em bajaranas e canoas na travessia das águas turbulentas do rio Amazonas.

Durante o pico da safra de melancia na várzea do município de Parintins que ocorre no mês de novembro, os preços caem consideravelmente. Como o principal destino da produção é a comercialização com os marreteiros citadinos, esses agentes reduzem o preço pago por unidade de melancia, considerando a lei de oferta e demanda, atingindo cerca de R\$ 2,00 (dois reais) por unidade. Quando o preço pago por unidade chega a esse valor ou fica abaixo dele (identificou-se até um real por unidade em 2015), os camponeses-ribeirinhos deparam-se com o problema de estarem durante o pico da safra, com os roçados ainda cheios do produto. É aí que a procura (disputa) por um marreteiro que lhes compre a produção, expõe uma das faces mais perversas da subordinação camponesa, pois é quando os marreteiros compram apenas as melancias selecionadas (considerando o tamanho: comprimento e diâmetro) e pagam por um valor auferido unilateralmente.

Entre as alternativas encontradas pelos camponeses-ribeirinhos, para a venda de seu principal produto agrícola, estão a venda direta para o consumidor no porto da cidade de Parintins e a venda para as comunidades de terra firme como a Agrovila do Caburi, e para o consumidor na cidade do Nhamundá-AM, formas de escapar da monopolização do território pelo capital e aumentar a renda das famílias.

Figura 40: Transporte pelo igarapé do Caburi para comercialização em Nhamundá-AM.



Foto: Nascimento. Trabalho de campo, 18.09.2015.

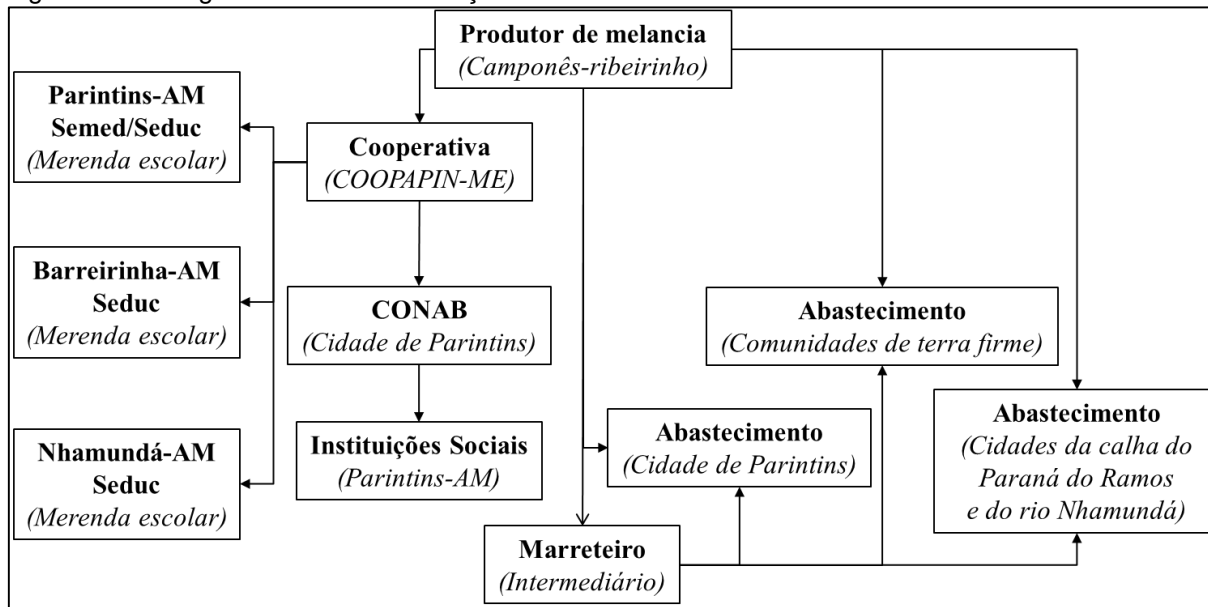
A venda na Agrovila do Caburi e na cidade de Nhamundá requerer um grande esforço dos camponeses-ribeirinhos já que, o mês de novembro, corresponde ao período do pico da vazante no Médio rio Amazonas, reduzindo o volume d'água no igarapé do Caburi, canal que conecta o rio Amazonas ao Caburi e à Nhamundá. Nesse período do ano os barcos de recreio deixam de circular pelo referido igarapé, navegável apenas por pequenas embarcações com os rabetas (Figura 40).

Outra alternativa é a venda para a Cooperativa dos Produtores em Agropecuária e Extrativismo do Município de Parintins-COOPAPIN-ME, que distribui a melancia (e outros produtos) para a merenda escolar por meio do Programa de Regionalização da Merenda Escolar-Preme, para as escolas da rede pública do Estado do Amazonas e, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae, tanto para o referido estado, quanto para as escolas municipais de Parintins.

O produto também é comercializado pela COOPAPIN-ME com a Companhia Nacional de Abastecimento-Conab, que fornece alimentos às instituições sociais do município de Parintins. Os produtos adquiridos pelo Governo do Estado do Amazonas

são distribuídos para a merenda escolar nos municípios de Parintins, Barreirinha e Nhamundá (Figura 41).

Figura 41: Fluxograma da comercialização da melancia em Parintins-AM.



Organizador: Nascimento, 2016. Trabalho de campo, 2014-2016.

Porém, alguns obstáculos impedem a maioria dos camponeses-ribeirinhos de comercializarem com a cooperativa. Para fornecer alimentos para a cooperativa as famílias tem que dispor da Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, somente de posse desta, torna-se possível o produtor comercializar seus produtos com o Estado, via cooperativa³⁴.

Em 2014, a cooperativa pagou R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) por quilo de melancia. Apenas três famílias da comunidade São Sebastião comercializaram com a cooperativa em 2014, já em 2015, apenas uma. Além do processo burocrático, a demora para o pagamento pela cooperativa também afastou os produtores. Os camponeses-ribeirinhos que venderam para a cooperativa até novembro de 2014, só receberam sete meses depois, em junho de 2015. Como destacou uma camponesa-ribeirinha em novembro de 2015: “Um pai de família não pode colocar na CONAB porque demoram pra pagar e ele tem que pagar o frete do barco e comprar as despesas para sua família” (M. C. G. 49 anos).

³⁴ Para a emissão do documento há um processo burocrático que por vezes os camponeses-ribeirinhos não estão dispostos a enfrentar, a exemplo da exigência pelo documento (título) da terra que muitos não possuem, constituindo-se numa forma de constrangimento para os mesmos quando tentam acessar tais políticas do estado.

A cooperativa citada é sediada na cidade de Parintins, não sendo uma criação dos produtores da área pesquisada, porém estes têm comercializado seus produtos com ela. De acordo com a COOPAPIN-ME, o pagamento aos produtores é realizado após a entidade emitir a nota fiscal da *produção de um conjunto de produtores* e repassá-la às entidades parceiras como a Conab, a Prefeitura de Parintins, o Governo do Estado do Amazonas e, somente após estas realizarem o repasse à cooperativa, é que esta efetuará o pagamento aos produtores. Este trâmite pode variar entre quinze a trinta dias, aproximadamente, tempo suficiente para afastar os produtores. Em relação ao caso citado acima, referente ao ano de 2014-2015, a cooperativa afirmou que foi um caso atípico, por se tratar de um período de transição de governo, tendo afetado o repasse do dinheiro por parte do Governo do Estado do Amazonas (Informações fornecidas pela diretoria da COOPAPIN-ME, em entrevista por telefone realizada em junho de 2016).

Depois da Igreja, a principal forma de organização interna dos camponeses-ribeirinhos é a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Sebastião do Boto- ASBOTO, fundada em junho de 1996, com quinze famílias e vinte e cinco produtores associados. Como não possui fins lucrativos, a ASBOTO não pode comercializar diretamente com a Conab ou fornecer produtos para a merenda escolar diretamente, motivo pelo qual os produtores têm recorrido à COOPAPIN-ME. A ASBOTO teve atuação muito mais política, de luta e reivindicação junto ao Estado, além de participar ativamente das iniciativas do Pro-Várzea/IBAMA no “Programa Piloto de Reflorestamento das Restingas de Várzea” e nas discussões sobre a criação do “Acordo de Pesca” e monitoramento dos lagos da APA Nhamundá.

Os produtores sentem-se desestimulados a participar da associação por acharem que não têm retorno sobretudo financeiro. Atualmente, a ASBOTO não está funcionando, não tem reuniões, nem foram realizadas novas eleições para diretoria, motivo pelo qual os produtores estão tentando seu encerramento, porém, como afirmou um dos dirigentes: “Falta união. Nós formamos uma associação aqui, mas até pra acabar com ela tá difícil” (E. S. T. 72 anos. Pesquisa de campo. Dezembro de 2015), referindo-se ao fato da associação possuir inadimplências, impedindo sua baixa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou compreender o modo de vida e a organização social da produção familiar camponesa no Médio rio Amazonas. O recorte espacial possibilitou o estudo de duas comunidades ribeirinhas de várzea com um histórico de ocupação antigo, o que permitiu melhor entendimento acerca das transformações ocorridas no modo de vida camponês-ribeirinho e das dinâmicas sócio-espaciais da várzea.

Para a melhor compreensão da vida camponesa-ribeirinha no Médio rio Amazonas, a pesquisa enfatizou três pontos essenciais, qual sejam os distintos períodos econômicos que os camponeses-ribeirinhos vivenciaram; as transformações sócio-espaciais e o modo de vida camponês nas comunidades ribeirinhas e; a forma de uso da terra-água nas comunidades estudadas.

Verificou-se que as mudanças ocorridas na economia da Amazônia, particularmente a desvalorização da economia extrativa, combinadas com as transformações naturais motivadas pela ação das águas sobre o ambiente da várzea durante os períodos de enchente/cheia e vazante/seca, motivaram novas territorialidades ou o reforço de antigas territorialidades camponesas, as quais contribuem para a manutenção dos espaços historicamente ocupados pelos camponeses-ribeirinhos e à defesa de seus territórios.

Ao abordar a vida pretérita dos camponeses-ribeirinhos no Médio rio Amazonas, por meio da periodização dos fatores importantes na formação/transformação desses camponeses, sobretudo relacionados à economia, a pesquisa verificou que os camponeses que se constituíram neste trecho do rio têm conseguido em diferentes contextos reproduzirem-se por meio de seu modo de vida.

O camponês-ribeirinho, mesmo tendo vivenciado o período da economia extrativa da borracha (*Hevea brasiliensis*), não se tornou exclusivamente um extrator como ocorreu com os trabalhadores coletores de látex dos altos rios da Amazônia e seus afluentes. No Médio rio Amazonas, a extração da borracha deu-se pelas famílias já estabelecidas historicamente na várzea e pelos novos grupos familiares formados a partir da chegada dos nordestinos no final do século XIX. A economia extrativa da várzea tinha por característica uma diversidade de produtos vegetais e animais os quais impediam os camponeses-ribeirinhos tornarem-se exclusivos coletores de látex.

A posse da terra pelos camponeses-ribeirinhos foi outro fator importante para a reprodução das famílias que puderam também praticar outras atividades como a agricultura de ciclo curto, a criação de gado bovino, a produção de cacau e da juta.

Em relação às dinâmicas sócio-espaciais, a organização das localidades rurais em torno das comunidades pela Igreja Católica ocorreu no contexto de “declínio” da economia extrativa, portanto, simultaneamente à perda da influência dos patrões/comerciantes (referimo-nos especificamente ao patrão do período da economia extrativa), aos quais os camponeses-ribeirinhos estavam subordinados. As ligações com a cidade intensificaram-se a partir desse período quando passaram a ser comandadas por elementos citadinos, mantendo o caráter da subordinação socioeconômica e política dos camponeses-ribeirinhos não mais aos patrões (em contexto local) mas à cidade de Parintins.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a organização das comunidades respondeu não somente como um rearranjo espacial das localidades agrupando-as, mas marcou sobretudo a união dos camponeses-ribeirinhos em torno da Igreja e possibilitou-lhes a construção dum espaço político de reivindicação dos grupos antes não existente.

A cidade de Parintins simultaneamente, em contexto local, então assume o novo papel diante da subordinação camponesa. Antes desse período considera-se a subordinação camponesa à cidade em contexto regional, pois Belém-PA e Manaus-AM vinculavam-se diretamente ao campo por meio da navegação a vapor e dos patrões.

Os camponeses-ribeirinhos, a partir de 1970, necessitaram vender seus produtos para a cidade e, ao mesmo tempo, comprar no comércio o que antes era aviado pelo patrão, ou fabricado artesanalmente por eles. Também as comunidades foram a partir daquele momento assistidas pelos diversos elementos citadinos como o padre, os funcionários públicos (professor, agente comunitário de saúde e vigia). No caso do Estado, a sua atuação junto às comunidades estendeu-se ainda por meio da assistência técnica e extensão rural junto aos produtores.

Com as transformações sócio-espaciais da várzea, parte dos camponeses-ribeirinhos (sobretudo os menos abastados) mantiveram-se no campo, outros migraram para a cidade objetivando melhor educação para os filhos e/ou atingidos pelas grandes enchentes/cheias (décadas de 1950 e 70) e pelo declínio da economia extrativa (década de 1970) e, depois pelo fracasso da jiticultura (década de 1980) em

busca de moradia e emprego. Os detentores de maiores posses como os grandes criadores de gado bovino, mantiveram seus rebanhos no campo, porém, mudaram a sede de administração dos negócios do campo para a cidade, a exemplo de parte da família Teixeira que hoje (2016) não tem mais a localidade São João como a sua sede de administração, mantem seu escritório na cidade, tendo adquirido *status* de empresa capitalista Teixeira (2007).

Ao abordar as formas de uso da terra-água nas comunidades verificou-se que as transformações ocorridas na pesca, em contexto regional, sobretudo entre as décadas de 1970-80, como a introdução dos fios sintéticos para a confecção das redes de pesca, as caixas térmicas de isopor (polietileno) para a conservação e o transporte de pescado e o advento das fábricas de gelo, além do comércio urbano de pescado, a exemplo da Zona Franca de Manaus, intensificaram a captura de pescado que até então dava-se com um número menor de espécies ictiofaunísticas capturadas majoritariamente no ambiente de lago.

A pesca no ambiente de rio e o surgimento dos lanços de pesca compartilham destas transformações na pesca. A pesca de bagres no rio exigiu dos camponeses-ribeirinhos a adequação dos espaços de pesca para essa nova forma de captura. O trabalho coletivo para a limpeza do leito do rio (durante a vazante/seca) para a construção dos lanços de pesca (utilizados durante a enchente/cheia) permitiu aos camponeses-ribeirinhos a construção de um território da pesca mantido pelos grupos de pescadores por meio das regras de uso que visam restringir o acesso de terceiros aos seus territórios.

No caso da sociedade pecuária, particularmente entre camponeses-ribeirinhos e capitalistas, vê-se que esta forma de parceria permite a reprodução da pecuária das empresas capitalistas sem a necessidade destas imobilizarem capital na aquisição de terras para criação e sem arcar com os custos da produção, tanto em ambiente de várzea, quanto em terra firme. Por outro lado, também evita que o capitalista pratique em maior medida o desmatamento em suas propriedades/posses, sobretudo das florestas de terra firme, para a abertura de pastagens, deixando-o por conta dos camponeses-ribeirinhos que o faz em suas terras.

Cabe destacar ainda que firmar parcerias com os camponeses-ribeirinhos permite a reprodução da pecuária explorando ao máximo as pastagens naturais da várzea. Quanto menor for a participação da várzea na criação de bovinos, maior e mais intensa poderá ser a pressão sobre as áreas de terra firme, em cujo ambiente

há a necessidade de supressão das florestas para a criação de pastagens e, por conseguinte, exige maior conhecimento técnico. Do mesmo modo, quanto maior for o aproveitamento da várzea pela pecuária extensiva, maior poderá ser a pressão sobre este ambiente podendo aprofundar os problemas socioambientais já existentes.

Quanto à produção agrícola, verificou-se que embora esta atividade responda por grande parte da renda e da subsistência das famílias, muitos são os entraves à sua completa efetivação. A várzea embora seja reconhecida como um ambiente de elevada fertilidade, não tem apresentado rendimentos satisfatórios às famílias seja pelas enchentes/cheias que se intensificaram dizimando árvores frutíferas como a manga e a goiaba, por exemplo, seja pelo uso recorrente do solo ocupado e trabalhado historicamente pelos camponeses-ribeirinhos. Mesmo as enchentes/cheias do rio não têm conseguido assegurar a fertilidade dos solos, pois observou-se que em casos de grandes enchentes/cheias o material depositado sobre a restinga da várzea é composto principalmente por sedimentos de granulometria mais grossa e de baixa fertilidade, dada a turbulência das águas próximas ao leito menor do rio.

É sobretudo na produção agrícola que os camponeses-ribeirinhos têm apresentado grandes dificuldades de manutenção. Desde a produção, com poucos investimentos, ausência de assistência técnica; o transporte fluvial caro ou inexistente; até a comercialização comandada pelo mercado urbano da cidade de Parintins, os camponeses-ribeirinhos enfrentam diferentes níveis de dificuldades que comprometem sobremaneira o desenvolvimento da atividade agrícola.

Diante dos aspectos analisados nesta dissertação que envolvem a vida dos camponeses-ribeirinhos vê-se que a manutenção de seu modo de vida ao longo de distintos períodos históricos, é um dos principais elementos que contribuem para a manutenção destes camponeses no campo.

Entre as formas de mobilização social e política, a organização dos camponeses-ribeirinhos em torno das comunidades, a princípio, representou uma forma importante de reivindicação para a melhoria de vida no campo, tendo assegurado principalmente a educação nas comunidades. Porém, em se tratando da complexidade da vida camponesa, a comunidade enquanto espaço de mobilização, não responde satisfatoriamente aos inúmeros problemas do campo, disto decorre a necessidade da construção de novos espaços de luta e reivindicação entre os camponeses-ribeirinhos para o enfrentamento dos problemas no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRASCO. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Dossiê**. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. CARNEIRO, F. F. *et al.* Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012. 88p.
- ACUÑA, Cristóbal de. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Tradução Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- AFONSO, Frederico Monteiro Álvares. O cacau na Amazônia. Boletim Técnico 66. Ilhéus: CEPLAC, 1979. 39p. ISSN 0100 – 0845. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginaspublicacoes/paginasboletim_tecnicocartilhas/BOLETIM%20T%C3%89C.%20N%C2%BA%2066.pdf>. Acesso em: agosto de 2015.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- AZEVEDO FILHO, João D’Anuzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. (Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo: 2013. 210 p.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal; v. 30).
- BARRETO, André Silva, *et al.* Orgs. **Plano de ação nacional para a conservação dos mamíferos aquáticos**: pequenos cetáceos. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Icmbio, 2010.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Tradução Regina Régis Junqueira. Apresentação Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BATISTA, V. da S.; ISAAC, V.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. Coord. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.
- BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nidia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. P. 17-62. In: RUFFINO, Mauro Luis (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. 272 p. ISBN 85 - 7401 - 124 – X.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.
- BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material. 2. ed. Manaus: Edições do Governo do Estado, 2001.
- BRITO, Admilson Mota de, *et al.* Cultivo de cacau em várzeas amazônicas. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC, 2002. Boletim Técnico n. 184. 32p. ISSN 0100-0845. Disponível em:

<http://www.ceplac.gov.br/paginaspublicacoes/paginasboletim_tecnicocartilhas/BOLETIM%20T%C3%89C.%20N%C2%BA%20184.pdf>. Acesso em: agosto de 2015.

BRITO, Marco Antonio de Souza. **Ambientes, práticas de pesca e territorialidade no uso do Lago Grande de Manacapuru (AM)**. 179 p. (Dissertação. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Amazonas). Manaus: UFAM, 2010.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. (Tese de doutorado. Universidade de São Paulo). São Paulo, 2000.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Maria Sandrelle Gonçalves. **Do caniço ao rapixé: os Pescadores Artesanais e a Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal- PSDPA na comunidade Divino Espírito Santo em Parintins-AM**. 141 p. (Dissertação. Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas). Manaus, 2014.

CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera - Paraná da Trindade, município de Itacoatiara - AM, Brasil**. 141 p. (Dissertação. Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, 2006.

_____. **Erosão nas margens do Rio Amazonas: o fenômeno das terras caídas e suas implicações na vida dos moradores**. 187 p. (Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense). Niterói, 2012.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cchr/v25n6404.pdf>>. Acesso em outubro de 2015.

CEPLAC. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Cacau: história e evolução**. s/d. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm>. Acesso em: 17 de agosto de 2015.

CERQUA, Dom Arcângelo (1917-1990). **Clarões de fé no médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf – Gráfica e Editora, 2009.

CHAYANOV, Alexander Von. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. Tradução e revisão de: Inah Vieira Lontra, Márcio de Oliveira e Rogério Haesbaert. **GEOgraphia**, ano 1, Nº 2, 1999. P 7-26.

COELHO, Maria do Carmo Pereira. **As narrações da cultura indígenas da Amazônia: lendas e histórias**. 206 p. (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudo da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 2003.

CORRÊA, Maria Terezinha. **Princesa do madeira: os festejos entre populações ribeirinhas de Humaitá-AM**. São Paulo: Humanitas, 2008.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativa na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 – 1970)**. Belém: NAEA, 2012.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

_____. Campesinato e meio ambiente na várzea da Amazônia. P. 143-170. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. Orgs. **Tradição versus Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 296 p.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da.; PEREIRA, Cloves Farias. Pescando “fera” no baixo Rio Solimões – Manacapuru (AM). P. 249-287. In: FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; SILVA, S. C. P. da. Orgs. **A pesca na Amazônia Central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

DANIEL, João, 1722-1776. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 600p.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **A vida dos trabalhadores da juta e da malva no baixo Solimões**. Manaus: Edua, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GONÇALVES, Ana Cláudia Torres. O manejo participativo de pirarucu (*Arapaima gigas*) nas reservas de desenvolvimento sustentável Mamirauá e Amanã. P. 267-277. In: FIGUEIREDO, Ellen Sílvia Amaral. (Org.). **Biologia, conservação e manejo participativo de pirarucus na Pan-Amazônia**. Tefé: IDSM, 2013. 278 p. ISBN: 978-85-88758-29-2.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. P. 81-108. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Agricultura na Amazônia: o futuro é plantar sem derrubar**. P. 13-63. In: VAL, A. L.; SANTOS, G. M. dos. Orgs. Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos-GEEA. Manaus; Editora INPA, 2011. Vol. 4. (Caderno de Debates). ISBN: 978-85-211-0074-4.

_____. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Revista: Estudos Avançados**. Vol. 26, Nº 74. São Paulo, 2012. ISSN 0103-4014. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100012>>. Acesso em março de 2015.

_____. **História da agricultura na Amazônia**. Belém: Embrapa, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Aldenor da Silva. Ryota Oyama: o sucesso da aclimação da juta. P. 377-396. In: HOMMA, A. K. O. *et. al.* Orgs.

Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: Edua, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção pecuária municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=pecuaria2013>>. Acesso em: junho de 2015.

_____. Censo Demográfico 1950-2010. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso em: Outubro de 2014.

IRIONDO, M. H. Geomorfologia da planície Amazônica. **Atlas do Simpósio do Quaternário no Brasil.** 1982. p. 323-348.

La CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagens pelo Amazonas, 1735-1745.** Seleção de textos, introdução e notas Hélène Minguet. Tradução Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

MARCOY, Paul. **Viagens pelo rio Amazonas.** Tradução, introdução e notas Antonio Porro. 1. ed. em português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas. 2001.

McGRATH, David G.; GAMA, Antônia Socorro Pena da. A situação fundiária da várzea do rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos estados do Pará e do Amazonas. P. 35-57. In: BENATTI, José Heder, *et al.* **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea:** análise para a elaboração de novos modelos jurídicos. Manaus: Edições Ibama/ProVárzea, 2005.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Superintendência de Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Pará – SUEPA. Serviço De Extensão Rural – SEREX. s/d. Disponível em: <<http://www.ceplacpa.gov.br/site/wp-content/uploads/2014/01/PRECO%20PAGO%20AO%20PRODUTOR%20CACAU%2082-2012.pdf>>. Acesso em: 4 de setembro de 2015.

MORAES, André de Oliveira. **Peixes, redes e cidades:** aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões – AM. 148 p. (Dissertação. Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Manaus: UFAM, 2012.

NODA, Sandra do Nascimento *et al.* Contexto socioeconômico da agricultura familiar nas várzeas da Amazônia. P. 23-66. In: NODA, Sandra do Nascimento. Org. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 208 p. ISBN 978-85-7401-298-8.

OBBERG, Kalervo. O camponio marginal no Brasil rural. P. 181-192. In: WELCH, C. A. *et al.* Orgs. **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. Coleção História Social do Campesinato no Brasil. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

O'Dwyer; Eliane Cantarino. A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. P. 207-264. In: LIMA, Deborah. **Diversidade sócioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. Org. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. P. 101-140. (n. 11).

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia**: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (Séc. XVII ao XX). *Boletim do MPEM*. Belém, 4(1): 65-116, julho de 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2014/3_Oliveira_modos_capitalista.pdf>. Acesso em março de 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social no novo milênio. Coimbra, setembro de 2004.

_____. **Cidades na selva**. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, Maria Jacilene Bentes de. **Organização da produção agrícola familiar e modo de vida na comunidade de cachoeirinha – Rio Madeira/Manicoré**. 149p. (Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Amazonas). Manaus, 2014.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. A várzea do Médio Amazonas e a Sustentabilidade de um modo de vida. P. 157-205. In: LIMA, Deborah. **Diversidade sócioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas. A constituição histórica da produção mercantil simples no Estado do Amazonas e a cultura da juta. P. 141-216. In: WITKOSKI, Antônio Carlos. *et. al.* Orgs. **A cultura da juta e malva na Amazônia: sementes de uma nova racionalidade ambiental?** São Paulo: Annablume, 2010. 466p.

PIRES, Vilsélia de Souza. **O sustento que vem das águas**: dinâmica socioambiental da pesca artesanal na APA/Nhamundá em Parintins-AM. 153 p. (Dissertação. Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas). Manaus, 2015.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAPOZO, Pedro; WITKOSKI, Antonio Carlos. Espaços de Uso Comum? A construção de territorialidades sociais como formas de controle do acesso aos recursos pesqueiros entre os pescadores no baixo rio Solimões, Manacapuru (AM). P. 199-222. In: VALENCIO, N.; PAULA, E. A.; WITKOSKI, A. C. **Processos de territorialização e identidades sociais**. RiMa Editora, 2010.

REIS, Arthur César Ferreira. **As origens de Parintins**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967.

SACK, R. *Human Territoriality. Its theory and history*. Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, José V. Tavares dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: memória dos acontecimentos históricos**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.15-30.

SHANIN, Theodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações". **Estudos CEBRAP**, nº 26, Editora Vozes, 1980.

SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. 176p. (Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas). Manaus, 2009.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2. ed. 76 p. (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: série conservação e áreas protegidas, 18).

SOARES, Ana Paulina Aguiar. A guerra do peixe: Janauacá, conflitos e territorialidades nas águas. P. 116-143. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir. (Orgs.). **Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

SOUZA, Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas**. Pará: Typ. do Futuro, 1873. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015027996274>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

SOUZA, José Camilo Ramos de. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. P. 115-134. In: HOMMA, A. K. O. *et. al.* Orgs. **Imigração japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: Edua, 2011.

_____. **Parintins**: a ilha urbanizada. (Monografia de conclusão de curso. Universidade do Amazonas). Manaus, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SUGUIO, Kenitiro; BIGARELA, João José. **Ambiente fluvial**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1990.

TEIXEIRA, Paulo Lobato. **A longa caminhada**: livro das famílias parintinenses Lobato e Teixeira. Edição do Autor, 2007.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, n. 8, Brasília, UNB, p. 11-73, 1990.